



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LADJANE ALVES SOUSA

**CARTAS DOCENTES, NARRATIVAS NEGRAS:
GREVE, MOVIMENTOS E LUTAS DE PROFESSORAS E
PROFESSORES PRIMÁRIOS E O TRABALHO DE EXPERIÊNCIA
NEGRA EM SALVADOR NA DÉCADA DE 1910**

Salvador
2024

LADJANE ALVES SOUSA

**CARTAS DOCENTES, NARRATIVAS NEGRAS:
GREVE, MOVIMENTOS E LUTAS DE PROFESSORAS E
PROFESSORES PRIMÁRIOS E O TRABALHO DE EXPERIÊNCIA
NEGRA EM SALVADOR NA DÉCADA DE 1910**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solyane Silveira Lima.

Salvador
2024

Sousa, Ladjane Alves.

Cartas docentes, narrativas negras [recurso eletrônico] : greve, movimentos e lutas de professoras e professores primários e o trabalho de experiência negra em Salvador na década de 1910 / Ladjane Alves Sousa. - Dados eletrônicos. - 2024.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solyane Silveira Lima.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.

Faculdade de Educação, Salvador, 2024.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Educação-Aspectos sociais. 2. Docentes-Narrativas pessoais. 3. Profissão. 4. Profissionalização do magistério. 5. Movimentos sociais - Greves. 6. Professores- Formação. 7. Identidade negra. I. Lima, Solyane Silveira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 370.115 - 23. ed.

LADJANE ALVES SOUSA

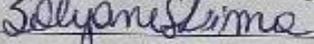
**CARTAS DOCENTES, NARRATIVAS NEGRAS:
GREVE, MOVIMENTOS E LUTAS DE PROFESSORAS E PROFESSORES
PRIMÁRIOS E O TRABALHO DE EXPERIÊNCIA NEGRA EM SALVADOR NA
DÉCADA DE 1910**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

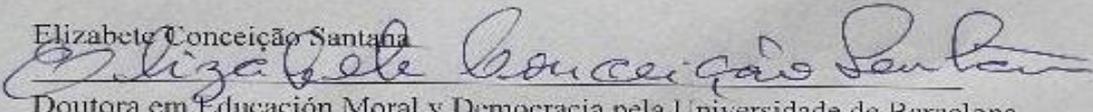
Salvador, 13 de dezembro de 2024.

Banca examinadora

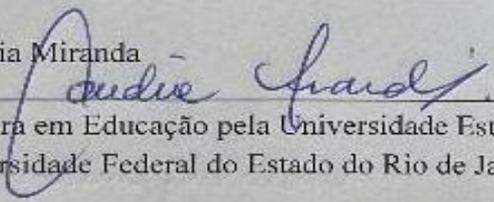
Solyane Silveira Lima – Orientadora


Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

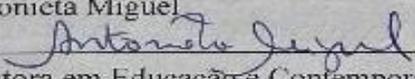
Elizabeth Conceição Santana


Doutora em Educación Moral y Democracia pela Universidade de Barcelona
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

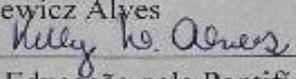
Claudia Miranda


Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Antonieta Miguel


Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Universidade do estado da Bahia (UNEB)

Kelly Ludkiewicz Alves


Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ancestralidade



Às professoras e aos professores primários que deixaram marcas, de sua época e de seus movimentos, em narrativas escritas.

Às mulheres e aos homens, pretas e pretos, que nos convocam a lutar, sonhar e esperar a liberdade.

À minha tia Dalva Maria Alves (em memória), mulher negra, forte, delicada, que me ensinou já na infância sobre os movimentos e as sensibilidades de lutas através da cultura e a arte de sermos coletivos.

AGRADECIMENTOS

Uma escrita acontece entrelaçada na vida e nas conexões que nos fazem ter chão para seguir. Dessa forma, alguns nomes precisam ser mencionados em agradecimento.

À força da Mãe Natureza, que me conduz às experiências de amor. Aos orixás, anjos e santos, por me guiarem com o poder de suas luzes e energia, como Oxum, Xangô, Iansã, Ogum e Iemanjá, Santo Antônio, Santa Luzia, São Cosme e Damião.

Aos meus pais, Dejanira e Edvaldo, pela vida e pelo amor. Às minhas irmãs, Meire, Laidinei e Mileide, esta última pelas tantas vidas que escolhemos seguir juntas. Aos meus sobrinhos, Jonathan, Noemi e Thalita. À minha madrinha, Araci (em memória), às minhas tias, Rosa, Dalva (em memória) e Dilza, e meus tios, Antônio Raimundo (Toinho) e Mário.

A Joice, pelo amor. À sua família, em especial Isabel (Bell) e Dona Raquel.

Às amigas e aos amigos Verônica, Regiane, Carol, Carol Nova, Edenice, Fátima, Jane, Jerônimo, Lília, Liliana, Jamille, Viviane, Luís Carlos, Waldemário, Renilda e Valdenor, que tanto aquecem meu coração. Em especial, a Simone Dias e Wallace, amigos conquistados no doutorado, pelas trocas, pela caminhada lado a lado e pelas partilhas de nossas vidas privadas.

A Nsimba José, pelo compartilhar sobre a África e sonhos para além do acadêmico.

Ao amigo Cosme, que me inseriu na formação da agenda antirracista.

Às professoras Fanny Quiñones, pela irmandade, trocas de saberes e afetos, e Ione Celeste, pela disponibilidade e sugestões partilhadas durante o percurso do doutorado.

Ao Instituto Cultural Steve Biko, nas pessoas de Silvio Humberto e Lázaro, amigos que contribuíram com minhas descobertas valorosas sobre nossas negritudes. Ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Lauro de Freitas (Asprolf), a todos os diretores e membros, em especial ao seu presidente, Valdir Silva.

A Mariana Rios, profissional admirável, pela revisão textual sensível, responsável.

Às professoras da banca de defesa pela disponibilidade. À professora Kelly Alves, pelo aceite e sensibilidade. À professora Antonieta Miguel, a quem tenho admiração e estima, pela contribuição magnífica com conteúdos relevantes para esta pesquisa. À professora Elizabete Santana e ao grupo de pesquisa o qual coordena, o Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo (GPEC), que me inspiram. Serei sempre agradecida pelos ensinamentos desde a graduação, nossa baobá. À professora Claudia Miranda, a quem admiro, respeito e tenho imenso carinho, pelos giros decoloniais, sobretudo me provocando a pensar nossas re-existências a partir dos estudos afro-latino-americanos.

Especialmente, à minha orientadora, Solyane Lima, pela caminhada respeitosa, sobretudo junto à forma privada da minha escrita. Conduziu a orientação de maneira leve, sensível e precisa. Tenho por ela admiração, afeto e eterna gratidão.

Às pessoas que encontrei, nas tantas formas possíveis, ao longo de minha vida.

Palavras de Ope¹

Estava lá, sentada à beira do rio. Era franzina, meio desbotada, um tanto amarelada; e ali, ouvindo o tempo que me atravessava, ouvia o canto das águas. Levantei-me, calcei os pés e fui nas matas. Encontrei pássaros, contei-lhes algumas histórias, mas nem tudo pude falar, pois havia outras narrativas passando pelo ar. Mas segui agradecida e me despedi dos curiós, dizendo: *Ope!* Encontrei durante a trilha outros viajantes, que com minha beleza se encantaram; eles também tinham outros chamados, mas palavras sobre mim registraram, alguns de maneira mais aligeirada, outros dedicaram páginas e páginas. Fixei cada olhar e, antes de seguir, disse-lhes: *Ope!* Estava feliz em casa, a folha desgastada em que desde 1918 morava já não mais se perderia. Quase já dormindo, ouvi o estalar de alguns galhos. Eram passos, um outro viajante; na realidade, uma moça. Usava óculos, vestido florido, com manga curta e elástico na cintura, e nas mãos tinha luvas; sentou-se, pegou o periódico em que eu estava. Fiquei assustada, mas logo seus dedos me acalmaram, e à medida que me acarinhavam, passando as folhas de maneira delicada, decidi segredar-lhe um pouco de minha vida. Eu sussurrei baixinho: *sou uma Escrita, desta bem antiga*. Mostrei-lhe fotos das mãos de quem me escreveu, na realidade as imagens das faces daqueles que me deram vida em cada uma de minhas linhas manuscritas e que nos jornais viraram notícias sobre a primeira greve docente dos meus dias. Vi que a moça de óculos estava com um sorriso discreto, senti seu coração palpitar, e algumas lágrimas naquele momento se mostraram. Vi que anotou em seu caderno: “homens e mulheres negras”, e foi dali que lembrei das cartas escritas por e para uma preta. Françoise Ega, uma antilhana que trabalhava na França, conheceu Carolina Maria de Jesus, das descrições da obra *Quarto de despejo* na revista *Paris Match*. Mesmo estando tão distante, escreveu cartas endereçadas a Carolina, mas nunca as enviou; ela queria narrar sua vida. Seus escritos encontram-se hoje compondo o livro *Cartas a uma negra*. Confesso que estou emocionada vendo outra história cruzada. A moça de vestido florido, uma professora do século XXI, falou baixinho que escreverá cartas para as mãos pretas que nos papéis me registraram. E antes que eu pudesse no sono pegar, disse-me: *Gratidão!*

¹ Narrativa literária como uma forma de agradecer pela brincadeira das palavras, que rabiscaram em minha alma contos, poesias e coisas que a emoção queria falar, as quais me tornaram mais leve, amorosa e sensível às pessoas e ao mundo. *Ope*, que quer dizer “gratidão”, é esse sentimento que nos atravessa não apenas pelo desafio de reconstituir essa história, mas pela honra de tecer alguns outros pontos sobre nossos colegas de profissão, nascidos em outros tempos.

*Quando rejeitamos a história única, quando percebemos
que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum,
reavemos uma espécie de paraíso.*

Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 33)

RESUMO

A pesquisa historiográfica, desenvolvida a partir do campo da história da educação, analisou, a partir de fontes documentais, como as narrativas de professoras e professores primários da cidade de Salvador da década de 1910, predominantemente de autoria negra, demarcaram trajetórias cruzadas, experiências de associativismos docentes nas construções de movimentos, lutas e contribuições para a profissão docente em seus direitos trabalhistas e profissionais do magistério a partir do trabalho de experiência negra. As escavações epistemológicas (Miranda, 2020) nos possibilitaram compreender as trajetórias cruzadas reorganizando outras vias de agrupamentos e outros elos com as narrativas de resistências de autoria negra desses docentes. Reconhecemos as narrativas como expressões da intelectualidade dos professores elaboradas em suas experiências laborais. São textos sobretudo escritos; entre eles, cartas docentes que particularizaram a abordagem da tese, mas também narrativas visuais, que preservam memórias das experiências e das re-existências dos profissionais do magistério durante a década de 1910. Esta tese se inscreve tomando como ponto de partida as narrativas docentes, as quais versam sobre direitos profissionais do magistério no que se refere à justiça, equidade e pobreza quando esses trabalhadores ficaram parte de uma década sem o recebimento dos seus vencimentos. Isso nos exigiu pensar a relação entre trabalho, experiência e racialidade. Dessa forma, formulamos o conceito de trabalho de experiência negra, que diz respeito às experiências laborais instituídas das trajetórias cruzadas, nas quais existem aprofundamentos das desigualdades, disputas de narrativas e re-existências atravessadas pela categoria raça, as quais admitem interseccionalidade das e nas relações de trabalho. Como procedimentos metodológicos, dispusemos de referenciais da pesquisa documental (Le Goff, 1990) e da análise de narrativa (Bastos; Biar, 2015; Biar; Orton; Bastos, 2021) a partir de três categorias de análise formuladas para interpretação dos documentos: 1. a docência; 2. os direitos profissionais e a equidade no magistério; e 3. o poder público. Esta tese sustenta que a narrativa docente, expressivamente marcada pela autoria negra, autoria compreendida como atuação ativa que motiva a ocorrência de algo, desvela trajetórias cruzadas, experiências de associativismos de professoras e professores, negros e não negros, das escolas primárias públicas da capital da Bahia entre os anos de 1911 e 1920, forjando movimentos e lutas que contribuíram para a profissão docente em seus direitos trabalhistas e profissionais do magistério, agenciaram a defesa da educação e criaram o Centro de Defesa do Professorado Bahiano a partir do trabalho de experiência negra. Os principais conceitos e teorias utilizados foram: experiência histórica, de Thompson (1981); profissionalização docente e modelo de análise do processo histórico da profissionalização, formulados por Nóvoa (1992, 1999); intelectual, por Sirinelli (2003); associativismo docente, dos autores Lemos (2011), Vicentini e Lugli (2009) e Souza, R. (2011); desigualdade e racismo, com Carneiro (2011); teorias que discutem a interação entre eixos de subordinação, como raça, gênero e classe social, como interseccionalidade, com Collins e Bilge (2021) e Collins (2022); e lugar de fala, com Ribeiro (2017). Também foram usados como referências autores que discorrem sobre a história da profissão docente e da educação primária, como Silva (1997), Tavares (2008), Brandão (2012), Sousa (2012), Santana *et al.* (2013b), Santana, Sousa e Brandão (2020), Silva (2017), Anjos (2018), Cavalcante (2020), Miguel (2021) e Sousa e Lima (2024). Outras teorias e teóricos também possibilitaram pensar o objeto de análise e entender que a questão de pesquisa neste trabalho diz respeito às experiências das populações racializadas afro-latino-americanas.

Palavras-chave: Narrativa docente. Profissão e profissionalização do magistério. Movimentos e lutas docentes. Trabalho de experiência negra. Alvorecer da República.

ABSTRACT

The historiographical research, developed from the Field of History of Education, analyzed, from documentary sources, how the narratives of teachers and primary school teachers in the city of Salvador in the 1910s, predominantly of black authorship, demarcated crossed trajectories, experiences of teaching associations in the construction of movements, struggles and contributions to the teaching profession in its labor and teaching professional rights based on the work of black experience. The epistemological excavations (Miranda, 2020) allowed us to understand the intersecting trajectories by reorganizing other routes of groupings and other links with the narratives of resistance written by these teachers. We recognize the narratives as expressions of the teachers' intellectuality elaborated in their work experiences. These are mainly written texts, including teaching letters that particularized the approach of the thesis, but also visual narratives, which preserve memories of the experiences and re-existences of teaching professionals during the 1910s. teaching narratives as a starting point, they deal with professional rights in teaching, with regard to justice, equity and poverty when these workers spent part of a decade without receiving their salaries. This required us to think about the relationship between work, experience and raciality, in this way, we formulated the concept of black experience work, which concerns the work experiences established by crossed trajectories, in which there are deepening inequalities, narrative disputes and re-existences. crossed by the category of race, which admits intersectionality of and in work relationships. As methodological procedures, we have references from documentary research (Le Goff, 1990) and narrative analysis (Bastos; Biar, 2015; Biar; Orton; Bastos, 2021) based on three categories of analysis formulated for the interpretation of documents, they are: 1. teaching; 2. professional rights and equity in teaching; and 3. public authorities. This thesis maintains that the teaching narrative, expressively marked by black authorship, authorship understood as an active action that motivates the occurrence of something, reveals crossed trajectories, experiences of associations of black teachers, black and non-black, from public primary schools in the capital of Bahia between the years 1911 and 1920, forging movements and struggles that contributed to the teaching profession in its labor and teaching professional rights, promoted the defense of education and created the Center for the Defense of Bahian Teachers based on experience work black. The main concepts and theories used were: historical experience, by Thompson (1981); the concept of teaching professionalization and the model of analysis of the historical process of professionalization, formulated by Nóvoa (1992, 1999); the concept of intellectual, by Sirinelli (2003); teaching associations, by authors Lemos (2011), Vicentini and Lugli (2009) and Souza, R. (2011); inequality and racism, with Carneiro (2011); theories that discuss the interaction of axes of subordination, such as race, gender and social class, such as intersectionality with Collins and Bilge (2021) and Collins (2022) and place of speech, Ribeiro (2017). And authors who discuss the history of the teaching profession and primary education such as Silva (1997), Tavares (2008), Brandão (2012), Sousa (2012), Santana *et al.* (2013b), Santana, Sousa and Brandão (2020), Silva (2017), Anjos (2018), Cavalcante (2020), Miguel (2021) and Sousa and Lima (2024). And other theories and theorists that made it possible to think about the object of analysis and understand that the research question in this work concerns the experiences of Afro-racialized populations Latin American.

Keywords: Teaching narrative. Profession and professionalization of teaching. Teaching movements and struggles. Black experience work. Dawn of the Republic.

RESUMEN

La investigación historiográfica, desarrollada desde el Campo de Historia de la Educación, analizó, a partir de fuentes documentales, cómo las narrativas de docentes y docentes de educación básica de la ciudad de Salvador en la década de 1910, predominantemente de autoría negra, demarcaron trayectorias cruzadas, experiencias de asociacionismo docente en la construcción de movimientos, luchas y aportes al magisterio en sus derechos laborales y profesionales docentes a partir del trabajo de la experiencia negra. Las excavaciones epistemológicas (Miranda, 2020) permitieron comprender las trayectorias que se cruzan reorganizando otras rutas de agrupaciones y otros vínculos con las narrativas de resistencia escritas por estos docentes. Reconocemos las narrativas como expresiones de la intelectualidad de los docentes elaborada en sus experiencias laborales. Se trata principalmente de textos escritos, incluidas cartas docentes que particularizaron el enfoque de la tesis, pero también narrativas visuales, que preservan recuerdos de las experiencias y re-existencias de los profesionales de la enseñanza durante la década de 1910. Las narrativas docentes abordan como punto de partida las narrativas docentes profesionales. derechos en la enseñanza, en materia de justicia, equidad y pobreza cuando estos trabajadores estuvieron parte de una década sin recibir sus salarios. Esto nos obligó a pensar en la relación entre trabajo, experiencia y racialidad, de esta manera, formulamos el concepto de trabajo de experiencia negra, que se refiere a las experiencias de trabajo establecidas por trayectorias cruzadas, en las que se profundizan desigualdades, disputas narrativas y re-existencias atravesadas por la categoría de raza, que admite la interseccionalidad de y en las relaciones de trabajo. Como procedimientos metodológicos contamos con referentes de la investigación documental (Le Goff, 1990) y del análisis narrativo (Bastos; Biar, 2015; Biar; Orton; Bastos, 2021) a partir de tres categorías de análisis formuladas para la interpretación de documentos, son: 1. docente; 2. derechos profesionales y equidad en la enseñanza; y 3. autoridades públicas. Esta tesis sostiene que la narrativa docente, expresivamente marcada por la autoría negra, autoría entendida como acción activa que motiva la ocurrencia de algo, revela trayectorias cruzadas, experiencias de asociaciones de docentes negras, negros y no negros, de escuelas primarias públicas del capital de Bahía entre los años 1911 y 1920, forjando movimientos y luchas que contribuyeron al magisterio en sus derechos laborales y profesionales docentes, impulsó la defensa de la educación y creó el Centro de Defensa de los Profesores Bahianos basado en la experiencia del trabajo negro. Los principales conceptos y teorías utilizadas fueron: experiencia histórica, de Thompson (1981); el concepto de profesionalización docente y el modelo de análisis del proceso histórico de profesionalización, formulado por Nóvoa (1992, 1999) y el concepto de intelectual, de Sirinelli (2003); asociaciones docentes, de los autores Lemos (2011), Vicentini y Lugli (2009) y Souza, R. (2011); desigualdad y racismo, con Carneiro (2011); teorías que discuten la interacción de ejes de subordinación, como raza, género y clase social, como la interseccionalidad con Collins y Bilge (2021) y Collins (2022) y el lugar de habla, Ribeiro (2017). Y autores que discuten la historia de la profesión docente y de la educación primaria como Silva (1997), Tavares (2008), Brandão (2012), Sousa (2012), Santana *et al.* (2013b), Santana, Sousa y Brandão (2020), Silva (2017), Anjos (2018), Cavalcante (2020), Miguel (2021) y Sousa y Lima (2024) y otras teorías y teóricos que permitieron pensar el objeto de análisis y comprender que la pregunta de investigación de este trabajo concierne a las experiencias de los afro-poblaciones racializadas latinoamericanas.

Palabras clave: Narrativa docente. Profesión y profesionalización de la docencia. Movimientos y luchas docentes. Trabajo de experiencia negra. Amanecer de la República.

AKOPO

Iwadi itan-akoṣe, ti o dagbasoke lati aaye ti Itan-akoṣe ti Eḱo, ṣe atupale, lati awon orisun iwe-ipamo, bawo ni awon itan-akoṣe ti awon oluko ati awon oluko ile-iwe alakoberere ni ilu Salvador ni awon odun 1910, ti o je pataki ti onkowe dudu, awon itopa ti o koja, awon iriri ti awon egbe ikeko. ni awon ikole ti agbeka, sisekun ati onise si awon eko oojo ninu awon oniwe-laala ati eko ojogbon awon eto da lori awon ise ti dudu iriri. Awon excavations epistemological (Miranda, 2020) gba wa laaye lati loye awon itopa intersecting nipa atunto awon ipa-ona miiran ti awon akopopo ati awon ona asopo miiran pelu awon itan-akoṣe ti resistance ti awon oluko wonyi ko. A se akiyesi awon itan-akoṣe gegebi awon ikosile ti ogbon ti awon oluko ti a se alaye ni awon iriri ise won. Iwonyi je awon oro kiko nipataki, pelu awon leta ikoni ti o se pataki si ona ti iwe-eko, sugbon awon itan-akoṣe wiwo, eyiti o toju awon iranti awon iriri ati awon igbesi aye ti awon alamodaju ikoni ni awon odun 1910 awon eto ni ikoni, pelu iyi si idajo, inifura ati osi nigbati awon oshise wonyi lo apakan ti odun mewa laisi gbigba owo osu won. Eyi nilo ki a ronun nipa ibatan laarin ise, iriri ati eda-ara, ni ona yii, a se agbekale imoran ti ise iriri dudu, eyiti o ni ibatan si awon iriri ise ti iseto nipase awon itopa ti o koja, ninu eyiti awon aidogba jinle, awon ariyanjiyan itan ati tun- aye rekoja nipase awon eya ti ije, eyi ti o jewo intersectionality ti ati ni ise ibasepo. Gegebi awon ilana ilana ilana, a ni awon itokasi lati inu iwadii iwe-ipamo (Le Goff, 1990) ati itupale alaye (Bastos; Biar, 2015; Biar; Orton; Bastos, 2021) ti o da lori awon eka meta ti itupale ti a se agbekale fun itumo awon iwe ase, won je: 1. eko; 2. awon eto ojogbon ati isedede ni eko; ati 3. akosile alase. Iwe afowoko yii n setoju pe itan-akoṣe ikoni, ti a samisi ni gbangba nipase onkowe dudu, iwe-ase ni oye bi ise ti nshise lowo ti o fa isele ti nkan kan, safihan awon itopa ti o koja, awon iriri ti awon egbe ti awon oluko dudu, dudu ati ti kii se dudu, lati awon ile-iwe alakoberere gbogbogbo ni olu ti Bahia laarin awon odun 1911 ati 1920, forging agbeka ati sisekun ti o contributed si awon eko oojo ninu awon oniwe-laala ati eko ojogbon awon eto, igbega awon olugbeja ti eko ati ki o sedita awon Center fun awon olugbeja ti Bahian Teachers da lori iriri ise dudu. Awon imoran akoko ati awon ero ti a lo ni: iriri itan, nipase Thompson (1981); Erongba ti Iwadi Eko ati awose ti oninomba ti ilana ofin ti imo-oro, ni agbekale nipase Novoo (1999); ati imoran ti ogbon, nipase Sirinli (2003) awon egbe eko, nipase awon onkowe Lemos (2011), Vicentini and Lugli (2009) ati Souza, R. (2011); aidogba ati eleyameya, pelu Carneiro (2011); awon imo-oro ti o jiroro lori ibaraenisepo ti awon aake ti isodokan, gegebi ije, ako-abo ati kilasi awujo, bii intersectionality pelu Collins and Bilge (2021) ati Collins (2022) ati aaye oro, Ribeiro (2017). Ati awon onkowe ti o jiroro lori itan-akoṣe ti ise ikoni ati eto-eko akoko bii Silva (1997), Tavares (2008), Brandao (2012), Sousa (2012), Santana *et al.* (2013b) Santana, Sousa ati Brandao (2020), Silva (2017), Anjos (2018), Cavalcante (2020), Miguel (2021) ati Sousa ati Lima (2024) Ati awon imoran miiran ati awon onimoran ti o je ki o see se lati ronun nipa ohun ti a se ayewo ati ki o ye pe ibeere iwadi ni ise yii ni awon iriri ti Afro-racialized olugbe Latin America.

Awon Koko-oro: Awon alaye kiko. Ojo ati ojogbon ti eko. Awon agbeka ikoni ati awon igbiyanju. Black iriri ise. Dawn ti awon Republic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

abr.	abril
AHMS	Arquivo Histórico Municipal de Salvador
Am.	amigo
art.	artigo
att.	atenciosamente
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPPB	Centro de Defesa do Professorado Primário Bahiano
CSE	Conselho Superior de Ensino
cola.	colaborador
cx.	caixa
dez.	dezembro
drs.	doutores
et al.	<i>et alli</i>
Exm^o.	excelentíssimo
Exmos	excelentíssimos
Faced	Faculdade de Educação
fev.	fevereiro
FGV/Ibre.	Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia
fl.	folha
GPEC	Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Illm.	Ilustríssimo
Illmos	Ilustríssimos
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea)/Disoc.	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
jan.	janeiro
jul.	julho
jun.	junho
mar.	março
n.	número

Neim	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
obrg.	obrigado
out.	outubro
p.	página
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Contínua)
PPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PRD	Partido Republicano Democrático
prof.	professor
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
RHE	Revista de História da Educação
s. ex.	sua excelência
set.	setembro
Snr.	senhor
Snrs	senhores
sr.	senhor
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
V. S^a	vossa senhoria

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Galeria dos docentes negros que atuaram nos movimentos e lutas na década de 1910	66
Figura 2	A comissão central eleita	75
Figura 3	Grupo de professores homens que compareceram à reunião de 17 de fevereiro de 1918	76
Ancestralidade	Foto de Jovina de Castro Senna Moreira	3
Seção-carta 1	Foto de Isauro Abdon da Silva Coelho	21
Seção-carta 2	Foto de Emilia de Oliveira Lobo Vianna	38
Seção-carta 3	Foto de Vicente Ferreira Café	63
Seção-carta 4	Foto de Anna Moreira Bahiense	98
Seção-carta 5	Foto de Alberto Francisco de Assis	133
Seção-carta 6	Foto de Cincinato Ricardo Pereira Franca	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sequência de documentos que se referem ao termo “greve”	48
Quadro 2	Professores das comissões na reunião referente à greve de professores primários de Salvador ocorrida em 15 de fevereiro de 1918	71
Quadro 3	Documentos históricos de narrativas docentes da década de 1910	104
Quadro 4	Teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas de 1913, 1914 e 1915 escritas por professores que participaram da greve	112
Quadro 5	Notícias publicadas no jornal <i>A Tarde</i> em 20 de fevereiro de 1918	120
Quadro 6	Composição do Centro de Defesa do Professorado Primário Bahiano	127
Quadro 7	Petições escritas por professoras sobre locação e despejo dos prédios escolares	140
Quadro 8	Lista dos nomes dos autores das cartas que falam sobre a greve docente de 1918	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de escolas, matrículas, frequência e docentes nas escolas primárias municipais de Salvador entre 1897 e 1924	41
-----------------	---	----

LISTA DE CARTAS BIOGRÁFICAS

Carta biográfica ao leitor (1)	Possidônio Dias Coelho	68
Carta biográfica ao leitor (2)	Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna	69
Carta biográfica ao leitor (3)	Cincinato Ricardo Pereira Franca	70
Carta biográfica ao leitor (4)	Jovina de Castro Senna Moreira	72
Carta biográfica ao leitor (5)	Emilia de Oliveira Lobo Vianna	73
Carta biográfica ao leitor (6)	Anna Moreira Bahiense	74
Carta biográfica ao leitor (7)	Alberto Francisco de Assis	77
Carta biográfica ao leitor (8)	Vicente Ferreira Café	78
Carta biográfica ao leitor (9)	Severiano Gonçalves de Salles Filho	79
Carta biográfica ao leitor (10)	Isauro Abdon da Silva Coelho	80
Carta biográfica ao leitor (11)	Manoel Theotimo d'Almeida	81
Carta biográfica ao leitor (12)	Francellino do Espirito Santo Pereira de Andrade	82
Carta biográfica ao leitor (13)	Hugo Balthazar da Silveira	83

SUMÁRIO

SEÇÃO-CARTA 1	21
<i>Carta literária ao professor Isaurio Abdon da Silva Coelho</i>	22
1 PRIMEIRAS PALAVRAS: CUMPRIMENTO À LEITORA E AO LEITOR	23
1.1 RECONSTITUIÇÃO DA GREVE COMO RESULTADO DE ESCAVAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS EM DOCUMENTOS HISTÓRICOS	26
1.2 NARRATIVAS DOCENTES DE AUTORIA NEGRA E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	34
SEÇÃO-CARTA 2	38
<i>Carta literária à professora Emilia de Oliveira Lobo Vianna</i>	39
2 A PRIMEIRA GREVE DOCENTE NA CIDADE DE SALVADOR EM 1918	40
2.1 OS ESCRITOS HISTÓRICOS DOS PROFESSORES E O TERMO “GREVE”	42
2.2 A GREVE DE 1918 MENCIONADA EM OUTROS TRABALHOS	49
2.3 O CONTEXTO DE SALVADOR NA DÉCADA DE 1910 E A FALTA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS DOS DOCENTES	52
SEÇÃO-CARTA 3	63
<i>Carta literária ao professor Vicente Ferreira Café</i>	64
3 PROFISSÃO PROFESSORA, PROFESSOR: RE-EXISTÊNCIA NEGRA, PRESENCAS E ATUAÇÕES FEMININAS NA GREVE DE 1918	65
3.1 A COMISSÃO CENTRAL REPRESENTATIVA DA GREVE	67
3.2 DOCÊNCIA NEGRA E A PARTICIPAÇÃO NA GREVE DE 1918	71
3.3 PROFESSORAS E PROFESSORES PRIMÁRIOS: OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SEM SALÁRIOS	86
3.3.1 Concursos públicos, prescrições legais para investidura no magistério	87
3.3.2 Adesão e participação feminina na greve	91
3.4 PROFESSORAS E PROFESSORES SEM SALÁRIOS	94
SEÇÃO-CARTA 4	98
<i>Carta literária à professora Anna Moreira Bahiense</i>	99
4 COM A PALAVRA, A PROFESSORA, O PROFESSOR: EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIATIVISMO E A ESCRITA DE AUTORIA NEGRA	100
4.1 A ESCRITA DE AUTORIA NEGRA	102
4.2 EXPERIÊNCIA DE ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM SALVADOR NO FINAL DA DÉCADA DE 1910	108
4.3 NARRATIVAS DE DISPUTA: DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DOS	

	DIREITOS TRABALHISTAS E PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	110
4.4	CENTRO DE DEFESA DO PROFESSORADO PRIMÁRIO BAHIANO, CRIADO DURANTE A GREVE DE 1918	126
4.5	A <i>REVISTA DO ENSINO</i> , FUNDADA EM 1924	130
	SEÇÃO-CARTA 5	133
	<i>Carta literária ao professor Alberto Francisco de Assis</i>	134
5	EPÍSTOLA E O DESVELAR DA DESIGUALDADE: PROFESSORES NEGROS E UMA MAIORIA FEMININA NA GREVE DE 1918 E OS ATRAVESSAMENTOS INTERSECCIONAIS	135
5.1	A FALTA DE PAGAMENTO DAS GRATIFICAÇÕES DOS PRÉDIOS ESCOLARES ANTES DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE	139
5.2	AS CARTAS DAS PROFESSORAS E PROFESSORES EM SOLIDARIEDADE AO PROFESSOR ISAURO ABDON DA SILVA COELHO	145
5.2.1	O que dizem as cartas das professoras e dos professores sobre a greve de 1918 e quais outras narrativas as atravessam?	148
	SEÇÃO-CARTA 6	171
	<i>Carta literária ao professor Cincinato Ricardo Pereira Franca</i>	172
6	SABERES E DOCÊNCIA NEGRA: SAUDAÇÕES À ANCESTRALIDADE E AOS MOVIMENTOS E LUTAS REVERBERADOS DO TRABALHO DE EXPERIÊNCIA NEGRA	173
	REFERÊNCIAS	180
	APÊNDICE A – Descrição dos documentos de análise	188
	APÊNDICE B – Lista de notícias sobre a greve e sobre a situação do professorado levantadas de diferentes periódicos e publicações de diferentes tipos de documentos dos anos de 1918 e 1919	192
	APÊNDICE C – Lista de dissertações e teses nos bancos da Capes e da BDTD levantadas dos cruzamentos de temas como movimentos de professores, lutas de professores, organização de professores, associativismo docente, profissionalização docente, greves e história do trabalho	208
	APÊNDICE D – Levantamento de artigos relacionados a temas como movimentos de professores, lutas de professores, organização de professores, associativismo docente, profissionalização docente e história do trabalho do final do período imperial à Primeira República	211
	APÊNDICE E – Lista dos nomes dos professores que escreveram as cartas que encontramos em solidariedade ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho em 1918	213
	APÊNDICE F – Nome dos professores primários municipais que participavam dos movimentos e lutas docentes e participaram da reunião	

do dia 16 de fevereiro de 1918	214
APÊNDICE G – Fotografia de um grupo cultural familiar denominado Unidos venceremos, que nas décadas de 1980 e 1990 promovia ações sociais, festivas, artísticas e culturais na favela da Baixa do Tubo em Salvador	216

Seção-carla 1



Salvador, 14 de setembro de 2022

Ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho

Estimado colega,

Provavelmente, meu nome não lhe é próximo, e certamente não lembra do contorno da minha face e da cor dos meus olhos. São castanhos e levemente esticados, pele negra, sobrancelhas cheias e pretas, bochechas arredondadas, um tanto sobressaltadas, lábios e nariz largos, madeixas crespas de muitos cachos. Trago junto à minha alma tantas outras mulheres e homens que nesta e em outras vidas me constituíram e me atravessaram. Nos últimos tempos, temos compartilhado certa proximidade – tenho lido seus escritos e de outros tantos colegas, e as palavras aos poucos se desvelam. Talvez esteja se perguntando como posso ser-lhe próxima se nenhuma informação a respeito da minha vida privada ou profissional já havia contigo compartilhado. Nasci no ano de 1980, hoje já tenho mais de 40; com 16 anos já ensinava, mesmo não sendo ainda formada. Comecei cedo na vida educacional, na época ainda cursava o magistério no Instituto, o qual foi fundado como Escola Normal. Escrevo-lhe sentada na sala de jantar da casa de minha mãe para falar sobre nossa vida, e a posição da cadeira me permite olhar para uma tela que me inspira, um quadro afixado na parede central retratando um baobá, árvore antiga da nossa terra original. O ano de 1918, no qual ocorreu a greve por vocês escrita, eu já tinha registrado, em pesquisa, palavras sobre outros professores dos seus dias, sobre a Escola Abrigo dos Filhos do Povo, fundada por Raymundo Luis dos Santos Frexeiras, um irmão de pele preta. Uma pesquisadora de minha estima mencionou que posso ter com a década de 1910 uma dívida, nascida em outra vida, como um carma espiritual, mas tudo que por esses tempos sinto indica que, de alguma forma, fui parte. Minha alma segue clamando por justiça para que, ainda em nossos dias, as re-existências sejam honradas sem modéstia e para que consigamos fazer a nossa grande festa. Essas são as nossas esperanças nascidas das nossas andanças.

Com estima, sua colega Ladjane Alves Sousa

1 PRIMEIRAS PALAVRAS: CUMPRIMENTO À LEITORA E AO LEITOR

Cara leitora, caro leitor,

Quando o sonho de construir a escrita acadêmica deseja encontrar os cacos, os restos, os fragmentos, os afetos nas memórias grafadas, narradas por docentes desconhecidos de outrora, de alguma forma, traduz nossa busca pelo o que nos falta, nos acrescenta e nos aproxima daqueles que foram quem essencialmente somos.²

Construir conhecimento a partir das narrativas de professoras e professores primários do início do período republicano é remontar a memória de quem éramos e de quem, de alguma forma, somos, desde que adentraram mais amplamente mulheres negras e homens negros na escola brasileira para o exercício da profissão docente. As relações entre docência e racialidade vêm sendo pouco exploradas pela historiografia e história da educação, portanto essa é uma das premissas desta pesquisa.

Neste estudo, partimos do ponto de vista das professoras e dos professores, pois consideramos que suas experiências os tornam as melhores testemunhas sobre a história da profissão docente, mas fizemos isso contrastando com narrativas outras, a exemplo daquelas do poder público, de outros funcionários públicos e dos jornalistas, para mensurar os acontecimentos. Dessa maneira, tomamos como objeto de pesquisa neste estudo as narrativas de professores da escola primária em Salvador desde o pós-abolição sobre movimentos e lutas a partir do trabalho de experiência negra.

A narrativa docente permitiu reconstituirmos a greve e remontarmos os motivos que levaram à criação de entidades jurídicas e de instituições relacionadas às atividades da profissão docente, como o Centro de Defesa do Professorado Primário Bahiano (CDPPB) e a *Revista do Ensino*, bem como suas relações com ligas de professores de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que pressupõe pensar associativismo.

Entendemos associativismo docente, como considera Lemos (2011), não só como associações formais e jurídicas, mas principalmente, e de maneira ampla, como movimentos, lutas e diferentes formas de atuação coletiva e organização de professores, que ocorrem de maneira complexa no interior de um campo de disputa entre o Estado e os professores e entre os próprios professores, visando definir e reconfigurar o exercício da docência e os direitos trabalhistas e profissionais do magistério. Apoiado em Fernandes (1989), Lemos (2011, p. 10) diz que “[...] o associativismo docente é considerado um dos pontos fundamentais para o

² Este trecho foi redigido como parte do projeto de doutorado (2020) que originou esta pesquisa (não publicado).

processo de profissionalização dos professores, pois ele permitiu a identificação de interesses e de necessidades que só em conjunto poderiam ser satisfeitas”.

Os escritos que analisamos foram majoritariamente produzidos pelos docentes que faziam parte da comissão central da greve de 1918, sobretudo os professores negros. Contamos ainda com a escrita ativa de outros três professores que não faziam parte da comissão central, também docentes negros que tiveram participação ativa na greve e nos movimentos e lutas da década de 1910. Além das notícias sobre a greve produzidas por jornalistas, docentes e outros atores sociais encontradas em periódicos, levantamos uma variedade de documentos neles compilados na íntegra produzidos por outros atores sociais, como médicos, advogados, tenentes, entre outros, que se referiram ao movimento dos professores primários, apoiando, criticando e até mesmo sendo contrários a ele.

Cada narrativa docente nesta pesquisa, das professoras negras e professores negros e não negros, inserida como testemunho de um tempo e espaço, é relevante para pensarmos a profissão docente, pois todos foram ativos nessa construção.

Compreendemos as narrativas docentes como expressões da intelectualidade dos professores; são textos sobretudo escritos, mas também visuais, que preservam memórias dos movimentos e lutas docentes desde os primeiros anos do pós-abolição até o final da década de 1910. A intelectualidade que reconhecemos na identidade profissional do docente e que compõe seu processo de profissionalização está inscrita nas experiências individuais e coletivas dos docentes.

Sirinelli (2003, p. 234), que vem estudando a história dos intelectuais (os atores do cenário político, testemunhas dos acontecimentos, que os descrevem, os interpretam e adotam posições), apresenta-nos duas acepções do intelectual: uma ampla e sociocultural, que engloba criadores e mediadores culturais; e outra mais estreita, baseada na noção de engajamento, que reconhece a participação a partir da coletividade. Traz também as noções de itinerário, geração e sociabilidade como chaves de análise que demarcam a partir da história suas compreensões sobre intelectuais.³

Estamos nos referindo a uma narrativa e uma intelectualidade negra, considerando que os escritos são produções de autoria majoritariamente negra e, mesmo quando não o são, estudá-

³ Itinerários são classificados como estruturas que tratam dos destinos individuais ou de trajetórias cruzadas, vidas paralelas, oriundos de uma mesma matriz comum. Sociabilidade é uma estrutura que possibilita uma forma de se organizar em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades difusas que fundam uma vontade e gosto de conviver. Gerações são estruturas que levam em conta o efeito das décadas, no qual processos de transmissões culturais são essenciais e um intelectual se define por referência a uma herança, em que o patrimônio dos mais velhos é elemento de referência explícita ou implícita (Sirinelli, 2003).

las é, em certa medida, estudar a história dessa profissão, reconhecendo que se insere no que chamamos de trabalho de experiência negra. Ao formular esse conceito que relaciona trabalho, experiência e racialidade, vislumbramos as singularidades atravessadas nessa relação.

A motivação para este estudo tem relação com vivências pessoais e profissionais. Sou professora desde 1997 e, desde 2012, frequento ativamente o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Lauro de Freitas, ao qual sou filiada. Percebi nos fóruns desse sindicato silêncio feminino, sobretudo das professoras negras, mesmo sendo nós, em muitos momentos, a maioria dos participantes; geralmente, um pequeno grupo de homens não negros era o que mais se pronunciava. Essas recordações, entre outras, me aproximaram das discussões sobre os movimentos e lutas dos docentes, pois o exercício da minha profissão está íntima e intrinsecamente ligado à narrativa docente de autoria negra (autoria compreendida como atuação ativa, aquele que motiva a ocorrência de algo, a exemplo da experiência que se tem, a própria produção da escrita de si).

Desde 2007, como pesquisadora do campo da história da educação do Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo (GPEC), havia tido contato com fontes sobre a greve de professores primários no ano de 1918 em Salvador, quando dos levantamentos de documentos, e foi assim que formulamos uma questão de pesquisa na historiografia, indagando-nos sobre a história da profissão docente em seus movimentos e lutas mergulhados em um contexto de precarização dos recursos para os serviços de educação.⁴

Para compreendermos o aprofundamento da precarização dos recursos para os serviços da educação, olhamos para a década de 1910 sem se desvincular do fato de que essa precarização esteve presente junto à docência desde o período anterior a abolição formal do sistema escravocrata no Brasil.

A precarização dos recursos para os serviços de educação é um tema presente nas narrativas de professores desde o período imperial, e entre os anos de 1911 e 1920 encontra-se nos diversos escritos uma concentração dessas reclamações, queixas, protestos, reivindicações, pedidos, propostas e crises. Ao versar sobre esses aspectos, os professores apontam interesses e pautas comuns, o que, de certa forma, nos leva a definir a década como relevante para estudar movimentos, lutas, organização e associativismo de professores (Silva, 2017, 2018).

A precariedade a que nos referimos aqui diz respeito a condições dos prédios escolares,

⁴ A precarização dos recursos para os serviços de educação não anula nem ignora o contexto da construção da escola primária e do ensino municipal em Salvador, o único ensino público voltado para a população, considerando que as escolas anexas da Escola Normal, administradas pelo governo estadual, atendiam a uma clientela muito pequena e envolviam na época, provavelmente, um máximo de seis professores primários. Esse conceito traduz a realidade que deixou os professores ficarem 36 meses, quando do final da greve, sem recebimento de pagamentos dos seus vencimentos e diante de precarizações de outros recursos para os serviços de educação.

falta de pagamentos dos aluguéis destes, escassez de materiais didáticos, falta de investimento em livros didáticos, em mobiliários escolares, nos cursos dos professores, no fardamento escolar, no cumprimento dos pagamentos dos salários, entre outros (Santana; Costa, 2013), escritos e inscritos na narrativa docente sobre seus movimentos e lutas.

1.1 RECONSTITUIÇÃO DA GREVE COMO RESULTADO DE ESCAVAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS EM DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Nesta pesquisa, fizemos escavações sobre as trajetórias cruzadas de docentes que construíram uma das primeiras greves de professores primários do Brasil, em movimentos e lutas por direitos trabalhistas e profissionais do magistério. Conseguimos alcançar essa dimensão dos itinerários a partir da narrativa docente preservada em diferentes documentos históricos que desvelaram a organização e associação docente para a defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério. Revelaram ainda compreensões sobre as experiências laborais atravessadas pela racialidade, o que nos apontou especificidades, como o aprofundamento da precarização dos recursos para os serviços de educação, a exemplo da falta de pagamento dos salários por um extenso período, levando os docentes a uma condição de extrema pobreza.

Trajetórias cruzadas seriam uma dimensão da noção de itinerário proposta por Sirinelli (2003) como chave de análise para pensar intelectualidade em uma perspectiva histórica. Mencionamos uma dimensão, pois para esse autor o itinerário seria as estruturas que tratam tanto dos destinos individuais como das trajetórias cruzadas, mas que para ambos os casos congregam uma mesma matriz comum, ou seja, arquétipo comum, que seria o ponto de partida, a localização originária. As trajetórias cruzadas são, de certa forma, os percursos de diferentes membros da categoria docente, mas que se originam de uma matriz comum, entre outros exemplos, suas formações na Escola Normal e em instituições de ensino correlatas, o exercício profissional nas escolas públicas, a própria condição de serem funcionários públicos, suas experiências laborais e a profissão propriamente dita como matriz comum, ou seja, a docência, ser professora, ser professor.

Das escavações epistemológicas formulamos o conceito de “trabalho de experiência negra”, definição intimamente vinculada à ideia de interseccionalidade. Reconhecemos o trabalho de experiência negra como uma compreensão da dinâmica laboral instituída das trajetórias cruzadas quando a racialidade atravessa a vivência dos trabalhadores suscitando opressões e, em contrapartida, resistências. É uma forma de considerar a experiência das

pessoas em seus exercícios laborais quando as trajetórias se cruzam produzindo outras experiências, que ao mesmo tempo oprimem e resistem. Entendemos a interseccionalidade como uma ferramenta analítica que busca identificar as origens e as consequências da interação dos diferentes eixos de subordinação, como raça, gênero e classe.

Collins (2022) chama a atenção para o fato de que na literatura acadêmica a interseccionalidade foi conceituada de diferentes maneiras, compreendendo-a como um paradigma, um conceito, uma estrutura, um dispositivo heurístico e teórico. A autora, embora considere essa heterogeneidade como algo positivo (o que sinaliza, de certa forma, sua natureza dinâmica), também reconhece que a maneira díspar como vem sendo usada gera dilemas para a sua definição. Considerando que o escopo de trabalho que agora existe agasalhado sob o termo “interseccionalidade” fornece uma base promissora para especificar suas questões, preocupações e análise, a autora propõe a interseccionalidade reconhecendo que se encontra em processo de construção como teoria social crítica.

Collins (2022) considera ainda que algumas teorias sociais tanto têm o poder de oprimir, de justificar, de produzir manutenção de uma ordem social, quanto podem suscitar explicações críticas a respeito de ações sociais, contestando ordens. Compreende a teoria social crítica também como um tipo específico de conhecimento, pois põe o mundo social em foco e considera que:

[...] a teoria social crítica tanto explica quanto critica as desigualdades sociais vigentes com o olhar voltado para a criação de possibilidades de mudança. Em outras palavras, teorias sociais críticas visam reformar o que está posto com a esperança de transformá-lo em algo diferente (Collins, 2022, p. 17).

Essa discussão necessária que Collins (2022) faz inserindo a interseccionalidade no escopo das teorias sociais críticas segue o fluxo da compreensão da interseccionalidade como lente para análise da ação social. Isso nos é caro, considerando uma pesquisa construída a partir do trabalho de experiência negra e, especificamente, as experiências dos docentes quando em suas ações laborais, nos movimentos e lutas pela defesa de direitos profissionais e da educação pública, o que foi possível analisando a narrativa de autoria negra à medida que escavamos epistemologicamente suas trajetórias cruzadas.

Miranda (2020, p. 103) considera que “[...] é tarefa obrigatória realizarmos escavações epistemológicas para compreendermos o acúmulo e as bases dessa batalha pela vida”. A autora entende que os itinerários reorganizam outras vias de agrupamento, nas quais as escavações epistemológicas são pensadas a partir de reelaborações de outros elos com as narrativas sobre resistências e sobre territorialidades – é o que os professores em Salvador fizeram a partir de

narrativas de resistência na greve de 1918 sob liderança de autoria negra.

Conseguimos escavar as trajetórias cruzadas a partir da narrativa de resistência inscrita nos textos de autoria negra quando relatam os movimentos e lutas pela defesa dos seus direitos profissionais na greve de professores primários no ano de 1918, retomando os acúmulos construídos num território de disputa de narrativas criado desde a matriz colonial.

Buscamos construir uma pesquisa reconstituindo um movimento a partir das narrativas docentes escritas e inscritas nos documentos históricos levantados, como manifestos, cartas e outros documentos de professoras e professores da escola primária na década de 1910 que, entre outros conteúdos, versam sobre a greve de 1918. A proposta não foi pesquisar a greve de professores em si, fato que por si só já é de grande relevância para a historiografia, mas reconstituí-la em seus movimentos e lutas pela defesa da educação pública e, especificamente, pelos direitos trabalhistas e profissionais do magistério, o que não se inicia nem se finaliza nesse ano, nem nessa década.

As autoras Bastos e Biar (2015) consideram que a análise de narrativa é útil para compreender o que acontece na vida social e que o mundo social se constrói à medida que as pessoas discutem, escrevem e o contestam e os significados sociais sobre as narrativas se constroem de maneira ativa. Por isso é relevante um diálogo multidisciplinar no que se refere aos modos de pensar as práticas humanas. Essas autoras consideram que a análise de narrativa é uma ferramenta útil, pois:

[...] promove diálogo entre múltiplas áreas do saber; se debruça sobre a fala dos mais diversos atores sociais, nos mais diversos contextos; reverbera entendimento do discurso narrativo como prática social constitutiva da realidade; nega a possibilidade de se delinear as identidades estereotipadamente, como instituições pré-formadas [...] (Bastos; Biar, 2015, p. 121).

Essas autoras chamam a atenção para os modos como as práticas narrativas orientam os processos de resistência e reformulação identitária.

Vislumbramos nos escritos dos professores como forjaram, a partir da escrita, experiências de associativismo, produzidas em sua maioria por professores negros, e levantamos os temas, conteúdos inscritos nesses textos.

É preciso compreender que o estudo de narrativa aqui proposto analisa a escrita de autoria negra que versa sobre suas experiências na defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério e na defesa da educação de maneira ampla. Os docentes negros escreveram sobre suas experiências, mas também criaram narrativas que discorrem sobre as formas como o coletivo dessa classe profissional experienciava de modo associado a defesa dos

seus direitos e da educação pública.

Estudamos as narrativas das professoras e dos professores da década de 1910 a partir das contribuições de Bastos e Biar (2015) e Biar; Orton; Bastos (2021) e também considerando as cartas, um tipo de documento particular nesta pesquisa, devido à relevância dos temas e conteúdos desvelados por essas narrativas. Utilizamos a análise sobre epístola considerando a conceituação sobre a escrita epistolar proposta por Haroche-Bouzinac (2016).

Nossa hipótese central é que as narrativas docentes sobre o trabalho de experiência negra desvelam trajetórias cruzadas, associativismos de professores primários na década de 1910, cujos escritos se configuram como a própria organização dos movimentos e lutas, e que, devido à precarização dos seus salários e da locação escolar, esses docentes construíram, ao que tudo indica, a primeira greve de professores de que se tem notícia na Bahia e provavelmente uma das primeiras no Brasil, o que proporcionou contribuições diretas à sua profissão no que tange aos direitos trabalhistas e profissionais do magistério.

Outra hipótese é que as práticas políticas e intelectuais dos docentes inscritas nas narrativas contidas em diversos documentos evidenciam a atuação ativa desses professores nas agendas de movimentos e lutas educacionais, e não apenas pelas condições de pobreza que se faziam presentes na vida da grande maioria do professorado.

Levamos ainda a hipótese de que as professoras e os professores da escola primária tenham sido afetados pelo aprofundamento da precarização dos recursos para os serviços de educação, ocasionada sobretudo pela falta de pagamento dos salários dos docentes e da locação dos prédios escolares, o que desvela experiências de opressão exercidas pelo poder público e experiências de resistências por parte do professorado atravessadas pela interação entre raça, gênero e classe.

As informações e reflexões até aqui inseridas nos levam a algumas indagações, tais como: qual representação a sociedade da época tinha sobre o professorado primário? Quem eram os professores primários? Por que professores negros estavam à frente dos movimentos e lutas docentes? Como eram as atuações políticas e intelectuais de tais professores? Quais diferenças existiam entre a greve dos professores primários e as demais greves? Como os docentes se posicionavam a respeito da precarização dos recursos para os serviços de educação? Quais problemáticas eram enfrentadas pela sociedade local, nacional e internacional da época? Qual relação podemos fazer entre as organizações e associativismos de professores e as criações de entidades e instituições de defesa e manutenção dos direitos profissionais do professorado da capital da Bahia? As trajetórias cruzadas dos docentes negros líderes da greve possibilitaram a reorganização de outras vias de agrupamento para a defesa dos seus direitos profissionais?

Considerando tais reflexões, torna-se relevante encontrar respostas para a questão: como as narrativas das professoras e dos professores da escola primária de Salvador na década de 1910, liderada por uma maioria de professores negros, através de seus movimentos e lutas, demarcam trajetórias cruzadas e experiências de associativismos docentes para a defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério?

Assim, o objetivo central desta pesquisa é analisar, a partir das fontes historiográficas, como as narrativas das professoras e dos professores da escola primária em Salvador da década de 1910 demarcaram trajetórias cruzadas, experiências de associativismos docentes nas construções de movimentos, lutas e contribuições para a profissão docente em seus direitos trabalhistas e profissionais do magistério a partir do trabalho de experiência negra.

Dessa maneira, formulamos o conceito de trabalho de experiência negra, que diz respeito às experiências laborais, entendidas como vivências dotadas de reflexões, nas quais existem aprofundamentos das desigualdades, disputas de narrativas e re-existências atravessadas pela categoria raça, as quais admitem interseccionalidade, complexidade e heterogeneidade das e nas relações de trabalho durante a década de 1910, mas também nas experiências que atendam essa estrutura e a relação do domínio do poder desde a matriz colonial.

Para analisarmos o objeto da pesquisa, foi necessário especificamente: descrever quem eram os docentes autores das narrativas contidas nos documentos produzidos como estratégias de movimentos e lutas nesse período; sistematizar as informações sobre a greve docente de 1918, reconstituindo-a e nomeando o movimento que construíram e as estratégias por eles desenvolvidas; elencar as causas que levaram à primeira greve de professores; relacionar os movimentos e lutas docentes com a precarização dos recursos para os serviços de educação; discorrer sobre as experiências de associativismo frente às disputas de narrativas entre docência e poder público, verificando a relação com os direitos trabalhistas dos profissionais do magistério; identificar quais professores foram mais atingidos pelo aprofundamento das precarizações dos recursos para os serviços de educação ocasionado pelo atraso substancial dos seus vencimentos; e assinalar como suas estratégias de luta demarcaram contribuições para os direitos trabalhistas e profissionais do magistério.

Os documentos históricos foram levantados de diferentes periódicos, como os jornais *Diário de Notícias*, *A Tarde*, *O Imparcial*, *Jornal de Notícias* e *A Hora*, além da *Revista do Ensino*, mas também usamos prescrições legais e outras documentações oficiais e não oficiais oriundas de outras fontes de pesquisa. Eventualmente usamos alguns outros documentos, também de autoria docente, mas que foram publicados fora do recorte temporal, para fazer menção a alguma informação relevante.

Os jornais levantados narraram sobre a greve docente de 1918 a partir de uma abordagem específica: enfatizando ou não as notícias na disposição visual do impresso, com maior ou menor número de publicações, defendendo o ponto de vista do docente ou defendendo a narrativa dos administradores do poder público, escritos presentes especificamente no jornal, ou até mesmo tentando narrar fatos sem necessariamente tomar partido de uma das partes (professorado e administração pública). Todos foram utilizados nesta pesquisa, entretanto o jornal *A Tarde*, devido ao volume de notícias nele veiculadas sobre a greve, é neste estudo o periódico mais utilizado.

Esse periódico, no ano de 1918, declaradamente se colocava em oposição ao governo de Antônio Muniz (1916-1920)⁵ e, de maneira ampla, fazia oposição à era seabrista e ao intendente por ele nomeado para administrar a capital da Bahia. Narrar sobre precariedades e explicitar problemas da administração era relevante para o jornal que fazia oposição declarada. Mas, contrastando alguns dos documentos de autoria dos docentes sobre a greve que foram publicados em diferentes jornais, conseguimos precisar a veracidade das narrativas e dos seus conteúdos.

Embora naquele momento estivesse pautando a luta do professorado e fazendo oposição à administração pública da cidade de Salvador, ao governador Antônio Muniz e a toda a representação da era seabrista, o jornal *A Tarde* se colocou de modo diferente quando, em 1924 e 1925, apoiou e defendeu o governo de Francisco Marques de Góis Calmon no estado da Bahia (1924-1928). Diferentemente do que ocorreu no período da greve, o periódico não apoiou as manifestações da associação dos professores, sobretudo quando havia uma intenção, por parte da administração pública estadual, de retirar o caráter vitalício do professor (Miguel, 2021).

O jornal *A Tarde*, principal fonte de pesquisa, na década de 1910, ao noticiar constantemente materiais sobre a greve, expressando e assumindo uma posição de defesa junto aos professores primários, não esteve deslocado desse contexto de disputa política.

O período de domínio seabrista teve momentos de tensão como os movimentos da população contra a carestia, a crise financeira da capital, a greve do professorado municipal em 1918, a greve dos operários em 1919 e a revolta sertaneja em 1920. (Silva, 2018, p. 48).

Um aspecto que também ratifica o destaque dado pelo jornal *A Tarde* à greve do professorado é o lugar privilegiado que as notícias sobre esse tema ocupavam, sendo geralmente publicadas nas páginas 1 e 2 desse periódico. A estrutura do jornal era composta de seis páginas, contando com a capa. A composição era sempre com as três primeiras páginas como

⁵ Antônio Muniz como sucessor de J. J. Seabra na administração do estado da Bahia.

reportagens majoritariamente de notícias, sendo as duas primeiras marcadas pelos assuntos de destaque, sobretudo a capa, e a terceira constituída de notícias redigidas em textos curtos. As páginas 4, 5 e 6 continham mais anúncios e propagandas, embora a página 4 em parte dos exemplares compartilhasse outras notícias.

Descrever um pouco dessa estrutura é provocativo para pensarmos a relevância atribuída pelo jornal *A Tarde* à greve dos professores primários, o que não se sobrepõe à relevância desse movimento social para a época. Nossa análise se deu a partir de páginas de jornais, nem sempre usadas na íntegra, pois isso só ocorria quando as notícias que nos interessavam ocupavam páginas inteiras.

Considerando as fontes e os procedimentos de levantamento de informações, esta é uma pesquisa de base documental, que se insere na abordagem qualitativa. Entendemos documento como um produto da sociedade que o fabricou, segundo relações de forças; são os escritos oficiais, mas também, de maneira mais ampla, os escritos privados, os literários, epistolares, documentos artísticos, iconográficos, orais, entre outros (Le Goff, 1990).

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. (Le Goff, 1990, p. 472).

Le Goff (1990) considera as fotografias como documentos revolucionários da memória, pois compreende que as narrativas visuais multiplicam e democratizam a memória, dando-lhe precisão e permitindo preservar a memória do tempo e da continuidade cronológica. Trazer essas considerações é necessário, uma vez que a fotografia foi utilizada de forma particularizada e essencial neste estudo.

Fizemos um levantamento amplo de fontes históricas, a partir das quais conseguimos reunir uma documentação extensa, com 337 documentos, que compõem um conjunto de 30 tipos diferentes: 1. abaixo-assinado, 2. ata, 3. carta, 4. comunicação, 5. convite, 6. declaração, 7. depoimento, 8. entrevista, 9. estatuto, 10. exposição de motivo, 11. fala, 12. fotografia, 13. legislação, 14. lista de nomes, 15. manifesto, 16. mapa de frequência, 17. moção, 18. nota de falecimento, 19. nota de repúdio, 20. notícia, 21. ofício, 22. petição, 23. projeto de lei, 24. pronunciamento, 25. relato, 26. relatório, 27. solicitação, 28. subscrição popular, 29. telegrama e 30. tese.

A lista reúne documentação oficial, não oficial, individual e coletiva. A seleção foi

organizada a partir de alguns aspectos, como os documentos de autoria das professoras e dos professores, os documentos de autoria não docente que eram potentes para contrastar com a narrativa docente, a legislação da época e documentações que visavam garantir, ampliar e retomar os direitos trabalhistas e profissionais do magistério, a exemplo do projeto de lei criado pelo Conselho Municipal de Salvador. A maior parte da documentação utilizada continha em seus escritos demarcações referentes às trajetórias cruzadas das professoras e dos professores da escola primária, sobretudo os que construíram e lideraram a greve docente de 1918, mas também aqueles que dela se distanciaram. São essas as narrativas que aqui analisamos.

Centralizamos a análise das narrativas docentes em 19 tipos de documentos de sua autoria: 1. abaixo-assinado, 2. ata, 3. carta, 4. convite, 5. entrevista, 6. fala, 7. fotografia, 8. lista de nomes, 9. manifesto, 10. moção, 11. ofício, 12. petição, 13. pronunciamento, 14. relato, 15. relatório, 16. solicitação, 17. subscrição popular, 18. telegrama e 19. tese, contrastando-os com outros documentos.⁶

Dos 19 tipos de documentos, 15 são de autoria negra. Para alguns tipos de documentos, encontramos diferentes exemplares. O conjunto de textos de autoria docente da década de 1910 contabiliza 77⁷ documentos históricos encontrados, sendo 61 narrativas escritas e 16 narrativas visuais.⁸

Pensar esses dados nos subsidia o reconhecimento das narrativas docentes como sendo de autoria negra. A busca não foi pelos textos de autoria negra, e sim pelos textos de autoria docente, mas, quando cruzamos os dados das assinaturas como os nomes das pessoas que tiveram suas imagens capturadas em fotografias, identificamos que se tratava de uma escrita majoritariamente de autoria negra.

Esse quantitativo não corresponde ao número total de documentos levantados, e sim diz respeito apenas àqueles que são de autoria de professoras e professores primários da década de 1910 quando se referem às narrativas dos movimentos e lutas a respeito de protestos, reivindicações, queixas e sobre a greve.

Além dos documentos listados, temos um conjunto de 260 notícias de jornais, das quais

⁶ Dos 19 tipos de documentos, 15 são de autoria majoritariamente negra. Dos outros 4 tipos de documentos de análise nesta pesquisa, 2 são textos coletivos que também têm autoria negra, mas não a maioria dos autores; 1 cuja racialidade da autoria não conseguimos identificar; e 1 outro de autoria não negra.

⁷ Nessa listagem, não estão inclusas as teses dos professores apresentadas nas conferências, pois não fizeram parte do nosso levantamento pessoal e também por não se referirem diretamente nem à greve, nem aos movimentos e lutas do final da década de 1910.

⁸ Dos 61 textos escritos, 16 são de autoria negra, 4 de autoria não negra e 12 de autoria não identificada, e desse conjunto 37 textos escritos foram produzidos majoritariamente por docentes negros; 8 textos escritos foram produzidos por docentes tanto negros quanto não negros e não identificados, mas neste último quantitativo a maioria das assinaturas não era de docentes negros.

usamos algumas, na íntegra ou parcialmente, para complementar, contrastar e questionar alguma informação necessária.

Os principais conceitos e teorias utilizados nesta pesquisa construída a partir de escavações epistemológicas (Miranda, 2019, 2020) através da análise de narrativa (Bastos; Biar, 2015; Biar; Orton; Bastos, 2021) em documentos históricos foram: a experiência histórica, de Thompson (1981); as relações entre racismo, sexismo e desigualdade de direitos, por Carneiro (2011); o modelo de análise do processo histórico da profissionalização do professorado, formulado por Nóvoa (1992, 1999); o conceito de intelectual, por Sirinelli (2003); associativismo docente, dos autores Lemos (2011), Vicentini e Lugli (2009) e Souza, R. (2011); de profissionalização docente, com Silva (2004); teorias que discutem a interação de eixos de subordinação, como raça, gênero e classe social, como interseccionalidade, com Collins e Bilge (2021) e Collins (2022). Recorremos ainda a autores que discorrem sobre algum aspecto da história da profissão docente, como Silva (1997), Tavares (2008), Costa e Conceição (2001), Brandão (2012), Santana *et al.* (2013b), Santana, Sousa e Brandão (2020), Silva (2017), Anjos (2018), Cavalcante (2020), Miguel (2021) e Sousa e Lima (2024).

1.2 NARRATIVAS DOCENTES DE AUTORIA NEGRA E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Utilizando as articulações possíveis da análise de narrativa, levantamos a partir da escrita de autoria docente três categorias de análise: 1. a docência (professoras e professores negros e não negros); 2. os direitos profissionais e a equidade no magistério (direitos trabalhistas dos professores e equidade nos pagamentos dos seus salários); e 3. o poder público (administração da Intendência Municipal).

Destacamos que as narrativas visuais possibilitaram identificar que a racialidade perpassa essas categorias, uma vez que a contrastação dos documentos, como já mencionado, indica ser uma escrita de autoria negra. Essas categorias versam sobre os seguintes temas:

- a) A docência: representa as próprias experiências laborais profissionais, as experiências de resistências e re-existências da docência. A categoria é composta por professoras e professores primários públicos, professores formados por Escola Normal ou instituição de ensino correlata e funcionários públicos municipais que se reconheciam como classe trabalhadora do magistério. A classe é formada por uma maioria de professoras do sexo feminino e assinalada por uma liderança e representação da docência negra nos movimentos e lutas docentes, demonstrando ser uma categoria profissional constituída de heterogeneidade e complexidades.

Reconhecemos os docentes como intelectuais pertencentes a uma classe de trabalhadores, professores competentes, inteligentes e atrelados a uma consciência pública e política, republicanos que defenderam seus direitos e a educação pública, criadores e mantenedores de organizações e associações formais para a defesa dos direitos trabalhistas e profissionais, disputando com o poder público, autores de suas narrativas e trajetórias cruzadas.

- b) Os direitos profissionais e a equidade no magistério: referem-se aos direitos relacionados à profissão dos professores primários garantidos pelas leis e pelo regulamento de ensino. Ou seja, diz respeito à equidade nos pagamentos dos seus salários e no exercício e execução dos direitos, às defesas, às disputas diante das injustiças que sofreram pela negação dos seus direitos por parte do poder público municipal e, ainda, à criação de novos direitos profissionais necessários, à construção dos caminhos, das batalhas, dos embates dos professores primários através de seus protestos, suas reivindicações, suas opiniões, suas solidariedades, seus escritos, suas comissões representativas, seus manifestos construídos coletivamente, suas formas de reunião, organização e associação profissional frente às injustiças sofridas e ocasionadas pelo poder público na perspectiva da defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério. Trata-se do direito como exercício da liberdade e como narrativa de luta e de sensibilidade não estática.
- c) O poder público: a administração dos órgãos e instituições públicos, executores da legislação para a garantia dos direitos legais, especificamente dos professores como funcionários públicos, e dos direitos à instrução escolar pública. É o responsável pelo compromisso com a população e o que é público, pela construção e manutenção dos prédios escolares, mas também é a representação do poder e suas experiências de opressão junto ao professor como funcionário. A administração pública, para além dos cargos ocupados, simboliza também as tensões, disputas presentes nas relações diante de experiências de opressão junto à classe de trabalhadores do magistério. Esse elemento acabou por produzir desigualdades e precarizações dos recursos para os serviços de educação promovidos e para as condições laborais e socioeconômicas dos professores primários, como a falta dos recebimentos dos proventos dos professores, acumulados em meses de atrasos; para o desenvolvimento de uma categoria profissional; e para a valorização salarial e profissional.

Essas três categorias de análise – a docência, os direitos profissionais e a equidade no magistério e o poder público –, embora veiculadas por toda a tese, registram-se sobretudo na

análise das cartas escritas por professoras e professores, as quais são majoritariamente de autoria negra.

As questões elencadas até aqui possibilitaram desenharmos uma tese a partir de seis capítulos, os quais estamos definindo como “seções-cartas”. A escolha por denominá-los dessa forma, e não como capítulos, está precisamente relacionada a dois aspectos centrais: um seria uma forma de demarcar que a tese que defendemos está intrinsecamente atrelada ao nosso reconhecimento de que se trata de um trabalho de experiência negra, e as cartas são os principais documentos que possibilitaram identificar as injustiças sociais e o aprofundamento das precariedades dos recursos dos serviços de educação junto aos professores negros; e o outro seria uma forma de usar o signo de uma escrita privada, como o caso da escrita epistolar, para ratificar a relevância dos documentos não oficiais para a historiografia.

Em cada seção-carta (utilizamos essa expressão para diferenciar de quando nos referimos às cartas como documentos) consta uma escrita literária em forma de correspondência privada a algumas das professoras e dos professores que participaram ativamente da greve, como uma forma de reverenciar os docentes que construíram a greve de 1918.

A seção-carta 1, “Primeiras palavras: cumprimento à leitora e ao leitor”, é este capítulo introdutório, no qual apresentamos a questão de pesquisa, as hipóteses, a tese, os objetivos de pesquisa, as categorias de análise e o referencial teórico, a partir de uma contextualização e do delineamento de um objeto de pesquisa.

Na seção-carta 2, “A primeira greve docente na cidade de Salvador em 1918”, sistematizamos as principais informações sobre a primeira greve do professorado na capital da Bahia, reconstituindo-a através do contexto de pós-abolição e dos aprofundamentos de precariedades junto a trabalhadores, especificamente os professores, funcionários públicos da Intendência Municipal, a partir de suas narrativas contidas em textos escritos. As narrativas docentes foram publicadas sobretudo em periódicos da época e foram escritas por professoras e professores primários negros e não negros; entretanto, identifica-se que a produção de uma maioria de professores foi escrita como referência às experiências das populações racializadas, o que nos exigiu formular o conceito “trabalho de experiência negra”. Os principais conceitos e teorias utilizados nessa seção-carta foram: o pós-abolição, com Menezes (2009) e Souza, R. (2011); a experiência histórica, de Thompson (1981); e as relações entre racismo, sexismo e desigualdade de direitos, com Carneiro (2011).

Na seção-carta 3, “Profissão professora, professor: re-existência negra, presenças e atuações femininas na greve de 1918”, descrevemos quem eram os docentes autores das narrativas contidas nos documentos produzidos como estratégias de movimentos e lutas na

década de 1910 e elencamos as causas que os levaram a instaurar a primeira greve de professores de que se tem notícias na Bahia e uma das primeiras no Brasil. Nessa seção-carta, discutimos também o modelo de análise do processo histórico da profissionalização do professorado, formulado por Nóvoa (1999), e o conceito de intelectual, por Sirinelli (2003).

Na seção-carta 4, “Com a palavra, a professora, o professor: experiências de associativismo e a escrita de autoria negra”, relacionamos os movimentos e lutas docentes com a precarização dos recursos para os serviços de educação e discorremos sobre as formas como os professores se organizavam, associando-se frente às disputas de narrativas entre docência e poder público e tentando demonstrar tanto as restrições e negações de direitos como os movimentos e lutas por suas ampliações. Nessa seção-carta, as discussões giraram em torno dos conceitos de associativismo docente, dos autores Lemos (2011), Vicentini e Lugli (2009) e Souza, R. (2011), e de profissionalização docente, com Nóvoa (1992, 1999) e Silva (2004).

Na seção-carta 5, “Epístola e o desvelar da desigualdade: professores negros e uma maioria feminina na greve de 1918 e os atravessamentos interseccionais”, demonstramos a relação entre o aprofundamento das desigualdades e a docência a partir do trabalho de experiência negra e como suas estratégias de luta demarcaram contribuições para a profissão e profissionalização docente. Nesse capítulo, articulamos as categorias de análise – a docência, os direitos profissionais e a equidade no magistério e o poder público –, discutindo desigualdade e racismo, com Carneiro (2011), e teorias sobre a interação de eixos de subordinação, como raça, gênero e classe social, como interseccionalidade e lugar de fala, com Collins e Bilge (2021), Collins (2022) e Ribeiro (2017).

Na seção-carta 6, “Saberes e docência negra: saudações à ancestralidade e aos movimentos e lutas reverberados do trabalho de experiência negra”, retomamos a suposição central da pesquisa, sistematizamos as conclusões da análise das narrativas docentes históricas e asseveramos como nos informam sobre a relação entre greve e trabalho de experiência negra no final da década de 1910, especificamente na greve de 1918, indicando de que forma demarcaram contribuições para a profissão docente através dos seus movimentos e lutas. Consideramos que os movimentos e lutas são práticas docentes outras que atravessam a profissão.

Seção-carda 2



Salvador, 3 de julho de 2022

À professora Emilia de Oliveira Lobo Vianna

Estimada colega,

É do piloto rangendo no quadro branco que lembro, das tintas, azul ou preta, ou até mesmo vermelha, das cadeiras em círculo ou enfileiradas, uma mesa no centro da sala, lembro dos cartazes e quadros nas paredes afixados, um armário cinza metálico, muitas janelas que dão visão para um jardim quase floresta que fica bem ao lado. Emilia, essa é a descrição da última sala de aula em que estive ensinando. Talvez alguns aspectos sejam semelhantes para você, mas já não se usa mais giz, quase não temos mata-borrão e quadro-negro e, nas salas, não se usa mais tinteiros. Desculpe a ousadia de não me reportar a ti como “senhora”. Tenho respeito por sua idade, gostaria de usar mais da formalidade, pois tu és de maneira poderosa, para mim, ancestralidade, mas peço licença, pois lhe escrevo como colega de profissão para rabiscar sobre nosso chão. Espero poder contar-lhe sobre outras facetas, como a educação antirracista, uma outra forma do ensino, mas por ora queria agradecer-lhe, a você e aos seus colegas, que são também meus pares de forma igual, pois o magistério nos encerra de uma maneira atemporal. As cartas que publicaram nos jornais, acompanhadas de suas fotos, datadas de mais de um século, me permitiram anunciar para o mundo quem somos nós, que desde outrora lutamos de maneira feroz, homens e mulheres pretas. Temos direitos profissionais no exercício do magistério que jamais imaginariam haver, mas é por causa da vossa lida, dos movimentos dos vossos dias, que nós, professoras (pois continuamos sendo maioria, vozes femininas, ativas nas ruas), temos direito de manifesto, de escrever nossos versos devido à sua resistência. E, por isso, temos a necessidade de lhes dizer. Gratidão ainda é pouco, é preciso fazer; honraremos essa memória recontando em prosas a força destas histórias, que em nós são versos que nos reformam.

Com estima, sua colega Ladjane Alves Sousa

2 A PRIMEIRA GREVE DOCENTE NA CIDADE DE SALVADOR EM 1918

Sistematizamos as principais informações sobre a greve de professores primários ocorrida em 1918 na cidade de Salvador, provavelmente uma das primeiras greves de docentes do Brasil, reconstituindo-a. A movimentação foi formada com uma participação amplamente feminina e teve como comissão central representativa uma maioria negra. Essa greve ocorreu em decorrência da falta de pagamentos dos vencimentos dos professores desde o ano de 1915.

O início da greve foi anunciado através da publicação do “Manifesto do professorado público municipal da capital do estado da Bahia ao povo brasileiro” no dia 30 de janeiro de 1918 em alguns jornais, como o *A Tarde*.

Em 1918, durante todo o primeiro semestre e os primeiros meses do segundo, as atividades nas escolas primárias ficaram suspensas na cidade de Salvador. A suspensão das aulas decorreu de uma deliberação coletiva dos docentes, que, entre outros motivos, reivindicavam o recebimento dos seus vencimentos após 29 meses de atraso quando do início da greve. Veicularam a decisão e a informação para a população através da publicação de um manifesto no jornal *A Tarde*, datado de 29 de janeiro de 1918 e publicado em 30 de janeiro de 1918. O “Manifesto do professorado público municipal da capital do estado da Bahia ao povo brasileiro”, assinado coletivamente pelos docentes, é o principal documento que anunciou, na época, a não abertura das escolas naquele ano letivo, entre outros conteúdos. Nesse manifesto, os professores assumiram publicamente uma decisão coletiva, ao pontuarem:

Não reabrir a escola é um atentado aos direitos do povo que vexatoriamente contribui; continuar a trabalhar antes de remediadas as nossas necessidades é um suicídio: teremos, fatalmente, de optar pela primeira hipótese, seja qual for a consequência. (*A Tarde*, 30 jan. 1918).⁹

Percebemos nessa citação, e com o conhecimento do conjunto do texto que compõe o manifesto, que os professores, ao lutarem pelos seus vencimentos, tinham consciência de possíveis consequências, mas ainda assim optaram pela decisão de não reabrir as escolas.

Os motivos principais que levaram o professorado à greve foram os 29 meses de atraso dos vencimentos quando do início da greve e a impossibilidade de manter as locações dos prédios escolares. Quando já instalada a greve, os professores acrescentaram como ponto de pauta a revogação da suspensão ilegal do professor Isauro Abdon da Silva Coelho pelo intendente municipal, pois o docente foi suspenso de suas atividades laborais por se manifestar

⁹ Todos os jornais utilizados nesta pesquisa foram localizados no arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), no setor de jornais e revistas raras, e estão descritos e organizados no Apêndice B desta tese.

publicamente sobre os movimentos dos docentes e por atribuir a responsabilidade da falta de pagamento dos salários da classe à administração pública.

A greve do magistério ocorrida no ano de 1918 contou com a frequência de um grupo de 80 professoras e professores (56 mulheres e 24 homens), dos quais 15 eram os membros da comissão central: 3 professoras negras, 6 professores negros, 2 não negros e 4 dos quais não conseguimos precisar demarcações raciais. Esses dados indicam que a comissão central da greve era formada por uma maioria de pessoas negras, que eram as responsáveis por representar o professorado e dirigir as atividades dos movimentos e lutas por equidade e justiça referentes a seus direitos quanto aos recebimentos de seus salários e à locação dos prédios escolares.

Além da comissão central, foram formadas duas outras comissões para tratar de assuntos e organização da greve: a comissão de convite, formada por 7 professores homens, e a comissão de recepção, formada por 6 professoras mulheres.

Nesse período, os 80 professores que assinavam a ata das assembleias dos docentes quando da greve representavam em média 21% do total de professoras e professores primários, como mostrado na Tabela 1, mas isso não significa dizer que 79% estavam abrindo as escolas, até porque encontramos cartas e outros registros justificando a ausência nas assembleias. Além disso, reconhecemos que não participar da assembleia não queria dizer que não houvesse adesão ao movimento, mesmo considerando que se trata da primeira greve de professores primários na Bahia e provavelmente no Brasil.

Tabela 1 – Número de escolas, matrículas, frequência e docentes nas escolas primárias municipais de Salvador entre 1897 e 1924

ANO	ESCOLA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	DOCENTE
1897	86	4.341	3.123	105
1900	95	4.821	–	–
1915	174	11.861	7.615	354
1919	240	11.086	7.727	375
1924	223	11.070	8.004	350

Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados em Santana e demais autores (2013b, p. 49).

A Tabela 1 nos permite estatisticamente observar o crescimento do número de escolas, de matrículas, frequência e de docentes entre os anos de 1897 e 1924. Embora não constem dados para o ano no qual ocorreu a greve, foi possível fazer uma média a partir do ano mais próximo ao ano da greve, que nesse caso se trata de 1919.

É importante nos indagarmos: por que, deste universo de aproximadamente 375

professores, a maioria (9 de 15 docentes) dos componentes da comissão central representativa da greve para defender direitos profissionais do magistério e a educação pública era formada por docentes negros?

A greve foi encerrada no final do mês de agosto em reunião da qual participaram o professorado, o governador Antônio Muniz, membros do Conselho Municipal e do Conselho Superior de Ensino (CSE) e advogados dos docentes, e as escolas reabriram na primeira semana de setembro de 1918. Nesse mesmo período, foi revogada a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho e foi autorizado o empréstimo para pagamento dos vencimentos dos professores, mas a greve terminou sem a resolução dos principais problemas que a geraram: o pagamento dos vencimentos atrasados e os pagamentos dos aluguéis dos prédios escolares.

2.1 OS ESCRITOS HISTÓRICOS DOS PROFESSORES E O TERMO “GREVE”

O jornal *A Tarde* veiculou em textos jornalísticos o movimento das professoras e dos professores, ocorrido nos primeiros meses da greve docente do ano de 1918, como a “Greve da Fome”, e mesmo quando os textos eram de autoria docente era essa mesma expressão a chamada que abria as notícias, como as publicadas nos dias 30 de janeiro, 7 de fevereiro, 14 de fevereiro, entre várias outras. Esse impresso foi o principal espaço com o qual o professorado contou para expor causas, motivos, objetivos e diversas atividades sobre seus movimentos e lutas nesse ano.

Os professores escreveram diferentes textos de suas autorias, como cartas, manifestos, moção de apoio e artigos, como estratégia de encaminhamento dos movimentos e lutas. Em alguns casos, os docentes escreviam nesse periódico para dar respostas às publicações de outros atores sociais e notícias veiculadas em outros jornais. Observamos que os docentes não questionaram o uso frequente do termo “greve” presente nos textos escritos pelos jornalistas do *A Tarde* e também não revisavam, nem de forma sutil, dentro do corpo dos seus textos quando eram publicados nesse mesmo jornal.

Esses aspectos demonstram que, além de publicarem seus textos, os professores os acompanhavam, estavam inseridos de maneira ativa nessa prática que envolve ser autor e leitor dos periódicos. Isso nos informa, sobretudo, sobre silenciamento, mas também sobre um certo consentimento velado, uma vez que as notícias veiculadas nesse e, eventualmente, em outros jornais narravam os movimentos e lutas docentes daquele ano tratando-os explicitamente como “greve”.

A não reabertura das escolas no ano letivo de 1918 corresponde à primeira vez na Bahia,

e provavelmente no Brasil, que uma classe de trabalhadores do magistério suspendeu as aulas a partir de uma decisão coletiva por ter seus direitos trabalhistas e profissionais negados. Os professores mencionam, muitas vezes, as palavras “direito”, “lei”, “legal” – inclusive, na ata da reunião do dia 15 de fevereiro constam nomes de alguns advogados que se solidarizaram com o professorado.

O professor Hugo Balthazar com a palavra referiu-se a confortadora solidariedade ao professorado e comunicou a mesa que os advogados drs. Odilon Santos, Arthur Negreiros Falcão, Arthur de Senna Monteiro e Ulbaldino Gonzaga e outras figuras de destaque no nosso fórum ofereciam gratuitamente os seus serviços profissionais (*A Tarde*, 16 fev. 1918).

Um outro ponto interessante é pensar que muitos dos pesquisadores que nas últimas décadas discutiram o professorado primário da capital da Bahia, ao mencionarem o movimento de 1918, usaram a palavra “greve”.

O termo “greve” não foi usado de maneira frequente nos escritos dos professores, mas considerar o espaço e o tempo no qual eles lutaram pelo recebimento dos seus salários possibilita levantar algumas questões, como: a baixa frequência da utilização do termo “greve” poderia ser uma forma de preservar a classe, com receio frente a uma experiência até então ainda não vivida por essa categoria de profissionais? Seria medo de retaliação por parte do poder público? Seria por não quererem explicitar seus movimentos e lutas a partir da aceção “greve”?

Quaisquer possibilidades não negam a consciência sobre suas organizações enquanto classe docente, classe de trabalhadores. Existe uma complexidade nas experiências humanas e investigá-las nos mobiliza a pensar os atravessamentos que se colocam nesse coletivo de professores, como, por exemplo, quando do período da greve, foram liderados por uma maioria de pessoas negras, e as populações racializadas vêm, desde o período colonial, forjando estratégias e burlando sistemas de controle de forma que favoreça suas lutas por direitos e justiça sociais.

O pesquisador Reis (2019), em sua obra intitulada *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*, reconstitui, entre outros aspectos, a história da primeira greve urbana do estado da Bahia, a greve dos negros de ganho ou, como eram definidos, ganhadores (trabalhadores escravizados, libertos ou livres), formada por mulheres e homens africanos ou afrodescendentes. Sua duração de dez dias, de maneira inédita, foi o suficiente para desestruturar a vida social daqueles que dependiam desses ganhadores, pois a cidade efetivamente parou – foi, inclusive, um movimento pacífico de maior adesão que a Revolta dos Malês.

De acordo com Reis (2019), os ganhadores vendiam diversos serviços, por parte dos seus proprietários ou de interesses próprios, como o carregamento ou, como chamavam, carrego

de pessoas, de objetos e também alimentos e diversas outras mercadorias, inseridos em um contexto de remuneração. A greve desses trabalhadores se deu quando a Câmara Municipal, no ano de 1857, impôs medidas de arrocho fiscal normatizadas a partir do controle policial, o que os levou às disputas de narrativas frente ao poder público ao paralisarem esse setor vital que movimentava a economia urbana.

Mesmo sem a possibilidade de se definir o *status* da mobilização dos ganhadores como sendo grevista a partir das fontes históricas disponíveis, Reis (2019), quando da reconstituição do movimento, buscou analisar a complexidade das relações econômicas, as experiências de poder e as práticas de resistências desses trabalhadores para reconhecer que haviam construído uma greve.

Embora os escritos dos professores tenham sido produzidos nas primeiras décadas do período republicano, pensar a greve dos ganhadores, ocorrida 61 anos antes, nos informa sobre como as dinâmicas impostas às populações racializadas exigem refinamento e sutileza nas estratégias de cessação que forjavam suas lutas em suas experiências de trabalho desde o período imperial. Neste caso, ajuda-nos a refletir sobre o que significa a baixa frequência do uso do termo “greve” nos escritos produzidos como estratégia de luta pelos docentes a respeito dos seus movimentos no ano de 1918.

Admitir verbalmente um evento nunca antes vivenciado, tanto para o coletivo dos ganhadores na década de 1850 como para os professores na década de 1910, não deveria ser uma tarefa fácil. Estamos falando de movimentos constituídos de liderança negra, por membros das populações negras – e, no caso do movimento docente de 1918, três décadas depois da abolição formal do período escravocrata no Brasil, inclusive último país da América a emancipar a população escravizada (Andrews; Fuente, 2018). Além disso, o movimento docente foi construído a partir de expressiva adesão feminina, e nessa década as mulheres ainda não tinham sequer direito ao voto eleitoral, este conquistado só no ano de 1932, mesmo que a luta pelo sufrágio feminino no Brasil ocorra desde a década de 1850 (Karawejczyk, 2013).

Embora as considerações até aqui nos ajudem a pensar a palavra “greve” como uma acepção possível para definir o movimento do professorado no ano de 1918, a intenção nossa é considerar sobretudo as narrativas de professoras e professores. Veremos como o termo “greve” se inscreve nos escritos dos professores a partir, inclusive, de narrativas controversas.¹⁰

¹⁰ Privilegiamos a triangulação de três documentos de análises: um convite convocando o professorado para uma reunião docente, a ata resultado dessa mesma reunião e fotografias dos professores. Esses documentos foram publicados na íntegra em jornais escritos, e as fotografias foram publicadas em diversos jornais, mas também em algumas revistas educacionais da época.

Os textos das professoras e dos professores contêm vários indícios que demonstram que tinham consciência sobre a constituição de uma greve. Embora o uso do termo não seja frequente nos documentos levantados do jornal *A Tarde*, há publicações nas quais consta de maneira explícita a inscrição desse termo. São eles: o pronunciamento do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, publicado em 8 de fevereiro; a entrevista feita ao professor Possidônio Dias Coelho, no dia 9 de fevereiro; e a exposição de motivos por ele proferida. Este último documento encontra-se transcrito na ata da assembleia do professorado ocorrida no Lyceu de Artes no dia 16 de fevereiro e publicada no jornal no dia seguinte.

A palavra “greve” está inscrita anunciando diferentes narrativas quanto ao reconhecimento do movimento dos professores com essa designação. Inclusive, em dois dos textos produzidos por um mesmo autor, encontramos divergências quanto ao uso do termo. Isso requer uma recontextualização dos documentos frente às experiências de disputas entre a classe de trabalhadores do magistério e o poder público.

A fala do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, publicada em 8 de fevereiro de 1918, é um pronunciamento sobre a situação do professorado. Esse documento assinado pelo professor Isauro surge como uma fala de protesto contra a situação lastimável do professorado, que aguardava no dia 7 de fevereiro, nas dependências do prédio da Intendência, seus pagamentos. Tendo ido buscar o mesmo pleito de seus colegas, o referido professor presenciou atitudes que ignoravam suas presenças e necessidades referentes ao recebimento dos seus salários. O professor Isauro, quando usou o termo “greve”, disse:

Eis aí a greve, que só a falta de equidade e justiça da administração criou e manterá sempre que se mantiver firme aos injustificáveis propósitos que, venho de condenar, com a responsabilidade de um nome, que só respeita a lei quando ao seu executor sobra o escrúpulo, critério e desprendimento que urge. (*A Tarde*, 8 fev. 1918).

Logo no início da colocação, tem-se o registro do termo “greve”. Ao afirmar a existência desta, o texto nos informa que a classe, ao se associar para defender e exigir seus direitos, tinha consciência sobre qual movimento estavam organizando. O professor Isauro, nesse mesmo texto, discrimina os motivos que considera terem sido responsáveis pela greve. Seriam a falta de equidade e de justiça, e ao indicar esses pontos se referia ao pagamento dos vencimentos dos professores. A parte deles que tinha conhecimento e/ou parentesco com políticos e administradores municipais recebia seus vencimentos, e essa é uma prática de injustiça, falta de equidade, bem como uma negação do recebimento de direitos da classe como um todo. O referido autor responsabiliza a Intendência Municipal da capital da Bahia.

O outro documento se trata de uma entrevista concedida pelo senhor Possidônio Dias

Coelho. O referido professor fazia parte da comissão central representativa da greve dos professores e presidia as mesas de reuniões do professorado, inclusive realizando vários encontros dessa comissão em sua residência, como indica o convite publicado no dia 28 de fevereiro, o qual convoca a comissão para a reunião que ocorreria no dia seguinte, às 11 horas, na Rua Marechal Floriano, nº 29, endereço da sua residência.

A entrevista concedida pelo professor Possidônio Dias Coelho ao jornal *A Tarde*, em 9 de fevereiro de 1918, contou com um conjunto de seis perguntas, e utilizaremos neste capítulo parte do conteúdo da pergunta número 5. Nesse ponto da entrevista, o jornalista questiona ao referido professor: “Sugere alguma medida que atenua a fome?”. A palavra “sugere” refere-se ao manifesto do professorado do dia 29 de janeiro, e o professor Possidônio diz que “A greve, que apregoam, foi criada pelos poderes públicos desde que não estabelecem justiça nos pagamentos, forçando os que carecem ao abandono das cadeiras, com detrimento do ensino”.

Logo no início do parágrafo da resposta formulada pelo professor Possidônio, consta a utilização direta do termo “greve”. E sobre essa inscrição, é relevante elucidar alguns aspectos: o uso direto do termo “greve” e a sugestão de ser a administração municipal a responsável pela sua criação indicam que esse movimento grevista decorreu do não cumprimento do direito dos professores de receberem seus salários, ao dizer “não estabelecem justiça nos pagamentos”, que também remete à ideia da falta de equidade.

Consta também registrado o termo “greve” no documento intitulado “A exposição de motivos da atitude do professorado” (*A Tarde*, 18 fev. 1918). Entretanto, esse escrito se particulariza em relação aos já citados, pois nele não se reconhece a paralisação das aulas realizada pelos docentes como um movimento grevista. Refere-se à fala proferida pelo professor Possidônio Dias Coelho,¹¹ a qual está estruturada em três tópicos. No primeiro, o professor Possidônio agradece a confiança dos colegas; no segundo, busca desviar, desvencilhar do objetivo deles a ideia pejorativa de política; e o terceiro seria repelir a afronta dos exploradores. Esse último ponto foi o mais desmembrado. Nele consta a seguinte fala do professor Possidônio Coelho:

Ainda mais, é preciso que se saiba que repelimos o termo _greve_ que maliciosamente tem sido empregado em uma causa que visa unicamente a reparação de uma clamorosa injustiça, que todos conhecemos _ a falta de equidade nos pagamentos e não somos grevistas porque não temos patrões e não queremos aumento de salário: queremos a justiça e a moralidade nos pagamentos, e se mais se agrava, dia a dia, e se tem tornado melindrosa a posição que ocupamos, a culpa recai na falta de tino administrativo e não em nós! (*A Tarde*, 18 fev. 1918).¹²

¹¹ O professor Possidônio Dias Coelho, em diferentes documentos, afirma e nega a existência da greve: na entrevista, afirma; e na exposição de motivos inserida na ata de reunião, nega.

¹² Por reproduzir trechos de documentos da época tal qual originalmente registrados, garantindo uma leitura

A indicação de que repelem o termo “greve” foi feita pelo professor Possidônio em uma exposição de motivos, falando em nome de uma classe em uma assembleia deliberativa. A citação na exposição de motivos referida nega a construção da greve por parte do professorado, mas essa afirmativa só poderia ser tomada com exclusividade se não considerássemos as entrelinhas e o contexto no qual esse documento foi produzido. A escrita é sempre uma produção de um espaço e tempo, feita a partir de experiências em movimento, logo ela também se desloca, e é relevante recontextualizar a produção desse documento.

Nessa exposição de motivos, o objetivo era retomar as intenções do manifesto do dia 29 de janeiro, para patentear ao público que os acompanhava as suas verdadeiras intenções junto aos poderes públicos. Reafirma que buscavam “justiça, equidade e moralidade” e, em relação à atuação dos poderes públicos, diz que “ainda não vimos um gesto dos poderes públicos com o fim de nos atender, sim para nos castigar!”. Ainda nessa exposição, constam contestações sobre publicações em determinados jornais que sugeriam ser o movimento do professorado um partidarismo político, antirrepublicano e uma ameaça ao ensino dos “filhos do povo”.

Possidônio Dias Coelho, na entrevista que concedeu ao jornal *A Tarde* em 9 de fevereiro de 1918, reconheceu o movimento docente como “greve”, embora na exposição de motivos tenha dito o contrário, ou seja, que não se tratava de uma greve, e as mesmas informações referentes aos objetivos e responsabilidades que apresentou na entrevista constam na exposição de motivos, ou seja, busca por justiça e equidade dos pagamentos dos vencimentos e responsabilização da administração pública pelo fato de os “filhos do povo” estarem sem exercer o direito ao ensino.

Além disso, os professores se reconheciam como republicanos e sabiam qual o papel do professor dentro desse regime. Reconheciam seu direito de receber seus proventos e deram aula sem receber por 29 meses. Logo, quem não estava cumprindo as leis era a Intendência, e não os professores, que as cumpriram. A consciência de identidade profissional do professorado é afirmada e defendida em suas narrativas dentro da legalidade; foi a administração pública que não cumpriu com a lei, ignorando as bases que constituem e consolidam a República.

No pronunciamento do professor Isauro Abdon da Silva Coelho (*A Tarde*, 8 fev. 1918), ao se referir a uma conversa de bastidores em que se soube que o intendente solicitaria exoneração do cargo que ocupava, diz-se: “Cinco minutos depois a notícia circulava e os professores resolveram aguardar a chegada do demissionário e agradecer o seu gesto (o único que seria aproveitável na sua carreira administrativa) com palmas e vivas a República”. Isso

autêntica de cada discurso, as citações podem ter palavras e construções frasais diferentes do uso contemporâneo.

ratifica o que mencionamos: eles reconheciam no intendente atitudes antirrepublicanas e, ao saber que se exoneraria, eles saudaram a República.

Os professores, alguns com muito destaque, como Cincinato Ricardo Pereira Franca, Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade, entre vários outros, lutaram pela consolidação da República.

Não consta na exposição discriminação sobre quais jornais estavam atribuindo objetivos diferentes dos elencados pelos professores para o desenvolvimento de sua luta por direito ao salário, entretanto o levantamento dos periódicos possibilitou identificar que diferentes impressos de grande circulação tomaram partido sobre a narrativa de uma das partes envolvidas na greve – professorado e administração pública.

Enquanto o jornal *A Tarde* abriu espaço para a narrativa docente, publicando, durante todo o período em que perdurou a greve, diversos documentos de autoria dos professores, outros jornais, como *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, favoreciam a narrativa da administração pública vigente. O *Jornal de Notícias* publicou, no dia 10 de fevereiro, o decreto de suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho. O *Diário de Notícias* não publicou o manifesto do professorado, mas publicou, em 23 de fevereiro de 1918, a moção de apoio ao intendente produzida pelos militares.

Analisar a sequência de certas publicações nos ajuda a entender o que o professor Possidônio chama de “castigo” na exposição de motivos e, sobretudo, o uso do termo “greve”, afirmando ou negando, ao considerar as práticas de mobilização do professorado.

Quadro 1 – Sequência de documentos que se referem ao termo “greve”

Descrição da publicação	Publicação
Pronunciamento do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, no qual usa o termo “greve” para definir o movimento de luta do professorado pelos seus direitos profissionais, incisivo quanto à postura e suas desconfianças sobre desvio de dinheiro da Intendência.	<i>A Tarde</i> 8 de fevereiro de 1918
Entrevista concedida pelo professor Possidônio Dias Coelho, na qual usa o termo “greve” para definir o movimento de luta dos professores pelos seus direitos profissionais.	<i>A Tarde</i> 9 de fevereiro de 1918
Decreto assinado pelo intendente, o senhor Propício da Fontoura, suspendendo o professor Isauro Abdon da Silva Coelho por 15 dias.	<i>Jornal de Notícias</i> 10 de fevereiro de 1918
Pronunciamento do professor Isauro Abdon Silva Coelho após a publicação de decreto referente à sua suspensão formalizada pelo intendente municipal. Constam diversas informações sobre o ato do administrador municipal, sobre a ilegalidade da suspensão, bem como a situação do professorado.	<i>A Tarde</i> 13 de fevereiro de 1918
Exposição de motivos proferida pelo professor Possidônio Dias Coelho, na qual retoma os motivos do manifesto do professorado, repele o termo “greve” e questiona a forma como a imprensa explora o sentido político pejorativo atribuído à luta dos docentes pelos seus direitos profissionais.	<i>A Tarde</i> 18 de fevereiro de 1918

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).

O Quadro 1, contendo a sequência de um conjunto de cinco documentos de autoria do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, do professor Possidônio Dias Coelho e do intendente municipal Propício da Fontoura, foi criado para refletirmos sobre o uso do termo “greve”, inscrito nos documentos afirmando-o ou negando-o, bem como em outros documentos escritos no trânsito do uso desse termo.

Dos documentos levantados, as únicas ocorrências em que aparece o termo são o pronunciamento do professor Isauro, do dia 8 de fevereiro, e a entrevista do professor Possidônio, do dia 9 de fevereiro. Em ambos, o uso admite que os professores estavam em greve. No pronunciamento do professor Isauro, do dia 13 de fevereiro, um texto bem direto e crítico sobre a situação da classe, não há presença do termo; e na exposição de motivos do professor Possidônio, do dia 18 de fevereiro, há a inscrição do termo negando que o movimento se tratasse de uma greve.

Da sequência exposta no Quadro 1, destacamos que a utilização do termo “greve” para se referir ao movimento dos professores ocorreu antes do decreto do intendente municipal suspendendo o professor Isauro Abdon da Silva Coelho das suas atividades laborais por 15 dias, um ato ilegal, considerando o que prescreve a lei, como veremos mais à frente.

A suspensão do referido docente é definida na exposição de motivos do professor Possidônio como sendo uma forma de castigar o professorado, uma prática autoritária recorrente usada por administradores públicos até os dias atuais. Parece-nos que a negação do termo na exposição tem uma relação direta com essa conduta do intendente.

Ao decidirem suspender as aulas, mesmo tendo a compreensão de que isso feriria os direitos do povo, as professoras e professores, negros e não negros, deliberaram um movimento associativo docente, o que, entre outros fatores, corresponde a uma tomada de consciência coletiva referente a interesses comuns de um grupo profissional (Nóvoa, 1999).

Definir, a partir do ponto de vista da professora, do professor, qual tipo de evento estamos estudando é essencial para pensarmos as presenças, participações e atuações dos professores. Situada a partir de experiências complexas e heterogêneas, a greve compõe o escopo de movimentos e lutas pela garantia do direito do recebimento do salário que o professorado construiu no ano de 1918.

2.2 A GREVE DE 1918 MENCIONADA EM OUTROS TRABALHOS

Alguns trabalhos do campo da história da educação já trazem notícias sobre a greve dos professores primários na capital da Bahia, como os de Silva (1997), Tavares (2008), Costa e

Conceição (2001), Silva (2017), Miguel (2021) e Sousa e Lima (2024). Essas autoras e autores, ao discorrerem sobre a greve, apresentam alguns aspectos importantes quanto às fontes históricas utilizadas, ao uso do termo “greve” para definir o movimento docente de 1918, ao reconhecimento da categoria gênero atravessando as experiências laborais e suas lutas e à abordagem utilizada, contribuindo, dessa forma, com a história da profissão docente nas primeiras décadas da República.

As autoras Sousa e Lima (2024), em seu artigo intitulado “Docentes negros no pós-abolição: a greve e seus atravessamentos interseccionais na cidade de Salvador em 1918”, explicitam as presenças e atuações dessas professoras e professores da escola primária, negras e negros, na liderança da greve de docentes no ano de 1918, refletindo sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, que os atravessavam quando dos seus movimentos e lutas por direitos trabalhistas e profissionais docentes.¹³

Sousa e Lima (2024), em seu arcabouço teórico, mencionam as autoras e os autores Miguel (2021), Silva (2017), Tavares (2008), Costa e Conceição (2001) e Silva (1997), com relevantes estudos que discorrem sobre professores primários, formação da docência primária, movimentos docentes, educação pública primária e história da profissão.

A tese de doutorado intitulada *O professorado primário da Bahia: formação acadêmica, normatização legal e atuação política (1889-1930)*, da professora e pesquisadora Antonieta Miguel, defendida em 2021, buscou compreender a trajetória do professorado primário da Bahia na Primeira República, analisando a profissão do professor primário a partir da formação, normatização legal e atuação política. Esse trabalho é relevante, pois amplia o conhecimento sobre a história da profissão docente na Bahia durante a constituição do regime republicano.

Miguel (2021) indica que a profissionalização do professor primário resulta de um processo de disputas e confrontos entre os sujeitos envolvidos, tanto do poder público, com políticos e administradores, quanto da representação referente à escola, com professores, diretores e normalistas. Um dos capítulos dessa tese trata do movimento coletivo do professorado de Salvador em 1918.

Fabiano Moreira da Silva, em sua dissertação de mestrado, publicada em 2017 e intitulada *Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918)*, discutiu o professorado do ensino primário de Salvador como um grupo que protagonizou experiências reivindicatórias e embates que envolveram políticos desde o ano de 1912, como José Joaquim Seabra, filiado ao Partido Republicano Democrata da Bahia (PRD), que era conhecido como

¹³ O artigo de Sousa e Lima (2024) é uma comunicação sobre um dos aspectos abordado nesta tese como forma de anunciar uma pesquisa em desenvolvimento produzida pela então doutoranda e sua orientadora.

J. J. Seabra, governador do estado, a despeito de sua influência na administração municipal. O destaque nesse trabalho está no tratamento dispensado à atuação dos professores enquanto trabalhadores em espaços diferentes e fora das escolas e das salas de aulas, com foco em suas relações e disputas entre colegas de profissão e a administração pública. Trata-se da participação docente na greve como um movimento organizado e se contrapõe à ideia da greve como algo de caráter espontâneo e como consequência de questões pontuais, destacando também a presença do público feminino.

A obra *História da Bahia*, do professor e pesquisador Luís Henrique Dias Tavares (2008), contém contribuições relevantes sobre alguns aspectos históricos da sociedade nas primeiras décadas da República e traz informações sobre a greve docente de 1918. Entre os conteúdos tratados, o livro informa sobre o atraso dos salários do professorado primário de Salvador, indicando inclusive as reuniões organizadas por docentes, a distribuição de informativos e panfletos, as passeatas, entre outros.

O artigo das autoras Costa e Conceição (2001), intitulado “As mulheres na ‘Revolta dos Resignados’: a greve dos professores municipais em 1918”, publicado no ano de 2001 a partir do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), contribui com a visibilidade feminina nos movimentos sociais, especificamente na greve de professores primários da cidade de Salvador em 1918. Nesse artigo, as autoras destacam a participação de uma grande maioria de mulheres e, ainda, a utilização de estratégias como parte da cultura feminina no movimento dessa classe de trabalhadoras e trabalhadores, indicando algumas informações sobre a criação do CDPPB.

O trabalho mais antigo encontrado sobre o assunto foi a tese de doutorado da pesquisadora Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva (1997), intitulada *O ensino primário na Bahia: 1889-1930*, um estudo pioneiro sobre o ensino primário nas primeiras décadas da República na Bahia. Parte de um dos capítulos do trabalho discorre sobre a greve de professores de 1918, mas tratando sobre seus aspectos gerais. Em seus escritos, a autora apenas menciona a existência de documentos importantes, como o “Manifesto do professorado público municipal da capital do estado da Bahia ao povo brasileiro” e as cartas de autoria de professoras e professores se solidarizando com o professor Isauro Abdon da Silva Coelho, suspenso injustamente pela Intendência Municipal.

O uso dos periódicos como fonte de pesquisa foi uma característica comum entre as pesquisadoras e os pesquisadores. Mesmo quando se usavam outros documentos para triangular informações sobre esse evento, os jornais tornaram-se a principal fonte documental que contribuiu para a leitura desse movimento docente. Diferentes periódicos da época percorreram

sobre a greve de professores primários em Salvador no ano de 1918.

As autoras e os autores mencionados, ao discutirem sobre os movimentos dos professores no ano de 1918, os abordaram a partir da presença e atuação das mulheres, coletivo que já ocupava extensivamente as cadeiras nas escolas primárias na cidade de Salvador.

Silva (2017, p. 111), mesmo indicando que o tema “raça” não teria sido abordado em seu trabalho, aponta a relevância de ampliar a discussão em torno dessa categoria e afirma: “Desde já fica a sugestão para pesquisas que tratem sobre os professores negros no ensino público municipal de Salvador na primeira república”. A discussão sobre raça não apareceu entre os estudos, sendo um tema inexpressivo na historiografia da escola primária e de suas professoras e seus professores.

Sousa e Lima (2024) discutem a greve docente de 1918 a partir da interseccionalidade, uma inovação frente aos outros trabalhos, pois, ao utilizarem a interseccionalidade como ferramenta analítica, conseguiram demonstrar, ainda que ligeiramente, o que a interação entre raça, gênero e classe causou aos professores em suas experiências laborais, com um aprofundamento da precariedade das condições de vida material.

Os trabalhos das pesquisadoras e pesquisadores que reportam a greve docente de 1918, de alguma forma, contribuem a partir de diferentes pontos de vista, com conhecimentos sobre a greve desses docentes. Permitem refletir sobre lacunas, que inclusive não serão esgotadas nesta pesquisa de doutoramento, de modo que se configuram como possibilidade necessária para pensar a profissão docente usando outras lentes e chaves de leitura.

Identificamos que os movimentos e lutas dos professores forjaram-se a partir de uma escrita de autoria negra produzida nas experiências de associativismo. Esta tese, ao discorrer sobre direitos trabalhistas e profissionais do magistério – no que se refere a justiça, equidade e pobreza, quando esses trabalhadores ficaram parte de uma década sem o recebimento dos seus vencimentos –, nos exigiu pensar a relação entre trabalho, experiência e racialidade. Essa é a principal tônica que nos afasta dos outros trabalhos que, de alguma forma, estudaram a greve dos professores primários do ano de 1918 na cidade de Salvador.

2.3 O CONTEXTO DE SALVADOR NA DÉCADA DE 1910 E A FALTA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS DOS DOCENTES

A greve de professores de 1918 de autoria negra foi decorrente do aprofundamento da precarização dos recursos para os serviços de educação durante a década de 1910. Mas a precarização, sobretudo no que diz respeito ao pagamento dos salários dos docentes, já estava

instalada desde o período imperial, de modo que estudar a greve analisando as experiências dos docentes pela defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério no contexto dessa década está vinculado a compreensões de que as populações racializadas criaram movimentos e lutas para criação da liberdade no pós-abolição, movimento iniciado desde a transição de Império a República.

Estudamos a década de 1910 compreendendo que os aprofundamentos da precarização dos recursos para os serviços de educação e das desigualdades junto à docência, aos demais funcionários públicos e aos trabalhadores de maneira geral têm relação com os acontecimentos nacionais e internacionais ocorridos entre os anos de 1911 e 1920, como a greve geral de São Paulo ocorrida em 1917 e a instalação da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e também com as dinâmicas impostas pelas relações de trabalho junto às populações afrodescendentes no Brasil pós-abolição. Estudar essa década é entendê-la dentro desse contexto.

Autores como Jaci Menezes (2009) e Robério Souza (2011), que estudaram as lutas pela transição da abolição para a liberdade e movimentos para criação de liberdade no pós-abolição, respectivamente, demonstram que, embora as transições entre regimes políticos e modelos econômicos tenham sido abalizadas por prescrições legais, foi necessário um longo processo de luta, carregado de contradições e conflitos, para que as populações negras, na condição de “escravas”, libertas ou livres, presenciassem a abolição formal da escravização no nosso país, o que exigiu no pós-abolição um estado permanente de organização por conquista e garantia de direitos, que se estende até nossos dias.

Menezes (2009), ao discorrer sobre experiências de luta por liberdade das populações negras no século XIX e início do XX, de certa forma, ajuda-nos a pensar sobre as experiências de trabalho desse coletivo desde o período escravocrata. A autora diz:

[...] haver um processo de aprendizagem ao longo do processo de luta pela liberdade civil no Brasil, que afinal demorou mais de um século. Os negros – escravos, libertos, livres – participaram do processo; a luta por liberdade formou lideranças e conquistou aliados até obter a hegemonia da reforma do trabalho no Brasil (Menezes, 2009, p. 97).

Quando pesquisa as experiências de associativismo dos trabalhadores da linha de ferro na Bahia, coletivo formado por maioria de negros, de alguma maneira Robério Souza (2011) demonstra que a história do trabalho das populações negras está atrelada às formas complexas e multifacetadas que conformam os movimentos sociais no Brasil. Demonstra ainda que as prescrições legais que envolviam a abolição e as relações econômicas que vinham se modificando desde o final do período imperial não foram suficientes para mudar o *status* de subjugação do trabalho e dos trabalhadores negros.

Seguindo o fluxo das leis, é possível identificar um caminho progressivo de mudanças. Exemplificamos essas considerações através das leis de 1850, 1871, 1885 e 1888: a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, estabeleceu medidas de repressão do tráfico de africanos no Império; a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, tornou livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da sua data; a Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, decretou a extinção gradual do elemento servil e garantiu de imediato “liberdade” aos escravizados com 60 anos de idade ou mais; e a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, decretou e sancionou a extinção da escravidão no Brasil, último país da América Latina a abolir juridicamente o período escravocrata (Andrews; Fuente, 2018; Menezes, 2009).

A extinção formal da escravidão foi possível após mais de um século de diversas estratégias das populações negras, que se somaram a interesses políticos e econômicos do poder hegemônico. O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, que proclamou e decretou a República Federativa no Brasil, embora cumpra outras agendas e interesses da sociedade, foi uma conquista igualmente atravessada pela categoria raça (Brasil, 1889).

A continuidade e permanência dos movimentos e lutas das populações racializadas estiveram presentes em outras classes de trabalhadores. Reconhecemos que as narrativas docentes publicadas em jornais de grande circulação no início do século XX forjaram as formas de organização e associação sobre o trabalho de experiência negra. Esta pesquisa se insere em uma análise historiográfica dos estudos afro-latino-americanos sobre as experiências de mulheres e homens pertencentes às populações racializadas, que vêm forjando, desde o período escravocrata, movimentos e lutas por justiça social em torno das diferentes formas e experiências de trabalho. Isso pressupõe pensarmos as dificuldades enfrentadas por proposições metodológicas de pesquisa que buscam, com as questões de hoje, indagar re-existências, em outros espaços e tempos, das populações afro-latino-americanas.

A partir dos escritos dos professores, fizemos ligações com os movimentos e lutas de trabalhadores racializados na América Latina no início do século XX. Além da experiência de escravização de povos oriundos de países do continente africano, partilhamos com outros países latinos, sobretudo Cuba, alguns aspectos que merecem ser ressaltados, como: a desvalorização sociocultural da importância das questões raciais, o mito da democracia racial, o crescimento de estudos acadêmicos que justificavam as condições de inferioridades das populações negras, o crescimento de pressões nacionalistas para fortalecer as identidades nacionais e a negação das contribuições negras na vida nacional. Esses aspectos, assim como outros, são relevantes, pois nos reorientam a pensar como nossas trajetórias coletivas enquanto populações negras, mesmo tendo sido demarcadas por re-existências, enfrentam ainda hoje dificuldades para estabelecer

experiências de disputas mais horizontalizadas, e isso não está deslocado desse processo insistente de apagamento da nossa existência por toda a América Latina (Andrews; Fuente, 2018).

Trabalhadores que constroem movimentos e lutas para o exercício e a defesa dos seus direitos estão inseridos em um contexto de pobreza e desigualdade, e, no caso do Brasil e de muitos países da América Latina, a pobreza e seu aprofundamento são racializados (Carneiro, 2011).

É preciso reconhecemos os professores a partir da compreensão de que são trabalhadores e, como qualquer trabalhador, têm direitos trabalhistas partilhados com outros grupos e coletivos; como profissionais exercendo uma profissão específica, têm direitos trabalhistas próprios do exercício laboral da sua profissão, os quais vêm sendo forçados a partir dos movimentos e lutas por liberdade no pós-abolição. Por esse motivo, quando tratamos dos direitos dos docentes, utilizamos a expressão “direitos trabalhistas e profissionais do magistério”.

Esses direitos foram negados pela administração pública na década de 1910, uma vez que parte significativa dos docentes havia deixado de receber seus salários desde o mês de setembro de 1915.

Salvador, na década de 1910, vivia a efervescência de uma crise econômica que, embora não tenha se iniciado nesse período, foi aprofundada durante a Primeira Guerra Mundial e teve seu momento mais extremo nos anos de 1918, 1919 e 1920 (Castellucci, 2001; Silva, 2017).

Castellucci (2001) e Silva (2017) apontam que os problemas dessa crise em Salvador e no estado da Bahia se iniciaram desde quando foi instalada a República, e por diversos motivos: devido à má administração pública, à contração de empréstimos nacionais e internacional e seus altos juros, ao déficit entre receita e despesa municipal, aos desvios financeiros, ao processo de urbanização da cidade, entre outros, o que ocasionou um endividamento financeiro.

Com a instalação do regime republicano, a proposta era o crescimento do Brasil. Logo, Salvador, assim como as demais capitais, viveu a emergência de “civilizar-se”, ou seja, de estar pareada com o padrão dos países europeus em desenvolvimento urbano, buscando a universalização da instrução. Mesmo ainda atendendo a um número de estudantes pequeno frente a um público em idade escolar, esse fato gerou um crescimento no número de escolas, de matrículas, de funcionários públicos, entre outros serviços para a educação (Leite, 1996; Miguel, 2021; Santana; Costa, 2013; Silva, 2017).

O processo de municipalização da instrução pública primária ocorrido desde o ano de 1896, o qual se estendeu até o ano de 1927, impactou a crise financeira, pois a administração municipal passou a ser responsável pela parte da instrução que mais demandava matrícula, uma vez que a maior parte da população era analfabeta, e a ideia de progresso e civilidade exigiu a modificação desse quadro. Entretanto, não foi pensado um projeto financeiro para a ampliação da

educação, nem para outros setores que viviam um processo de ampliação na sociedade, como a urbanização nos serviços de iluminação, saneamento, edificações, pavimentações, transporte etc.

Silva (2017) discorre sobre o endividamento do Estado, e os dados que disponibiliza demonstram como avançou do início da República à década de 1920. Aponta que subiu de 3.388:100\$000, em 1895, para 119.118:050\$000, em 1929, e destaca que isso se deveu ao fato do uso recorrente de empréstimos estrangeiros. Silva (2017, p. 121) diz que “Em 1930, o estado da Bahia devia 6 milhões de libras à Inglaterra e 48 milhões de francos a França” e afirma que havia uma dinâmica de contratação de empréstimos que não estava alinhada com a receita. Houve, então, uma facilidade com os empréstimos e, conseqüentemente, uma ampliação ano após ano do endividamento devido à prerrogativa concedida pela Constituição Federal de 1891, na qual estados e municípios poderiam contratar empréstimos internacionais sem precisar da intermediação da administração federal.

Esse endividamento se sobrepõe na década de 1910 devido ao seu acúmulo somado à má gestão e à continuidade de um investimento na urbanização sem recursos financeiros. Quando os professores começaram a não receber seus vencimentos e a apontar mais amplamente condições de pagamento das locações dos prédios escolares, a partir do ano de 1915, foi justamente o momento no qual havia escassez de finança externa acarretada pela Primeira Guerra Mundial. Nos anos de 1915 a 1920, não só os professores vivenciaram falta de pagamentos, com a “carestia dos alimentos” (tanto com a falta de produtos como com o seu encarecimento) etc., mas também outros trabalhadores, inclusive por esses e outros motivos, levando-os a uma greve geral em Salvador em 1919, da qual os professores de alguma forma participaram.

A desvalorização do salário docente esteve presente desde o período imperial, mas o que notamos aqui, a partir da narrativa docente de autoria negra, é um aprofundamento das desigualdades por falta de pagamento junto a um coletivo formado por uma maioria de mulheres e que teve seus movimentos e lutas liderados e pautados na escrita de professores negros.

Autores como Castellucci (2001),¹⁴ Tavares (2008) e Silva (2017), em seus trabalhos, apresentaram de alguma forma a situação econômica da Bahia, sobretudo a partir da década de

¹⁴ Castellucci (2001), em seu trabalho intitulado *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia*, que estudou a história da greve geral de operários na capital do nosso estado ocorrida no ano de 1919, embora não faça menção à greve de professores primários ocorrida em 1918, traz sistematização historiográfica das greves operárias ocorridas em diferentes regiões do Brasil. Também aponta as reivindicações da classe operária, que naquele contexto se configuravam como pautas novas, como a duração da jornada de trabalho, a abolição do trabalho infantil e a regulamentação e isonomia salarial entre homens e mulheres quando exerciam as mesmas funções. Analisa, ainda, a classe operária em Salvador no que se refere à sua composição social: a participação feminina, a presença majoritária de populações negras e os limites impostos com a imigração estrangeira.

1910. Esses autores nos informam sobre como a instabilidade econômica alavancada pela Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, ocasionou a centralização da verba pública no desenvolvimento urbano de alguns setores da cidade, sobretudo com as estações de energia, a necessidade de maior investimento nas questões de saúde e higiene sanitária para enfrentamento da pandemia da gripe espanhola, que durou de 1918 a 1920, e as crises políticas vinculadas a cisões interoligárquicas efetivadas devido às eleições federais e estaduais que ocorreram nos anos de 1918 e 1919.

O final da década de 1910 foi marcado por grandes transformações econômicas, sociais e políticas e por uma intensa mobilização da classe trabalhadora no plano mundial. Parte dessas mudanças e desse processo de reorganização dos trabalhadores está associado, direta ou indiretamente, à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). (Castellucci, 2001, p. 132).

Castellucci (2001) aponta que em parte a crise econômica, que denominou de flutuações econômicas, estava vinculada à Primeira Guerra Mundial, indicando que, quando as nações europeias centraram seu setor produtivo na indústria bélica, demandaram dos países periféricos a responsabilidade de abastecê-los de produtos primários, como os alimentícios. Ao “incrementarem suas exportações de arroz, açúcar, batata, carnes, farinha de mandioca, feijão e milho, entre outros produtos, os países de periferia do sistema, como o Brasil” (Castellucci, 2001, p. 134), embora tenham aumentado suas exportações, acabaram elevando o custo social, pois ocorreu uma escalada dos preços envolvendo os gêneros de necessidade primária no que se refere ao alimento.

Ocorreram o aumento no custo e a escassez do pão (inclusive o jornal *A Tarde* publicou, no dia 9 de maio de 1919, a greve dos forneiros das padarias em Salvador, pois os trabalhadores requeriam aumento), elevação exorbitante dos aluguéis, falta de moradia adequada e inflação, que atingia taxas bem altas em todo o Brasil, inclusive na Bahia. É perceptível como os anos de 1918 e 1919 foram marcados por manifestos e greves em todos os setores e em todo o país (Castellucci, 2001).

O trabalho de Castellucci (2001) indica que, entre outros aspectos, as crises políticas ocorreram com as eleições do ano de 1919, uma vez que a disputa para os cargos executivos para governadores e presidente, no final da década de 1910, aprofundou a cisão das elites oligárquicas na Bahia. Por um lado, oligarcas se uniram a Rui Barbosa (soteropolitano que se encontrava no Senado à época), fazendo frente a Seabra e outros políticos do PRD, que, por outro lado, se vincularam a Epitácio Pessoa (candidato paraibano). Mas como essa relação econômica poderia atingir a sociedade baiana? Destacamos as denúncias de corrupção e a utilização inadequada da verba pública feitas pela oposição ao governo do Estado, administrada

pelo senhor Antônio Ferrão Muniz de Aragão, mais conhecido como Antônio Muniz, que contava com o apoio de J. J. Seabra – inclusive eram membros do mesmo partido, o que, junto a outras crises enfrentadas, mobilizou as diversas áreas e setores na Bahia e, de maneira expressiva, em Salvador.

Tavares (2008), ao se referir em sua obra ao período seabrista, especificamente o governo de Antônio Muniz, fala sobre o período conturbado no qual muitos movimentos grevistas ocorrem e menciona a greve dos professores em 1918, além de várias outras que ocorreram posteriormente a esta, acentuando-se no ano de 1919.

Silva (2017, p. 13), em sua dissertação, mais precisamente no capítulo 4, intitulado “A crise financeira do município e o professorado”, afirma que, com a chegada do governo seabrista no ano de 1912, o qual se estende até o ano de 1924, esse foi o “período mais turbulento da política baiana durante a primeira República”. Aponta que a crise financeira na capital da Bahia foi causada por más administrações da cidade, déficit recorrente entre receita e despesas municipais, gastos acentuados com reformas urbanas, endividamento interno e externo (os empréstimos adquiridos no Brasil e no exterior) e ainda empréstimos mal administrados e planejados privilegiando alguns setores em detrimento de outros, o que afetou diretamente o professorado primário. Silva (2017, p. 21) diz: “O professorado municipal foi diretamente atingido pela falta de pagamento de seus vencimentos e da verba destinada à ajuda de custo para pagamento dos aluguéis onde estavam instaladas as escolas tendo por consequência as ameaças de despejos”.

O autor ainda se refere às agitações sociais que se acentuaram com a passagem do governo de Seabra para o de Antônio Muniz, inclusive indicando que a crise que se alastrou por esse período ocorreu acompanhada da “carestia do alimento”. Relata que “A crise financeira veio acompanhada da carestia dos alimentos desencadeando manifestações populares. Foi nesse clima que em 1918 foi anunciada a greve do professorado municipal [...]” (Silva, 2017, p. 100).

Ao discutir o protagonismo do professorado primário na cidade de Salvador sobre suas ações reivindicatórias durante os embates que envolveram os grupos políticos no período seabrista a partir de 1912, governo este que influenciou a administração municipal, Silva (2018) nos possibilita perceber a situação dos trabalhadores, sobretudo durante a década de 1910, na qual ocorreram a greve de professores em 1918 e a greve dos operários em 1919, que contou com a participação dos professores primários, lançando inclusive um segundo manifesto, e ainda a revolta sertaneja em 1920.

Priorizamos a década de 1910 e a atuação da administração pública no contexto da Bahia, pois a greve e os motivos que levaram o professorado a ela ocorrerem nesse período,

mas reconhecemos a continuidade de precarizações somadas a essa classe de funcionários públicos desde o regime imperial.

Reconhecemos que o jornal *A Tarde*, enquanto fonte de pesquisa, contribuiu com a construção de um imaginário sobre Seabra e a era seabrista, assim como contornou também um imaginário junto a outro político que com Seabra disputava narrativas na Bahia: Rui Barbosa. Nessa época, esse periódico de oposição declarada ao grupo seabrista se colocava marginalizando um e edificando o outro, respectivamente. Entretanto, entendemos esses políticos como homens contraditórios que contribuíram com avanços e retrocessos, que favoreceram ou não os grupos populares da Bahia e do Brasil.

Sarmento (2009), em sua dissertação de mestrado em História, intitulada *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*, ao focar diversos aspectos do embate entre Rui Barbosa e J. J. Seabra, ratifica o que aqui refletimos, pois seus estudos possibilitam compreender a dinâmica política que se teceu na Bahia na Primeira República.

Embora o aprofundamento das precarizações junto ao professor primário tenha se acentuado no contexto da década de 1910, os problemas relacionados aos salários dos docentes já estavam presentes desde o início do período imperial. Niskier (1995), em seu trabalho, tratando do mesmo período, infere que os ordenados do professorado não eram suficientes para suas despesas mensais e ainda indica que o exercício da profissão não era nem a única nem a principal fonte de subsistência na Bahia.

Os escritos dos professores apontam precarização nos serviços para educação, inclusive em seus pagamentos, desde o período imperial e por todo o período que a instrução pública primária de Salvador ficou sob a responsabilidade do governo municipal, entre os anos de 1896 e 1927. Logo, o período seabrista contribuiu com a precarização do professorado, mas essa situação não se inicia nem se conclui na década de 1910.

É nesse contexto, repleto de demandas, limites, conflitos e problemas locais, nacionais e internacionais, que a greve do professorado primário ocorre em Salvador no ano de 1918. Nossa intenção não é explorar o debate sobre a crise econômica, política e social da época – os trabalhos de Castellucci (2001) e Silva (2017) já dispõem de um considerável repertório para pensar essas questões, sobretudo tomando como referência a conjuntura baiana. Buscamos contextualizar processos históricos que atingiram a cidade de Salvador, aprofundando-a na pobreza e desigualdade, e entender por que, desde o mês de setembro de 1915, o professor primário de Salvador estava sem receber seus salários.

Desde o início da greve se aventavam a utilização e o empréstimo para pagamento dos

vencimentos dos docentes. Embora o empréstimo só tenha sido realizado em fevereiro de 1919, durante todo o ano de 1918 saíram várias reportagens sobre o assunto. As reportagens foram as seguintes:

- Em 21 de fevereiro de 1918, o jornal *A Tarde* publicou notícia informando que o secretário de Segurança Pública, junto ao governador do estado da Bahia, tentaria conseguir títulos, apólices populares, para garantir um empréstimo para o pagamento do professorado.
- Em 15 de março de 1918, o jornal *Diário de Notícias* informou que o Conselho Municipal seguia discutindo sobre a necessidade do tema empréstimo.
- Em 25 de março de 1918, no jornal *Diário de Notícias*, o conselheiro municipal, o coronel Costa Neto, mencionou a situação do professorado municipal falando da necessidade do empréstimo e da sistematização de um projeto de lei para sua garantia.
- Em 26 de abril de 1918, o jornal *Diário de Notícias* tratou dos empréstimos estaduais e municipais.
- Em 9 de julho de 1918, no jornal *A Tarde* consta notícia sobre a promessa não cumprida feita por J. J. Seabra, que garantiu à comissão de funcionários municipais a realização do empréstimo quando chegasse no Rio de Janeiro para pagamento dos vencimentos não recebidos pelos funcionários públicos.
- Em 7 de agosto de 1918, no jornal *A Tarde* há a notícia que trata dos empréstimos, da situação do estado da Bahia e do caso do funcionalismo (o professorado sem receber) e indica que a única resolução seria a partir da intervenção federal, reestabelecendo a ordem financeira, econômica, moral e política.
- Em 3 de setembro de 1918, o jornal *Diário de Notícias* mencionou o projeto de lei autorizando o Executivo a lançar mão dos saldos verificados mensalmente na Caixa Econômica e recolhidos ao Tesouro Nacional para aplicá-los a empréstimos aos funcionários públicos até um ano com juros de 8% ao ano.
- Em 21 de setembro de 1918, no jornal *A Tarde*, o professorado protestou e questionou por que, com o crédito que o intendente havia sido autorizado a contrair com empréstimo de até 3.000:000\$00 para a resolução do caso, a situação não foi resolvida. O intendente Rocha Leal pegou um empréstimo para a compra de um motor diesel; consta protesto dizendo que a questão elétrica não é nada perto do analfabetismo e coloca-se que a instrução municipal ficou negligenciada, assim como a condição de fome.

- Em 10 de outubro de 1918, no jornal *A Tarde* consta notícia criticando o empenho em pegar empréstimo para a compra do motor no valor de 720 mil francos ou 1.800 réis por franco.

O término da greve foi realizado no final do mês de agosto, em reunião com o governador Antônio Muniz, e ficaram estabelecidos a revogação da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, o pagamento dos vencimentos dos professores e o prazo de reabertura das escolas, que seria até o final da primeira semana de setembro. A notícia de 3 de setembro de 1918 do jornal *Diário de Notícias*, listada acima, menciona o projeto de lei referente ao empréstimo que ficou definido a ser contratado junto à Caixa Econômica para pagamento dos salários e dos vencimentos em atraso dos funcionários públicos. Embora o projeto tenha sido sobre funcionários públicos municipais em geral que estavam em atrasos, entre os quais se inclui o professorado, esse acordo só foi possível devido aos movimentos e lutas dos docentes nesse período – o que não invalida os movimentos e lutas dos demais funcionários, mas especifica. Veja o que diz o jornal *Diário de Notícias*:

Os saldos dos depósitos da Caixa Econômica

A sua aplicação em empréstimo ao funcionalismo

O sr. deputado Norival de Freitas apresentou à Câmara o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica o executivo autorizado a lançar mão dos saldos verificados mensalmente na Caixa Econômica e recolhido ao Tesouro Nacional, para aplicá-los em empréstimo aos funcionários públicos até um ano com juros de 8% ao ano, sendo o desconto feito mensalmente em folha de pagamento, e não podendo exercer a consignação de 23 do ordenado.

§1º - O prazo máximo desses empréstimos será de 30 meses adaptado a tabela de 'Price' para o cálculo da respectiva amortização e juro.

§2º - Fica estabelecida a taxa de meio por cento ao ano destinada a remunerar a Caixa Econômica incumbido do necessário expediente e a de 11,2% ao ano para cobrir os prejuízos que possam advir por falecimento mutuários e outros motivos.

§3º - O governo expedirá os necessários atos para execução da presente lei.

Art. 2º - Ficam revogados as disposições em contrário. (*Diário de Notícias*, 3 set. 1918).

Esse empréstimo no valor de 1.500 contos de réis, prometido desde agosto de 1918, só foi realizado em janeiro de 1919, um ano após o início da greve, mas ainda assim não foi utilizado para pagamento do seu pleito, que era o salário atrasado do professorado. Foi usado pelo Tesouro primeiramente para o pagamento dos salários atrasados de outros funcionários. Dos pagamentos era descontado um percentual (Miguel, 2021).

No jornal *A Hora* do dia 3 de fevereiro de 1919, foi noticiado um posicionamento que se manifesta contrariamente, definindo como imoral e ilegal a operação de empréstimo, referindo-se aos juros cobrados nos pagamentos dos salários atrasados, possibilitando com o empréstimo tomado para essa finalidade inclusive cobrança feita sobre os valores destinados à

locação dos prédios escolares. Houve, ainda, críticas à ameaça feita pela administração de não se pagar ao professorado.

O empréstimo municipal

Não se dignaram os thurllerarios do sr. Antônio Muniz articular uma palavra em defesa do homem das lambadas o sr. Brocha ou Rocha Leal no tangente a imoralíssima e ilegal operação do empréstimo, para salvar da situação precária em que se acha o funcionalismo municipal.

Lurados na sua incompetência os jornalistas de fancaria, os gralhas chefiadas pelo cara de lua pejada, fingindo autoridade, num arremedo de importância que ninguém lhes reconhece, com o silêncio que mantido até agora diante das acusações a operação que pode ser tudo menos financeira, outra coisa, não tem feito que confirmar – lutotum – os nossos argumentos.

A preocupação dessa gente chata sob todos os pontos de vista, preocupação única é fazer a raspagem dos cofres públicos.

Dissemos que se pretendia deixar de pagar ao professorado municipal, alvo das iras da farândola governamental, e se estão confirmando as nossas afirmações.

Trata-se de uma vingança torpe, a que a digna classe a cujo lado, não cansamos de respeitar, estamos incondicionalmente, não se deve submeter.

Obrigado a aceitar um desconto criminosos, até mesmo na locação escolar é justo que ela não se conforme com desculpas em vez dos seus vencimentos.

Raja a digna classe que encontrará ao seu lado os homens sensatos. (*A Hora*, 3 fev. 1919).

O salário enquanto direito foi imoral e ilegalmente negado aos professores, nesta altura já há 41 meses sem recebimento contínuo dos vencimentos, uma vez que a greve se iniciou um ano antes, com 29 meses de atraso, e esse fato não pode ser encarado sem considerar a racialidade e feminização que atravessam essa classe profissional. Figueiredo (1899) diz que salário seria a retribuição de serviço feito através de pagamento, ou seja, o salariado seria um regime do salário, que substituíria a escravidão pelo salariado. Sendo assim, se esses funcionários não receberam seus vencimentos, é preciso pensarmos qual relação se tem com um regime sem salários, o qual se vivenciou anteriormente a esse período no Brasil, ou seja, o período escravocrata.

Mesmo com o final da greve, os professores que a construíram e dela participaram no ano de 1918 continuaram sem a regularização dos seus vencimentos. Dessa forma, o que nos interessa é entender: por que uma classe profissional ficou sem receber seus vencimentos, considerando a falta de equidade dos pagamentos, uma vez que parte do professorado recebia e outra não? E quem eram os docentes que, por conta da falta de recebimentos dos seus proventos por mais de três anos, sofreram com o aprofundamento da precarização dos recursos para os serviços de educação e, conseqüentemente, o aprofundamento de desigualdades sociais? E, ainda, que relação podemos fazer com as experiências laborais de luta das populações negras no pós-abolição e como forjaram resistências e re-existências favoráveis à defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério?

Seção-carta 3



Louro de Freitas, 28 de outubro de 2022

Ao professor Vicente Ferreira Café

Estimado colega,

Não sei por onde começo, quais palavras escolher para lhe tecer alguns cumprimentos. Voltei a morar em Louro, e escrever este capítulo foi quase um parto. Mesmo o filho sendo esperado, não contava com algumas desarregulações da vida, que às vezes gira, gira. As tessituras aos poucos chegaram, de um jeito diferente, não exatamente como aguardado. Mas aprendi no caminho e entre encruzilhadas que a vida que nos invade nem sempre nos leva ao encontro das águas; às vezes são as forças das ondas que nos buscam. Percebi que não escolhi escrever sobre a grede; como diz Glória Anzaldúa, “escrevo para registrar o que os outros apagam”, para reescrever nossas histórias, e foi assim que vocês me escolheram, me enredaram e me envolveram. As lágrimas foram minhas maiores companhias nesta jornada. Ao discorrer sobre vossas mágoas, os cantos dos pássaros bateram asas, nem a dança dos galhos, nem o rodopio dos ventos me contornavam. Foram as palavras escritas nos jornais que me acompanharam; ouvi gritos, vozes, sussurros, gemidos, despertando em mim gatilhos, mas também escutei aplausos, diversos gritos dizendo: “bravo!”. Os escritos, manuscritos e datilografados, os quais, na maioria dos casos, estavam nos jornais impressados, me soaram como a voz da liberdade. Gratidão, caro colega. Espero que a escrita esteja a contento e anseio continuar reconstituindo as re-existências que nos atravessam.

Com estima, sua colega Ladjane Alves Sousa

3 PROFISSÃO PROFESSORA, PROFESSOR: RE-EXISTÊNCIA NEGRA, PRESENÇAS E ATUAÇÕES FEMININAS NA GREVE DE 1918

Nesta seção, buscamos descrever os participantes atuantes na greve de 1918 e, entre eles, situar quais eram os docentes autores das narrativas contidas nos documentos analisados, produzidos como estratégias de movimentos e lutas nesse período. Os documentos utilizados para definir os nomes dos professores que participaram ativamente da greve foram o convite de 13 de fevereiro de 1918 e as atas das assembleias ocorridas nos dias 15 e 17 de fevereiro de 1918, as quais foram publicadas no jornal *A Tarde* nos dias 16 e 18, respectivamente.

No convite datado de 13 de fevereiro de 1918 e publicado no jornal *A Tarde* do dia 14, consta uma convocação solicitando a presença dos trabalhadores do magistério na reunião que aconteceria no dia 15 do mesmo mês e ano, no salão do Grêmio Literário, às 10h.

Os nomes que assinam coletivamente esse convite eram das senhoras e dos senhores: Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Cincinato Ricardo Pereira Franca, Vicente Ferreira Café, Dasio José de Souza, Hugo Balthazar da Silveira, Antônio Guedes, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Alberto Francisco de Assis, Antenor Dantas Simões, Jovina de Castro Senna Moreira, Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Anna Moreira Bahiense e Jesuína Beatriz de Oliveira Alcântara. Essa lista continha os nomes dos professores que compuseram a comissão inicial que representava a classe docente na greve de 1918, deflagrada por volta de 17 dias antes, mais especificamente em 29 de janeiro.

Na greve docente de 1918, participou assinando ata de reunião um grupo de 80 docentes. As listas encontradas nas atas de assembleias do período da greve continham esse quantitativo, composto de 56 professoras e 24 professores, dados que representam quantitativos de 70% de participação feminina e 30% masculina. Estiveram à frente do movimento 15 professores que compuseram a comissão central da greve, que representava o professorado nas diversas atividades que envolveram os movimentos e as lutas pela defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério. Desse quantitativo, 12 mulheres negras e homens negros se destacaram pela narrativa majoritariamente de autoria negra nos comunicados sobre a greve.

As professoras e os professores negros eram os apresentados na figura a seguir.

Figura 1 – Galeria dos docentes negros que atuaram nos movimentos e lutas na década de 1910



Emilia de O. Lobo Vianna



Jovina de C. Senna Moreira



Anna Moreira Bahiense



Alberto F. de Assis



Vicente Ferreira Café



Severiano G. de Salles Filho



Jacyntho T. de B. Caraúna



Possidônio Dias Coelho



Cincinato R. Pereira Franca



Francellino do E. S. P. de
Andrade



Isauro A. da Silva Coelho



Manoel Theotimo d'Almeida

Fonte: linha 1 da galeria: *A Tarde* (14 fev. 1918) e Instagram Promeba; linha 2: *Diário de Notícias* (17 jun. 1921), *A Tarde* (19 jun. 1924), *Revista do Ensino*, n. 1 (jun. 1924); linha 3: *Revista do Ensino*, n. 2 (set. 1924), *A Tarde* (16 fev. 1918), *A Tarde* (30 jan. 1918); linha 4: *Diário de Notícias* (17 jun. 1921), *A Tarde* (8 fev. 1918), *Revista do Ensino*, ano II, n. 4 e 5 (1925).

Como dito, 9 docentes dessa galeria faziam parte da comissão central da greve de 1918, a saber: as professoras Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Jovina de Castro Senna Moreira e Anna Moreira Bahiense; e os professores Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Cincinato Ricardo Pereira Franca, Alberto Francisco de Assis, Vicente Ferreira Café e Severiano Gonçalves de Salles Filho.

Os professores Manoel Theotimo d'Almeida e Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade não integraram a comissão central, mas são grandes nomes que atuavam junto às causas da educação pública.

O professor Isauro Abdon da Silva Coelho, além de ser uma figura ilustre e participativa, protagonizou uma parte importante da greve, pois foi o professor ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente por reivindicar publicamente os salários e responsabilizar a administração pública pelo aprofundamento da precarização dos recursos da educação, sobretudo no que tange à remuneração e, conseqüentemente, ao aprofundamento de desigualdades pela falta de equidade nos pagamentos. De 9 de fevereiro de 1918 em diante, a situação de Isauro Abdon da Silva Coelho passou a ser um dos pontos da pauta reivindicada pelo professorado, ou seja, tornar sem efeito a suspensão ilegalmente imposta pelo intendente ao docente.

Inserimos ao longo deste capítulo um tópico denominado “Carta biográfica ao leitor”, no qual são apresentadas algumas narrativas sobre as mulheres negras e os homens negros que lideraram a greve docente de 1918. Essa intervenção foi pensada como uma forma de reconhecer suas atuações frente a um movimento de majoritária autoria negra, o que não invalida a participação dos não negros e daqueles cuja descendência racial não conseguimos identificar.

Esse tópico foi inspirado em uma forma inovadora de comunicar informações sobre a biografia de professoras e de professores, inaugurada na tese de doutorado da professora e pesquisadora Antonieta Miguel (2021). A intenção aqui é trazer algumas narrativas sobre a biografia dos(as) docentes negros(as) que foram ativos(as) na greve. Essas informações foram levantadas da ata de reunião do dia 15 de fevereiro,¹⁵ presidida pelo professor Possidônio Dias Coelho.

É importante registrar que, mesmo não sendo identificados como negros os professores Roberto Correia e Hugo Balthazar da Silveira, estes são outros nomes ativos na autoria de textos em defesa de direitos trabalhistas e profissionais do magistério e da educação de maneira ampla.

3.1 A COMISSÃO CENTRAL REPRESENTATIVA DA GREVE

Desse conjunto de 15 docentes, 9 membros da comissão central eram professoras e professores negros, 3 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, o que equivale a 60% – percentual que corresponde ao quantitativo de docentes da comissão cuja racialidade conseguimos identificar. Desses 60%, 1/3 era formado por membros do sexo feminino. Tendo em vista que as mulheres constituíam a maioria dos frequentadores da assembleia, esse percentual é inversamente proporcional, mas ainda assim é um dado a se considerar.

¹⁵ Esses documentos serão aprofundados na seção-carta 3, e a utilidade deles nesta seção-carta capítulo se refere ao uso de parte das escritas quando mencionam o movimento e luta pelo direito ao recebimento dos seus proventos, inscrevendo-os a partir do termo “greve”.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (1)

Cara leitora, caro leitor,



O professor **Possidônio Dias Coelho**, homem negro, formou-se como aluno-mestre em 1876 e, em 1878, foi nomeado para a cadeira de 1ª classe na freguesia de N. S. do Livramento do Barracão (Rio Real), exerceu sua profissão em várias escolas do interior da Bahia e durante três décadas ocupou a 3ª cadeira da escola do sexo masculino do distrito de São Pedro, estabelecimento no qual se aposentou e foi delegado escolar. No dia 13 de fevereiro, foi publicada no jornal *A Tarde* sua carta em solidariedade ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho, professor ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente. Foi eleito membro da comissão central da greve e presidia as mesas quando das assembleias. Algumas reuniões da comissão inclusive foram realizadas em sua residência. Foi diretor do Comitê Paulista de Socorro para recebimento dos donativos dos docentes da capital e do estado de São Paulo. Foi presidente do CDPPB.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (13, 16 e 18 fev. 1918), *Diário de Notícias* (3, 15, 25 e 26 abr. 1918) e Miguel (2021).

De um total de 80 docentes recorrentemente frequentes nas assembleias deliberativas da greve, foram os 9 membros negros que faziam parte da comissão central os autores da grande maioria dos textos de produção docente encontrados quando do levantamento de documentos. Dos 19 tipos de documentos de autoria de docentes analisados nesta pesquisa, 15 são de autoria majoritariamente negra.¹⁶ Entre outros aspectos, descrevemos nesta seção-carta alguns aspectos das biografias desses docentes, sobretudo em suas trajetórias cruzadas na atuação na greve docente e nas participações em diferentes movimentos e lutas dos docentes primários na capital da Bahia nas primeiras décadas do pós-abolição.

O professor Possidônio Dias Coelho era quem presidia as mesas de reuniões do professorado. Era secretariado pelos professores Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna e Cincinato Ricardo Pereira Franca. Quando ocorriam as assembleias por eles

presididas e secretariadas, a frequência constatada nas atas era sempre próxima ao quantitativo de 80 docentes. Para além da estatística, dado que por si só já é relevante por desvelar a feminização do magistério, é a partir da década de 1860 que se intensifica a inversão da presença feminina na formação do magistério primário (Anjos, 2018).

Ainda sobre conteúdos presentes na ata, o professor Alberto Francisco de Assis propôs a formação da comissão representativa do professorado na greve, denominada de comissão central, que foi reorganizada e ampliada em duas comissões, e a segunda seria a comissão de convite.

¹⁶ Dos outros quatro tipos de documentos de análise nesta pesquisa, dois são textos coletivos que também foram de autoria negra, mas não a maioria dos autores, um cuja autoria não conseguimos identificar considerando a racialidade e um outro cujos textos eram de autoria não negra.

A comissão central foi composta de 15 nomes. Na lista da comissão inicial, acrescentou-se o nome da professora Sidônia Gonçalves de Oliveira Alcântara. Já a comissão de convite foi composta pelos professores Antônio Salustino Ferreira de Azevedo, Antenor Dantas Simões, João Ribeiro Pereira, Hugo Balthazar da Silveira, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Edgar da Silva Pitangueira e Ângelo Paulo de Souza. Dos professores listados, dois integravam tanto a comissão central como a comissão de convite: Hugo Balthazar da Silveira e Severiano Gonçalves de Salles Filho.

O professor Hugo Balthazar da Silveira sugeriu a criação de uma terceira comissão, denominada comissão de recepção, cuja composição foi indicada por um outro professor, o senhor Roberto Correia, que sugeriu o nome das seguintes professoras: Laura Baraúna, Stela de Lemos, Amélia

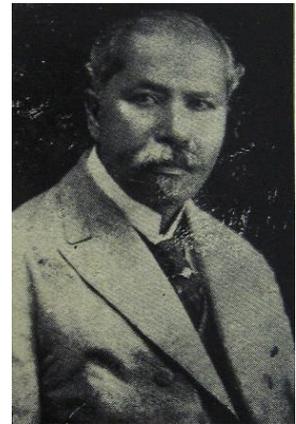
Bahia, Luiza do Couto Cardoso, Augusta Franca Neves e Maria Amália Rabello – seis mulheres.

A ata não contém informações sobre as atribuições das comissões, mas seus nomes remetem a ações bem específicas, como o comitê central – representação do professorado em reunião. Essa comissão se reuniu muitas vezes e com diversos outros grupos, administradores públicos, políticos, membros do Conselho Municipal e CSE, advogados, jornalistas e outros atores sociais, e produziu muitos documentos coletivos, comunicando, cobrando, solicitando e noticiando a greve.

A comissão de convite, por sua vez, era responsável por organizar os chamados para o professorado participar das atividades desenvolvidas e organizadas. Nesse bojo, encontramos convites para toda e qualquer atividade desenvolvida pela comissão central da greve e pela comissão de recepção – supomos que a comissão recepcionava os docentes quando necessário nas diferentes atividades ocorridas em diferentes logradouros.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (2)

Cara leitora, caro leitor,



Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, homem negro, professor regente da primeira escola do sexo masculino de S'Antana, fez parte do Grêmio Beneficente do Professorado Bahiano, ocupando a 2ª cadeira de secretário. Teve sua carta em solidariedade a Isauro Abdon da Silva Coelho, professor ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente, publicada no jornal *A Tarde* de 14 de fevereiro de 1918. Foi eleito membro da comissão central da greve e secretariava as mesas quando das assembleias. Foi delegado escolar e presidente do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia. Foi vice-diretor do CDPPB, um homem abastado na cidade de Salvador.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (14, 16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918), Brandão (2012) e Miguel (2021).

Quando a comissão assinava os documentos deliberativos sobre algum conteúdo da greve, como telegramas, convites, moções de apoio, ofícios, cartas coletivas, entre outros, constavam assinaturas dos nomes dos membros da comissão central, na sua totalidade, parcialidade ou até mesmo só constando no final do documento a expressão “A comissão”, referindo-se à comissão central como a responsável pela sua produção.

As fotografias permitiram precisar que pelo menos 9 professores eram negros, um não era negro e quatro não foram identificados. A respeito dos demais, não encontramos fotografias que permitissem a identificação.

Após a modificação e ampliação da comissão representativa, que passou a ser composta de 28 cadeiras, representadas por 26 professores (pois 2 deles partilhavam simultaneamente a composição de duas diferentes comissões, como mencionado anteriormente), a comissão central, dos 15 docentes que a representavam, ainda contava com a participação dos mesmos 9 docentes negros, que continuaram sendo maioria na liderança da greve.

A afirmação de que foram 9 se relaciona à identificação da racialidade desses

docentes, mas outros professores negros podem também ter feito parte da comissão que deliberava os rumos dos movimentos e lutas, tanto na comissão central quanto nas comissões de convite e recepção, assim como outras comissões podem ter tido um maior número de professoras negras. Contudo, a fotografia nítida que identificava o nome dos professores deu conta de precisar 9 nomes de docentes negros na comissão central e mais três que não eram da comissão, mas participaram ativamente.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (3)

Cara leitora, caro leitor,



O professor **Cincinato Ricardo Pereira Franca** foi um homem negro, nasceu em 14 de fevereiro de 1860, na freguesia de São Thiago do Iguape, pertencente à cidade de Cachoeira, e faleceu em 27 de dezembro de 1934. Era filho do capitão Augusto Ricardo e da senhora Umbelina Franca das Neves e Pereira das Neves. Na capital da Bahia, foi professor complementar do Grupo Escolar Rio Branco e professor da primeira escola do sexo masculino do distrito do Pilar. Foi um abolicionista e teve vários de seus textos publicados em diferentes meios de comunicação escrita. Lecionou na cidade de Cachoeira e em Salvador, atuando na educação formal e informal, na imprensa e nos movimentos sociais. Sua família era formada por professores. No dia 14 de fevereiro, foi publicada no jornal *A Tarde* sua carta em solidariedade a Isauro Abdon da Silva Coelho, professor ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente. Apresentou sua tese, intitulada *Os resultados colhidos atualmente no ensino correspondem ao esforço e meios empregados?* na Conferência Pedagógica de 1914. Foi eleito membro da comissão central da greve e secretariava as mesas quando das assembleias. Foi vice-presidente do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia e diretor do CDPPB.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (14, 16 e 18 fev. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918), Brandão (2012), Monteiro (2017), Miguel (2021) e Sousa (2012).

Quadro 2 – Professores das comissões na reunião referente à greve de professores primários de Salvador ocorrida em 15 de fevereiro de 1918

N.	Nome	Comissão
01	Possidônio Dias Coelho	Comissão central
02	Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna	Comissão central
03	Cincinato Ricardo Pereira Franca	Comissão central
04	Vicente Ferreira Café	Comissão central
05	Dasio José de Souza	Comissão central
06	Hugo Balthazar da Silveira	Comissão central
07	Antônio Guedes	Comissão central
08	Severiano Gonçalves de Salles Filho	Comissão central
09	Alberto Francisco de Assis	Comissão central
10	Antenor Dantas Simões	Comissão central
11	Jovina de Castro Senna Moreira	Comissão central
12	Emilia de Oliveira Lobo Vianna	Comissão central
13	Anna Moreira Bahiense	Comissão central
14	Jesuína Beatriz de Oliveira Alcântara	Comissão central
15	Sidônia Gonçalves de Oliveira Alcântara	Comissão central
16	Antônio Salustino Ferreira de Azevedo	Comissão de convite
17	Antenor Dantas Simões	Comissão de convite
18	João Ribeiro Pereira	Comissão de convite
19	Hugo Balthazar da Silveira	Comissão de convite
20	Severiano Gonçalves de Salles Filho	Comissão de convite
21	Edgar da Silva Pitangueira	Comissão de convite
22	Ângelo Paulo de Souza	Comissão de convite
23	Laura Baraúna	Comissão de recepção
24	Stela de Lemos	Comissão de recepção
25	Amélia Bahia	Comissão de recepção
26	Luiza do Couto Cardoso	Comissão de recepção
27	Augusta Franca Neves	Comissão de recepção
28	Maria Amália Rabello	Comissão de recepção

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raros da BPEB.

É dessa forma que nos indagamos: quem são essas professoras e esses professores primários, negras, negros e não negros, que protagonizaram uma das primeiras greves de docentes na capital da Bahia e provavelmente uma das primeiras do Brasil?

3.2 DOCÊNCIA NEGRA E A PARTICIPAÇÃO NA GREVE DE 1918

A greve docente de 1918 contou com a participação ativa de professoras e professores negros, alguns(as) dos(as) quais pertenciam à comissão central representativa do movimento, inclusive compondo a maioria dos que nessa comissão estiveram, e outros foram os nomes que marcaram expressivamente os movimentos e as lutas dos docentes. É importante ressaltar que esses mesmos professores – quando do exercício da sua carreira profissional – sempre se colocaram atuantes em posições estratégicas para a defesa dos seus direitos trabalhistas e profissionais do magistério e a defesa da educação pública, sempre se associando a outros colegas.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (4)

Cara leitora, caro leitor,



Jovina de Castro Senna Moreira foi uma mulher negra, professora desde a década de 1890. Em 1918, ocupava a cadeira do sexo feminino de Castro Neves, do distrito de Brotas. Sua carta foi publicada no jornal *A Tarde* no dia 14 de fevereiro. Foi eleita membro da comissão central da greve docente de 1918 para a defesa do direito ao salário e foi tesoureira do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia. Inserimos apenas algumas informações sobre a biografia dessas professoras, mas podemos perceber que começaram a exercer o magistério muito antes da greve docente de 1918 e estiveram envolvidas durante e em período posterior à greve, tanto nas ações dela desdobradas como em outros movimentos e lutas.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (14, 16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918) e Miguel (2021).

As professoras e os professores negros eram: Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Jovina de Castro Senna Moreira, Anna Moreira Bahiense, Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Cincinato Ricardo Pereira Franca, Alberto Francisco de Assis, Vicente Ferreira Café, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Isauro Abdon da Silva Coelho, Manoel Theotimo d'Almeida e Francellino do Espirito Santo Pereira de Andrade. Roberto Correia e Hugo Balthazar da Silveira são outros nomes de docentes que foram ativos na autoria de textos na defesa de direitos profissionais e da educação de maneira ampla.

Os nomes dessas professoras e desses professores, negras, negros e não negros, estiveram registrados em diversos momentos desde o final do período imperial, participando em eventos como as conferências pedagógicas dos anos de 1913,

1914 e 1915, o Congresso de Trabalhadores Bahianos, em 1919, e o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922.

Foram também autores de diferentes escritos docentes, inclusive publicando textos em jornais como *A Tarde*, *A Hora* e *Diário de Notícias*, fundando e dirigindo revistas que abordavam temáticas ligadas aos conhecimentos pedagógicos, como a *Revista do Ensino Primário*, publicada entre os anos 1892 e 1893; *A Reforma*, de 1890; e a *Revista do Ensino*, de 1924 e 1925. Ainda fundaram e compuseram associações, organizações, instituições e agremiações, como o CDPPB, o Instituto Bahiano de Ensino, a Liga Bahiana contra o Analfabetismo, a Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil, o Grêmio Beneficente do Professorado Bahiano, o Grêmio Literário, o Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia, entre outros.

Em muitos casos, essas professoras e esses professores se revezavam nos cargos das instituições e entidades jurídicas que fundavam. Nas cartas biográficas, inspiradas na forma inovadora de comunicar as biografias dos professores criada por Miguel (2021), é possível observar esse revezamento.

Pesquisadores que estudam temas como escola primária, instrução pública primária e professorado primário no contexto da cidade de Salvador – e em outras localizações da Bahia, como Cachoeira e São Félix – acabam citando os mesmos nomes dos professores que participaram ativamente da greve docente de 1918 e de movimentos e lutas desenvolvidos durante toda a década de 1910. A título de exemplo, podemos citar as investigações de pesquisadoras e pesquisadores como Silva (1997), Tavares (2008), Costa e Conceição (2001), Silva (2017), Miguel (2021), Sousa e Lima (2024), Sousa (2006), Sousa (2012), Brandão (2012), Anjos (2018), Santana e demais autores (2011a, 2013b), Luz (2000, 2009b), entre outros.

O artigo “Docentes negros no pós-abolição: a greve e seus atravessamentos interseccionais na cidade de Salvador em 1918”, das autoras Sousa e Lima (2024, p. 91), buscou “[...] explicitar as presenças e atuações das professoras e professores da escola primária, negras e negros, na liderança da greve de docentes no ano de 1918”, usando como lente de análise a interseccionalidade que atravessava esses docentes, seus movimentos e suas lutas por direitos trabalhistas e profissionais do magistério. A publicação também visa comunicar a história de sujeitos que têm sido historicamente invisibilizados e as complexidades que os conformam, corroborando o que apontam as estatísticas sobre a participação e atuação da docência negra na greve de 1918 e indicando as narrativas docentes de autoria negra na liderança da greve e as narrativas visuais dessas senhoras e senhores. Os movimentos e as lutas dos docentes na disputa de narrativa com o poder público foram organizados no dia a dia, nas reuniões que ocorriam no

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (5)

Cara leitora, caro leitor,



Emilia de Oliveira Lobo Vianna foi uma mulher negra, professora do magistério, ocupando cadeira desde 1897. Ensinou na cidade de Nazareth e em 1907 foi convidada pelo intendente Vitório Falcão para ensinar em Salvador, assumindo a 4ª escola do sexo masculino, em um logradouro na Pituba que pertencia ao distrito de Brotas. A partir de 1911, foi lotada na escola do sexo feminino no Largo do Carmo, na Rua do Distrito do Paço. No dia 14 de fevereiro, foi publicada no jornal *A Tarde* sua carta em solidariedade ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho, ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente. Foi eleita membro da comissão central da greve docente de 1918 para a defesa do direito ao salário. Foi tesoureira do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia e diretora no cargo de vogais, junto a outros cinco docentes, do CDPPB.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (14, 16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918) e Miguel (2021).

Grêmio Literário, no Lyceu de Artes e Ofícios, no Palácio Rio Branco, nas casas dos membros da comissão, entre outros locais. Essas atividades eram previamente marcadas, e as decisões tomadas decorriam de deliberações coletivas.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (6)

Cara leitora, caro leitor,



Anna Moreira Bahiense foi uma professora, mulher negra, que nasceu na cidade de Salvador no ano de 1879. Filha da senhora Maria Clara de Pinho Moreira e do senhor Plácido Remígio Moreira ela habilitou-se para o magistério desde o final do século XIX e iniciou sua carreira como professora adjunta da primeira escola do sexo feminino do distrito dos Mares, que funcionava na Calçada e tinha como regente a professora efetiva Maria Izabel Bittencourt Monteiro. Nessa escola, Bahiense permaneceu até o ano de 1914. Foi nomeada efetiva para a cadeira do Politeama no distrito da Vitória. Em 1918 foi eleita membro da comissão central da greve docente de 1918 para a defesa do direito ao salário e também foi diretora-tesoureira da comissão central da greve docente de 1918. Foi tesoureira do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia e também foi diretora-tesoureira do CDPPB.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (14, 16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918) e Miguel (2021).

Na reportagem noticiada no jornal *A Tarde* no dia 18 de fevereiro de 1918, referente à assembleia ocorrida no Lyceu de Artes e Ofícios no dia 17 do mesmo mês e ano, consta um mosaico de fotografias indicando que essa foi a comissão central eleita. Nas imagens, em que os professores posam para a captura, excluindo nesse caso as fotografias que contêm professoras sentadas em uma sala, provavelmente onde ocorreu a assembleia, contabilizam-se 14 pessoas. Provavelmente um membro da comissão central não estava presente durante a produção da imagem, ou poderiam ser imagens dos 14 membros da comissão inicial. Mas o que nos chama atenção é que, provavelmente, o número de docentes negros membros dessa comissão representativa do professorado na greve pode ter sido ainda maior que os nove que aqui registramos, e encontramos suas fotografias individuais com

indicação de seus nomes. Esse dado, mesmo como hipótese, é significativo para esta pesquisa.

Figura 2 – A comissão central eleita



Fonte: *A Tarde* (18 fev. 1918).

No mosaico das imagens, é possível contabilizar e especular, mesmo considerando o comprometimento da visualização da foto, um conjunto maior do que o formado pelos nove nomes identificados como professores negros.

Outra fotografia que também nos chama atenção e amplia nossas visualizações sobre a racialidade do professorado é a Figura 3, que se refere ao grupo de professores que compareceram à reunião do dia 17 de fevereiro de 1918.

Trata-se de um grupo de professores do sexo masculino que posa do lado de fora do prédio. Nessa fotografia, é possível especular a presença, para além da comissão central, de professores negros (pretos e mestiços) participando dos movimentos da greve.

Figura 3 – Grupo de professores homens que compareceram à reunião de 17 de fevereiro de 1918



Fonte: *A Tarde* (18 fev. 1918).

As fotografias foram os documentos históricos que possibilitaram precisar informações quanto às marcas étnico-raciais de professoras e professores que participaram da greve de 1918, bem como daqueles que se destacaram como grandes representantes dos movimentos docentes na luta por direitos profissionais no final da década de 1910. Algumas das faces divulgadas nos periódicos eram de mulheres e homens, negras e negros, tão pouco citados na historiografia da educação no Brasil, os quais foram algumas das principais lideranças da greve de 1918. Autores como Mauad (1995) e Müller (2006) afirmam que a imagem fotográfica, quando entendida como documento, revela aspectos da vida material de um determinado tempo-espço dos quais nem a mais detalhada descrição verbal daria conta. Muitas vezes, também revelam os silêncios contidos nos documentos escritos.

Essa ponderação nos leva à seguinte pergunta: para além de seus nomes e de suas fotografias, quem eram esses professores negros em suas experiências laborais?

As professoras negras identificadas como membros da comissão central são Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Jovina de Castro Senna Moreira e Anna Moreira Bahiense, três mulheres negras com mais de 20 anos de profissão.

Já encontramos diversos documentos assinados individual e coletivamente por esses docentes da comissão central da greve, produzidos em distintos períodos da Primeira República. Neles, existem várias narrativas que remetem a práticas de engajamento e à participação de professoras e professores, negras e negros, a exemplo de telegramas, petições, cartas e moções (Sousa; Lima, 2024).

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (7)

Cara leitora, caro leitor,



O professor **Alberto Francisco de Assis** foi um homem negro, delegado escolar. Foi eleito membro da comissão central da greve docente e foi ele quem propôs a formação da comissão central e da comissão de convite. Foi 2º secretário do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia, presidente-órador do CDPPB, diretor do Instituto Bahiano de Ensino e fundador da *Revista do Ensino*, de 1924 e 1925.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918, 17 jun. 1921), Brandão (2012) e Miguel (2021).

Os três professores que presidiram e secretariaram a sessão na reunião deliberativa de 15 de fevereiro de 1918 e os membros da comissão central deliberativa da greve foram os senhores: Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna e Cincinato Ricardo Pereira Franca.

Os outros três docentes negros que compuseram a comissão central representativa foram os professores Alberto Francisco de Assis, Vicente Ferreira Café e Severiano Gonçalves de Salles Filho, professores primários da cidade de Salvador, profissionais comprometidos e atuantes na instrução escolar.

Muitas professoras e professores já ocupavam o cargo de forma vitalícia, sobretudo aqueles que se destacaram na greve, pois já atuavam na instrução pública desde o

final do século XIX. Na lei de 4 de outubro de 1895, o artigo nº 43 estabelecia que os professores efetivos eram considerados vitalícios após cinco anos de exercício sem nota que os desabonasse.¹⁷

Um dos docentes negros de destaque na greve de 1918, embora não fizesse parte da comissão representativa, foi o professor Isauro Abdon da Silva Coelho, da primeira escola do sexo masculino do distrito de Passé. Isauro foi ilegalmente suspenso das suas funções profissionais pelo intendente, sanção que perdurou por 15 dias. Foi penalizado pelo poder público por reivindicar seus direitos junto à intendência, e o fez também se utilizando da

¹⁷ As leis e os decretos sobre instrução e ensino do estado da Bahia referentes aos anos de 1890 a 1930 estão transcritos na íntegra no livro *A construção da escola primária na Bahia: leis de reforma e regulamento da instrução 1890-1930* (Santana *et al.*, 2011b). Neste trabalho, acessamos em alguns casos as prescrições legais diretamente em seu arquivo original e, em outros, consultando o referido livro.

publicação de escritos de sua autoria em jornais, argumentando de forma bem contundente sobre os 29 meses de atrasos no recebimento dos vencimentos do professorado, a exemplo do texto da edição do jornal *A Tarde* de 8 de fevereiro de 1918.

O Decreto nº 1.345, de 20 de janeiro de 1914, que regulamentava a instrução pública primária em execução à Lei nº 1.006, em seu capítulo II, artigo 12, quando trata da definição sobre inquérito e processo disciplinar, indica que a responsabilidade, deliberação e abertura eram incumbências do CSE em sessão composta por um mínimo de três de seus membros (Santana *et al.*, 2011b).

Na lei, constam brechas para a ocorrência de punições sem abertura de processos ou inquéritos, como no artigo 167: “advertência, censura pública, multas de até 50\$000 e suspensão de até 15 dias”. Mas, nesses casos em que havia dispensa dos procedimentos burocráticos na abertura de inquérito, a atribuição e dever continuavam sendo do conselho, e não cabia a deliberação livre executada pelo intendente municipal.

Embora o professor Isauro Abdon da Silva Coelho não compusesse a comissão representativa dos docentes durante as lutas da greve de 1918, provavelmente por conta dessa suspensão – tendo em vista que sua atuação foi marcada por ativismo de classe profissional –, ele foi um ícone desse movimento, e parte das estratégias de luta se vinculou à suspensão que lhe foi imposta como pena disciplinar ilegal, uma vez que o caso não se enquadrava na forma prescrita

pela lei. Na seção-carta 4, retomaremos sua participação, bem como a dos demais. Analisaremos, mais à frente, seus escritos, pois neles estão inscritas valiosas informações sobre as narrativas de disputas frente à administração pública.

Inserimos aqui informações sobre o professor Isauro e suas experiências durante a greve, pois isso fortalece nossa discussão, visto que, além de professoras e professores negros que

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (8)

Cara leitora, caro leitor,



O professor **Vicente Ferreira Café** foi um homem negro, formado pela Escola Normal em Salvador em 1901. Em 1903, assumiu como professor adjunto no distrito de Itapuã; no ano de 1904, substituiu o professor Manoel Theotimo d’Almeida na cadeira do sexo masculino do distrito referido; no ano de 1906, tomou posse como professor titular da 2ª escola do sexo masculino do distrito de São Pedro; e, em 1918, era titular da 1ª escola do sexo masculino do mesmo distrito. Foi eleito membro da comissão central da greve docente. Teve sua carta em solidariedade ao professor Isauro da Silva Coelho, professor suspenso das suas funções laborais ilegalmente pelo intendente, publicada no jornal *A Tarde* do dia 11 de fevereiro de 1918. Foi 1º secretário do CDPPB e tesoureiro do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (14, 16 e 18 fev. e 22 jun. 1918, 19 jan. 1924), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918), *Revista do Ensino*, n. 1 (jun. 1924), Brandão (2012) e Miguel (2021).

lideraram oficialmente a greve por meio das suas atuações nas comissões representativas e deliberativas, outros professores atuaram de forma expressiva nos movimentos e nas lutas em defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério, como o próprio Isauro Abdon da Silva Coelho, os professores Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade e Manoel Theotimo d'Almeida, entre outros.

Diante dessas informações, podemos refletir sobre a influência desses professores negros e a relevância do seu papel nas atividades da greve de 1918, mesmo não sendo membros da comissão representativa do professorado.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (9)

Cara leitora, caro leitor,



Severiano Gonçalves de Salles Filho foi um homem negro, professor da 1ª escola do sexo masculino do distrito de Pilar. Foi eleito membro da comissão central e da comissão de convite da greve docente. Teve sua carta em solidariedade ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho, professor ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente, publicada no jornal *A Tarde* do dia 13 de fevereiro de 1918. Foi 2º secretário de direção do CDPPB e tesoureiro do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918, 17 jun. 1921), Brandão (2012) e Miguel (2021).

Nos escritos dos professores aqui mencionados, não encontramos registros que demarcassem as características étnico-raciais que os constituíam, mesmo os que eram abolicionistas, como Possidônio e Cincinato, que publicavam textos, entre outros temas, em defesa dessa causa (Cavalcante, 2020; Sousa, 2006). Esses autores também não referenciam a si próprios como pretos ou mestiços, que eram algumas das nomenclaturas usadas para se referir às mulheres e aos homens com algum grau de ascendência africana.

Nesta seção-carta 3, sistematizamos alguns aspectos da biografia desses professores, mas é possível aprofundar certas informações sobre as trajetórias desses profissionais que já estão registradas em pesquisas como as de Sousa (2006), Silva (2017), Cavalcante (2020), Miguel (2021) etc.

Inclusive, há uma intenção neste trabalho de dar continuidade à inserção das biografias das professoras e dos professores que ainda não foram registradas em nenhum estudo. Mas nosso objetivo principal é realmente explicitar as presenças e atuações dessas professoras e professores, negras e negros, da escola primária na liderança da greve de docentes no ano de 1918.

Fazer essa revisão anunciando quais mulheres e homens vêm forjando movimentos e lutas sociais por justiça racial e social significa reconhecermos e reconstituirmos essas narrativas históricas, pois elas demonstram que não estamos vinculados ao racismo, mas – e sobretudo – às

nossas re-existências. Concordamos com Miranda (2017, p. 174, tradução nossa) quando afirma:

Nas diferentes áreas das Ciências Sociais, é necessário compreender como o campo da produção do conhecimento levou a manter, por tanto tempo, as narrativas insurgentes (do outro da colonização) produzidas neste contexto, fora das referências sobre quem são os que reexistiram e garantiram processos de reconstrução de ‘memórias contra-hegemônicas’ em seus escritos sem título.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (10)

Cara leitora, caro leitor,



O professor **Isaura Abdon da Silva Coelho** foi um homem negro. Quando da greve, era professor da 1ª escola do sexo masculino do distrito de Passé. Atuante nas causas e defesa da educação, apresentou sua tese, intitulada *Sessões escolares*, na Conferência Pedagógica de 1913. O professor foi ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente, tendo sido a portaria de suspensão, de 9 de fevereiro, publicada no *Jornal de Notícias* no dia 10 de fevereiro de 1918. Sua suspensão ocorreu após o jornal *A Tarde* publicar, no dia 8 do mesmo mês e ano, um pronunciamento de sua autoria intitulado “A reação do professorado”, no qual expôs a situação de falta de pagamento dos salários do professorado, atribuindo responsabilidade à administração pública. Os docentes e membros da comissão central da greve, as senhoras e os senhores Antônio Guedes, Cincinato Franca, Dario José, Emília de Oliveira Lobo Vianna, Jovina Moreira, Possidônio Coelho, Hugo da Silveira, Jacyntho Caraúna, Vicente Café e Severiano Filho escreveram e publicaram no jornal *A Tarde* cartas em apoio a este professor. A revogação da sua suspensão foi uma das pautas defendidas na greve docente de 1918, solicitada em publicação no *A Tarde* do dia 13 de fevereiro de 1918. Foi membro de assistência e defesa do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia. Sua suspensão foi revogada pelo governador do estado, o senhor Antônio Muniz, no final do mês de agosto de 1918.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (8, 13, 16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918, 17 jun. 1921), *Jornal de Notícias* (10 fev. 1918), Brandão (2012) e Miguel (2021).

A greve dos professores primários de 1918 foi por nós reconstituída a partir da escrita de autoria negra produzida pelos seus líderes e por outros docentes que também a protagonizaram. Movimento similar ocorreu na greve dos ganhadores, em 1857, estudada por Reis (2019), e em outras mobilizações mais contemporâneas, como a greve docente da década de 1910, a greve da classe de trabalhadores negros da construção e do funcionamento da estrada de ferro que liga a Bahia ao São Francisco de 1909, estudada por Robério Souza (2011). A greve geral de 1919, ocorrida na Bahia, contou com a participação majoritária de populações negras, e o movimento foi pesquisado por Castellucci (2001). Esse panorama demonstra que a racialidade vem atravessando os movimentos por direitos trabalhistas.

Essa constatação exige que demonstremos o conceito de trabalho de experiência negra, pois as greves forjadas por diferentes categorias de trabalhadores vêm sendo demarcadas por aprofundamentos das desigualdades junto às populações negras, e suas lutas desde o período imperial buscam garantir direitos básicos, como recebimento de salários, condições mínimas de trabalho e

garantia do direito ao acesso ao alimento. Esse conceito nos ajuda a resgatar as memórias

históricas sobre o trabalho e as relações trabalhistas e de classe das populações negras.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (11)

Cara leitora, caro leitor,



Manoel Theotimo d'Almeida foi um homem negro, professor primário na cidade de Lençóis na década de 1880. No ano de 1895 em Salvador, foi professor da segunda escola do sexo masculino do distrito de Conceição da Praia, na Ladeira da Preguiça, e depois assumiu a escola do sexo masculino no distrito de Itapuã, onde atuou por um período de mais de 20 anos e foi delegado escolar da 2ª e 4ª circunscrições. Sofreu um abaixo-assinado em 1900 por moradores do distrito em que lecionava, citado por atos imorais contra autoridades. Foi editor na *Revista do Ensino Primário* de 1892 e 1893, tendo publicado quatro artigos em diferentes edições: “Inspeção das escolas”, na edição n. 1, de 1892; “Inspeção da escola II”, na edição n. 2, de 1892; “Provimento das cadeiras”, na edição n. 3, de 1893; e “Inexequibilidade do programma e do horário das escolas primárias”, na edição n. 8, de 1893. Fez parte do Grêmio Beneficente do Professorado Bahiano, ocupando a 2ª cadeira de secretário. Teve sua carta em solidariedade a Isaura Abdon da Silva Coelho, professor ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente, publicada no jornal *A Tarde* do dia 14 de fevereiro de 1918. Foi eleito membro da comissão central da greve. Foi convidado pelo intendente para aplicar exame nas escolas suburbanas da capital da Bahia no início de novembro. Foi delegado escolar e presidente do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia. Foi membro na comissão de assistência e defesa e também comissão de redação e publicações do CDPPB. Foi editor da *Revista do Ensino*.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918, 17 jun. 1921), Brandão (2012) e Miguel (2021).

Essas ponderações reforçam a aplicabilidade do conceito de experiência histórica, cunhado por Thompson (1981), uma vez que esse autor, em seus trabalhos historiográficos, promove uma ampla discussão sobre esse conceito, destacando as experiências de mulheres e homens pouco ou não mencionados nas análises das lutas de classe.

No livro *A miséria da teoria*, editado no Brasil em 1981, o autor Edward Palmer Thompson traz reflexões sobre os conceitos de experiência e cultura. Thompson (1981, p. 182) considera que mulheres e homens retornam como sujeitos dentro do conceito de experiência, não como sujeitos autônomos ou indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas “[...] situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e cultura”.

O autor afirma que esses pressupostos não são incompatíveis com as hipóteses de Marx e Engels, mas reconhece que estas não são iguais às proposições que ele formulou, pois a introdução do termo “cultura” não estava, até então, centralizada na produção do conhecimento histórico.

A ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’. La Structure ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (Thompson, 1981, p. 189).

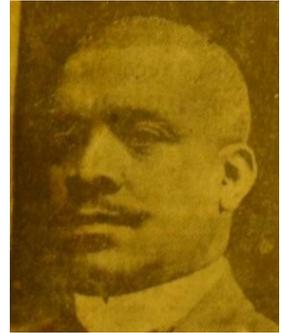
O autor reforça que, para além da experiência, o reconhecimento do termo “cultura” é relevante parte da consideração de que as pessoas não vivenciam suas próprias experiências como ideias ou no âmbito de pensamentos e procedimentos, movimento que é considerado por alguns teóricos como um instinto proletário. Thompson (1981) considera que os sujeitos vivem as experiências como sentimentos que se dão e se constroem na cultura como normas, valores, convicções religiosas e arte, indicando que parte da cultura é consciência afetiva e moral.

As contribuições de Thompson sobre o conceito de experiência são significativas para se pensar no que denominamos de trabalho de experiência negra, uma vez que esse autor faz uma discussão relevante sobre esse conceito. Entretanto, emergem ainda outros aspectos, que exploramos não como acréscimos às contribuições thompsonianas, mas porque são próprias ao modo como nosso objeto se coloca. É preciso discutir o atravessamento da racialidade na experiência laboral brasileira, o qual está atrelado às

experiências de colonizações, nas quais diversas comunidades das populações da África subsaariana foram escravizadas, o que foi realidade em toda a América e, neste caso em particular, na América Latina. Sueli Carneiro (2011), na obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, aponta a necessidade de se pensar a relação entre os afro-brasileiros e seus governantes, ou seja, uma relação entre nação e Estado. Carneiro questiona a naturalização da

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (12)

Cara leitora, caro leitor,



O professor **Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade** foi um homem negro, foi delegado escolar da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª circunscrições, presidente de honra e membro da comissão de assistência do CDPPB. Em 1900, atuou como professor adjunto com Eugenio Martins de Freitas no distrito de Santo Antônio, em Salvador. No ano de 1902, esteve à frente da escola do sexo masculino do distrito de Pirajá, em Periperi, na qual ganhou três premiações na Exposição Escolar, e lecionou ainda na escola do sexo masculino do distrito da Vitória. No ano de 1915, foi nomeado no cargo de diretor em comissão da diretoria do ensino municipal no período da licença do professor Antônio Bahia durante seis meses e depois reassumiu a função de delegado escolar na 1ª circunscrição. Em 1924, defendeu a condição vitalícia dos professores. Escreveu com o professor José Gonçalves Pereiras o livro *Método Phonográfico Brasileiro*. Sua tese, intitulada *O ensino da língua vernácula*, foi apresentada no Terceiro Congresso de Instrução Primária e Secundária e foi publicada na *Revista Educação e Pediatria*, no Rio de Janeiro, no ano de 1913.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918, 17 jun. 1921), Brandão (2012) e Miguel (2021).

desigualdade de direitos e aponta que o racismo e a discriminação racial são tomados como variáveis independentes e explicativas das desigualdades.

CARTA BIOGRÁFICA AO LEITOR (13)

Cara leitora, caro leitor,



É importante registrar que, devido à qualidade da fotografia, consideramos complexo definir a racialidade do professor **Hugo Balthazar da Silveira**, mas o destacamos aqui, pois ele foi docente da 3ª escola do sexo masculino do distrito de São Pedro. O jornal *A Tarde* publicou, em 13 de fevereiro de 1918, uma carta de Silveira em solidariedade ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho, professor ilegalmente suspenso das suas funções laborais pelo intendente. Foi eleito membro da comissão central e da comissão de convite da greve docente de 1918. Foi 1º secretário do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia. Foi membro da comissão de assistência e defesa e comissão de redação e publicações no CDPPB, diretor do Instituto Bahiano de Ensino e fundador da *Revista do Ensino* de 1924 e 1925.

Atenciosamente,
Palavras de pesquisa.

Fontes: *A Tarde* (16 e 18 fev. e 22 jun. 1918), *Diário de Notícias* (3 abr. 1918, 17 jun. 1921), Brandão (2012) e Miguel (2021).

A autora destaca que existe no país uma apartação nas relações mediadas pela cor e indica que as disparidades entre negros e brancos são ratificadas nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), inclusive relatando que a parte da população que se autodeclara branca é composta de pessoas com indicadores socioeconômicos comparados aos de países como Bélgica no que se refere à renda, expectativa de vida e educação. Carneiro (2011, p. 18) também aponta raça e classe social como elementos estruturantes da desigualdade e diz que “essa subordinação da racialidade no interior da luta de classes se inicia inspirando perspectivas militantes que buscam articular raça e classe como elementos das desigualdades sociais no Brasil”.

Sueli Carneiro (2011), assim como outras autoras brasileiras, como Luiza Bairros (1995) e Lélia Gonzalez (1988), e autoras estrangeiras, como Crenshaw (2002), Collins e Bilge (2021) e Davis (2016), ao apontar raça

e classe como elementos estruturantes das desigualdades sociais, reconhece nesse bojo que a racialidade é variável estrutural para compreender e superar os problemas sociais no Brasil, aspectos que são essenciais neste estudo.

Identificamos ainda que a palavra “greve” não foi grafada na exposição de motivos do professorado publicada no jornal *A Tarde* de 18 de fevereiro de 1918. Grafar, nesse documento, informações sobre a não reabertura das aulas por si só já possibilita reflexões sobre esse termo.

É relevante pensarmos sobre a acepção do substantivo “greve”, sobretudo por ser um período marcado pela presença de várias greves eclodindo por todo o Brasil – inclusive, um ano antes, ocorreu a greve geral de São Paulo, em 1917, que foi mencionada por vários periódicos na cidade de Salvador. Houve outras paralisações noticiadas concomitantemente ao

desenvolvimento do movimento dos professores, como a greve de operários na fábrica de calçados no Rio de Janeiro, noticiada em 16 de abril; a greve dos forneiros das docas, em 21 de junho; a greve dos bondes na Linha Municipal, noticiada em 30 de junho, entre outras notícias de greves de outros países.

O dicionário de língua portuguesa produzido por Cândido de Figueiredo, datado de 1899, define greve como “conluio de operários, ou de funcionários, que recusam trabalhar, enquanto lhes não atendem certas reclamações”. Essa definição, iniciada com a palavra “conluio”, que diz respeito a cumplicidade, combinação, trama – nesse caso, tanto de operários como de funcionários –, ajuda-nos a ler a decisão pública declarada pelos docentes no manifesto e em outros documentos, seja os que não registraram, seja os que registraram (afirmando ou negando) o termo “greve”.

O Decreto nº 1.354, de 20 de janeiro de 1914, que regulamentou a instrução pública primária, em execução à Lei nº 1.006, de 6 de setembro de 1913, vigentes no período da greve, ao tratar sobre práticas proibidas ao professorado, em seu artigo 82, prescreve que:

Art. 82. Ao professor é proibido: a) ocupar-se ou ocupar os alunos em qualquer mister estranho á sua profissão; b) ausentar-se da cadeira durante o ano lectivo sem licença; c) dirigir-se diretamente às autoridades superiores do ensino, devendo servir-se sempre do intermédio dos delegados escolares ou da autoridade municipal, salvo o caso de representação contra aqueles ou esta (Bahia, 1914 *apud* Santana *et al.*, 2011b, p. 257).

De acordo com o decreto, no tópico “b” da listagem das proibições, o professor não poderia se afastar da sala de aula, da sua cadeira, sem licença. Considerando que não houve reabertura do ano letivo e que a decisão foi tomada coletivamente e anunciada pela publicação de um manifesto, essas informações cruzadas ratificam que os professores tinham consciência das decisões tomadas quanto ao movimento que vinham organizando, tinham consciência sobre o que representava, enquanto ação coletiva, a suspensão ou paralisação das aulas.

Nem todos os jornais se referiam ao movimento dos professores como greve: enquanto o *A Tarde* se referia como “greve” e ainda enfatizava com o termo “fome”, pois a denominava como “Greve da Fome”, o *Diário de Notícias*, embora em alguns momentos tenha se referido à “greve do professorado”, na maioria das vezes usava a expressão “O Regimen do Calote”. A ênfase chama atenção para pensarmos na representatividade de cada jornal na sociedade sotopolitana. Como citado anteriormente, os redatores desses periódicos não só tinham vínculo com figuras públicas e políticas como também eram envolvidos nas práticas sociais favoráveis ou contra suas posições políticas e tendências partidárias, usando seus espaços para apoiá-los ou atacá-los.

Embora os escritos docentes que encontramos sobre o movimento não contenham recorrentemente o termo “greve”, os professores tinham consciência coletiva de que suas decisões correspondiam a uma estratégia reivindicatória vinculada a um interesse comum que pleiteavam, ou seja, requeriam um direito profissional.

A Lei nº 1.006/1913, vigente à época, que reformou o ensino primário no estado da Bahia, em seu artigo 58 garantia: “Os delegados escolares e professores públicos receberão os vencimentos da tabela anexa e no impedimento dos professores os adjuntos terão além de seu ordenado a gratificação deles”. O manifesto foi um documento datado e publicado, respectivamente, seis e cinco dias antes da data estipulada em lei para a abertura do ano letivo. A referida lei, em seu artigo 34, diz que “O ano letivo começará a 4 de fevereiro e terminará a 14 de novembro” (Bahia, 1913 *apud* Santana *et al.*, 2011b).

O texto do manifesto foi escrito com antecedência, no mínimo seis dias antes da abertura das aulas, por docentes que já praticavam a autoria em outros textos, pois muitas das professoras e dos professores que faziam parte da comissão central da greve eram mulheres e homens que já escreviam para jornais, alguns tinham livros publicados, além de suas práticas profissionais e do engajamento político os desvelarem como intelectuais, conforme afirma Miguel (2021).

Entre as formas como os professores se viam, estavam nos seus escritos as seguintes ideias: educadores da infância, funcionários públicos primários municipais, servidores da pátria, uma classe, colegas de profissão, solidários, inteligentes e dotados de competência profissional e consciência pública. Essa lista compila alguns termos presentes entre os escritos pesquisados e demonstra, de certa forma, como os docentes se percebiam. Há também, entre suas narrativas, manifestações outras, que sinalizam complexidades no que se refere às leituras que os professores homens faziam sobre as professoras mulheres, como reconhecer comportamentos das mulheres como pertencentes à “fraqueza natural do sexo”, entre outras ideias que expressavam hierarquia entre gêneros no exercício da docência. Entretanto, e ainda a partir desse ponto, é possível reconhecer, nos conteúdos inscritos nessas narrativas, identidade de classe profissional, de gênero e a intelectualidade que os constituíam.

A história da profissão docente está atravessada pela história dos intelectuais. Sirinelli (2003) indica que foi apenas na metade final da década de 1970 que a história dos intelectuais adquiriu legitimidade científica e se tornou um campo autônomo. Antes desse período, os intelectuais ocupavam um lugar à parte, pois por um tempo expressivo foi negado a eles um *status* pleno na denominada história nova. Reconhecer o professorado como uma classe composta de intelectuais implica reconhecê-lo como um grupo e também como um constituído de sensibilidade, seja cultural ou ideológica.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (Sirinelli, 2003, p. 248).

Sirinelli (2003) chama atenção para o fato de que a intelectualidade se manifesta a partir de estruturas de sociabilidades, ou seja, a partir das redes de sociabilidade. Também considera que o mundo intelectual forja relações que se afetam, como em torno da redação de uma revista, de um conselho editorial, de manifestos e abaixo-assinados. O autor aponta o fato de que essas redes de sociabilidades se manifestam a partir de duas estruturas elementares, nas quais se destacam duas de natureza distintas, essenciais como marca da intelectualidade. A primeira é a adesão, que se dá pelas amizades e fidelidades, pois subentendem, arrebanham e exercem influência. Entre os exemplos, Sirinelli (2003, p. 248) cita a edição de uma revista:

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou redes para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parece.

E a outra natureza seria a “de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas” (Sirinelli, 2003, p. 249), ou seja, para ele, um lugar de relação afetiva e de fermentação intelectual, redes de sociabilidades que variam de acordo com a época e os subgrupos. Os conteúdos nos escritos dos professores permitem percebermos os laços familiares, de amizade, coleguismo e de classe que os envolviam, mas também proximidades e distanciamentos entre ideias e posicionamentos políticos, ideológicos, entre outros.

Essas reflexões são necessárias, pois contribuem para possibilitar o reconhecimento dos professores como intelectuais. Se, por um lado, os documentos citados por Sirinelli (2003) são alguns dos produzidos pelos professores no contexto da greve, por outro eles reforçam nossas compreensões sobre os docentes não terem usado suas escritas motivados por uma emoção circunstancial, e sim como forma de organização dos seus movimentos e lutas. Ao redigirem “não reabrir as aulas” no manifesto de 1918, permitem-nos refletir que essa proposição correspondia a uma estratégia de escrita a respeito de uma decisão política.

3.3 PROFESSORAS E PROFESSORES PRIMÁRIOS: OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SEM SALÁRIOS

As professoras e os professores que construíram a primeira greve de docentes de que se tem notícias na Bahia e provavelmente uma das primeiras do Brasil¹⁸ foram os profissionais do

¹⁸ Mencionar “uma das primeiras greves docentes no Brasil” corresponde ao fato de que pode ser levantada, a

ensino primário na cidade de Salvador no ano de 1918. Reconstituir essa greve só foi possível devido às narrativas docentes publicadas e preservadas através dos jornais. Estudar esses escritos contribui com a história da profissão docente e pode também nos dar pistas e apresentar vestígios sobre as bases que sustentam até hoje os movimentos e lutas da profissão professor. Logo, é fundamental reconstruí-la, apresentando quem eram esses homens e mulheres que, durante sete meses, através de experiências de associativismo, lutaram por seus direitos trabalhistas.

3.3.1 Concursos públicos, prescrições legais para investidura no magistério

Estudar essa greve é pensar esses profissionais a partir de sua instituição enquanto coletivo, mas também reconhecê-los instituídos a partir da relação com o Estado, do enquadramento estatal, como, por exemplo, o concurso público. A legislação, ao criar o concurso público, precisou definir o perfil daqueles que poderiam se inscrever e, principalmente, o perfil daqueles que exerceriam a profissão, o que, de alguma forma, demarcou a identidade professoral a partir das ferramentas do Estado enquanto órgão político-administrativo.

As prescrições legais instituídas pelo Estado através da atuação de distintos órgãos também contribuíram com a profissionalização do magistério, pois prescreviam normas de conduta, direitos, deveres, o perfil do professor, as condições para investidura no cargo e os concursos, o que de alguma forma possibilitou corporeidade e *status* à profissão docente. Na Bahia, a entrada no magistério primário ocorria mediante concurso público desde o Império.

Os concursos públicos para professor primário estiveram previstos em lei na década de 1870. A Lei de Reforma, de 27 de setembro de 1873,¹⁹ que reforma a instrução pública da província da Bahia, em seu art. 54, estabelece que a entrada e o exercício no magistério público primário ocorreriam mediante concurso público. Inclusive, o art. 3º, § 2º dessa lei determina que seria o diretor-geral da Instrução o responsável por presidir os concursos para as cadeiras do ensino público primário e das Escolas Normais.

Sobre os critérios para submissão ao concurso para professor da instrução pública primária, o art. 54, que trata da capacidade profissional mediante concurso, prescreve em seu parágrafo único que “As senhoras deverão exhibir, de mais, certidão de casamento, se forem

partir de fontes históricas, possibilidade da existência de uma outra greve de docente no Brasil anterior à de 1918, mas ao que tudo indica essa é, provavelmente, a primeira greve docente ocorrida no território brasileiro.

¹⁹ A referida lei foi prevista na Lei nº 1.335, de 30 de junho de 1873, em seu art. 3º, e consta no livro de Reforma da Instrução Pública da província de 1873.

casadas, de óbito de marido, se forem viúvas, se viverem separadas, certidão de teor da sentença, que julgou a separação conjugal para se avaliar o sujeito que o originou”. Há uma imposição explícita das culturas de dominação do masculino sobre o feminino, o que é relevante para demonstrarmos essa constância de avanços e retrocessos que conforma a construção da legalidade da profissão vinculada ao magistério.

A Lei de Reforma foi regulamentada pela Resolução nº 1.561, de 28 de junho de 1875, que manteve os artigos daquela lei no que se refere às condições para o provimento das cadeiras do magistério público primário.

Na Lei nº 1.006/1913, nos artigos 13 e 14, lei vigente quando da greve do professorado primário em 1918, o ensino público no estado da Bahia seria organizado em ensino primário, ensino profissional no Instituto Normal e ensino secundário no ginásio. Para a primeira investidura no cargo de professor primário, de acordo com o artigo 48, “[...] basta a apresentação da carta de aluno mestre, dada pelo Instituto Normal ou pelo Educandário do Coração de Jesus, enquanto equiparado e pelas extinctas Escolas Normas da Barra e Caetité” (Bahia, 1913 *apud* Santana *et al.*, 2011b, p. 241).

Os concursos foram prescritos no Decreto nº 1.354/1914, que regulamentou a lei de 1913, como já mencionamos. Em seu artigo 67, os parágrafos 1º e 2º regularizam o processo do concurso e estabelecem que haveria uma mesa examinadora, que os portões se fechariam uma hora antes do início das provas, que cada examinador tiraria três pontos do programa do Instituto Normal e que as diferentes escolas primárias, infantil, elementar e complementar, seguiriam os seguintes formatos:

3º O concurso para escola infantil constará de 2 provas: uma escrita por espaço de duas horas sobre um dos dons froebilianos, uma prova pratica na respectiva escola durante, 1 hora, na qual dará uma lição de um dos dons e dirigirá um trabalho manual ou exercício callisthenico, por pontos tirados á sorte;

4º O concurso para escola elementar constará de 3 provas: uma escrita, por espaço de 2 horas, sobre portugues, uma oral de 1/2 hora sobre pedagogia, e uma prtica de 1/2 hora, na respectiva escola sobre modo, metodo e processo de ensino de uma das materias do ensino primário, por pontos tirados à sorte;

5º O concurso para a escola complementar constará de 3 provas: uma escrita, por espaço de 2 horas, sobre uma das materias deste ensino, outra oral durante 1/2 hora sobre uma das demais materias da escola complemenatar; uma prova prática na respectiva escola durante 1/2 hora, sobre outra materia do programma desta escola, por pontos tirados à sorte;

6º As provas escritas serão feitas por todos os candidatos em um só dia, sendo o ponto comum, e tirado pelo primeiro candidato;

7º Nas provas orais e praticas cada concorrente tirará seu ponto. (Bahia, 1914 *apud* Santana *et al.*, 2011b, p. 255).

De acordo com a lei e o decreto vigentes quando da greve dos docentes, constantemente mencionados neste capítulo, o ensino primário seria dividido em escolas isoladas e grupos

escolares, que conforme a natureza do ensino estariam divididas em escola infantil, escola elementar e escola complementar. Inserimos essas informações para facilitar a leitura da citação do artigo 67, inserida anteriormente. Podemos observar nessa prescrição que havia um rigor para o que denominavam de “primeira investidura no cargo de professor primário”, inclusive se assemelhando aos modelos atuais para concurso de preenchimento de vaga da docência no ensino superior.

O concurso público, mesmo não sendo o único aparato legal que trouxe descrições sobre o papel e quem deveria ser professora ou professor primário, de certa forma, institui quem são os profissionais do ensino. Mesmo não sendo na prática a única forma de entrada no magistério, as prescrições legais descreviam o perfil daqueles que poderiam exercer a profissão e, além dos aspectos relacionados com estado civil das professoras, de sua moral e idoneidade, exigiam a formação no magistério como uma condição primordial. Portanto, eram profissionais formados nos cursos da Escola Normal ou demais escolas profissionais correlatas.

Ao mesmo tempo que são funcionários públicos, são também agentes políticos, uma vez que seu exercício profissional exige intencionalidade política, considerando que o ensino em cada tempo e espaço atende a certa finalidade social (Nóvoa, 1999), constituída por uma categoria complexa e heterogênea, que se associou para lutar por direitos trabalhistas do magistério.

As prescrições legais, para além do concurso público, mas ainda a ele atrelado, também definiam uma forma de ocupação dos professores nas cadeiras conforme a classificação das escolas. A Lei nº 1.006, já mencionada nesta pesquisa por ser a lei vigente quando da greve de 1918, em seu art. 24, define:

[...] as escolas isoladas e grupos escolares se classificam conforme as qualidades em que funcionam: a) escola de primeira classe, as da capital; b) escolas de segunda classe, as dos subúrbios da capital e as de cidades e villas sédes das comarcas. c) escolas de terceira classe, as de villas, arraiaes e povoados. (Bahia, 1913 *apud* Santana *et al.*, 2011b, p. 237-238).

Essa classificação, além de definir e categorizar as escolas de acordo com a localidade, estipula no art. 47 que a primeira investidura deve ser no lugar de professor de 3ª classe, de escola infantil ou de adjunto, e que a progressão para as escolas de 2ª e 1ª classe seria de acordo com o tempo de experiência, com o mínimo de um ano para passar da 3ª para a 2ª classe e para a 1ª classe ou grupo escolar mediante concurso público e contando com um mínimo de três anos de experiência efetiva no magistério.

Os professores das escolas primárias de Salvador eram classificados dentro da 1ª classe, que corresponde aos docentes das escolas isoladas ou grupos escolares da capital, o que

significa dizer que esses professores que ocupavam uma cadeira docente na capital já reuniam certa experiência profissional.

O começo da carreira pela legislação sempre se dava no interior, ou seja, começava em localidades nas quais se situavam as escolas classificadas como de 3ª classe. Para ocorrer a mudança de ocupação nas diferentes classes, era necessário passar por diferentes povoados e vilas. Isso sugere que o entendimento do professorado sobre o funcionamento da burocracia, da legislação e das condições das escolas e do ensino se ampliava, pois essa movimentação os possibilitava reunir uma maior experiência e desenvolver suas práticas docentes, inclusive os movimentos e lutas construídos, o que os deixava mais preparados para argumentar com o poder público.

Essa “ascensão” entre as diferentes classes, se compararmos a um plano de carreira no qual o maior nível está para aqueles docentes que chegaram na capital, nos leva a pensar na experiência desses docentes e na visão ampla durante o exercício do magistério, pois, por não terem iniciado suas carreiras naquele período em Salvador, já haviam passado por muitos processos anteriores, o que agrega um diferencial na carreira.

Com a municipalização ocorrida entre 1896 e 1927, esses professores poderiam fazer concurso direto para Salvador sem precisar da ascensão de classe de escolas, mas muitos daqueles pertencentes à comissão central da greve de 1918 já eram docentes em Salvador desde o final do período imperial, o que exige que tenham ascendido dentro desse movimento de pertencer à 3ª classe até a chegada na primeira na capital da Bahia. Essa ascensão também sugere articulação no seio da categoria, entre professores da capital e do interior, pois iam passando por cidades e construindo articulações muito significativas.

Outras experiências também se somam, pois muitos deles, como já dito, escreviam para jornais expondo suas opiniões críticas sobre problemas sociais em torno dos diversos aspectos que compõem o currículo escolar, muitos já inseridos nos movimentos abolicionistas e de defesa da República, em diálogos com classes de trabalhadores diferentes das suas. Os professores Possidônio Dias Coelho e Cincinato Franca são algumas das significativas lideranças que estiveram como membros na comissão central da greve de 1918 – inclusive, vieram do interior a pé, ou seja, deslocamento sem auxílio de meio de transporte.

Essa experiência docente construída e reflexionada dentro e a partir da prática efetiva quando do exercício do magistério exige-nos pensar as três noções que balizam a compreensão sobre a intelectualidade (gerações, sociabilidades e itinerários), conceito caro nesta pesquisa e relevante para a reconstituição do perfil do docente. Isso torna a relação entre trabalho, experiência e racialidade correlacionada no que se refere aos saberes profissionais reelaborados

ao longo da prática docente, o que ratifica nossa tese de que as experiências de trabalhos dos docentes em seus movimentos e lutas por direitos trabalhistas e pela defesa da escola e da instrução pública construídos a partir de uma narrativa negra exigem uma compreensão dentro do que denominamos como trabalho de experiência negra, pois este se dá via itinerários, especificamente a partir da dimensão das trajetórias cruzadas.

3.3.2 Adesão e participação feminina na greve

A feminização do magistério é outro aspecto relevante para pensarmos quem são esses profissionais. Anjos (2018), que estudou esse tema pensando o ensino primário na Bahia entre os anos de 1842 e 1889, demonstra como em quase meio século ocorreu uma drástica mudança no que se refere ao ingresso feminino no curso normal e no magistério primário baiano. O espaço-tempo sobre o qual nos debruçamos está inscrito nessa pesquisa, por isso consideramos suas análises.

A autora, além desses aspectos, conseguiu através de sua pesquisa produzir conhecimentos referentes ao papel da formação de professores, à organização curricular da escola primária e do curso normal, às condições de acesso e de trabalho das professoras e dos professores, à demanda pela frequência escolar de meninas e mulheres adultas e às reformas na Escola Normal. Anjos (2018) demonstra, inclusive, como foram se ampliando a inserção feminina nesse recinto formativo, a presença de proposta curricular de formação diferenciada de acordo com o sexo, frequência de alunos de classe sociais menos favorecidas no curso na Escola Normal, o abandono de curso do magistério primário por parte dos estudantes homens que buscavam profissões mais rentáveis e ainda a identificação de que muitas senhoras concluintes de cursos na Escola Normal não entraram no magistério primário, apenas o cursaram para ampliar seus estudos. Anjos (2018) ressalta ainda que muitas delas, quando adentravam, abandonavam suas cadeiras diante das condições de trabalho nas escolas primárias, entre outros ocorridos.

O Decreto nº 1.354/1914, já mencionado, especificamente no artigo 54, parágrafo único, quando trata das regras para o concurso, diz que “As escolas públicas elementares serão regidas de preferência por professoras”, o que, entre outros aspectos, torna fácil compreendermos a presença e a atuação feminina na greve.

Ainda sobre a ata da reunião do dia 15 de fevereiro, consta no final da redação uma lista contendo nomes de 80 professores que participaram da reunião, sendo 56 professoras e 24 professores, o que representa 70% e 30%, respectivamente, de participantes femininos e

masculinos. Outro dado relevante é que, dos 15 professores da comissão central da greve, 1/3 era representado por mulheres. Mesmo sendo uma proporção inversa pensando no quantitativo de professoras do sexo feminino, é um dado a considerar.

É importante destacar que as listas dos nomes que constavam no convite e dos membros indicados para compor as comissões representativas dos professores presentes na ata da reunião, ambas publicadas no jornal *A Tarde*, nos dias 13 e 16 de fevereiro de 1918, preservaram sempre na sua ordem primeiro os nomes dos docentes homens e, abaixo, na sequência, os nomes das professoras. Embora não tenhamos como afirmar se essa foi a sequência definida pelos secretários da reunião ou pela redação do jornal *A Tarde*, uma vez que foi desse periódico que se extraiu o texto da ata, essa informação é relevante, pois desvela o valor social atribuído às pessoas dos diferentes sexos.

Outra informação valorosa é a ordem dos fatos narrados na redação da ata. A descrição sugere que, após os pronunciamentos e a leitura pelos professores que presidiram e secretariaram a mesa da reunião deliberativa, à exceção da colocação de uma professora no final da sessão, apenas professores homens se pronunciaram oralmente durante a reunião, mesmo tendo sido frequentada por uma maioria de mulheres, uma vez que 70% do público era feminino. A única voz feminina, descrita no final da ata, que usou seu direito à fala foi a da professora Maria Athayde da Cunha Baleeiro, que se pronunciou parabenizando a condução dos colegas que presidiram e secretariaram a mesa da reunião.

As informações aqui citadas constam no final da ata da reunião do professorado do dia 15 de fevereiro, quando ao final dos trabalhos a professora Maria Athayde da Cunha Baleeiro apresentou uma moção e fez voto de louvor à mesa, dizendo: “[...] os professores presentes mandam um voto de louvor à mesa, pelo modo criterioso com que se houve na direção dos nossos trabalhos, na sessão de hoje” (*A Tarde*, 15 fev. 1918).

Embora a fala da professora Maria Athayde tenha se colocado no plural e tenha demonstrado solidariedade, reconhecimento e valorização dos colegas presidentes da mesa, o que é afetuoso e cuidadoso, algo necessário, não há registro nessa ata de opiniões e decisões tomadas baseadas em falas femininas para o andamento do movimento. Embora outras atas não tenham sido usadas neste trabalho, é relevante citar que, das leituras e análises de outras atas, observamos que as professoras foram ampliando suas participações quanto ao uso da fala.

A presença majoritária do sexo feminino era uma forma de as professoras se pronunciarem. Considerando o contexto da época, estar na reunião demarcava a ocupação e a participação feminina nos movimentos e lutas dos docentes. Entretanto, essa não foi a única forma: as professoras escreveram cartas como estratégia de luta e apareceram assinando textos

coletivos. A escrita foi uma forma de se organizarem, de colocarem suas ideias e opiniões. Inclusive, ocorreu participação feminina negra na liderança do movimento.

Os registros inscritos no convite e na ata demonstram uma certa hierarquização das experiências que atravessam as relações entre homens e mulheres. A condução da reunião, de certa forma, expressa a manifestação e institucionalização da dominação sobre as existências femininas, considerando que as desigualdades entre homens e mulheres perpassam, entre outros aspectos, a linguagem. Para compreender esses fenômenos, é necessário retomarmos a ideia de patriarcado, no qual “[...] homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e [...] mulheres são privadas de acesso a esse poder” (Gerda, 2019, p. 290).

Analisando os documentos escritos, concordamos que, no ano de 1918, mulheres e homens forjaram movimentos e lutas para a garantia de direitos profissionais e entendemos as questões de gênero postas não apenas pelo quantitativo – embora isso por si só já seja um dado relevante –, mas pelo que foi narrado, quem atuou, quais falas emergiram e quais conteúdos foram abordados. Embora os escritos demonstrem lugares de fala diferentes, pois há nos registros um aprofundamento de desigualdades que atingiram as pessoas de forma específica, em alguns desses textos os professores autores narram o aprofundamento da pobreza dos seus colegas e, em outros, narram seus próprios aprofundamentos. Mas é atrelando as fotografias às autorias dos textos produzidos durante a greve docente que identificamos quem de fato foi mais vitimado pelas desigualdades sociais, quem mais participou e a partir de qual localização.

Se relacionarmos essas informações referentes à presença e atuação de uma maioria de docentes do sexo feminino compondo a greve e uma maioria de negras liderando o movimento dos professores, as informações sobre a condição de pobreza que acometia a maioria dos docentes publicadas em diversos jornais e presentes nos escritos de professores tornam necessária a discussão a respeito dessa interação, considerando a interseccionalidade enquanto sensibilidade analítica, uma vez que se busca não só definir a interação entre diferentes eixos de subordinação, mas identificar as origens e as consequências (Collins; Bilge, 2021).

Collins e Bilge (2021) compreendem a interseccionalidade como possibilidade de pensar e repensar direitos das classes de trabalhadores. É uma ferramenta analítica que considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, entre outras, se inter-relacionam e se moldam mutuamente. Reconhecer esse fenômeno nas experiências humanas permite entender traços da complexidade presentes no mundo concreto das pessoas, e essas compreensões são importantes para as experiências das professoras e professores, negros e não negros.

3.4 PROFESSORAS E PROFESSORES SEM SALÁRIOS

O projeto educacional que nasce com a República foi marcado pela tentativa de universalizar a educação. Saviani (2005) aponta que a política educacional no Brasil, no período que vai de 1890 a 1931, contou com o protagonismo dos estados para viabilizar a oferta de escolas primárias. A partir dos registros históricos e pesquisas, especialmente a produzida pelo GPEC com o projeto de pesquisa “A construção da escola primária na Bahia”, que publicou uma coleção composta de três volumes, cujo terceiro livro trata especificamente do ensino primário em Salvador entre os anos de 1896 e 1929, demonstra-se como foi ampliado o número de escolas, professores e matrículas. Outros avanços eram necessários junto aos serviços para educação – mobiliário, material didático, prédios escolares, continuidade do aumento do número de docentes, entre outros aspectos –, entretanto foram sendo construídos em meio à precarização dos recursos para os serviços da educação.

As narrativas dos docentes que estamos tomando como objeto nesta pesquisa apontam que, mesmo reconhecendo as tantas formas de precarização dos recursos para os serviços da educação, o motivo central que os levou a iniciar a greve foram os 29 meses de atrasos dos seus vencimentos, e assim solicitavam equidade e justiça quanto aos seus direitos profissionais. Com a continuidade da paralisação das aulas, outros elementos os impulsionaram a forjar seus movimentos e lutas e a ampliar suas estratégias para a resolução do pleito, como a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, a suspensão dos adjuntos, a tentativa do intendente de mudar as exigências para a atuação no magistério e a falta do pagamento da gratificação do aluguel dos prédios escolares, o que provocou que algumas escolas alugadas fossem despejadas.

Os funcionários públicos estavam sem receber seus salários no ano de 1918, inclusive os professores, mesmo havendo um reconhecimento social em relação ao papel desempenhado por esses profissionais – educar “os filhos do povo” –, uma vez que a sociedade da capital da Bahia tinha como lema a ideia de civilizar-se, uma das premissas do governo republicano.

Os seus escritos cruzados com outras fontes históricas desvelaram que o perfil dessa classe era formado por uma maioria de mulheres, o que nos levou a registrar no título desta seção-carta as palavras “profissão professora”, mesmo se referindo a um coletivo formado tanto por mulheres quanto por homens. Isso diz respeito ao nosso reconhecimento de que esta pesquisa se debruça sobre um espaço-tempo no qual o projeto de feminização do magistério, que havia iniciado em meados do século XIX, já havia se consolidado, mas também se compreende a existência de um posicionamento político, buscando de alguma forma rever aspectos heteronormativos presentes no uso da norma padrão.

Nas narrativas dos docentes, constam informações de que o movimento foi forjado através da expressiva atuação feminina e foi liderado por uma maioria de professoras e professores, negras e negros, do ensino primário, o que nos permite revisar a historiografia e as contribuições das populações racializadas para a educação na Bahia na década de 1910. Demonstra-se que esses docentes reconheciam que o exercício da sua profissão, o ensino, pertencia, naquela década, a um projeto republicano. Eram politicamente engajados e, ao se associarem, usaram seus escritos como expressões do seu ponto de vista, forjando sua própria narrativa em relação à sua profissão. Usaram a escrita como forma de organização de um movimento, de uma greve, o que nos impulsiona a reconhecê-los como intelectuais.

Apoiamo-nos em Sirinelli (2003, p. 243), que se baseia em duas acepções para pensar o conceito de intelectual, como já mencionado: uma ampla, a sociocultural; e uma outra mais restrita, fundamentada na noção de engajamento, considerando que essa última não é autônoma em relação à acepção que define como ampla.

Os escritos das professoras e dos professores primários da cidade de Salvador que participaram e construíram a greve de 1918, sendo apenas alguns deles aqui analisados, nos confirmam que eram intelectuais, funcionários públicos, professores formados pela Escola Normal ou outras instituições profissionalizantes correlatas, uma maioria de mulheres, lideranças negras, que tinham a docência como ocupação principal; muitos deles atuavam há mais de 30 anos, seus exercícios professorais eram regidos por um suporte legal desde sua entrada no magistério e, continuamente, associavam-se em prol de algum interesse comum. Essas características são descritas no modelo de análise do processo histórico da profissionalização do professorado apresentado por Nóvoa (1999).

O modelo de análise do processo histórico de profissionalização sistematizado por Nóvoa (1999) é organizado em quatro etapas, as quais – ele chama atenção – não devem ser lidas nesta perspectiva de maneira rígida. São compostas de duas dimensões e estruturadas a partir de um eixo. As quatro etapas se sintetizam da seguinte forma:

- 1ª etapa: refere-se ao exercício da atividade docente como ocupação principal, ou “a tempo inteiro”, a qual não é encarada como atividade passageira, mas como trabalho que preenche uma parte importante da vida profissional do docente;
- 2ª etapa: seria o estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente, como se detivesse uma licença oficial, que confirma a condição de profissionais do ensino e ao mesmo tempo funciona como instrumento que controla e defende o corpo docente;
- 3ª etapa: corresponde à criação de instituições específicas para a formação de

professores e cursos de duração relativamente longa;

- 4ª etapa: refere-se à participação em associações profissionais, que, para o autor, desempenham papel essencial, fulcral, no desenvolvimento do sentido de corpo e na defesa do estatuto socioprofissional dos docentes.

As dimensões tratam do conjunto de conhecimentos e de técnicas necessárias para o desempenho do exercício da atividade laboral do docente, e não são saberes instrumentais; elas integram perspectivas teóricas e de estreito contato com as disciplinas científicas. A outra dimensão refere-se aos valores éticos e às normas deontológicas – tratado dos deveres e da moral –, que regem o cotidiano educativo e as relações no exercício e no interior do corpo docente. Compreende ainda a identidade profissional atrelada a uma adesão ao projeto histórico da escolarização, o que funda uma profissão para além dos limites internos da sua atividade.

As etapas que conformam esse modelo de análise do processo histórico de profissionalização do professorado estão sustentadas a partir de um eixo estruturante: o estatuto social e econômico dos professores, o qual diz respeito ao prestígio social, à situação econômica de que usufruem, condições essenciais para o cumprimento do exercício professoral, apesar de se manterem em uma forte dinâmica reivindicativa.

O modelo de Nóvoa (1999) nos será útil, pois nos permite analisar os avanços, mas também os limites insistentes no que diz respeito à profissionalização dos docentes e, sobretudo, as resistências, transgressões e insubmissões quando o processo de profissionalização se dá dentro de um contexto de movimentos e lutas de pessoas pertencentes a uma localização social distinta da realidade norte-eurocentrada, mas não só isso. Os docentes precisaram construir práticas de organização e associação para questionar experiências socioculturais vinculadas a uma matriz colonial, uma vez que as fontes revelam que nos referimos a uma docência formada por uma maioria de mulheres, representada por lideranças negras, empobrecidas, na cidade de Salvador.

As narrativas docentes, além de outros conteúdos, desvelam a identidade que constitui a docência primária na capital da Bahia na década de 1910, quando criaram condições para garantir seus direitos profissionais do magistério e valorização salarial, contando com uma expressiva participação feminina e uma liderança majoritariamente negra. Essas informações coadunam nossas compreensões sobre a necessidade de descrever, como viemos fazendo até aqui, quem eram esses docentes, suas presenças, influências e participações na greve de 1918, bem como a necessidade primordial de termos elencado as causas que os levaram e os mantiveram por sete meses na greve de professores primários mais antiga de que se tem notícia na Bahia e provavelmente uma das primeiras no Brasil.

Esses professores que gozavam de certo prestígio social não usufruíam, mesmo antes da

greve, do que Nóvoa (1999) definiu como uma situação econômica estável, o que nos leva a questionar se as condições financeiras, ou seja, o extensivo período no qual os professores ficaram privados do recebimento dos seus salários, teriam relação com as suas marcas identitárias e localização social.

Esses aspectos nos informam que esse coletivo de profissionais no pós-abolição estava atrelado a uma agenda política atravessada pelas categorias raça, gênero e classe social. Sueli Carneiro (2011), como dito anteriormente, aponta raça e classe como elementos estruturantes da desigualdade e indica que a racialidade é variável estrutural para a superação dos problemas sociais em nosso país, bem como nas experiências das populações racializadas em outros países da América Latina. Considerar a categoria raça uma discussão pouco explorada pelo campo da história da educação, de certa forma, exige analisá-la também a partir de aportes teóricos que contribuam para vislumbrarmos outras dimensões das experiências de desigualdades e injustiça social, como a epistemologia do Sul, a multirreferencialidade, a interseccionalidade, entre outras categorias analíticas.

Reconhecer que uma parte significativa de profissionais do magistério ficou mais de 29 meses sem o recebimento de seus proventos sem atrelar esse fato à presença ampla de professores negros na liderança do movimento grevista seria ignorar questionamentos a respeito de para quem e com quais intenções o Estado negou direitos profissionais e exigências mínimas conferidas a qualquer trabalhador, o que ratifica nossa compreensão e formulação sobre o estatuto do magistério à época ter estado vinculado ao trabalho de experiência negra.

Seção-carla 4



Salvador, 1º de setembro de 2024

À professora Anna Moreira Bahiense

Estimada colega,

Me faltam palavras. Esta é a última carta que escrevi, mesmo sendo a antepenúltima disposta aqui. Uma invasão de lágrimas toma a minha face, quase não enxergo o teclado, já que não usamos mais linteiros e papéis manualmente timbrados. Escrevemos de forma manuscrita também, mas geralmente digitamos, não em máquinas datilográficas, mas em um aparelho denominado *notebook*, que quer dizer computador portátil, uma máquina que processa dados, entre eles os símbolos alfabéticos, então podemos escrever textos diversos – é um excelente recurso, mas também tem seus limites, e a luz nele contida cansa as vistas. Nesta semana refleti sobre muitas coisas, e uma delas não queria ficar sem poder anotar, pois é coisa nossa, de quem lutou, luta, mas não perdeu a lógica, a poesia e a hora, pois existem muitas continuidades agora. No Brasil, temos tantas possibilidades de ensinar e em diferentes lugares. Especialmente nas regiões Nordeste e Norte, as professoras das primeiras etapas da educação básica são em sua maioria mulheres, pobres, de descendência indígena e pretas. Não somos necessariamente equivalentes à escola primária, mas somos, de certa forma, as mesmas nesta jornada.

Sei que podemos não saber muitas coisas uns dos outros e umas das outras, como: de que gostávamos, com quem namorávamos, o que mais admirávamos, os preconceitos mantidos e os quebrados, os pensamentos e atos segredados, mas posso dizer que já somos diferentes em muitos aspectos: mulheres enamoram, e homens dançam juntos e podem vestir trajes rodados, e ninguém precisa se esconder mais no armário. Não sei o que achariam, mas presumo que, mesmo estranhando, de alguma forma se orgulhariam, pois cada luta em cada tempo abriu outras pautas, outras frentes e outras amarras que nos inspiram e amparam. Mulheres e homens, pretas e pretos, conseguem exercer mais liberdade, mas a luta ainda é e sempre será nossa mais profunda sensibilidade. Continuamos a fazer das lágrimas caminhos de rio, que com sua força sagrada nos atingiu.

Com estima, sua colega Ladjane Alves Sousa

4 COM A PALAVRA, A PROFESSORA, O PROFESSOR: EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIATIVISMO E A ESCRITA DE AUTORIA NEGRA

‘Proposta’

O professorado do Município da capital, representado pelos seus órgãos mais notáveis, sentindo que, na defesa dos seus sagrados direitos tão visceral e fundamente conculcados, só o espírito de associação será capaz de opor, daqui para o futuro, eficiente resistência, *sub lege*, contra os assombros desenfreados da prepotência, institui, com os melhores auspícios do momento, o *Centro de Defesa do Professorado Municipal*.

Em sessão, Bahia, 17 de Fevereiro de 1918. (*A Tarde*, 18 fev. 1918).

A citação acima foi retirada da ata da assembleia do professorado municipal que ocorreu no Lyceu de Artes e Ofícios, no dia 17 de fevereiro de 1918, documento este já mencionado anteriormente. Entre os conteúdos nela escritos, consta a proposta de Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade, um professor negro que, assim como outros docentes, escreveu e inscreveu um movimento organizado, criando estratégias e propostas para a garantia e a defesa dos seus direitos profissionais. De acordo com a descrição na ata, a proposta foi lida pelo secretário da sessão, o professor Theotimo d’Almeida, e foi muito aclamada ao final da leitura.

Nessa citação e a partir do conhecimento do conjunto da ata, podemos identificar o uso direto do termo “associação” referindo-se à necessidade de se criar uma via institucionalizada que pudesse fazer frente ao poder público e defender os direitos do professorado – como dito no texto, uma forma de “eficiente resistência”. No fluxo do destaque dado à necessidade futura de se criar uma associação, propõe-se a criação do CDPPB, cuja criação, fundação e funcionamento serão discutidos mais à frente, a partir dos vestígios encontrados.

Os professores em greve, ao organizarem seus movimentos e lutas por direitos profissionais do magistério, já vinham associando-se entre si e criando redes de sociabilidades entre órgãos municipais, como o Conselho Municipal, o CSE, com o Comitê Paulista de Socorro e a Liga de Professores do Rio de Janeiro. A partir desse comitê, inclusive, os professores receberam donativos do Grupo Escolar Francisco Glycerio, da cidade de Campinas, e do Grupo Escolar de Santa Rita, da cidade de São Paulo, entre outras, e também de escolas da cidade do Rio de Janeiro. Também estabeleceram relações de apoio com outros setores sociais, como advogados, jornalistas etc.

Essas questões nos permitem compreender a expressão “só o espírito de associação será capaz de opor, daqui para o futuro, eficiente resistência, *sub lege*”, na qual a palavra “futuro”, atrelada a “eficiente resistência”, inclui a ideia de que reconheciam que já vinham se associando e afirmavam que resistências mais eficientes seriam estabelecidas a partir do CDPPB. É importante tomarmos a resistência como proposição de defender-se, de manter-se firme

associando-se, mas também como prática de mudança.

Retomamos o conceito de associativismo, concordando com Lemos (2011, p. 3) quando reconhece o “[...] associativismo como uma chave de leitura importante para pensar a profissionalização do magistério”, que se dá, para esse autor, no interior de um campo de disputas. Nossa intenção é tomar esse conceito como possibilidade de entender a profissionalização das professoras e dos professores primários quando das práticas docentes em torno de movimentos e lutas disputando narrativas com o poder público, entre si e com outros grupos profissionais, como os tenentes, que defendiam seu colega que estava à frente da intendência, o senhor Propício da Fontoura.

Lemos (2011, p. 4) considera o associativismo docente como as associações formais, as personalidades jurídicas: “Associações formais são consideradas aquelas com estrutura organizacional e identidade própria, com estatutos e com registro e reconhecimento do Estado”. Mas também amplia seu entendimento sobre associativismo compreendendo-o como movimentos de

[...] diferentes formas de atuação coletiva e organizada de professores. Dentro dessa definição se enquadram os jornais organizados por grupos de professores, os abaixo-assinados, manifestos, assim como agrupamentos de professores que organizados em torno de um tema específico não formalizaram junto ao Estado o registro da organização. (Lemos, 2011, p. 4).

As professoras e os professores primários que construíram a greve em Salvador em 1918 associaram-se a partir de seus interesses comuns e forjaram sua luta através da escrita, usando essa prática social como estratégia e forma de organização docente produzindo coletivamente, mesmo quando assinavam individualmente documentos para a defesa e reivindicação dos seus direitos.

No decorrer de um movimento complexo e heterogêneo e construindo alternativas para discutir sua carreira, o professorado criou o CDPPB e ainda a *Revista do Ensino*. Isso nos permite considerar que se associaram no sentido ampliado que o autor Lemos (2011) constrói em suas discussões em torno da experiência de associativismo, ou seja, tanto a partir de “diferentes formas de atuação coletiva e organizada de professores” quanto da institucionalização e formalização jurídica.

Quando dizemos que com a palavra estão a professora e o professor primário, consideramos que partimos do ponto de vista desses profissionais, e para isso é preciso considerar suas palavras e seu lugar de fala. As palavras a que aqui nos referimos estão redigidas em documentos de autoria majoritariamente negra. Nossa análise considera o que contém no *corpus* dos documentos, o que está escrito, inscrito e dito nas entrelinhas produzidas de uma

dada localização social e capital, sendo uma escrita de autoria negra na qual percebemos, entre outras possibilidades, anúncios de experiências de associativismo docente atravessados pela interseccionalidade entre raça, gênero e classe.

Collins (2022) considera que a experiência e a ação social compõem dimensões relevantes da teorização crítica da interseccionalidade e ainda indica que as experiências podem ser teorizadas. Para essa autora, baseada no pensamento feminista negro e no pragmatismo estadunidense,

[...] a experiência constitui uma forma de compreender o mundo social e agir nele. Ambos os discursos também fornecem perspectivas distintas sobre a construção de comunidade como forma de compreender as estruturas sociais e o comportamento coletivo. A teorização interseccional requer autoreflexividade crítica em relação essas conexões entre experiência, comunidade e ação social (Collins, 2022, p. 224).

As associações registradas na escrita de autoria negra nos possibilitaram teorizar a partir das experiências docentes em suas trajetórias cruzadas pela defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério e pela defesa da educação pública, visando superar as injustiças sociais impostas pelo aprofundamento da precarização dos recursos dos serviços de educação na década de 1910, especificamente pela negação do direito ao recebimento do salário, que devido ao extenso período de privação gerou aprofundamento de desigualdades junto à parte dos professores, uma vez que um outro público vinha recebendo seus salários.

4.1 A ESCRITA DE AUTORIA NEGRA

Em abono da verdade, do que não receio contestação, declaro positiva e solenemente, não ter tido intervenção alguma nas opiniões emitidas verbalmente ou escritas na imprensa pelo sr. diretor, ao mesmo tempo que não estive, não estou e não estarei acorde com elas, tal a convicção que nutre da certeza da causa que levou à sepultura pelo acabrunhamento, ante a penúria em que viviam, alguns dos meus ilustres colegas de saudosa memória, cujos nomes à bala vieram nas referidas entrevistas (*A Tarde*, 21 fev. 1918).

Essa citação foi retirada da carta aberta do professor Severo Pessoa. O referido professor, quando da escrita desse documento, encontrava-se no cargo de delegado secretário da Diretoria do Ensino Municipal, ocupando uma função administrativa nesse órgão. Em sua escrita epistolar dirigida aos seus colegas de profissão e ao público, fez questão de afirmar o seu absoluto desacordo com a atitude do diretor do ensino. Ele se referia à entrevista concedida à imprensa pelo seu chefe imediato, o diretor-geral do ensino municipal, o senhor João Gonçalves Pereira.

Severo Pessoa, a seu próprio pedido, mesmo após recusas aos vários convites que lhe

foram realizados para se pronunciar quanto ao caso da classe à qual pertencia, publicou uma carta aberta através da imprensa. Dela podemos destacar a redação da frase “[...] opiniões emitidas verbalmente ou escritas na imprensa pelo sr. diretor”, na qual percebemos que comenta sobre o texto oral e escrito do seu chefe imediato e ainda diz: “[...] sou forçado, saindo da atitude em que me coloquei, a vir a imprensa, pedindo ao ilustre amigo agasalho a estas linhas” (*A Tarde*, 21 fev. 1918). As linhas a que se refere são a sua própria escrita, pois considerou relevante demarcar que não interviu nem concordava com o pronunciamento do diretor do ensino, e o fez usando-se da prática de escrita. Os professores, quando assumiam cargos, em sua grande parte, continuavam se posicionando e, quando consideravam relevante, não deixavam de fazer críticas ao poder público, pois se reconheciam enquanto parte de uma classe profissional, a de professor.

Parte dessa carta ratifica nossas leituras sobre ser o texto, seja verbal ou escrito, o elemento mais substancial que os professores tinham para dar materialidade aos seus movimentos e lutas em torno da greve. Como se trata de uma escrita histórica, só tivemos acesso aos textos produzidos verbalmente a partir das transcrições contidas em atas, entrevistas etc.

Lemos (2011, p. 96) nos chama atenção quando trata da autoridade docente a partir da escrita e diz que os professores, “[...] utilizando os poderes da escrita, se revestiam de uma autoridade adquirida na profissão e reconhecida pelo Estado”. Isso nos leva a reconhecer a escrita e seu uso como formas de organização docente e como uma das marcas de um movimento construído pela classe de professores.

Mas como saber quem eram as professoras e os professores autores desses textos? De qual localização social partiam esses escritos? No decorrer da preparação do material para análise, identificamos que a escrita sobre a greve, que se consolidou como uma das principais estratégias e formas de organização do movimento docente, compunha uma autoria negra na maioria dos documentos históricos analisados.

Usaremos dados estatísticos sobre a relação entre documentos históricos e escrita de autoria negra para demonstrar a composição quanto à racialidade dos textos produzidos por professoras e professores que narraram suas lutas e re-existências frente ao poder público.

Entre os 31 tipos de documentos históricos levantados,²⁰ 19 tipos são textos produzidos

²⁰ No Apêndice D consta a lista e descrições dos documentos históricos levantados, tanto em periódicos como em outras fontes, que nesta pesquisa estão sendo utilizados. Outros foram descartados devido à restrição de conteúdos diretamente vinculados ao objeto. Da listagem consta um total de 31 tipos diferentes de documentos. Encontramos mais de um exemplar de alguns deles, os quais em alguns casos são assinados por diferentes autorias e, em outros, quando assinados pelos mesmos autores, a redação, os conteúdos discutidos e as datações indicam se tratar de diferentes documentos, mesmo sendo do mesmo tipo e de mesmo autor.

por professoras e professores. Entre os documentos levantados inserimos um texto visual, que seriam as fotografias, que não foram produzidas por professores, mas os retratam. Os documentos foram os seguintes:

Quadro 3 – Documentos históricos de narrativas docentes da década de 1910

DOCUMENTO HISTÓRICO	QUANTIDADE	AUTORIA E RACIALIDADE
Manifesto do professorado municipal de 1918 ²¹	1 documento	9 autores negros, 2 não negros e 3 não identificados
Manifesto do professorado municipal de 1919	1 documento	8 autores negros, 1 não negro e 6 não identificados
Telegramas destinados e recebidos de professores, diretores escolares e ao presidente da República	3 documentos	9 autores negros, 2 não negros e 3 não identificados
Telegrama à Comissão de Finanças da Câmara de Deputados encaminhado pelo professor Jacyntho T. de Brito Caraúna da Comissão do Professorado	1 documento	1 autor negro
Cartas docentes em apoio ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho	11 documentos	7 autores negros, 1 não negro e 3 não identificados
Cartas de professores e delegados escolares sobre outros assuntos ligados à greve	5 documentos	1 autor negro e 4 não identificados
Petição ao diretor-geral de ensino da Intendência Municipal de Salvador	5 documentos	1 autor negro e 4 não identificados
Relatório apresentado ao intendente municipal	1 documento	1 autor negro
Abaixo-assinado ao intendente municipal da capital da Bahia assinado pelos adjuntos	1 documento	1 autor não negro e 4 não identificados
Solicitação de professora adjunta	1 documento	1 não identificado
Convite da comissão representativa da classe de professores para reunião	1 documento	9 autores negros, 2 não negros e 3 não identificados
Listas da comissão representativa da classe de professores na greve	2 documentos	9 autores negros, 3 não negros e 3 não identificados
Lista dos professores que participaram da assembleia no dia 15 de fevereiro – consta de 80 assinaturas	1 documento	13 autores negros, 2 não negros e 65 não identificados
Ata da reunião docente do dia 15 de fevereiro para discutir sobre o rumo dos movimentos ²²	3 documentos	5 autores negros, 1 não negro e 1 não identificado
Ata de registro da comissão de criação, fundação e funcionamento do Centro de Defesa do Professorado Municipal	5 documentos	10 autores negros, 2 não negros e 21 não identificados
Relato da carreira do prof. Possidônio Dias Coelho	1 documento	1 autor negro
Pronunciamentos de professores e delegados escolares	6 documentos	5 autores negros e 1 não negro
Moção do Conselho Municipal de Salvador	1 documento	1 autor negro

²¹ No manifesto publicado em 30 de fevereiro de 1918 no jornal *A Tarde*, não constam os nomes dos professores que o assinaram, entretanto, quando da assembleia do dia 17 de fevereiro, o manifesto foi mencionado e ficou subentendido que a comissão inicial da greve, composta por 14 pessoas, o redigiu em nome do professorado.

²² Nessa ata registram-se os nomes dos professores que fizeram uso da fala, pois desmembramos a lista dos professores que frequentaram a reunião do registro do que acontecem durante a reunião para que pudéssemos melhor visualizar que os oradores eram, em sua grande maioria, professoras e professores negros.

Teses de professores escritas para as Conferências Pedagógicas dos anos de 1913, 1914 e 1915 assinadas por professores primários que participaram da greve	7 documentos	3 autores negros e 4 não identificados
Ofício do professor Jacyntho T. de Brito Caraúna	1 documento	1 autor negro
Entrevista feita a professor e a delegado escolar	3 documentos	2 autores negros e 1 não negro
Subscrição popular docente do Comitê Paulista de Socorro ²³	4 documentos	2 autores negros e 8 não identificados
Fala e reação do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, suspenso pelo intendente	2 documentos	1 autor negro ²⁴
Depoimento do delegado escolar, o professor Presciliano Leal, sobre a instrução municipal	1 documento	1 autor negro
Fotografias individuais de professoras e professores que participaram da greve	16 fotografias	12 negros retratados, 2 não negros e 2 não identificados

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raros da BPEB.

No Quadro 3, é possível perceber uma listagem de 18 tipos de documentos de autoria dos docentes: manifesto, telegrama, carta, fotografia, petição, relatório, abaixo-assinado, solicitação, convite, lista, ata, relato, pronunciamento, moção, tese, ofício, entrevista e fala.

Quando verificamos as assinaturas de quem os produziu, ou ao menos assinou como autora ou autor, observamos uma frequência de documentos sendo de autoria de professores negros. Inclusive, na grande maioria dos documentos, os autores eram os mesmos professores que compunham a comissão central da greve, sobretudo aqueles que identificamos como sendo professores negros.

O Quadro 3 foi organizado a partir de 18 documentos escritos e 1 documento composto por narrativa visual, listados entre 25 linhas, sendo que 9 deles correspondem a documentos de autoria de maioria negra – na maior parte dos casos, é perceptível a diferença acentuada –; 7 deles foram assinados por uma única pessoa identificada como professor negro; 3 foram assinados por pessoas negras e pessoas não identificadas, sendo a maioria não identificada; 1 de autoria não identificada; e 2 deles com maioria de autoria não identificada. Entretanto, é relevante apontar que, ainda assim, a autoria negra nesses casos é maior do que a autoria não negra e que, nas fotografias de professores que participaram da greve que circularam nos jornais, a maioria das pessoas eram mulheres negras e homens negros.

Esses documentos não foram levantados de acordo com a autoria. O guia que nos levou

²³ A lista dos 10 nomes refere-se aos docentes baianos e paulistas que faziam parte da comissão que enviava e recebia os donativos do Comitê Paulista de Socorro, e três deles eram docentes participando ativamente da greve: Possidônio Dias Coelho, Hugo Balthazar da Silveira e Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, havendo mais 7 do Comitê Paulista de Socorro.

²⁴ O mesmo professor, o senhor Isauro Abdon da Silva Coelho, foi o autor dos dois documentos.

até esses documentos foi o tema de greve, movimento, luta docente e professores cujos nomes constavam na lista da ata de assembleia da greve. O atravessamento racial se deu quando da etapa de preparação do material para análise, ao cruzarmos as fotografias com as narrativas escritas.

Os documentos “Lista dos professores que participaram da assembleia no dia 15 de fevereiro – consta de 80 assinaturas” e “Ata de registro da comissão de criação, fundação e funcionamento do Centro de Defesa do Professorado Municipal” são os que têm números mais expressivos de autoria não identificada envolvida na produção ou assumindo autoria do documento, mas esse aspecto tem relação com o tipo do documento e o conteúdo que nele se agrega. É relevante destacar que o uso da expressão “não identificado” não descarta a possibilidade de serem pessoas que poderiam ser lidas como negras ou não negras.

Um dado muito relevante que o Quadro 3 revela, associado com a identificação dos nomes de quem eram os autores desses documentos, é que a maioria das assinaturas é de professores que faziam parte da comissão central. Os nomes recorrentes eram os dos professores identificados como negros: Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Cincinato Ricardo Pereira Franca, Vicente Ferreira Café, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Alberto Francisco de Assis, Jovina de Castro Senna Moreira, Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Anna Moreira Bahiense; e do professor identificado como não sendo negro: Hugo Balthazar da Silveira.

Além desses nomes que compunham a comissão central, estavam entre os nomes de autoria negra os dos professores que já eram atuantes em relação à defesa da educação e da profissão docente, como Isauro Abdon da Silva Coelho, Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade e Manoel Theotimo d’Almeida.

Pensar esses dados estatísticos é relevante, pois eles nos confirmam, mesmo sem analisar neste momento outras questões subjetivas e complexas que envolvem a produção desses documentos, as relações próprias de uma classe de trabalhadores que se utilizou da própria narrativa docente, da própria escrita, para organizar seus movimentos e lutas e que contou com uma autoria majoritariamente negra assinando os documentos históricos.

A questão aqui posta não é de reconhecimento, mas de constatação, uma vez que esse dado ratifica que, quando do desenvolvimento da greve, devido a 29 meses iniciais de atraso dos vencimentos, mulheres e homens negras e negros lutaram, junto a outros professores, pelo direito ao trabalho e por direitos trabalhistas, como o direito ao recebimento do salário. Como cita Carneiro (2011, p. 115), “O direito ao trabalho é condição fundamental para a reprodução das demais dimensões da vida social”.

É preciso retomarmos uma questão já mencionada anteriormente: embora nos registros textuais não apareça definição sobre quem são os professores no que se refere a um

atravessamento racial, a narrativa visual contida nos registros fotográficos nos permitiu essa identificação. Mas discutir a quem pertencia essa escrita tem relação com percebermos também a partir dos documentos, de maneira explícita e implícita, uma escrita que se coloca prejudicada e afetada em relação ao não recebimento de seus proventos no que se refere ao acesso a direitos primários, como alimento, moradia, vestuário e tratamento médico. Por outro lado, há também uma escrita solidária aos colegas afetados (uma escrita de autoria não negra) pela falta de acesso a direitos essenciais, o que Carneiro (2011) denominou de condição fundamental para o exercício pleno da vida social.

Discutiremos na seção-carta 5, junto às cartas docentes, as redes de sociabilidades encontradas nas narrativas no que se refere a uma escrita solidária aos colegas, tanto daqueles que faziam parte da classe de professores primários de Salvador como daqueles docentes apoiadores de outros estados.

Outro aspecto relevante nos conduz a pensar o lugar de fala dos coletivos. As populações negras vêm sendo subalternizadas em seu processo de autoria das diversas formas de re-existências que vêm construindo ao longo dos séculos desde a matriz colonial. Registrar a quem pertence essa autoria utilizando-se da escrita – principalmente quem e como se forjaram movimentos e lutas para a defesa de direitos profissionais do magistério – é considerar o lugar de fala dessas pessoas, suas localizações e posições sociais e capitais (Ribeiro, 2017).

Ribeiro (2017, p. 88) diz que:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras não experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas não experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos.

Essas reflexões são extremamente relevantes, pois nesse mesmo contexto, enquanto os professores estavam em greve por não terem recebido vencimentos por 29 meses quando do início da suspensão das aulas, no mesmo ano os funcionários públicos do estado ligados às grandes patentes das forças armadas receberam aumento. Mesmo sendo os vínculos dos professores primários e dos funcionários públicos do estado ligados a diferentes administrações públicas (um do município e o outro do governo do estado, respectivamente), os dirigentes faziam parte de um mesmo grupo político e partidário, e ainda houve pleito de que o professorado da capital pudesse retornar à responsabilidade do estado até que a situação econômica na Intendência fosse resolvida.²⁵

²⁵ O major Cosme de Farias apresentou à Assembleia Legislativa da Câmara dos Deputados do Estado da Bahia

Ninguém organiza um movimento se associando fora de um coletivo. Logo, na medida em que essa escrita de autoria negra desvela associativismo, ela exige que compreendamos que os movimentos e lutas do professorado liderados por uma maioria de docentes negros, a greve de professores primários em Salvador no ano de 1918 que aqui estamos reconstituindo, assim como a liderança e adesão negra nas greves dos ganhadores em Salvador no século XIX e dos trabalhadores na linha de ferro na Bahia ao São Francisco no ano de 1909, configuram-se como continuidade, a partir de outras experiências de re-existências coletivas contra formas de opressão construídas desde o período colonial por toda a América Latina. As duas últimas greves citadas, de diferentes grupos profissionais, deram-se nas primeiras décadas do regime republicano no Brasil, e Robério Souza (2011, p. 159) considera que há uma “[...] nova ideologia do trabalho do período republicano. Segundo essa concepção, era preciso ordenar, reprimir e disciplinar os trabalhadores”.

A pesquisa se tece contrastando documentos históricos, e nossa perspectiva foi horizontalizá-los para analisar seus conteúdos, de maneira que não há valorização de um em detrimento de outro. Entretanto, alguns documentos se destacam pela riqueza dos conteúdos neles inscritos, que se relacionam, de maneira geral, com o tema desta pesquisa, que se articula com movimentos, lutas e greves docentes dos professores primários no final da década de 1910. Os principais documentos que aqui analisamos correspondem a uma narrativa docente e, entre eles, a maioria é de autoria negra.

4.2 EXPERIÊNCIA DE ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM SALVADOR NO FINAL DA DÉCADA DE 1910

Na Bahia já existiam experiências de associações jurídicas para diferentes classes, inclusive associação voltada para os professores do estado. Entre elas, listamos: Associação União dos Varejistas, Associação Comercial, Associação dos Oficiais da Guarda Nacional da Bahia, Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, Grêmio do Professorado Bahiano e Grêmio Literário.

Algumas das agremiações listadas aqui cederam ao professorado primário, sobretudo a última, por diversas vezes, a utilização do Salão Nobre do seu prédio para que ocorressem suas reuniões e assembleias para deliberações dos seus movimentos e lutas. Encontramos notícias sobre reuniões ocorridas nos dias 29 de março, 8 de abril, 27 de agosto, 5 de setembro, 24 de

um projeto de autorização ao estado no sentido de avocar o ensino primário da capital até que as condições financeiras do mesmo município estivessem equilibradas (*Diário de Notícias*, 13 abr. 1918).

outubro e 9 de dezembro de 1918 – apenas a do dia 8 de abril ocorreu no Grêmio do Professorado Bahiano, as demais listadas aqui ocorreram no Grêmio Literário, mas ainda outras ocorreram no Lyceu de Artes e Ofícios, como as dos dias 15 e 17 de fevereiro.²⁶

A escrita de autoria negra, ao desvelar experiências de associativismo docente, possibilitou pensarmos essa articulação a partir de diferentes vias, sejam elas através das associações formais ou através de diferentes formas de atuação, o que envolveu articulações entre professores municipais, professores do estado, o Comitê de Socorro Paulista e, indiretamente, professores de grupos escolares de São Paulo, Campinas. Mas, como já mencionado, o professorado entendeu a necessidade de criar uma instituição jurídica, para melhor resguardar e defender seus direitos, a qual denominou Centro de Defesa do Professorado, e ainda fundou a *Revista do Ensino*.

Podemos compreender como associações aquelas de auxílio, caridade, beneficentes, protetoras, cooperadoras, promotoras, de seguro, socorro, instrutivas, profissionais, científicas, bem como diversos centros, grêmios, clubes, institutos, irmandades, sociedades, caixas previdenciárias, montepios de diferentes finalidades, entre outras. Entretanto, ao compormos essa listagem, consideramos as contribuições de Lemos (2011) sobre a dificuldade de tipificar e categorizar as associações, reconhecendo que as experiências delas se deram a partir de diferentes instituições e nomenclaturas, como é o caso do CDPPB, inscrito na própria narrativa docente dos atores pesquisados, como colocado anteriormente.

Para Lemos (2011), o associativismo deve ser entendido como uma estratégia adotada. O autor indica que os diferentes nomes dados às associações caracterizam momentos, modelos e concepções das diversas formas de se organizar e atuar, que precisam ser consideradas dentro do interior de relações históricas. Aponta a dificuldade de tentar definir uma tipologia das associações, uma vez que muitas trabalhavam em diferentes frentes, muitas vezes desempenhando simultaneamente diferentes papéis, como assistenciais, científicos e corporativos. Lemos (2011) ressalta ainda a heterogeneidade das formas de sociabilidades, sua vida útil, em alguns casos de curta duração, a variação de objetivos e ações e até mesmo a falta de fontes preservadas. Ao se referir às experiências de cunho profissional, diz:

Os grêmios e as associações de caráter mais profissional passaram a representar a categoria em diversos espaços de atuação: formação intelectual, espaços recreativos, e atuação nos interesses próprios da profissão, acompanhando os progressos do ofício, as questões legais e salariais, dentre outros. (Lemos, 2011, p. 5).

²⁶ Informações levantadas no jornal *Diário de Notícias* dos dias 1º de abril, 9 de abril, 26 de agosto, 28 de agosto e 6 de setembro; e no jornal *A Tarde* dos dias 25 de outubro e 10 de dezembro, todos datados do ano de 1918.

A escolha das contribuições de Lemos (2011)²⁷ para pensarmos as experiências de associativismo tem relação com a proximidade do tema, das fontes históricas e, de certa forma, do objeto de análise, mesmo sendo em diferentes espaços e tempos; entretanto, outros autores também compõem o arcabouço teórico, como Nóvoa (1999) e Vicentini e Lugli (2009).

Para as experiências de associativismo docente, seja nas formas de atuar ou através de associações formais, de dimensão mais profissional, é relevante destacarmos que associar-se estava, entre outros aspectos, relacionado com as diversas precariedades dos recursos para o serviço da educação. As condições materiais da profissão, como prédios, mobiliários, materiais didáticos, salários, formação intelectual e legalidade do ensino, foram os principais temas discutidos e reivindicados pelo professorado primário em Salvador no final da década de 1910, sobretudo o salário e a locação dos prédios das aulas quando do período da greve.

Os professores se associaram devido às precariedades que os atingiam, mas a partir de uma relação intrínseca das experiências de associativismo docente com o trabalho de experiência negra. Não se trata apenas das precariedades, mas de como elas atingiram os diferentes professores, o que permite nos indagarmos por que uma forma de associar-se desvelada pela escrita, essa que foi uma forma estratégica de organização docente, é sobretudo uma escrita de autoria negra, um dado relevante que merece reflexões.

As desigualdades que afetaram as professoras e os professores primários no final da década de 1910 têm uma relação direta com a categoria racial, e isso não significa dizer que estamos tratando de um professorado que na sua totalidade ou na sua maioria era formado por pessoas negras, mas devemos nos questionar: por que, à medida que a feminização do magistério e a ampliação do número de professores negros foram ocorrendo, as precariedades junto à classe e as desigualdades internas e externas a ela foram aumentando?

4.3 NARRATIVAS DE DISPUTA: DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DOS DIREITOS TRABALHISTAS E PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

O professor, como intelectual, além de alicerçar e respaldar suas práticas internas na escola, utilizava outros espaços para socializar, discutir, questionar e sugerir sobre a sua profissão, utilizando-se da sua própria narrativa docente. A escrita é, entre outros elementos, como já mencionado algumas vezes, o espaço de organização docente que ampliava suas

²⁷ No trabalho de Lemos (2011), encontramos contribuição quanto à história das associações no Brasil, indicando inclusive, para o caso do associativismo docente, seu surgimento na segunda metade do século XIX e sua implantação por professores primários, os quais são considerados os impulsionadores do associativismo docente. Atrela-se isso às precariedades das condições de trabalho que esses profissionais enfrentavam.

experiências de profissão e sua profissionalização. Um exemplo concreto são as Conferências Pedagógicas licenciadas pelo Estado.

As Conferências Pedagógicas foram criadas pelo regime imperial no município da Corte Imperial e mantidas no regime republicano. Como visava a participação do professorado conferenciando-se entre si, Brandão (2012, p. 11) aponta que “[...] é possível identificar que as diversas formas de envolvimento da participação dos professores nas conferências pedagógicas atribuíam ao evento a configuração de um dispositivo de formação”.²⁸

Brandão (2012), em sua dissertação de mestrado *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)*, recupera, entre outros aspectos, o contexto em que foram produzidas essas teses e os motivos que colaboraram para a sua produção e cita que, além de os professores “[...] demonstrarem suas insatisfações com relação aos poderes competentes, havia também o desejo de construir alicerces para o fortalecimento e organização da classe do professorado e para dar novas bases ao ensino municipal.” (Brandão, 2012, p. 42).

Consta registrado em algumas das teses que os professores se baseavam nas leituras de obras de autores do campo da pedagogia, como Rousseau, Pestalozzi, Froebel e Buisson, um arcabouço europeu, o que de alguma forma ratifica a formação baseada em um currículo formativo centrado no Norte global, assuntos já discutidos anteriormente. Entretanto, mesmo de porte desse referencial que os alicerçava, estavam vinculados aos problemas locais e, ao mesmo tempo, problemas enfrentados por outros países que viveram experiências coloniais de exploração e que buscavam continuamente se equiparar, a partir da ideia de modernização, aos países considerados civilizados.

Constam nos registros prescritivos e normativos dos anos de 1913 a 1915 informações indicando que os professores participavam da preparação e organização das Conferências Pedagógicas. Constatamos que alguns dos professores que foram ativos na greve, inclusive compondo a sua comissão central, bem como exercendo participação direta na autoria de diversos documentos que compuseram os movimentos e as lutas no ano de 1918, além de

²⁸ As Conferências Pedagógicas foram estabelecidas por lei desde o período imperial. Foram instituídas no município da Corte pelo Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, que reformou o ensino primário e secundário do município da Corte. Em seu artigo 76, define que os professores públicos se reuniram nos períodos das férias de Páscoa e no mês de dezembro em local designado pela Inspetoria Geral. Esse decreto foi regulamentado no ano de 1872, e no ano seguinte, em 1873, ocorreu no mês de janeiro a primeira Conferência Pedagógica do Município da Corte. Na Bahia, no regulamento de 27 de setembro de 1873, que reformou a instrução pública, aparece o tema Conferências Pedagógicas. Entretanto, o Quadro 4, a seguir, refere-se às Conferências Pedagógicas ocorridas entre as primeiras décadas da República, especificamente nos anos de 1913, 1914 e 1915, definidas a partir da Lei nº 1.006, de 6 de setembro de 1913, e do Decreto nº 1.354, de 20 de janeiro de 1914 (Brandão, 2012).

apresentarem suas teses, também participaram da comissão de redação de conclusão dos trabalhos, mesa permanente, mesas solenes, entre outras ocupações nas Conferências Pedagógicas do período indicado.

Os nomes dos professores Cincinato Ricardo Pereira Franca, João Gonçalves Pereira, Severo Pessoa da Silva, Possidônio Dias Coelho, Gonçalo Álvaro de Oliveira, Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Emydio Joaquim Gomes, Maria Olympia da Silva Rabello, Sidônia G. de Oliveira Alcântara, Maria Gertrudes de Sousa e Aureliana Palma da Cunha constam como participantes da comissão de redação dos trabalhos e da mesa permanente nas Conferências Pedagógicas de 1913, publicada no dia 15 de janeiro 1913 no jornal na *Gazeta do Povo* (Brandão, 2012).

De acordo com o Apêndice E da dissertação de Brandão (2012), referente à relação das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas dos anos de 1913, 1914 e 1915, consta listado um total de 32 teses²⁹ (sendo 15 do ano de 1913, 7 do ano de 1914 e 10 do ano de 1915). Das 32 teses, 7 foram produzidas por professores que participaram da greve docente em 1918 (sendo 4 do ano de 1913, 2 do ano de 1914 e 1 do ano de 1915).

Quadro 4 – Teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas de 1913, 1914 e 1915 escritas por professores que participaram da greve³⁰

Ano	Título	Autor(a)	Racialidade
1913	Considerações sobre o atual programa do ensino municipal	Ignes Borges	Não identificada
	Sessões escolares	Isauro Abdon da Silva Coelho	Negra
	O ensino deve obedecer à orientação por nós apresentada?	Jacyntho Caraúna	Negra
	Breves observações sobre o programa de ensino vigente	Laura Macedo	Não identificada
1914	Que vantagens advêm da higiene pedagógica e da inspeção médico escolar?	Aureliana Cunha	Não identificada
	Os resultados colhidos atualmente no ensino correspondem ao esforço e meios empregados?	Cincinato Franca	Negra
1915	Que remédios sociais podem ser apontados como mais eficazes e prontos para dar-se um combate enérgico ao analfabetismo entre nós?	Aureliana Cunha	Não identificada

Fonte: elaborado pela autora com base em dados apresentados por Brandão (2012).

²⁹ Brandão (2012), em sua dissertação, informa a existência de 33 teses, mas no Apêndice E só consta um total de 32 teses. Em conversa privada, uma vez que somos do mesmo grupo de pesquisa, o GPEC, compartilhou comigo que no *Jornal de Notícias* de 1915 consta a tese da professora Amélia Augusta, que acabou não compondo o Apêndice E da dissertação da autora.

³⁰ O Quadro 4 foi elaborado relacionando o nome dos professores que participaram da greve como os nomes dos professores que apresentaram teses nas Conferências Pedagógicas dos anos de 1913, 1914 e 1915, que constam listados no Apêndice E da dissertação de Brandão (2012).

Ao registrarmos informações sobre a participação nas Conferências Pedagógicas, destacamos que muitos professores ativos na greve docente de 1918 já eram autores articulados, que se organizavam associando-se, mesmo dentro de espaços formais, para pensar a educação, seus dilemas e desafios e sua própria profissão, o que sugerem os temas inscritos nos títulos das teses inseridos no Quadro 4.

As Conferências Pedagógicas foram algumas das experiências coletivas que esses professores e professoras tinham em suas trajetórias cruzadas. Outros exemplos se somam, pois, antes mesmo da greve e posteriormente a ela, os professores, além de organizar, participar e apresentar teses nas Conferências Pedagógicas, participavam do Conselho Municipal e do CSE, organizavam as exposições escolares, os exames escolares no final do ano, participavam de congressos, como o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922, e escreviam na *Revista do Ensino Primário* da década de 1890.

A *Revista do Ensino Primário*, publicada mensalmente entre novembro de 1892 e outubro de 1893, foi um periódico criado por professores de escolas públicas primárias do estado da Bahia em 1892, três anos depois de instaurada a República no país. Nela os professores falavam acerca de temas como a realidade das escolas, as condições de trabalho, as normas e as imposições pelas autoridades governamentais dessas prescrições normativas e das políticas públicas para a educação. Sistematizavam, ainda, um diagnóstico da educação e das dificuldades de expansão da escola elementar nos primeiros anos de proclamação do regime republicano.

A carta do professor Possidônio Dias Coelho, encaminhada ao “Delegado Escolar da 1ª Circunscrição”, o professor Antônio Bahia da Silva Araújo, datada de 24 de março de 1912, indica que ele atende à solicitação do diretor do ensino municipal e faz um relato da sua trajetória profissional. Nessa carta, ele faz uma descrição das escolas nas quais exerceu a docência, informa quantitativos de alunos que atendera e demonstra os avanços acadêmicos que seus discentes tiveram ao longo do exercício da docência. Inicia e termina a carta da seguinte forma:

Mdmº. e Exmº. Snr. Professor Antonio Bahia da Silva Araujo Delegado Escolar da 1ª Circunscrição.

Respondendo aos itens de vossa circular, recebida em 28 do cadente, declaro-vos que recebi o diploma de alumno mestre em 15 de Dezembro de 1876. No fim do primeiro anno do curso, em 1874 recebi, como premio, um livro – Pensamentos de Bastos; no segundo anno em 1875 uma grammatica portugueza – Genio da Lingua Portugueza, e no fim do terceiro anno, em 1876, cem mil reis, o maior premio ali conferido.

Depois de ter lecionado um anno no Collegio S. José, nos Barris, fui nomeado, por acto de 14 de Janeiro de 1878, para a cadeira de primeira classe da freguesia de N. S. do Livramento do Barracão.

Tomei posse dessa cadeira aos 18 dias de Fevereiro desse anno e consegui matricular cincoenta e oito meninos.

Por acto do Governo do Estado de 19 de Outubro desse anno e a pedido do Dr. Araujo

Deputado Federal que criou a cadeira da Freguesia da Giboia, hoje Monte-Cruzeiro – fui removido para lá.

Tomei em 10 de Março de 1879, ali estive até 14 de Maio de 1880, quando por uma permuta que fiz com o Professor da Povoação de S. Francisco do Paraguassu, fui nomeado e tomei posse em 16 de Julho de 1880.

Nessa cadeira exerci o magistério até o dia 2 de Junho de 1891.

Em Maio desse anno fui, por acesso, removido para a cadeira da Villa [ilegível], cidade, de Inhambupe, da qual tomei posse no dia 06 de Junho e deixei-a no dia 11 de Julho para assumir o exercício da cadeira da cidade do Bonfim, antiga Villa-Nova e para a qual fui removido, por acesso, tomei posse a 21 de Julho de 1891.

Em 1896, por acto de reforma fui transferido para a cidade da Serrinha. Tendo sido a acto de 07 de Janeiro assumi o exercício no dia 16 e ali me conservei até o dia 14 de Julho de 1899.

Em Maio de 1896 o Conselho Municipal da Capital me nomeou para a cadeira que actualmente reço, porém, alguns dias depois foi suspensa até Maio de 1899, quando outro Conselho julgou que me pertencia a cadeira. Durante 04 annos requeri e obtive trinta dias de licença, que gozei de 16 de Janeiro a 16 de Fevereiro de 1899, quando professor da Freguesia de Giboia.

Na cidade da Serrinha, em 1898 o Conselho Municipal, cotou uma verba de oitocentos mil reis annuaes, 800\$ que me foi pago mensalmente, como gratificação e auxilio aos meus vencimentos até o dia 14 de Julho de 1899 quando de lá me retirei para assumir o exercício desta que actualmente dirijo. Por Lei do município da Capital tenho recebido desde 1907 vinte e cinco por cento, 25% sobre os vencimentos de dois contos e quatrocentos, 2.400\$ a que tenho direito como professor da terceira cadeira do districto de S. Pedro.

Não tenho tido louvores, nem censuras, nem suspensões.

Por Lei nº 364 de 21 de Junho de 1899 fui nomeado pelo Conselho Municipal da Capital, para reger a 3ª cadeira Municipal do districto de S. Pedro cujo exercício assumi a 14 de Julho desse anno e onde me conservo até o presente.

[...]

Durante trinta e quatro annos de magistério só gozei, por moléstia, trinta dias de licença, de 16 de Janeiro a 16 de Fevereiro de 1899 como acima referi, como professor desta cadeira, interrompi o exercício do magistério para, por indicação vossa, vos substituir no cargo de Delegado da 1ª Circumscripção Escolar de 1º de Janeiro a 31 de Julho de 1900.³¹

Esse fragmento extenso – mas ainda assim apenas um fragmento, pois a transcrição desse documento perfaz seis páginas – demonstra as reflexões sobre “ascensão” na carreira, explicitando que muitos desses professores já lecionavam desde o final do período imperial. O trecho demonstra que os docentes se forjaram profissionais a partir de experiências laborais marcadas por trajetórias cruzadas e, de alguma forma, demonstra por que essas mulheres negras e homens negros, e também os não negros, construíram de forma sofisticada e repleta de íntima cumplicidade seus itinerários de engajamento junto à profissão.

Os docentes acumularam uma experiência de organização de Estado (entidade política e administrativa de um território) enquanto funcionários públicos com experiências que se ampliavam ao longo dos anos, das décadas, lecionando e também na ocupação de cargos públicos, o que os especializava nas discussões sobre a educação e nas participações enquanto classe associando-se e articulando-se entre si.

³¹ Texto localizado no Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS), na Sessão Imperial, Instrução Pública.

Eles se conheciam, tinham trajetórias comuns, já tinham uma articulação intelectual e cumplicidade, construíram vários espaços de partilha, diálogo e efetiva ação. Compartilhavam práticas e itinerários que compõem a formação e a carreira do docente e também práticas de resistências a partir de movimentos e lutas da docência negra, se olharmos para como a República, enquanto regime de governo, operava junto às populações negras e empobrecidas, sendo elas funcionários públicos ou não. Essas professoras e esses professores são os mesmos, em sua maioria, que compunham a comissão central representativa da greve, que em suas trajetórias cruzadas estão colocados no que chamamos de trabalho de experiência negra.

Os docentes, ao passo que defendiam seus direitos trabalhistas e profissionais do magistério, faziam uma defesa da educação pública, pois cobravam das autoridades, inclusive a partir da escrita publicada em jornais e revistas, condições de trabalho adequadas, melhoria das escolas e ampliação das ofertas de vagas. Havia quase uma associação entre os direitos de classe e melhoria da educação pública. Eles entendiam que melhorar as condições de trabalho significava melhorar a educação pública. Os professores, ao passo que lutavam pelos direitos trabalhistas e da profissão, também pautaram a defesa da educação pública, republicana. Todo esse movimento estava atrelado a uma bandeira defendida sobretudo por professoras e professores negros, mas também não negros.

Os escritos dos professores, desde o período imperial, são preenchidos por narrativas cunhadas pela defesa da escola e da educação pública como direito, pelo direito dos profissionais como classe e pelo desenvolvimento da educação, reconhecendo-a inclusive como direito republicano que assiste docentes e discentes. Há presença nos textos, quando do período da greve e pós-greve, de narrativas escritas e inscritas recorrentes no que se refere às categorias: a) professoras e professores, b) direitos dos docentes e dos discentes e c) administração pública (Intendência Municipal).

Os relatórios do professor Manoel Theotimo d’Almeida, de 4 de dezembro de 1919, e do professor Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade, de 15 de dezembro de 1919, os quais na época ocupavam os cargos de delegado escolar na 4ª e 2ª circunscrições respectivamente, fazem uma defesa da educação. Esses documentos, que foram publicados no relatório anual do inspetor escolar, escritos um ano após a greve dos professores primários de Salvador, apontam a administração pública como responsável pela ampliação da precariedade dos serviços da educação, e o fizeram inocentando o professorado (Miguel, 2021).

A exemplo, citamos parte da narrativa escrita no relatório do delegado escolar da 4ª circunscrição, o professor Manoel Theotimo d’Almeida, o qual questiona reflexivamente: “Que fructos podemos esperar de uma instrução, cujos responsáveis não pagam bem e a tempo os

mestres; que regateiam o indispensável à escola; que não a dotam do necessário à sua vida e fins [...]?”.³² Esse fragmento aponta a falta de pagamento do professorado, que, mesmo após um ano do fim da greve, continuava em situação de precarização do que é básico necessário ao desenvolvimento do ensino e funcionamento das escolas, como prédio escolar, mobiliário, material didático etc. Ao fazer isso, o docente escancara a situação real das escolas, responsabiliza o poder público e o faz para defender a educação e o projeto republicano, que reconhecem a luta para construir esse espaço. Sua visão é de quem acompanha as escolas, assim como o fez também o delegado escolar da 2ª circunscrição, o professor Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade, em seu relatório datado de 1919.

Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade foi ainda mais enfático que seu colega: anunciou o falecimento do ensino público diante da precariedade dos prédios e do mobiliário, do amontoamento de “creanças chloróticas” e “mestre acabrunhado da desconsideração infligida injustamente à sua dignidade profissional pelos poderes públicos [...] de feições abatidas, olhos esgazeados pelas constrições torturantes da fome”.³³

Ainda um outro escrito reforça essa discussão sobre a defesa da educação pública: a publicação que consta na *Revista do Ensino* n. 2, de setembro de 1924, nas páginas 77 e 78, problematizando questões sobre as condições da instrução pública, pautando o debate a partir do tema “Caixas escolares”, inclusive o primeiro assunto sumariado na sequência do periódico. Assim diz:

CAIXAS ESCOLARES

Assunto por demais debatido, de resultados proclamados e verificados – *as caixas escolares* – que tão reais serviços prestam à instrução popular, em todos os lugares onde esse importante ramo da pública administração é tratado com o desvelo que merece pelo alcance de sua finalidade, ainda permanece entre nós – dura verdade – em absoluto abandono, como tudo que se relaciona com o nosso caquético ensino público. [...]

Entre nós, nem ao menos se tratou de atenuar os males do incrível desprezo com uma lei orientadora aos bem intencionados e vivemos sem essa indispensável instituição de auxílio escolar.

Tentativas tem sido feitas e há bem pouco a Companhia Empório Industrial lançava as bases de uma *caixa* para os filhos de seus operários. Mas, num meio como o nosso, onde as ideias mais generosas são olhadas com o desvio da maledicência, é temeridade o início de certos empreendimentos por particulares. Daí a necessidade inadiável da iniciativa, no concernente às *caixas escolares*, dos poderes públicos, criando-as, regulamentando-as, desenvolvendo-as.

O professorado municipal desta cidade tem um trabalho sobre o assunto, moldado nos progressos que esta instituição tem alcançado e com o cunho local, tanto quanto possível, da autoria de uma comissão que foi elemento preponderante o ilustre delegado escolar Professor Manoel Theotimo d’Almeida. (*Revista do Ensino*, 1924, p. 77-78).

³² Relatório encontrado no AHMS, escrito pelo delegado escolar da 4ª circunscrição, Manoel Theotimo d’Almeida. Bahia, 4 dez. 1919, cx. 10.

³³ Relatório encontrado no AHMS escrito pelo delegado escolar da 2ª circunscrição, Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade. Bahia, 15 dez. 1919, cx. 10.

A publicação do periódico sobre caixas escolares demonstra que é um tema que já vinha sendo apontado e debatido pelo professor e uma prática que já existia efetivamente em algumas localizações, com o intuito de auxílio escolar junto à instrução popular.

Na Lei Municipal nº 219, de 20 de abril de 1896, prescrição legal que tornou de responsabilidade do município a educação pública primária na capital da Bahia até o ano de 1927, esse tema não é mencionado (Santana *et al.*, 2011b).

A Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, estabelece no art. 106 que, “Com o fim de incrementar a frequência à escola por parte das crianças menos favorecidas da fortuna, será criado na sede de cada município, uma caixa escolar” (Santana *et al.*, 2011b, p. xx). A escola precisou criar estratégias para viabilizar a frequência dos estudantes. Os professores estavam atentos às demandas sociais e ao direito à educação. Sousa (2008, 2009) já mencionava a relevância das caixas escolares como um tema inserido na lei a partir dos movimentos e lutas dos docentes. Inclusive, as demandas colocadas pelos professores em diferentes espaços nos quais a escrita se engajava influenciaram as prescrições legais, a exemplo da lei mencionada, à qual dedicou um capítulo; das caixas escolares, no capítulo “VII – Das instituições auxiliares do ensino da caixa escolar”; e da ampliação legal demandada pela docência, a exemplo do próprio texto da *Revista do Ensino* de 1924, anteriormente mencionado.

As preocupações com a educação e o exercício do magistério se constituíam uma prática professoral permanente no percurso do seu exercício laboral. Citamos como exemplo também o fragmento de uma das teses de autoria de um dos ícones da greve docente de 1918, o professor Isauro Abdon da Silva Coelho, intitulada *Sessões escolares*, como indicado no Quadro 4. Na tese, o professor Isauro refletiu sobre o tempo escolar e a relação deste com os discentes e docentes. Sua tese foi composta de dez folhas, incluindo a capa.

Na época atual, em que a média para o desaparecimento do homem é quarenta e cinco anos, é natural que cada qual tente obter muito cedo os meios de que se pode utilizar para saber vitorioso na luta pela vida.

Ao contrario disto, como se prejudicar os legítimos interesses de outros quando a pratica e a observação vão desmentindo as vossas teorias?

Havendo, pois duas sessões, forçosamente a criança perderá uma boa porção de tempo em contínuas e prejudiciais abstrações, enquanto que com uma única ela poderá, à tarde, entregar-se à aprendizagem da outra parte, de que muito se ressentem as nossas escolas, isto é, dos trabalhos manuais, preconizados por quantos se dedicam a ciência da instrução e a arte da educação.

As nossas escolas mistas são o atestado vivo do seu oposto.

Nelas se observa sempre o adiantamento da turma de crianças, que recebem os benefícios da instrução da educação pela manhã, enquanto que a tarde é pura e simplesmente o meio de trazer-se o professor para a cadeira, que nem sequer, lhe é cômoda, os mais das vezes, e a criança ao pedaço negro de madeira. E que por uma ironia da nossa falta de compreensão, se dá o nome de banco-carteira: – única aspiração do pai de família, que vê no professor o mais asseado, dedicado e instruído dos seus serviços, esta é que é a verdade.

Em que pese aos espíritos pouco aflitos à liberalidade da consciência, o professor é a vítima sempre da sociedade, porque lhe é útil da família, porque lhe sabe tirar uma parte de responsabilidade na empresa da educação, da própria criança, porque não lhe sabe tolerar, nem tão pouco avaliar o interesse do mestre, como se ela fosse uma parte da sua própria alma.

Dadas, portanto as circunstâncias acima exaradas, deve o trabalho escolar ser feito em única sessão, que começará das oito horas da manhã, qualquer que seja a estação e terminara a uma da tarde, com o intervalo indispensável a recreação e refeição da criança e igualmente do mestre.³⁴

O professor Isauro Abdon da Silva Coelho, ao tratar do tempo, apontando uma proposta de funcionamento escolar, o fez refletindo sobre as condições de trabalho no magistério e uma melhor adequação para o aproveitamento do tempo pelos discentes e docentes. Na parte da tese que aqui transcrevemos, é possível perceber que, além de tratar do tempo, um aspecto importante da cultura, da rotina escolar e do seu currículo, o professor traz reflexões e críticas sobre o mobiliário, as condições de trabalho, a relação da família com a instrução escolar, a forma como o professor é visto e seu papel social. Confronta suas experiências com a teoria que conhece e, atuando como um intelectual, propõe um novo funcionamento escolar, pensando a realidade sua e de seus pares e as necessidades de aprendizagens de abstrações e manuais das crianças.

Manoel Theotimo d'Almeida, Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade e Isauro Abdon da Silva Coelho são professores que, embora não fossem parte da comissão central representativa do professorado na greve de 1918, todos homens negros, assim como a maioria que compõe essa comissão, são grandes nomes que aparecem como autores na documentação legal da época, na redação de jornais e revistas, inclusive discorrendo sobre a greve, sobre os direitos da classe e o direito de frequência na educação pública, tanto de discentes quanto de docentes, em diferentes décadas, entre outros aspectos.

Desde o período imperial, os professores organizavam-se para defender a educação no sentido amplo, entendendo que defender seus salários está no bojo dessa defesa ampliada. A defesa da educação pública é uma permanência histórica nas práticas das professoras e dos professores, uma bandeira de luta presente até hoje na categoria docente. Estendemos a questão para todos os níveis do ensino, pois defendemos a educação básica em todas as suas etapas como um direito, bem como a universidade pública e os concursos públicos, e esse legado é decorrência, entre outros fatores, dos movimentos e lutas de autoria negra e do trabalho de experiência negra.

Lemos (2011), quando refletindo sobre o século XIX, diz que os registros nos auxiliam a pensar o processo de constituição da profissão docente em nosso país partindo dos saberes e

³⁴ Tese do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, 1913, fl. 9 e 10, disponibilizada pela pesquisadora Verônica de Jesus Brandão, do seu arquivo privado.

conhecimentos dos próprios professores e suas experiências cotidianas. Trazer essas reflexões é relevante, pois dentro de um espaço de formação, de Conferência Pedagógica regulamentada pelo Estado, há através da escrita do professor uma reflexão crítica engajada sobre uma prática profissional que envolve uma classe, e o professor vinha desde sempre organizado através de sua autoria para construir sua profissão e profissionalização.

Nóvoa (1999, p. 21), ao discorrer sobre movimento associativo docente, afirma que “A compreensão do processo de profissionalização exige, portanto, um olhar atento às tensões que o atravessam”. O fragmento da tese de Isauro Abdon da Silva Coelho, assim como as discussões promovidas em outras teses produzidas para as Conferências Pedagógicas de 1913 a 1915, e os demais documentos que aqui analisamos apresentam tensões entre os sujeitos que elaboravam seus fazeres e as condições imediatas do exercício profissional com o que era imposto pela administração oficial.

Outros documentos se mostram ainda mais explícitos em relação às disputas de narrativas entre professores e a Intendência da capital da Bahia. No dia 23 de fevereiro de 1918, o *Diário de Notícias* publicou um abaixo-assinado dos oficiais do Exército da Guarnição da Bahia, datado do dia anterior, assinado por contemporâneos e colegas do primeiro tenente engenheiro militar, o senhor João Propício Carneiro da Fontoura, destinado à sociedade baiana em apoio ao referido tenente, que se encontrava como intendente municipal de Salvador. Na redação desse documento, fazem menção ao que definiram como mentiras ditas por um certo jornal contra o colega. Contou com 27 assinaturas de 3 patentes diferentes (4 majores, 4 capitães e 19 tenentes). A lista de assinaturas continha o nome do próprio tenente Propício.

Os abaixo assinados, oficiais do exercício e da guarnição da Bahia, contemporâneos uns e colegas outros, do 1º Tenente Engenheiro Militar João Propício Carneiro da Fontoura, profundamente surpresos com as asserções espalhadas por uns vespertinos desta capital contra esse mesmo colega, por isso que é de todo falso o que contém o referido jornal a respeito do mesmo, que foi sempre um companheiro de moralidade, amor aos estudos e ao trabalho, não só na Escola como fora, trazem a público com seu formal desmentido a sua solidariedade moral.

Outrossim, declaram que o seu colega 1º Tenente Engenheiro Militar Propício Carneiro da Fontoura continua a merecer a consideração de sua classe aqui destacada. Bahia, 22 de fevereiro de 1918 (*Diário de Notícias*, 23 fev. 1918).

O apoio declarado nesse abaixo-assinado pelos colegas de ofício da corporação militar ao intendente, o tenente Propício da Fontoura, assim como no “Manifesto dos tenentes” publicados no jornal *A Tarde* em 27 de fevereiro do mesmo ano, tem relação com a repercussão local que estava tendo a situação do professorado, bem como a repercussão mantida entre outros estados do Brasil, como veremos no próximo capítulo.

O dia 20 de fevereiro foi uma data decisiva, inclusive para a exoneração do intendente,

que ocorreu no dia 23 de março de 1918, mesmo dia em que o senhor Rocha Leal tomou posse no Palácio Rio Branco como novo intendente municipal.³⁵

O Quadro 5 demonstra uma série de notícias publicadas no mesmo dia de diferentes atores e instituições, configurando-se um dia de disputas de narrativas extremamente relevante para a greve do professorado. Não houve resolução do pleito, mas algumas decisões tomadas no final do mês de fevereiro possibilitaram uma comoção e o apoio da sociedade baiana e de outras regiões.

Quadro 5 – Notícias publicadas no jornal *A Tarde* em 20 de fevereiro de 1918

Notícia	Descrição
Conferência no Palácio das Necessidades com a comissão do professorado e o governador do estado	Essa conferência foi promovida pelo senhor Alvaro Cova visando propiciar um encontro entre o governador do estado da Bahia, Antônio Muniz, e a comissão central representativa do professorado na tentativa de encontrar uma resolução para o caso do magistério público da capital. Participaram o governador, a comissão do professorado e o advogado dos professores, o senhor Migdonio de Oliveira. A reunião foi concluída sem êxito e houve discussões acaloradas entre o governador e o professor Cincinato Franca, que inclusive se referiu ao intendente como “governicho”. O governador finalizou a conferência defendendo o intendente Propício da Fontoura e declarando que o cancelamento da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho só se daria depois que este se retratasse das acusações feitas na imprensa.
Moção do Conselho Municipal ao professorado da capital da Bahia	A moção do Conselho Municipal proposta pelo conselheiro Campos França dirigida ao professorado municipal foi lida na sessão do conselho no dia 19 de fevereiro. Nesse documento, há reconhecimento das privações pelas quais vinha passando o professor, sem o recebimento de seus vencimentos. O documento destaca o papel do professor na instrução das crianças, faz voto de que não seja dada mais nenhuma suspensão pelas últimas ocorrências e que sejam canceladas as que foram impostas a vários representantes do magistério municipal, solicitando, inclusive, que fosse cancelado o registro no livro competente. A moção foi aprovada pelos demais conselheiros unanimemente.
Correspondência do intendente para o Conselho Municipal	O intendente municipal de Salvador, o senhor tenente Propício da Fontoura, encaminhou ao Conselho Municipal correspondência informando sobre os esforços que havia feito para a resolução do caso do professorado e informando não ter uma resolução para os pagamentos em atraso.
Projeto proposto pelo Conselho Municipal para a resolução do pagamento do professorado em respeito à lei da equidade	O conselheiro Campos França expôs que o intendente não apresentou o relatório a que estava obrigado pelo art. 57, parágrafos 8 e 9, da Lei nº 1.102, de 11 de agosto de 1915, e justificou que, dada a omissão, o conselho não poderia se isentar da responsabilidade sobre o pagamento do professor e do respeito à lei da equidade. Propôs o projeto para a resolução da situação regulamentando o art. 65, § 2º, acrescentando providências. O projeto foi estruturado sobre dois artigos, o primeiro composto de 9 parágrafos, nos quais se resolve que: o intendente arrecadaria 30% da renda bruta para as despesas com a instrução pública municipal; as quantias destinadas para esses serviços seriam aumentadas com os produtos dos impostos que por lei já fossem exclusivos para esse fim; seria ratificada a continuidade da obrigatoriedade de publicar diariamente o balancete municipal; os pagamentos dos professores seriam realizados na ordem numérica de seus nomes como constasse no livro de pagamentos; a ordem seria publicada logo após a regulamentação e não poderia ser alterada; quando recebessem seus vencimentos da mesma forma publicados, os adjuntos receberiam seus proventos depois dos catedráticos e

³⁵ Notícia publicada no *Diário de Notícias* em 25 de março de 1918.

	seus substitutos; a locação, o ordenado e a gratificação seriam pagos ao mesmo tempo; vagas para um ou mais professores seriam publicadas por chamada na imprensa, sendo válidas por 5 dias; o pagamento ao qual todos tivessem direito seria feito dentro de um mês. O art. 2º revoga as disposições em contrário.
Menção a publicação do <i>Jornal de Notícias</i> sobre a relação dos pagamentos autorizados pelo intendente	O texto intitulado “Os pagamentos do município” menciona a matéria publicada pelo <i>Jornal de Notícias</i> referente à relação dos pagamentos autorizados pela ordem do intendente, que havia sido pago no dia anterior, indicando que os do dia 18 não haviam sido efetivados. Conclui dizendo que, para satisfazer a curiosidade dos leitores, adiantariam que entre os muitos outros pagamentos estavam o valor de 350\$000 ao oficial do Corpo de Bombeiros e 500\$000 ao dr. Francisco Drummond como gratificação pela organização do Código de Postura.
Crise de alimentos que atingia o proletariado, destacando que o governador e o intendente se divertiam	Refere-se a uma crítica ao descaso do governador e do intendente com a situação de penúria em que se encontrava o povo, sem conseguir se alimentar, faltando, segundo o jornal, “o pão de cada dia”. A notícia afirma que os administradores públicos priorizaram, no caso do governador, o Carnaval, usando o dinheiro do tesouro com o Palácio, compra de carros, palheiros do Rio de Prata, entre outros gastos. E aponta que não protegeu a lavoura de cereais – mesmo a Bahia tendo solo, ainda precisava importar arroz etc. O intendente, a quem definiu com uma incapacidade administrativa, acusa de não ter apresentado uma solução para o problema da carestia dos gêneros de primeira necessidade. Nessa mesma notícia, há uma demonstração do encarecimento dos preços dos alimentos tomando como referência o ano de 1911 até 1917, dando como exemplo a mudança de preços dos alimentos como feijão.

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raros da BPEB.

As notícias publicadas no jornal *A Tarde* de 20 de fevereiro se centraram em um caloroso debate entre o professorado e o governador do estado da Bahia, que era quem nomeava o intendente. A notícia demonstra que no final da conferência, embora tenha ratificado a permanência do intendente, o tenente Propício da Fontoura, o governador afirmou que os recursos levantados para o pagamento dos vencimentos atrasados do professorado corresponderiam à quantia de 100\$000 e que o cancelamento da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho só ocorreria se este se retratasse das falas que havia feito junto à imprensa, as quais o governador chamou de calúnias. O conjunto de notícias publicadas no mesmo dia e na capa do mesmo jornal demonstra como diferentes setores da sociedade apoiavam o professorado e questionavam a administração do estado e do município.

Duas das notícias referem-se à escrita de jornalistas do *A Tarde* que ratificam o problema da carestia dos gêneros de primeira necessidade, o que se configurou como um dos grandes problemas da década de 1910, apontando que os administradores do estado e do município não estavam preocupados com essa situação, e sim gastando verba com outras áreas, como o Carnaval e o próprio palácio do governador.

Entre essas notícias, consta informações sobre o projeto proposto pelo Conselho Municipal para a resolução do pagamento do professorado em respeito à lei da equidade, projeto

este que demonstra ganhos efetivos da classe docente. Esse projeto regulamentou o art. 65, § 2º, da Lei nº 1.102, de 11 de agosto de 1915, e estipulou que, da arrecadação municipal, 30% da renda bruta seria para as despesas com a instrução pública municipal.³⁶

A outra notícia confirma o que os professores chamavam de falta de equidade, pois os pagamentos eram feitos de acordo com a autorização do intendente para um grupo privilegiado. Consta o valor de 350\$000 ao oficial do Corpo de Bombeiros e 500\$000 ao dr. Francisco Drummond como gratificação pela organização do Código de Postura. Em uma publicação anterior a essa, referente ao mês de janeiro de 1918, consta autorização pelo intendente do pagamento dos vencimentos para si próprio, para o diretor do tesouro, o senhor dr. Domingos Vasconcelos, para o coronel Carlos Clemente Gomes e outros nomes conhecidos e ligados aos administradores do município, tanto na administração geral como em outros cargos a ela ligados, e, ainda, pagamento dos vencimentos de alguns professores ligados a esses gestores. Os professores vinham denunciando esses aspectos, e a notícia ratifica.³⁷

Enquanto um único funcionário recebeu em gratificação 350\$000, o governador diz que só conseguiu um montante no valor de 100\$000 para a resolução do caso do professorado, que já avolumava 30 meses de atraso dos vencimentos. O montante necessário era de aproximadamente 1.500 contos de réis para o pagamento total dos vencimentos em atraso do professorado municipal da capital da Bahia.³⁸

Mesmo com o fim da greve, o professor havia recebido apenas um mês de atraso, e mesmo assim o pagamento foi iniciado por aqueles que não fizeram greve e depois os professores mais antigos. Entretanto, o intendente Rocha Leal contraiu um empréstimo para a compra de um motor diesel de 777:600\$000 réis.³⁹

No dia 19 de setembro de 1918, o jornal *A Tarde* em uma notícia fez o seguinte questionamento: “Tem a Intendência mais de 770 contos para pagar o motor suíço?”. Foram feitos altos investimentos em motores diesel comprado de empresas suíças, que nem foram instalados no Bolandeiro, o que acarretou inclusive ainda mais dívidas, pois a intendência contraiu um débito de 8 contos de réis só de armazenamento.

O gasto com o motor diesel e aluguel do armazém foi um valor extremamente superior considerando os 1.500:000\$000 réis para sanar a dívida dos vencimentos em atraso dos professores primários e outros funcionários municipais. A locação do espaço o qual armazenou

³⁶ Notícia publicada no jornal *A Tarde* de 20 de fevereiro de 1918.

³⁷ Notícia publicada no *Diário de Notícias* em 19 de janeiro de 1918.

³⁸ Notícia publicada no jornal *A Tarde* em 21 de setembro de 1918.

³⁹ Notícia publicada no jornal *A Tarde* em 19 de setembro de 1918.

os motores diesel valia mais de cinco vezes o valor do montante total que a municipalidade devia dos vencimentos do professorado primário da capital da Bahia.⁴⁰

Há críticas sobre os gastos realizados pela Intendência, a qual expressava má administração e uso indevido do dinheiro público e, ao mesmo tempo, dizia não ter fundos para pagamentos dos funcionários públicos e também das dívidas com credores.⁴¹

Desde março de 1918 que o Conselho Municipal já havia autorizado via projeto que o intendente entrasse em acordo com o governador da Bahia para contrair empréstimo no valor de 1.500 contos de réis destinados ao pagamento exclusivo dos atrasos dos vencimentos dos funcionários municipais, como professores, delegados escolares e adjuntos.⁴²

A notícia sobre a reunião do Conselho Municipal destacou a moção de apoio ao professorado proferida pelo conselheiro Campos França, a qual foi descrita como unanimemente aprovada pelos demais conselheiros. A moção começa destacando as privações dos professores municipais, seus patriotismos no exercício do ensino e educação dos filhos da pobreza, e finaliza dizendo que “O Conselho faz votos por que de nenhum efeito seja dada pelo intendente a pena de suspensão motivada pelas ultimas ocorrências e imposta a vários representantes do magistério municipal, sendo cancelado o registro dela, no livro competente” (*A Tarde*, 20 fev. 1918). Se, por um lado, o governador se coloca contrário ao cancelamento da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, por outro o conselho reconhece a legitimidade da luta do professorado e indica a necessidade do cancelamento do registro da suspensão no livro competente.

O texto de autoria do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, publicado pelo jornal *A Tarde* no dia 8 de fevereiro de 1918, foi o que o levou a ser suspenso injustamente pelo intendente, uma vez que, como já mencionado, de acordo com a lei, penalidades ao professor eram de responsabilidade do Conselho Municipal por um mínimo de representantes.

O jornal *A Tarde*, antes de publicar, inseriu algumas informações sobre o professor Isauro e o comparou, dizendo ser da mesma “envergadura” do professor Cincinato Franca, um professor de muito prestígio e reconhecido pelos seus colegas e outros setores, mas que colocava sempre seu posicionamento firmemente.

Os escritos do professor Isauro, nos quais se reconhece republicano intransigente e respeitoso dos poderes legais, são uma crítica sobre o estado no qual se encontravam os professores primários. Reconhece a força do manifesto que a classe escreveu e diz ter atingido

⁴⁰ Notícia publicada no jornal *A Tarde* em 19 de setembro de 1918.

⁴¹ Notícia publicada no jornal *A Tarde* em 21 de setembro de 1918.

⁴² Notícia publicada no *Diário de Notícias* em 25 de março de 1918.

o efeito moral, referindo-se aos colegas que aderiram à greve como a parte sã, consciente e responsável do professorado. Isso demonstra disputa de narrativa com o estado, mas também que o movimento não teve adesão de todos os professores.

É um texto no qual há uma crítica direta sobre a administração do intendente, certa denúncia sobre a falta de equidade nos pagamentos, sobre o uso da força armada pelo intendente a seu favor e ainda denúncias sobre represálias que seriam feitas aos adjuntos. Isso posteriormente se verificou quando do Ato nº 55, de 21 de agosto de 1918, a partir do qual o intendente demitiu ilegalmente os adjuntos, profissionais esses que já haviam sido suspensos no início do ano de 1916, como consta registrado no abaixo-assinado produzido pelos adjuntos no dia 22 de janeiro de 1916.

Há anos que silenciosos, descemos de humilhação em humilhação, sofrimentos que só os que experimentaram podem defini-los, – chegou o momento da revolta, que será sempre maior, enquanto a moralidade dos atos do poder municipal não for a prova provada de que temos sagrados direitos, como consequências dos imperiosos deveres que respeitamos.

O protesto não resolve nem atenua a fome do professorado, temos a certeza disso, mas agrava a posição dos responsáveis pelos crimes que os Senhores diariamente apontam ao conhecimento de todos.

Há dinheiro para tudo: festas de fim de ano, gratificações, aumento de vencimentos, recebimentos de LETRAS EM DUPLICATA, como falta para a sagrada remuneração dos nossos presentes esforços?

Depois não se concebe que um administrador consciente faça da fortuna pública a seu particular, distribuindo favores, pondo os seus afeiçoados em dia, enquanto que os desprotegidos não conseguem o recebimento de um mês, ao menos.

Eis aí a greve, que só a falta de equidade e justiça da administração criou e manterá sempre que se mantiver firme aos injustificáveis propósitos que, venho de condenar, com a responsabilidade de um nome, que só respeita a lei quando ao seu executor sobra o escrúpulo, critério e desprendimento que urge.

Quanto as providencias que o sr. intendente diz tomar, pela boca do sr. delegado Presciliano Leal, todos nós as desconhecemos, porque só o interesse de servir a um amigo arrastaria um homem as censuras dos que não sabem mentir a sua consciência. O sr. intendente até hoje nada disse, nem muito menos fez, que pudesse levar-nos a convicção de que tomara a sério o sério e respeitável movimento que se opera em torno da sua já celebre administração.

Ao contrário, afronta a nossa ira com a ridícula exibição de força a porta do Tesouro e do seu gabinete, fazendo pagamentos por meio de listas aos mesmos que com ele mensalmente recebem os seus <sagrados> vencimentos que ainda corria nas suas promessas.

O mais grave e que os <amigos> do sr. intendente lhe aconselham enérgicas represálias, que fatalmente, recairão sobre os pobres professores adjuntos, consternadas vítimas das cabalísticas reformas da instrução municipal.

Felizmente, <não há mal que sempre dure nem bem que se não acabe> diz o adogio. Não e de mais dizer que mantenho em todo a plenitude tudo quanto disse, a fim de que não suporte o incomodo de um convite ou intimação ao gabinete do senhor Intendente. (*A Tarde*, 8 fev. 1918).

Consta transcrito aqui o texto do professor praticamente na íntegra. Inserimos aqui para pensarmos o que não poderia ser dito e por que não poderia. Entretanto, a possibilidade de disputar narrativas com a administração pública se deve, entre outros aspectos, ao fato de o

professor reconhecer que faz parte de uma cultura letrada, o que o inseriu, de certa forma, em uma posição de elite em um contexto em que a maior parte da população era analfabeta. Entendiam-se como agentes públicos e membros do Estado republicano e se colocavam frente ao poder público como iguais, ou seja, falavam de iguais para iguais, e suas críticas ocorriam porque eles entendiam o seu lugar.

É importante nos questionarmos: por que o texto do professor Isauro Abdon da Silva Coelho incomodou tanto a administração municipal a ponto de suspendê-lo de suas funções laborais arbitrariamente? Por que houve adesão e solidariedade dos seus colegas, inclusive emitindo cartas (documentos e conteúdos discutidos na seção-carta 5) ao diretor da instrução, solicitando suspensão por igual período ou quanto julgasse necessário? Um profissional do magistério do serviço público não poderia criticar, analisar, questionar e hipotetizar motivos e fatos que os levaram a ficar 29 meses iniciais sem recebimento dos seus proventos? Seria sua condição de homem negro o que o levou a ser utilizado como exemplo do que poderia acontecer aos professores caso reclamassem e/ou reivindicassem seus direitos?

Essa última pergunta se faz pois o professor Roberto Correia já havia feito críticas à intendência utilizando-se do espaço do jornal na entrevista concedida ao *A Tarde* em 4 de fevereiro e em uma fala publicada também no mesmo jornal no dia 6 de fevereiro, referente à reunião que foi convidado a ter com o intendente para responder sobre os pontos que havia discutido na entrevista concedida ao jornal mencionado, que não havia agradado o administrador da cidade de Salvador.

Ontem, por intermédio do ilustre sr. professor diretor do Ensino Municipal, fui convidado pelo exme sr. intendente desta cidade do Salvador, a comparecer no seu gabinete. Compreendi, para logo, que s. ex. me houvesse chamado para que lhe desse esta ou aquela explicação, sobre este ou aquele ponto do inquérito, a que me submeteu o vosso inteligente e perspicuo repórter e que fora, sem emissão duma virgula, publicado nas colunas do vosso popularíssimo jornal. E me não enganei. Abordando s. ex. o palpitante assunto, que é a penúria lastimosa e lastimável do professorado primário deste município, assegurei-lhe em todas as forças d'alma que estarei solidário, em toda a linha com a classe a que me desvaneço de pertencer, que serei com ela em todos os seus movimentos de dignidade e de altivez, não tanto para prestigia-la, quanto para gozar do bem do seus prestígios; e que permanecerai ao seu lado, na hora angustiosa do seu martírio, sendo um homem de brio ou dela a me afastarei sendo o maior dos pusilânimes. (*A Tarde*, 6 fev. 1918).

Esse documento refere-se à fala do professor Roberto Correia, uma escrita de autoria não negra, e nos é relevante por inúmeros aspectos, mas aqui destacaremos dois. Um deles diz respeito ao reconhecimento do referido professor como membro de uma classe, demonstrando orgulho de a ela pertencer, defendendo-a e a ela sendo solidário, o que demonstra identidade docente. Isso ratifica que os professores primários, sejam mulheres, homens, negras, negros e não negros,

participavam ativamente dos movimentos e lutas pelos seus direitos profissionais, estavam organizados e elaborando, a partir da escrita, uma experiência intelectual de associativismo.

Um outro aspecto refere-se aos tratamentos diferenciados, mesmo se tratando das mesmas práticas e estratégias de disputa de narrativa frente ao poder público. Dois homens, dois professores, dois textos de autoria docente questionando e criticando a administração pública, um negro e um não negro, dois tratamentos diferenciados: um questionado e outro penalizado.

O professor Roberto Correia, que foi questionado sem ser penalizado, foi convocado pelo intendente em novembro de 1918 para presidir os exames das escolas urbanas do sexo masculino. Mesmo o teor de sua carta sendo semelhante à de Isauro Coelho, além de não ter sido suspenso, Roberto também continuou ocupando o cargo de delegado escolar (*Diário de Notícias*, 6 nov. 1918).

4.4 CENTRO DE DEFESA DO PROFESSORADO PRIMÁRIO BAHIANO, CRIADO DURANTE A GREVE DE 1918

O CDPPB foi proposto em assembleia da classe, no dia 17 de fevereiro, pelo professor Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade. Essa assembleia ocorreu após a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho e após alguns professores terem sido convocados para se retratar por criticar a administração municipal através da publicação de seus textos na imprensa, em um momento em que a administração pública e seus órgãos competentes, exceto o Conselho Municipal, não estavam propondo soluções que buscassem resolver a situação dos 29 meses de atraso dos vencimentos dos professores primários.

Na realidade, o intendente de Salvador, como uma forma de penalizar o professor, tentou modificar a sua entrada no magistério público mediante formação em curso superior, o que não foi permitido pelo Conselho Municipal, mesmo as Escolas Normais e as de ensino correlatas sendo, na época, as mais preparadas e estruturadas para o desenvolvimento da formação inicial do professor, que já se fazia com o rigor semelhante ao das instituições de ensino superior.

Quando da proposta da criação do CDPPB, cujo fragmento usamos para abrir esta seção-carta, o argumento do proponente era que “[...] só o espírito de associação será capaz de opor, daqui para o futuro, eficiente resistência, *sub lege*, contra os assombros desenfreados da prepotência, institui, com os melhores auspícios do momento, o Centro de Defesa do Professorado Municipal” (*A Tarde*, 18 fev. 1918).

De acordo como Vicentini e Lugli (2009, p. 107):

As justificativas para a criação de diferentes entidades representativas do magistério, quase sempre valeram-se da denúncia da falta de prestígio da categoria junto aos

outros setores da sociedade. O alijamento dos professores quanto às decisões relativas à estruturação do sistema de ensino, a baixa remuneração – incompatível com as exigências da profissão –, os atrasos frequentes no pagamento dos salários e a contratação de docentes a título precário colocavam esses profissionais numa situação de evidente insatisfação e deixavam-nos completamente evocados para mostrar a necessidade de se criar associações representativas da categoria.

E é justamente nesse contexto descrito pelos autores Vicentini e Lugli (2009) que o professorado propõe e aceita unanimemente a criação do centro, pois seus componentes julgavam ser necessário, daquele ponto para frente, que a classe à qual pertenciam estivesse amparada por uma instituição jurídica representativa do magistério primário da capital da Bahia.

O CDPPB foi criado no dia 2 de abril de 1918. Sua solenidade ocorreu no Grêmio Literário com a participação de uma parte significativa do professorado municipal. Quem apresentou as suas bases foi o professor Alberto Francisco de Assis, e estas foram unanimemente aprovadas pela assembleia. A composição da agremiação ficou da seguinte forma, como consta no Quadro 6:

Quadro 6 – Composição do Centro de Defesa do Professorado Primário Bahiano

Organização	Cargo	Nome	Racialidade
Presidência	Presidente de honra	Francellino do Espirito Santo Pereira de Andrade	Negro
	Presidente	Possidônio Dias Coelho	Negro
	1º vice-presidente	Sidônia G. de O. Alcântara	Não identificada
	2º vice-presidente	Maria Ataíde de C. Bahiense	Não identificada
	1º secretário	Apolônio José do E. Santo	Não identificada
	2º secretário	Antônio S. F. de Azevedo	Não identificada
	Orador	Alberto Francisco de Assis	Negro
Direção	Diretor-presidente	Cincinato Pereira Franca	Negro
	Vice-diretor	Jacyntho T. de Brito Caraúna	Negro
	1º secretário	Vicente Ferreira Café	Negro
	2º secretário	Severiano Gonçalves de Salles Filho	Negro
	Tesoureiro	Anna Moreira Bahiense	Negra
	Vogais	Emilia de O. Lobo Vianna Jesuína Beatriz de Oliveira Aureliana Paula da Cunha Antônio Peixoto Guedes José de Souza Gonçalves Gonçalo Álvaro de Oliveira	Negra Não identificada Não identificada Não identificado Não identificado Não identificado
Comissão	Comissão de assistência e defesa	Hugo Balthazar da Silveira ⁴³ Severo Pessoa da Silva Manoel Theotimo d'Almeida Francellino do Espirito Santo Pereira de Andrade Isauro Abdon da Silva Coelho Arão Alves Carneiro	Não identificado Não identificado Negro Negro Não identificado
	Comissão de redação	Roberto José Correia	Não negro

⁴³ Classificamos o professor Hugo Balthazar da Silveira como “não identificado” no que se refere à ascendência africana devido ao fato de termos encontrado uma única fotografia, cuja qualidade não nos possibilitou estabelecer essa definição. Mesmo havendo dúvidas, optamos por utilizar essa classificação.

	e publicações	Alberto Francisco de Assis	Negro
		Jacyntho Tolentino de Brito	Negro
		Caraúna	Negro
		Francellino do Espirito Santo	Não identificado
		Pereira de Andrade	Negro
		Severo Pessoa da Silva	Não identificado
	Manoel Theotimo d'Almeida	Negro	
	Hugo Balthazar da Silveira	Não identificado	
	Comissão de sindicância	Ângelo Paulo de Souza	Não identificado
Manuel de Alcântara Brito		Não identificado	
Edgar Pitangueira		Não identificado	
Antônio de Oliveira Dias		Não identificado	
Arão Alves Carneiro		Não identificado	
Comissão de contas	Presciliano José Leal	Negro	
	Jorge Estanislau da Cruz	Não identificado	
	Antenor Dantas Simões	Não identificado	
	Maria Flora Feitosa	Não identificado	
	Júlia Amália Bahia	Não identificado	

Fonte: elaborado pela autora com base em dados publicados no *Diário de Notícias* (3 abr. 1918).

O professor Severo Pessoa apresentou uma proposta, que foi aprovada, na qual sugeriu como um pleito de homenagem à pessoa que instituiu o CDPPB, o professor Francellino do Espirito Santo Pereira de Andrade, que lhe fosse conferido o título de presidente de honra do centro. De acordo com os relatos no jornal *A Tarde* de 3 de abril de 1918, essa proposta foi aclamada na sala das sessões no Grêmio Literário. O referido professor homenageado aceitou e demonstrou sua emoção e compromisso com a classe.

No mês de maio, o CDPPB já encontrava-se recebendo subscrições para ajudar o professor por conta dos atrasos dos seus vencimentos e pelo estado de calamidade em que se encontravam, muitos inclusive despejados e sem acesso a alimentos. Foi criado no município de São Paulo o Comitê de Socorro Paulista, que elegeu o professor João Carlos da Silva Borges, lente da Escola Normal de São Paulo, para sua presidência. A subscrição foi enviada junto a uma carta, que foi publicada na íntegra no jornal.

São Paulo, 14 de Maio de 1918

Ilustríssimo Professor Possidônio Dias Coelho e mais membro do professorada de S. Salvador.

Minhas saudações de conterrâneo – Sabedor do descaso da prefeitura da cidade do Salvador relativamente ao professor dado daí um baiano fechou do que muito me honra procurei prestar ao meu caríssimo estado o meu concurso é o primeiro serviço que presto a minha Bahia.

Envio, pois, a primeira remessa na importância de dois contos é trinta mil réis (RS. 2:130\$000). Conjuntamente com essa quantia vai angariada pelo senhor doutor da Fonseca junto envio alguns officios e cartas que vieram acompanhadas dos donativos seria bom que enviasse diretamente um cartão de agradecimento a cada diretor de grupo escolar.

Envio também o balancete que eu mandei publicar nos jornais daqui.

Com muita simpatia conterrâneo e amigo obrigadíssimo *João Carlos da Silva Borges*, lente da Escola Normal de S. Paulo

A correspondência dos diretores dos G. E. P. (*Diário de Notícias*, 23 maio 1918).

Outras cartas foram publicadas no jornal junto às subscrições enviadas por professores de diversos grupos escolares e da Escola Normal de São Paulo através do Comitê Paulista de Socorro, mas as discutiremos no próximo capítulo. Inserimos aqui a carta do professor João Carlos da Silva Borges pois ela demonstra o CDPPB em seu funcionamento, inclusive estabelecendo relações com professores de outros estados do Brasil. Encontramos ainda, na *Revista do Ensino* de setembro de 1924, na página 79, a publicação de um telegrama enviado do CDPPB para o líder do movimento dos médicos baianos residentes em São Paulo, assinado pelos diretores Alberto Francisco de Assis, Hugo Balthazar da Silveira, Victória Garrido, Emilia de Oliveira Lobo Vianna e Maria Olympia da Silva Rabello.

A composição do CDPPB foi reorganizada em 24 de outubro de 1918, em assembleia no Grêmio Literário, quando o professor Possidônio Dias Coelho deixou o cargo de presidente.⁴⁴

É possível perceber que o CDPPB teve seus cargos preenchidos pela quase totalidade dos professores que participaram da greve e compuseram a comissão representativa do professorado, sobretudo daqueles que fizeram parte da comissão central. Na diretoria, todos os membros são professores, os quais identificamos como sendo negros. Quando esse mesmo grupo, ou parte dele, criou a *Revista do Ensino*, que também discutiremos no próximo capítulo, esses professores compuseram a sua direção e redação.

As experiências de associativismo do professorado primário se estenderam por toda a década de 1910. Inclusive, mesmo não sendo o foco da nossa análise, encontramos vestígios inscritos em documentos desde o período imperial, bem como posteriormente, nos anos de 1920. Entretanto, pudemos perceber que, durante a greve de 1918, a luta pelo recebimento dos salários atrasados impulsionou e fortaleceu as formas de organização docente, bem como as diferentes formas de associar-se, a partir tanto de diferentes formas de atuação coletiva como de associações formais, ao instituírem o CDPPB. Esse dado, que fizemos questão de retomar por diversas vezes nesta seção-carta e de outras formas nas demais, é significativo para pensarmos a presença, influência e autoria negra na classe do professorado primário da capital da Bahia.

Essa discussão nos movimenta para a próxima seção-carta, sobretudo por demandar

⁴⁴ Composição do CDPPB, reformulada a partir de 24 de outubro de 1918: Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade, presidente de honra; Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, presidente; Maria Gertrudes de Sousa, vice-presidente; Vicente Ferreira Café, 1º secretário; Victória Garrido, 2ª secretária; Severiano Gonçalves de Salles Filho, tesoureiro; Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Sidônia Gonçalves de Oliveira Alcântara, Maria Athayde Cunha Baleeiro, Maria Olympia da Silva Rabello, Antônio Peixoto Guedes e Jorge Estanislau da Cruz, vogais; Alberto Francisco de Assis, orador; Hugo Balthazar da Silveira, arquivista; Manoel Brito, Aarão Carneiro, Manoel Theotimo d'Almeida, Dona Antônia Sá Barretto, Benedieta Meirelles e Aurélia Vianna, comissão de sindicância; Severo Pessoa, Roberto Correia, Edgar Pitangueira, Dona Amélia Barroso, Pergentina Porto e Amélia Bahia, comissão de redação; Isauro Coelho, Ângelo Paulo de Souza, Hugo Balthazar da Silveira, Dona Maria Carolina Dorea, Maria Juhana dos Passos Pereira e Amélia Roberto, comissão de assistência e defesa; Odilon Santos e Migdonio de Oliveira, advogados (*A Tarde*, 25 out. 1918).

compreensões a respeito da complexidade e heterogeneidade que conformam professoras e professores. E pensar esses últimos documentos, no caso dos dois professores em que um foi suspenso e o outro não, entre outras questões que ao longo desta tese viemos e continuaremos a discutir, é pensar nas relações atravessadas pela raça, entre outras categorias de análise que nos possibilitam compreender raízes sobre as desigualdades que se sobrepõem às questões de classe.

Assim como as tensões e consequências foram estabelecidas de formas diferentes para homens de diferentes racialidades, mesmo estando submetidos a práticas e condutas semelhantes, podemos perceber isso quando pensamos interseccionalidades entre raça e gênero. Os próprios professores, como homens do seu tempo, estendiam visões hierárquicas sobre suas colegas mulheres. Essas tensões internas entre os próprios professores serão discutidas na seção-carta 5, pois buscaremos confrontar solidariedades e tensões entre professores que partilhavam interesses profissionais comuns.

Concordamos com Collins e Bilge (2021) quando chamam atenção para a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica que nos possibilita entender não o que ela é, mas o que ela faz quando categorias de subordinação, como raça, gênero e classe, interseccionam-se considerando uma estrutura de poder.

A interseccionalidade, a partir de Collins e Bilge (2021), e outras teorias e autoras que vêm contribuindo para pensarmos relações entre raça, gênero e classe em seus processos de desigualdades, como Carneiro (2011), Bairros (1995), Gonzalez (1988), entre outras, nos são extremamente úteis.

4.5 A *REVISTA DO ENSINO*, FUNDADA EM 1924

A *Revista do Ensino* foi criada em 1924, e no seu expediente consta que era uma revista bimestral e de assuntos pedagógicos, registrada nos nomes dos professores Alberto Francisco de Assis, que na época era delegado escolar; Hugo Balthazar da Silveira, professor do município de Salvador (ambos eram diretores do Instituto Bahiano de Ensino); e Alvaro Franca Rocha, que era professor do Instituto Bahiano de Ensino, inspetor sanitário do Estado e médico da Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil. A redação da revista funcionava no Campo dos Martyres, nº 2.

A primeira publicação foi referente ao bimestre de abril e maio. Os diretores-fundadores explicitam, nas páginas 1 a 3 do volume 1, os motivos desse periódico:

AO COMEÇAR [...]

É de velha praxi em todos os jornais e revistas, por ocasião do seu aparecimento, um artigo, uma página, uma nota, algumas linhas, embora, explicando as razões do seu surgir.

Não se furta, portanto, ao que já se constituiu em uso, se não em lei dos costumes, a atual Revista do Ensino.

Aqui está pelos seus diretores para dizer por que veio e para que veio...

A necessidade de um periódico de assuntos pedagógicos onde sejam tratadas as matérias de ensino nos seus diversos graus justifica, plenamente, a primeira parte das nossas razões, máxime quando no começo da República o professorado baiano manteve com todas as probabilidades de vida uma revista educacionista.

Quem lhe revolver o arquivo, coberto de glória, ha de encontrar a colaboração, a critica, o artigo de combate, e os louvores a quem os mereceu, tudo escrito e feito por professores, alunos mestres, diplomados por nossa Escola Normal, fase de extraordinária conquista e de glórias para os mestres baianos, principalmente quando os dirigentes da instrução eram os nomes mais consagrados na política, nas e nas letras desta terra.

Por vezes o seu triunfo foi completo; e o professorado pôde haurir o perfume da flor que a consciência do seu dever cumprido desabrochava.

Qual o motivo, de agora, principalmente, não medrar um órgão dos professores baianos? [...] quando a classe está aumentada de maior número de lutadores, quando pode dispor, como naquele tempo, de grandes competências e das mais vivas energias de combatividade? [...]

Aqui está por que veio! [...]

Mas o momento não comporta discursos.

A Pedagogia deixou de ser especulativa e passou a ser prática.

Deixou de existir nos gabinetes, salvantes apenas aqueles onde a criança é estudada nas suas fases múltiplas e nas suas complicadas organizações.

A reforma que se opera na finalidade educativa chama o professor para a primeira linha, pedindo-lhe os conselhos do seu trabalho e da sua experiência. Não é a beleza da lei escrita que na prática a de dar os mais salutareos resultados.

Uma coisa e fazer a reforma [...] e outra é executa-la. Se por qualquer circunstância quem nela fez não conhece de perto a criança, sempre nova nos seus múltiplos aspectos, pode arranjar uma bela página de literatura na vida pedagógica e mais uma lei para a codificação das mesmas... E mais nada.

Para dizer o professor, tanto quanto possa, do que se passa no mundo do ensino, para chama-lo, mais do que nunca, quando as suas energias, e quiçá a sua competência, desconhecidas para muitos possam ser duvidadas, por analisar, discutir, criticar, estudar, aplaudir ou condenar tudo quanto de referência o ensino, estando na defesa ao lado do professor que a merecer...

Aqui está para veio! [...]

Antes entretanto, de que se nos escape o ponto final nesta apresentação, queremos que fique patente não ser a Revista do Ensino, órgão partidário, senão das boas doutrinas. As nossas colunas não darão, jamais guarida aos interesses da política enfezada, não se envolveram senão com aquilo que estiver ao lado do desenvolvimento da instrução e da educação do povo.

Quando, por qualquer circunstancias, os dirigentes, de ontem, hoje ou de amanhã forem criticados, na mais sã acepção do termo, não vai daí a dedução de que seja uma campanha pessoal, nem interesse reservado ou insatisfeito que nos ordena semelhante proceder.

Daí o não aplaudirmos, inconscientes, nem usarmos o apupo por despeito.

E aqui fica a Revista do Ensino, na espera de trabalhar pela instituição e na consciência plena de que o está fazendo pela grandeza da Bahia em benefício ao Brasil.

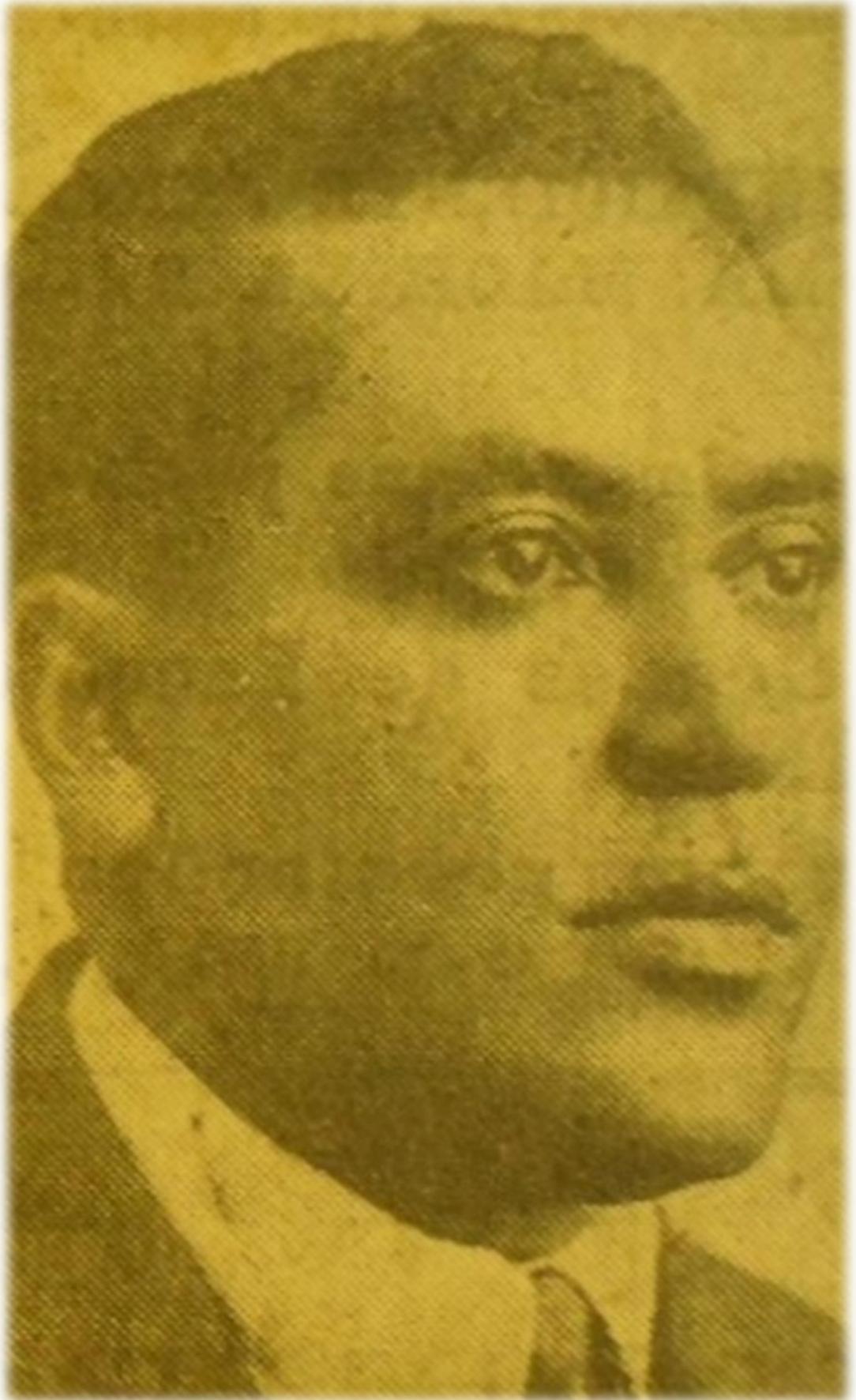
A Direção (*Revista do Ensino*, 1924, p. 1 a 3).

Esse texto foi de autoria dos diretores da revista. Entre os três diretores, dois participaram ativamente da greve, inclusive compondo a comissão central representativa do professorado: Alberto Francisco de Assis e Hugo Balthazar da Silveira, que também eram membros do CDPB. Na *Revista do Ensino* n. 2, inclusive, consta um texto desse centro, e entre

os nomes constam os destes professores. Nesse escrito, eles comunicam ao público leitor a proposta e o objetivo da *Revista do Ensino* e, entre suas narrativas, fazem menção e demonstram reconhecimento à *Revista do Ensino Primário*, publicada entre os anos de 1892 e 1893, logo no pós-abolição e na instalação da República.

Os criadores e diretores da revista deixam especificada a necessidade de uma revista pedagógica para tratar do ensino e registram reconhecimento de que são os professores os principais conhecedores da prática de ensinar suas relações com as crianças, diferenciando a prescrição legal do que de fato acontece quando do fazer o ensino propriamente dito. Defendem-se como classe profissional, zelando pelas práticas de sua profissão e ainda, entre vários outros temas transversalizados nesse texto, registram que se trata de espaço necessário ao professor para lutar pela educação e pela escola, órgão sem fins político-partidários que visa defender a instrução do povo e um espaço de autoria docente.

Seção-carla 5



Salvador, 1° de setembro de 2024

Ao professor Alberto Francisco de Assis

Estimado colega,

Estamos quase concluindo a redação nesta escrita, e vi estrelas cadentes descendo do céu amendoado, fiz pedidos encantados. Não sei se era assim em seus tempos, mas desde a infância aprendi que, quando uma estrela do céu se desprendia, era porque poderíamos fazer um pedido naquele dia, e certamente seria atendido pelo mundo invisível. Quando descem, parecem um reluzente e brilhante fogo de artifício. Na realidade, a ciência diz que são meteoros, corpos celestes que, quando entram na atmosfera terrestre, incendiam-se por causa do atrito com o ar, mas ambas as descrições têm beleza, é a vida acontecendo narrada de diferentes maneiras.

Acho que as estrelas apareceram para encerrar ciclos, pois foi muito difícil escrever esta seção neste relatório. Não estava conseguindo concluir, e com um tempo percebi que não queria me despedir, mas compreendi que a dificuldade era entender como poderia me despedir de mim mesma, pois esta prosa é nossa história de profissão docente, de pessoas que são como a gente. Homens e mulheres pretas, vozes de resistência negra que entenderam que nossa liberdade é uma sensibilidade de luta, cheia de encruzilhadas e curvas, muitas vezes difíceis de manobrar, mas sempre encontramos uma forma de contornar. Seguimos ainda hoje lutando com o poder público, mas seguimos nos organizando como funcionárias públicas, e isso tem a ver com o que há mais de um século vocês fizeram. Deixaram-nos um legado, e entre as conquistas ficou a defesa da educação pública.

Percebi que vocês, ao usarem a escrita para forjar as lutas dos seus dias, usavam de maneira frequente o cumprimento “coirmãos pela fé”. Achei uma expressão íntima, cheia de cumplicidade e partilha. Então concluírei estas palavras me reportando a ti, dizendo-te: querido coirmão pela fé, não encontrei no dicionário sequer uma palavra que traduza a profundidade que encerra minha alma. Os escritos de vocês permitiram a reconstituição da história desta profissão, e saibam que, com gratidão, continuaremos as lutas nos diversos chãos em que seguimos a partir de práticas docentes, defendendo a educação.

Com estima, sua colega Ladjane Alves Sousa

5 EPÍSTOLA E O DESVELAR DA DESIGUALDADE: PROFESSORES NEGROS E UMA MAIORIA FEMININA NA GREVE DE 1918 E OS ATRAVESSAMENTOS INTERSECCIONAIS

A discussão desta seção-carta se centra na análise de cartas escritas por professoras e professores primários sobre alguns dos pontos mais expressivos que os levaram à greve docente do ano de 1918 na cidade de Salvador. O total das cartas redigidas individualmente de cuja existência tivemos notícias foi 58. Destas, 45 não foram encontradas, mas foram registradas em uma ata de reunião deliberativa do professorado que se refere às ações acerca da greve docente de 1918, inclusive indicando os nomes das professoras e professores autores. E foram encontradas outras 13, cujas narrativas sugerem que a decisão tomada para suas produções foi coletiva.

O conjunto das 58 cartas foi assinado individualmente por uma maioria de professoras do sexo feminino. Das cartas encontradas, 11 foram publicadas no jornal *A Tarde* entre os dias 6 e 14 de fevereiro de 1918. Duas outras foram redigidas justificando a não adesão ao movimento e explicitando os motivos, que foram as dos professores Severo Pessoa e Presciliano Leal, publicadas respectivamente nos dias 21 e 26 de fevereiro de 1918. Essas 13 cartas foram escritas por 11 professores do sexo masculino e por 2 docentes mulheres.⁴⁵

Encontraram-se ainda mais três cartas: uma carta de justificativa de ausência em assembleia docente (a da professora Aimée de Souza Trindade, publicada também no jornal *A Tarde* de 18 de fevereiro de 1918) e outras duas informando retorno às aulas por parte de dois docentes (a da professora Bellaniza Cabral Vieira de Campos, publicada em 10 de maio de 1918, e a do professor Possidônio Dias Coelho, publicada em 5 de junho de 1918, ambos escritos publicados pelo jornal *Diário de Notícias*).⁴⁶ Essas três cartas registradas aqui tratam sobre algum conteúdo da greve, mas se diferem das outras 13 (narram assuntos comuns entre elas). É importante registrar que as 16 cartas encontradas compõem a análise nesta seção-carta.

Das 45 cartas que não foram encontradas, 43 narrativas epistolares foram redigidas por professoras do sexo feminino,⁴⁷ de acordo com a lista de nomes na ata de reunião deliberativa do professorado publicada no jornal *A Tarde* em 19 de fevereiro de 1918. Ou seja, do total geral de cartas mencionadas, 45 foram redigidas por mulheres e 13 por professores homens. Isso nos leva a pensar alguns pontos, como: narrativas epistolares, a escrita pessoal, feminização do

⁴⁵ A carta do professor Roberto Correia trata de assuntos da greve docente, mas, quando publicada, no dia 6 de fevereiro, o professor Isauro Abdon da Silva Coelho ainda não havia sido suspenso ilegalmente pelo intendente.

⁴⁶ O professor Possidônio Dias Coelho é autor de 2 das 16 cartas encontradas.

⁴⁷ Foi registrada na ata de reunião deliberativa do professorado de 19 de fevereiro de 1918 a entrega de 45 cartas escritas por professores primários em apoio ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho devido à sua suspensão cometida ilegalmente pelo intendente João Propício Carneiro da Fontoura. Destas, 43 foram redigidas por docentes do sexo feminino e 2 por docentes do sexo masculino.

magistério, lutas e movimentos marcados por expressões do feminino e estratégias de luta forjadas na cultura feminina.

As cartas narram, sobretudo, a ilegalidade da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, a solidariedade das professoras e professores, inclusive solicitando suspensão das atividades docentes junto aos discentes por tempo igual ao que lhe foi injustamente imposto, o atraso dos pagamentos dos salários dos docentes, entre outros aspectos. Narram, ainda, os prejuízos que a falta de pagamento trouxe à classe profissional do magistério, inclusive demarcando quem foi privado de direitos básicos, como alimentação, moradia e medicamentos.

Sendo assim, o objetivo aqui traçado é identificar os professores que foram mais atingidos pelo aprofundamento das desigualdades ocasionado pelo atraso substancial dos vencimentos docentes e como as estratégias de luta por elas e eles utilizadas demarcaram contribuições para a profissão e profissionalização docente.

Antes de tratarmos das narrativas contidas nas cartas, dos seus temas, suas formas de escrever e os conteúdos sociais e históricos que desvelam, convidamos a pensar sobre a escrita epistolar. Por que as caracterizamos como escrita epistolar?

As cartas foram todas retiradas dos jornais. Das transcrições, foi possível identificar que foram publicadas na íntegra, o que permitiu tomá-las enquanto documentos independentes, e suas sequências seguem a composição que estrutura as cartas – destinatário, texto, remetente, data e assinatura. Quando das suas inserções nos periódicos, havia sempre acima um texto do editor da notícia as denominando como cartas, indicando quem escreveu, registrando informações sobre a autora ou o autor, demonstrando o prestígio social do professor ou identificando o gênero de quem escreveu (quando escritas por mulheres) e, em alguns casos, mencionando o quão volumosa foi a sua redação, como a carta da professora Emilia de Oliveira Lobo Vianna. As cartas declaram que era uma escrita em apoio ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho, como dito anteriormente, professor suspenso injustamente pelo intendente.

Embora tenhamos levado em consideração o anúncio do jornal estipulando que se tratava de cartas, o que nos levou a reconhecê-las como tais foi observar que esses escritos foram redigidos considerando os elementos que compõem a narrativa epistolar.

Haroche-Bouzinac (2016) considera que o classicismo simplifica as cinco partes das cartas categorizadas pela tradição medieval⁴⁸ e classifica em três etapas que constam na redação das cartas, que seriam: exórdio (tomar contato com o destinatário), narração (apresentar e

⁴⁸ De acordo com Haroche-Bouzinac (2016), a tradição medieval dos clérigos propõe a existência de cinco etapas na redação de uma carta, que seriam: *salutatio* (saudação), *benevolentiae captatio* (busca da benevolência), *narrativo* (narração), *petitio* (pedido ou objeto da mensagem) e *conclusio* (conclusão).

desenvolver o objeto da mensagem) e a conclusão (despedir-se). Mas a autora reconhece que as cartas são compostas, em uma menor medida, das mesmas partes que o discurso, que são o exórdio (circunstância de lugar, de pessoa, do fato ou motivo pelo qual se escreve), a confirmação (extraída dos lugares comuns próprios ao gênero demonstrativo, judiciário ou deliberativo) e o epílogo (desfecho, desenlace, retomada, recapitulação, destino). É a narração que define a qual categoria a carta pertence. As etapas e partes mencionadas por Haroche-Bouzinac (2016) são visualizadas nas narrativas epistolares dos docentes quando escreveram sobre a ilegalidade da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, sobre a solidariedade a ele e os atrasos dos vencimentos, informações já mencionadas.

Apoiadas em Haroche-Bouzinac (2016), tomamos a carta também como documento histórico que se configura como um testemunho individual e coletivo, quando analisado em série. Isso nos permite analisar as cartas separadamente, mas também em seu conjunto, considerando que encontramos, do levantamento documental, mais de um volume de diferentes autorias se dirigindo a um determinado destinatário e tratando em sua narração dos mesmos conteúdos centrais e outros periféricos. Reconhecemos nesta pesquisa que analisar a escrita pessoal e também dentro de um bloco é pertinente e necessário, e é o que nos propusemos a fazer quando da análise da narrativa.

É importante registrar que a carta é um gênero literário, e por essa característica pode conter dimensões reais e fictícias. Ela é íntima e pública, se situa entre o segredo e a sociabilidade e, ainda, é diretamente dependente dos fatores relacionados ao contexto histórico. Reconhecemos como tecnologia de comunicação, sendo a escrita essa própria tecnologia.

A carta transcrita a seguir refere-se a uma das 4 correspondências de conteúdos diversos sobre a greve. Diz:

Bahia, 18/02/1918.
 Illm. colega prof. Possidônio Dias Coelho.
 Minhas respeitosas saudações,
 Por incomodo de saude não pude comparecer à reunião que ontem efetuou o professorado desta capital. Solidaria, entretanto, com as deliberações tomadas pelos meus dignos colegas, envio-vos por estas linhas a minha coparticipação.
 Da att. Colega Aimée de Souza Trindade. (*A Tarde*, 18 fev. 1918).

Nessa carta, a professora Aimée de Souza Trindade dirige-se ao seu colega, o professor Possidônio Dias Coelho, mas neste momento ela reporta-se ao professor colega de profissão que era membro da comissão central representativa da greve e presidia as mesas nas assembleias deliberativas da greve docente para informar sobre os motivos da sua ausência na reunião do professorado municipal que ocorreu no Lyceu de Artes e Ofícios no dia 17 de fevereiro de 1918, como mencionado em seção anterior a esta. Finaliza colocando-se de acordo com as

deliberações tomadas e despede-se.

Sem o conhecimento do contexto no qual foi redigida a carta, embora as marcas textuais pudessem sugerir que se tratava de uma reunião do professorado da capital de Salvador, com deliberações tomadas, entre outros aspectos, dificilmente saberíamos que se tratava de uma assembleia referente a uma greve em execução.

São perceptíveis, nessa carta breve, as etapas que para Haroche-Bouzinac (2016) compõem uma narrativa epistolar: exórdio, confirmação e epílogo. Também se observa nas partes que a compõem mesmo considerando o classicismo, como o exórdio, a narração e a conclusão.

Nossa busca aqui não é classificar a estrutura da carta e reivindicar uma delas como a classificação mais adequada para a análise, mas reconhecer que a escrita docente inscrita nas cartas, uma escrita histórica, está composta da estrutura que conforma a narrativa epistolar independentemente das diferentes classificações e reatualizações dos conceitos. Dessa forma, podemos demonstrar por que as definimos como cartas e, sobretudo, entender o porquê da análise de uma escrita individual para compreender um movimento coletivo de uma classe de trabalhadores. Reconhecemos que a carta é uma escrita que se situa “‘na encruzilhada’ dos caminhos individuais e coletivos” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 25).

A carta consta da visão singular de cada autora ou autor, mas quando a compreendemos como um documento histórico, as narrativas docentes em suas palavras epistolares se constituem como o registro de um testemunho de um tempo, de um lugar e das práticas socioculturais de um dado tempo e espaço. Haroche-Bouzinac (2016, p. 25) afirma:

Como a carta é uma comunicação de indivíduo a indivíduo, seu autor é sempre o principal questionado; contudo, não se deve esquecer que, por trás dele, se desenha o conjunto de práticas em uso, de automatismos e códigos que depende estreitamente de fatores socioculturais e de normas enraizadas na história. Testemunho do indivíduo que escreve, testemunho do grupo ao qual pertence ou tenta se integrar, bem como representação contínua de uma ordem social, a carta se encontra ‘na encruzilhada’ dos caminhos individuais e coletivos.

Os docentes utilizavam a carta como “uma comunicação indivíduo a indivíduo”, ou seja, repetida e destinada ao representante municipal ao qual cada professora ou professor estava diretamente ligado. Entretanto, o uso de uma escrita privada, como são as cartas, objetivava tornar público o diálogo, o que indica a escrita epistolar como movimento e luta docente.

Muitas vezes escreve-se o que não se pode dizer diretamente, mas também o que se quer dizer, utilizando a escrita como um recurso, como uma estratégia de luta. Ao refletirmos sobre o passado à luz dos questionamentos de nossos tempos, percebemos aspectos coletivos que não se tinha intenção em si de comunicar. E são essas questões que buscaremos entender nesta

seção-carta: o que as professoras e professores quiseram comunicar e como essa comunicação pode desvelar sensibilidades, subjetividades e coletividades de uma classe profissional que se organizou se associando outrora. Iniciaremos analisando as petições.

5.1 A FALTA DE PAGAMENTO DAS GRATIFICAÇÕES DOS PRÉDIOS ESCOLARES ANTES DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

As cartas são os documentos centrais na análise desta seção-carta, mas encontramos outros documentos que também fazem parte do conjunto que compõe a escrita epistolar, como petição, ofício, abaixo-assinado, entre outros que analisaremos aqui, pois demonstram como, antes mesmo do início da greve, bem como após o seu encerramento, o professorado já vinha sofrendo com as condições de locação do prédio escolar.

Um exemplo muito interessante é um abaixo-assinado datado de 3 de julho de 1899, assinado por uma maioria de mulheres: 6 de um total de 8 assinaturas. Nesse documento, as professoras e professores expõem suas situações junto ao aluguel dos prédios escolares, indicam que a gratificação não atende à realidade e à demanda dos valores de alocação e indicam proposta de resolução.

Ill^{mos} Ex^{mos} Snrs Presidente e mais Membros do Conselho Municipal
 As [??] os abaixo assignamos
 Nós abaixo assignados, professores municipaes dos districtos de S. Pedro e Victoria semiro pedir-vos que, atendendo ao elerado paço a que tem chegado as casas deste município, principalmente nestes districtos, onde não encontramos casa em que commoda e hygienicamente possa funcionar uma escola senão pelo aluguel mensal de 150\$ a 200\$ e mais, como muitos de nós pagamos, o que podemos provar com os competentes recibos, nos digneis conceder-nos aumento de locação escolar, visto ficarem muito desfalcados os nossos vencimentos para fazermos face às despesas na época calamitosa que atravessamos. Confiados na justiça e alto critério de V. Exa. Pedimos-vos deferimento
 Bahia, 3 de julho de 1899
 Maria Domitilla de Amorim Dinis
 Bernardina Siqueira da Silva
 Amalia Pires da Costa
 Adelaide Francisca de Souza Rebello
 Anna Elvira de Mello Moraes
 Luperio Leopoldo da Costa Doria
 Marcellina Julia Faria da Costa Doria
 José Luis da Silva Lisbôa (3 jul. 1899, AHMS).⁴⁹

Esse abaixo-assinado demonstra como mulheres e homens estão assumindo a autoria de seus escritos, havendo a participação de professores de ambos os sexos nos movimentos e lutas pela valorização do salário e pelos direitos profissionais do magistério. Indica ainda que as mulheres eram ativas, usando-se da escrita como estratégia de posicionar-se frente à

⁴⁹ AHMS Sessão Republicana Instrução Pública.

administração pública, organizando-se e associando-se.

As professoras e os professores que assinaram o documento pediam deferimento quanto ao pleito, que se referia ao aumento do valor da locação escolar, pois indicavam que se encontrava defasado perante o valor dos aluguéis na localidade de São Pedro e Vitória, um dos bairros mais nobres à época. E concluem utilizando a palavra “justiça”, ao dizer que confiavam na “justiça e alto critério de V. Exa”.

Nesse abaixo-assinado, os nomes dos docentes não estavam organizados hierarquizando homens e mulheres, como as assinaturas datilografadas no jornal *A Tarde* ao transcrever as atas de reuniões deliberativas da greve de 1918, analisadas na seção-carta 1. Esse fato pode indicar que aquela maneira de dispor primeiro os nomes dos professores do sexo masculino e depois os nomes do sexo feminino, provavelmente, não era em si uma decisão do professorado, e sim a visão dos editores dos jornais, o que não deixa de traduzir a visão de uma sociedade em uma determinada época.

Os abaixo-assinados dialogam com as petições, as quais analisaremos logo à frente, pois essas escritas epistolares, quando assinadas coletiva e individualmente, visavam reivindicar gratificações justas para o pagamento das locações dos prédios escolares, conteúdo já sinalizado pelos docentes desde o ano de 1899, final do século XIX.

Encontramos 5 petições (pedidos por escrito) assinadas por professoras primárias, todas elas mulheres, que remetiam ao delegado escolar correspondente à circunscrição na qual se localizava a escola em que eram professoras regentes da cadeira. As professoras foram as senhoras Esther Ferreira Braga, Ignes Borges, Alice da Silva Aderne, Victoria Cardoso e Jovina de Castro Senna Moreira. Três das referidas professoras participaram ativamente da greve docente de 1918: Ignes, Victoria e Jovina.

Quadro 7 – Petições escritas por professoras sobre locação e despejo dos prédios escolares

Nome da professora	Assunto	Destinatário	Data
Esther Ferreira Braga	Escola despejada e falta de mobiliário escolar.	Delegado escolar da 4ª circunscrição	25 de agosto de 1919
Ignes Borges	Despejo por falta de 8 meses de pagamento ao proprietário. Nesse prédio funcionava a escola do sexo masculino de sua irmã, Isabel Borges.	Delegado escolar da 1ª circunscrição	8 de agosto de 1919
Alice da Silva Aderne	Escola ameaçada de despejo pelo proprietário por 10 meses de atraso do pagamento dos valores da locação pela intendência.	Delegado escolar da 2ª circunscrição	8 de outubro de 1920
Victoria Cardoso	Escola sendo ameaçada de despejo por falta de pagamento, a professora alega	Delegado escolar da 3ª	15 de março de 1915

	que está com o ordenado atrasado desde o dia 1º de junho de 1914.	circunscrição	
Jovina de Castro Senna Moreira	Ordem de despejo por falta de pagamento.	Delegado escolar da 2ª circunscrição	1916

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no AHMS, Fundo Intendência, Diretoria do Ensino Municipal.

O Quadro 7 indica que as petições foram produzidas antes (duas petições nos anos de 1915 e 1916) e depois (três petições nos anos de 1919 e 1920) do período da greve de 1918. Demonstram alguns dos problemas enfrentados pelo professorado alguns anos antes da greve, no caso das petições encontradas desde o ano de 1915, ano inclusive em que os professores já estavam privados do seu direito de receber seus rendimentos pelo exercício da profissão.

Isso não exclui a existência desses problemas antes da década de 1910, mas ratifica nossas compreensões sobre o fato de a greve de 1918 ter ocorrido devido a um acúmulo de precarização dos recursos para os serviços de educação, o que se aprofundou na década de 1910. Vale destacar que, quando coletivos profissionais fazem greve, isso ocorre devido à relação direta com as experiências de pobreza vivenciadas. Por isso, é importante nos perguntarmos: quem é que faz greve?

Sem simplificar a complexidade que envolve a pergunta, consideramos a possibilidade de afirmar: são as populações pobres; e se estendermos a mesma pergunta para “quem faz greve no Brasil?”, responderemos que é a população negra, pois a pobreza no Brasil não está desassociada da realidade e experiência racial (Carneiro, 2011), o que se estende para muitas populações racializadas (negros e indígenas) na América Latina.

As petições tratam do despejo do professorado do prédio escolar (duas ameaças de despejo, uma comunicação sobre uma ordem de despejo e duas sobre escolas já despejadas). As circunstâncias eram a falta de pagamento da locação do prédio escolar.

Das 5 petições encontradas, 1 era de autoria negra e 4 eram de autoria não identificada, sendo que 2 delas foram das professoras Emilia de Oliveira Lobo Vianna e Jovina de Castro Senna Moreira, que também foram autoras de cartas em apoio ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho e eram membros da comissão central representativa da greve em 1918.

Na petição da professora Victoria, consta:

Ilustre Senhor,
 Comunico a V. S^a. que a proprietária do prédio, onde funciona a Escola a meu cargo, exige o pagamento dos aluguéis já vencidos e não podendo volver este compromisso por não ter ainda recebido os meus ordenados desde 1^a de junho de 1914, peço a V. S^a. solicitar do Exmo. Senhor Intendente o pagamento dos vencimentos, a que tenho direito, para desembaraçar-me desta dívida, evitando despejo judicial.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S^a. os meus protestos de estima e consideração.

Exm^o. Senr^o. Prof. Delegado da 3^a Circunscrição.

Bahia, 15 de Março de 1915.

A professora,

Victoria Cardoso (15 mar. 1915, AHMS).

A petição relata a condição do atraso do pagamento do aluguel do prédio escolar e a possibilidade de a escola ser despejada. A professora pede que seus vencimentos sejam regularizados para que possa sanar a dívida junto ao proprietário do prédio no qual funciona o estabelecimento escolar.

As despesas com as locações dos prédios escolares se constituem como um problema para o funcionamento da instrução pública, bem como o atraso ou falta do ordenado do professorado. A petição da professora Victoria Cardoso indica que os problemas com o ordenado são também anteriores aos 29 meses de atrasos alegados pelo professorado no início da greve, em 29 de janeiro de 1918, uma vez que os professores teriam deixado de receber continuamente seus vencimentos desde setembro de 1915, e essa petição relata problemas desde março de 1915. A falta de pagamento dos vencimentos dos professores e dos aluguéis dos prédios escolares faz parte das diversas questões que compõem a precarização dos recursos para os serviços de educação.

A petição da professora Alice da Silva Aderne, encaminhada ao delegado escolar da 2^a circunscrição, o senhor Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, é outro exemplo que ratifica o teor constante nas petições encontradas, o atraso do pagamento da locação dos prédios escolares.

Escola Municipal da Bôa-Vista, distrito de Brotas, 8 de Outubro de 1920.

Ilustre Cidadão Prof. Delegado Escolar da 2^a circunscrição:

Tendo já comunicado a essa delegacia a situação premente em que me colocar a falta de pagamento dos aluguéis do prédio em que funciona a escola do sexo masculino da Bôa-Vista, sob minha direção, de novo solicito-vos que não se conforma com os pagamentos.

Nas condições em que tenho feito, coagindo-me a entregar-lhe as chaves ou pagar-lhe em dia. Na colisão em que me vejo, impossível é continuar com a responsabilidade do aluguel do prédio, porquanto muito a contra gosto meu, serei obrigada a interromper o funcionamento da referida escola, tanto mais quanto a lei n^o.117 de 24 de agosto de 1895 exime o professor dessa responsabilidade. Apresento-vos os meus protestos de elevada consideração.

Ilustre Cidadão Prof. Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna

Delegado Escolar da 2^a circunscrição.

A professora

Alice da Silva Aderne (8 out. 1920, AHMS).

Na petição consta registro de reconhecimento jurídico de que o pagamento dos aluguéis das escolas não era responsabilidade do professorado. A professora Alice da Silva Aderne cita

inclusive a Lei nº 117, de 24 de agosto de 1895, que versa sobre a organização do ensino.

O artigo 19, no § 2º, diz:

Enquanto, e onde não houver os prédios de que trata o presente artigo, ao Estado e aos municípios cumpre proporcionar desde já respectivas escolas, que estiverem mal situadas, casas convenientemente acomodadas às exigências do ensino, ficando entendido que em todo caso o aluguel das casas escolares correrá por conta do Estado, ou dos municípios (Bahia, 1895).

Considerando a lei mencionada pela professora Alice da Silva Aderne, uma lei estadual, já fica evidente que a responsabilidade pela locação dos prédios escolares era da administração pública, seja ela estadual ou municipal. Entretanto, o instrumento legal vigente mais próxima do final da década de 1910 que versa sobre esse assunto é o Decreto nº 281, de 5 de dezembro de 1904, que ratifica a informação e especifica a condução da burocracia das locações.

O Decreto nº 281, de 5 de dezembro de 1904, que regulamenta a Lei nº 579, de 3 de outubro de 1904, e altera a Lei nº 117, de 24 de agosto de 1895, lei esta que organiza o ensino público do estado, estabelece em seu artigo 20:

Aos delegados escolares residentes é confiada a função patriótica de velar imediatamente, em nome das autoridades superiores do ensino, pelo cumprimento das disposições deste regulamento; e, neste sentido, são seus rigorosos deveres: [...] o) contractar casas para as escolas com prévia autorização do Inspector Geral, attendendo às condições hygienicas e a necessidade de que, por sua collocação, sejam de facil accesso á população escolar (Bahia, 1904a).

De acordo com o artigo 20 do Decreto nº 281, a responsabilidade pelo trâmite burocrático no que se refere ao aluguel dos prédios seria dos delegados escolares, autorizados por inspetores das circunscrições nas quais se localizava carência de prédios escolares.

Nas tabelas de vencimentos na Lei nº 1.006, de 6 de setembro de 1913; no Decreto nº 1.354, de 20 de janeiro de 1914; na Lei nº 1.293, de 9 de novembro de 1918; e no Decreto nº 1.994, de 26 de maio de 1919, diz-se que “Terão direito à locação escolar, os professores das localidades em que não houver prédio do Estado” (Santana *et al.*, 2011b, p. 300).

A Lei Municipal nº 219, de 20 de abril de 1896, em seu artigo 49, diz que a municipalidade, enquanto não dispuser de edifícios escolares próprios, auxiliará no aluguel de tantos quantos sejam precisos para esse fim.

Em muitos casos, quando as professoras e os professores não ocupavam a cadeira em uma escola que tinha seu prédio próprio, as escolas funcionavam em prédios alugados nos quais elas, eles e suas famílias residiam.

A petição, embora seja um documento que foi assinado individualmente, configura-se

como um acúmulo de aprendizagem profissional, o que pressupõe pensar a associação indireta, diferindo-se assim dos abaixo-assinados, que configuram uma associação direta para defender seus direitos profissionais.

Considerando a conceituação de Sirinelli (2003) a respeito das noções de itinerário, geração e sociabilidade como chave de análise para pensar a intelectualidade em uma perspectiva histórica, é possível identificar no uso das petições e também nos abaixo-assinados, entre outros documentos, a noção de geração – estruturas que levam em conta o efeito das gerações em que o patrimônio dos mais velhos é elemento de referência explícita ou implícita para as gerações seguintes. O fato é perceptível pois os professores vinham, desde o período imperial (o que não exclui essa prática anteriormente), construindo e usando uma forma de comunicação profissional na qual a escrita se consolida como um dispositivo, como técnica de comunicação social já existente para forjar as práticas docentes em suas relações formais e disputas de narrativa, como com a administração pública.

É possível também percebermos a noção de itinerário (trajetórias cruzadas) considerando a produção de alguns documentos, sobretudo aqueles de autoria individual, como o caso das petições aqui analisadas.

Alves (2019), em seu artigo “Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação”, diz que os itinerários intelectuais que Sirinelli propõe possibilitam nitidez para a história política e que podem ser reconstituídos a partir tanto da caminhada individual quanto das trajetórias de grupos que, envolvidos em uma matriz comum, se cruzam, se encontram e partilham de opiniões, posições, leituras comuns, entre outros aspectos.

Na proposição de Sirinelli, os itinerários integram uma plataforma de reconstituição de trajetórias que se cruzam, incorporando elementos que ponham em relevo os encontros, as leituras, as posições institucionais, constituindo prosopografias. Nesta perspectiva, itinerários individuais devem ser confrontados, de modo que os passos dados pelo intelectual que se tem em vista analisem apareçam em paralelo com os de outros sujeitos que se fizeram presentes nos seus contextos de formação. (Alves, 2019, p. 34).

Além de os escritos terem uma mesma sequência metodológica quanto à forma de abordar aqueles a quem se dirigiam, à formalidade estabelecida junto à autoridade do delegado escolar, seu destinatário legal, e ao uso da norma padrão, são perceptíveis os seus reconhecimentos quanto a direitos profissionais, responsabilidades e obrigações legais do Estado e sobre como e em quais condições prediais, higiênicas e pedagógicas a escola e o ensino deveriam funcionar. As petições levantadas e analisadas são documentos de autoria individual, entretanto desvelam um mesmo itinerário intelectual.

Outro ponto, que já se relaciona com nossa formulação sobre trabalho de experiência

negra, é compreendermos: quem eram os profissionais que estavam passando por essa falta de condições mínimas de trabalho, que seria, entre outros aspectos, dispor do prédio no qual funcionaria a escola? Responder que eram os professores primários é parte da reconstituição dos atores envolvidos, entretanto é preciso pensarmos que eles são parte de uma classe profissional, na qual os seus trabalhadores, mulheres e homens intelectuais, formados por instituições reconhecidas para a formação do magistério, vinham engajados em movimentos e lutas disputadas por uma representação e liderança de pessoas negras.

Dessa forma, retomamos o que já anunciamos anteriormente, um trabalho que, mesmo que não seja formado por uma maioria de pessoas negras (o que não podemos afirmar nem negar para esse caso, até o momento), tem sua classe profissional vinculada às experiências racializadas. Os professores primários eram homens e mulheres, negros e não negros, que lutaram de maneira horizontalizada pelos seus direitos profissionais, mas suas práticas estavam vinculadas a uma experiência de movimentos e lutas construídas a partir de uma autoria negra em busca de justiça social em espaços profissionais. Ao mencionar esses aspectos, estamos nos referindo a uma estrutura social que vem se remodelando desde a matriz colonial através de opressões junto à população negra, visando a manutenção do poder hegemônico.

Pensando no processo civilizatório do Brasil e na atuação dos professores negros desde o período de transição entre Império e República como abolicionistas, defensores da pátria, da instrução pública e da classe profissional, os movimentos e lutas demarcam as práticas docentes como experiências de resistências e re-existências viabilizadas por uma intelectualidade que se constitui também via noção de geração.

5.2 AS CARTAS DAS PROFESSORAS E PROFESSORES EM SOLIDARIEDADE AO PROFESSOR ISAURO ABDON DA SILVA COELHO

As 14 narrativas epistolares de autoria docente comunicam alguns aspectos da greve. Analisá-las é pensar o uso da escrita como forma de comunicação e estratégia que as professoras e os professores primários utilizaram e vêm utilizando até hoje para garantir seus direitos trabalhistas e profissionais e a valorização do magistério. As professoras e os professores organizam-se, associam-se e, mais recentemente, sindicalizam-se na perspectiva da manutenção, exercício e ampliação do direito, experiências essas que compõem o escopo dos movimentos e lutas docentes, os quais entendemos como parte das suas práticas.

Quadro 8 – Lista dos nomes dos autores das cartas que falam sobre a greve docente de 1918

N.	Professora/professor	Data de publicação no jornal
1	Roberto Correia	6 de fevereiro de 1918
2	Vicente Ferreira Café	11 de fevereiro de 1918
3	Possidônio Dias Coelho	13 de fevereiro de 1918
4	Severiano Gonçalves de Salles Filho	13 de fevereiro de 1918
5	Dasio José de Souza	13 de fevereiro de 1918
6	Hugo Balthazar da Silveira	13 de fevereiro de 1918
7	Emília de Oliveira Lobo Vianna	14 de fevereiro de 1918
8	Jovina de Castro Senna Moreira	14 de fevereiro de 1918
9	Cincinato Ricardo Pereira Franca	14 de fevereiro de 1918
10	Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna	14 de fevereiro de 1918
11	Antônio Peixoto Guedes	14 de fevereiro de 1918
12	Aimée de Souza Trindade	18 de fevereiro de 1918
13	Severo Pessoa	21 de fevereiro de 1918
14	Presciliano José Leal	26 de fevereiro de 1918 ⁵⁰
15	Bellaniza Cabral Vieira de Campos	10 de maio de 1918
16	Possidônio Dias Coelho	5 de junho de 1918 ⁵¹

Fonte: elaborado pela autora com base em dados do *A Tarde* (fev. 1918).

Do conjunto das 16 cartas registradas no Quadro 8, 11 foram escritas com objetivos muito bem definidos: solidarizar-se com o professor Isauro Abdon da Silva Coelho, como mencionamos anteriormente, ilegal e injustamente suspenso pelo intendente, solicitando suspensão das atividades laborais deste, assim como ocorreu ao referido professor. Essas cartas abordam a situação do professorado mediante o não exercício do direito de receber salário, entre outros aspectos subjetivados nas redações. Das 11 primeiras cartas do quadro, 9 foram redigidas por professores homens e 2 por professoras mulheres.

Essas cartas foram publicadas durante o mês de fevereiro exclusivamente no jornal *A Tarde*. Outros jornais, como *Diário de Notícias*, *O Imparcial*, *Jornal de Notícias* e *A Hora*, que publicaram diversas notícias sobre a greve, não publicaram as cartas escritas pelas professoras e professores primários.

O Quadro 8 explicita que as cartas levantadas foram escritas e assinadas no mês de fevereiro de 1918, o qual se constitui como um período relevante para consolidar e afirmar a greve de professoras e professores primários na cidade de Salvador.

Das 16 cartas encontradas, 10 foram assinadas por professores que faziam parte tanto da comissão inicial da greve, ativa até o dia 14 de fevereiro, quanto da comissão central, ativa a partir do dia 15 de fevereiro, perdurando com algumas mudanças na configuração até a finalização da greve, na primeira semana de setembro de 1918.

⁵⁰ As cartas 13 e 14 do Quadro 8 são as duas que foram redigidas justificando a não adesão ao movimento de greve e explicitando os motivos.

⁵¹ As cartas 12, 15 e 16 do Quadro 8 são as que narram especificamente: uma justificativa de ausência em assembleia docente e as outras duas informando retorno às aulas por parte de dois docentes.

Destas 10 cartas produzidas por membros da comissão central da greve com conteúdo específico (solidariedade ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho), 6 foram de autoria negra, 2 não negras e as outras 2 não conseguimos identificar. Das demais cartas que versavam sobre outros assuntos ligados à greve, conseguimos identificar 2 como sendo de autoria negra, o que soma um total de 8 cartas de autoria negra.

Uma das cartas destacadas no Quadro 8, a da professora Aimée de Souza Trindade, já citada e analisada anteriormente, embora esteja se reportando a conteúdos referentes aos movimentos e lutas construídos em torno da greve, foi redigida tratando especificamente sobre sua ausência em uma reunião deliberativa sobre as organizações e decisões a respeito da greve e, ao mesmo tempo, declara estar de acordo com as decisões tomadas pelos colegas da classe profissional.

Outras duas cartas também destacadas no quadro citado são as dos professores Severo Pessoa e Presciliano José Leal. Esses professores utilizam a escrita para se posicionar sobre a adesão ao movimento grevista, mas ambos, por razões diferentes, expõem os motivos de não terem aderido anteriormente e de não acharem relevante a adesão, sendo narrativas promissoras para nossa discussão nesta tese, as quais debateremos mais à frente.

Sendo assim, das 16 cartas, 11 foram escritas a partir de narrativas que versam sobre três pontos mais recorrentes: a ilegalidade da suspensão do docente Isauro Abdon da Silva Coelho, a solidariedade das professoras e professores a ele e o atraso dos pagamentos dos salários dos docentes. Esses são os pontos que analisaremos, considerando a escrita individual e coletiva contrastando com as demais cartas e outros documentos que nesta seção-carta se façam necessários, como as petições encontradas no arquivo municipal, que compõem o conjunto de narrativas epistolares que versam sobre movimentos e lutas de professores.

Os membros da comissão central da greve foram autores de muitos documentos, tanto sobre a greve diretamente quanto sobre movimentos e lutas para a garantia de direitos dos docentes e discentes e do funcionamento da escola e da educação pública.

Embora não tenham sido encontradas outras cartas além destas, foi publicada a ata de 18 de fevereiro de 1918, da reunião do professorado que aconteceu com a participação de diversas classes de trabalhadores, que indicava que um requerimento solicitando a suspensão das atividades docentes junto aos discentes com a adesão de um conjunto de 45 professoras e professores em solidariedade ao colega de profissão, Isauro Abdon da Silva Coelho, foi entregue à presidência da mesa de reunião do professorado junto às correspondências individuais produzidas por esses mesmos professores.

Hipotetizamos que esse requerimento e as correspondências individuais foram

construídos motivados pela manifestação e publicação de cartas dos membros da comissão central em apoio aos professores da comissão da greve e de alguns outros professores que gozavam de certo prestígio social.

As cartas encontradas foram aquelas publicadas no jornal *A Tarde*, de modo que, caso não tivesse ocorrido a publicação nesse periódico, possivelmente também não teríamos tido acesso a esses escritos, que para nós se constituem como um conjunto de documentos de grande relevância, mas sobretudo não teríamos desenhado a tese da forma como esses textos permitiram.

5.2.1 O que dizem as cartas das professoras e dos professores sobre a greve de 1918 e quais outras narrativas as atravessam?

As cartas docentes publicadas no mês de fevereiro foram escritas com uma intenção bem definida: reconhecer a ilegalidade da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho pelo intendente João Propício Carneiro da Fontoura, nomeado pelo governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão (1916-1920, pelo PRD), e, ainda, manifestar ato de solidariedade e protesto ao professor citado.

Os docentes decidiram coletivamente, como forma de se solidarizar ao colega da classe profissional e de protestar frente à administração pública, emitir através das cartas solicitação da suspensão das atividades docentes junto aos discentes por igual período ao que foi arbitrariamente imputado ao referido professor. Tanto a prática que reporta a solidariedade quanto o protesto se configuram como estratégias para enfrentar e confrontar a administração municipal. Essa atitude coletiva possibilita pensarmos as diferentes práticas docentes favoráveis aos movimentos e lutas por direitos trabalhistas.

Outros conteúdos também foram narrados nas cartas, atravessando o conjunto dos escritos e, em alguns casos, partes deles, até mesmo assuntos abordados individualmente, como: solicitação de substituição na cadeira enquanto perdurar a suspensão solicitada em apoio a Isauro Abdon da Silva Coelho, menção ao atraso dos pagamentos dos salários dos professores, reconhecimento do pertencimento a uma classe profissional do magistério, trajetória profissional, fala direcionada às professoras do sexo feminino sobre a necessidade da continuidade do movimento grevista, o reconhecimento da relevância do jornal *A Tarde*, o jornal *A Tarde* como destinatário da carta em apoio a Isauro Coelho, a não adesão ao movimento de apoio e solidariedade a ele, convocação de sessão para discussão sobre a situação do atraso dos vencimentos do professorado e publicações de manifestos e outros escritos nos jornais sobre a situação da classe.

Esses são conteúdos presentes diretamente nas narrativas das professoras e dos professores, mas ainda outros conteúdos atravessam as narrativas de forma indireta, que são textos nos quais os docentes referem como estavam prejudicados pelo atraso dos seus vencimentos, alguns falando de si próprios, outros mencionando a situação dos colegas e indicando privação de direitos básicos, como alimentação, moradia e medicamentos.

A carta do professor Hugo Balthazar da Silveira, datada de 9 de fevereiro de 1918, ilustra os conteúdos principais sobre os quais versam as narrativas docentes que compõem as escritas epistolares, como: reconhecimento da ilegalidade da suspensão do professor Isauro Coelho, solicitação de suspensão das atividades docentes junto aos discentes por igual período e solicitação de substituição na cadeira enquanto perdurar a suspensão.

Bahia, 9 de fevereiro de 1918, *Hugo Balthazar da Silveira*.
Solidário com a classe, como me externei na 'A Tarde' de ontem, considerou-me passível da mesma pena que o intendente culminou ao professor de Passé, suspendendo-o por 15 dias, 'Jornal de Notícias' de hoje; assim, para que não seja prejudicado o ensino, peço que, com urgência, designeis quem me substitua na regência desta cadeira, declarando-me quando começou e quando termina tão justo castigo (*A Tarde*, 9 fev. 1918).

A carta do professor Hugo Balthazar da Silveira foi escrita no mesmo dia que o *Diário de Notícias* publicou a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho assinada pelo intendente, ou seja, um dia após o texto de Isauro ter sido publicado no jornal *A Tarde*. Ao que tudo indica, essa é a primeira carta escrita se manifestando de forma solidária a Isauro Coelho, pois é a que contém a data mais antiga que encontramos no levantamento documental que se reporta à situação do professor mencionado. O professor Isauro foi suspenso no dia 8 de fevereiro através de um ofício de autoria do intendente da cidade de Salvador, o já mencionado senhor João Propício Carneiro da Fontoura.

A carta do professor Hugo Balthazar da Silveira demonstra como a classe estava atenta, organizada e associada para a defesa dos seus direitos, pois se manifestar imediatamente após a suspensão sofrida pelo colega sugere, entre outros aspectos, que entenderam o caráter punitivo exercido sobre um colega, punição essa que buscava, a partir da suspensão do professor Isauro, exemplificar para os demais o que poderia lhes ocorrer. A classe docente compreendeu, sobretudo, que seus direitos, para além do salário, estavam em risco enquanto classe de trabalhadores do magistério.

Outro ponto extremamente relevante, mas que só conseguimos compreender contrastando documentos, é que o professor escolhido para servir como exemplo sobre o caráter punitivo exercido pelo intendente municipal foi um homem negro e que, embora tivesse

prestígio social junto aos seus colegas, não dispunha de recursos financeiros nem de sobrenome respaldado pela sociedade considerada elite da cidade. Esse aspecto já apontamos em uma discussão mais ampla na seção-carta 4, quando indicamos que um outro professor não negro, o senhor Roberto Correia, que também estava denunciando a intendência em seus escritos publicados no jornal *A Tarde*, foi convocado pela intendência para explicar e justificar os conteúdos dos seus textos sem sofrer suspensão. Os escritos de ambos os professores versam sobre a situação do professorado com a falta de pagamentos dos seus vencimentos, abordando responsabilidades da administração pública.

Considerando a listagem dos conteúdos presentes nos escritos epistolares, podemos perceber que as narrativas expõem o não exercício de direitos profissionais cerceados pela administração pública, mas, mais que isso, práticas do Poder Executivo forjadas de ilegalidade frente a direitos instituídos, as quais aprofundaram as desigualdades de uma classe profissional que vinha mudando o seu perfil com a feminização do magistério.

Expõem também o que aqui ousamos dizer: a racialização do magistério, aspecto que foi possível de ser percebido a partir da presença e atuação de professoras negras e professores negros junto à representação majoritária na comissão central deliberativa sobre as estratégias de luta de uma das primeiras greves de docentes do Brasil, havendo ainda participação de outros docentes negros, sobretudo junto às escolas que ofertavam ensino primário.

A docência na década de 1910 contava com um professorado formado por uma maioria de mulheres, uma presença significativa de docentes negros, o que sugere ampliação de professores negros, e ainda uma grande maioria de professoras e professores empobrecidos economicamente, o que nos exige pensar a interseccionalidade como ferramenta analítica (Collins; Bilge, 2021). Assim, analisamos essas narrativas a partir do reconhecimento de que se trata de escritas epistolares que desvelam aprofundamento de desigualdades considerando a interseccionalidade entre raça, classe, gênero etc.

As autoras que cunharam o termo “interseccionalidade” reconhecem que outras pesquisadoras, como as brasileiras Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, entre outras afro-latino-americanas, africanas etc., já tratavam das premissas que envolvem essa ferramenta analítica mesmo não as denominando a partir desse conceito. Collins e Bilge (2021) entendem que a interseccionalidade é uma forma de compreender e explicar a complexidade das experiências humanas, dizendo:

[...] as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

Onde o desrespeito ao sr. dr. Governador da cidade, que nos compele a estender a mão à caridade pública?

Se por covardia ou por adulação, mentisses à sociedade e aos nossos discípulos, procurando disseminar as nossas dores, revelarias a mais lamentável escassez de idoneidade moral de coragem e civismo para dizeres a gerações presentes e futura que as administrações a que servimos não cumprem os seus deveres, compelindo o mestre dos filhos do povo nobre e cativo da capital baiana a ser desbriado, faltará palavra e aos compromissos, sorrabará agiotas, chorar nas cavernas, ser ameaçado de despejo pelos proprietários, não ter com que cobrir a nudez e salvar os pés e a cabeça das intempéries.

Como pedirmos? Chorando?

Não, não devemos pedir aquilo que uma lei especial nos garante, e não há lei que faça mendigue.

Os funcionários apaniguados estão pagos de seus vencimentos; os infelizes desprotegidos permanecem cercados das brumas eternas do desespero, sem clareira de esperança porque o governador da cidade não sabe que o amor a Humanidade – é mais amplo que o amor à Pátria, não tem restrições, chama-se Caridade e a Caridade não tem pátria, é filha do Céu.

Implorando a Caridade do Céu, co-irmão pela sorte, declaro-me solidário contigo em tudo quanto possa enaltecer a classe a que pertencemos.

Vicente Ferreira Café, professor da segunda escola pública primária do distrito de S. Pedro. (*A Tarde*, 11 fev. 1918).

Vicente Ferreira Café, um homem negro que já tinha prática de escrever para periódicos, através dos seus escritos publicados no jornal *A Tarde* no dia 11 de fevereiro de 1918, explicita conteúdo ainda mais direto sobre a realidade e a situação da classe docente. Reconhece que seus direitos estão sendo negados. Quando se refere às experiências de agiotagem em que a classe docente se envolveu, expõe uma realidade vivenciada pelas professoras e professores primários em decorrência de uma greve que se iniciou com 29 meses de atraso dos seus vencimentos e finalizou com 36 meses, o que equivale a 3 anos sem recebimento dos proventos.

O professor Vicente Ferreira Café narra as condições de precariedade vivenciadas pelos docentes, que estavam privados do acesso digno a alimentos, vestuário, medicamentos e pagamento em dia com os aluguéis, direitos básicos.

A carta do professor e conselheiro senhor Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna ao jornal *A Tarde* em 13 de fevereiro de 1918 trata de pontos comuns mencionados pelo professor Vicente Ferreira Café, mesmo cada um deles preservando as marcas individuais da autoria.

Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna foi um importante membro da comissão representativa da greve, explicitando as arbitrariedades, o abuso do poder, a injustiça e o ataque a uma classe em seus direitos trabalhistas e profissionais do magistério.

Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna

O ato do intendente Propicio suspendendo o professor Isauro Coelho foi mais que violento: foi ilegal. O regulamento em vigor só admite aquela pena precedida de processo disciplinar o que não se efetuou no caso, dando, pois, á portaria do diretor da instrução Municipal o caráter nada simpático de uma draconiana [...]. A pena imposta aquele digno moço educador é uma ameaça feita á classe inteira, razão por que, assim pensando, resolvi tornar pública a minha solidariedade intransigente,

dirigindo ao delegado da 2ª circunscrição escolar um ofício em tempo e em regra. É deprimente a situação, quer moral quer material, do professorado primário deste Município.

A maioria dos meus colegas sofre. Eu sofro também, partilhando do seu infortúnio. Pode haver causa mais triste do que o fato acontecido com a professora Amélia Reis caída quase morta de cansaço e de fome na estrada da Pituba?

Como membro que sou do Conselho Superior do Ensino, terei a maior satisfação e o mais justo e sobranceiro orgulho em advogar, naquela corporação, a causa nobre e digna do professor Isauro Coelho.

Estive estou e estarei sempre ao lado dos meus colegas.

<Bahia cidade do Salvador, 13 de fevereiro de 1918. (A Tarde, 13 fev. 1918).

O professor Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, um homem negro, professor, membro do CSE, abastado, na greve fazia parte da comissão central e secretariava as mesas nas assembleias deliberativas dos docentes.

Logo no início de seus escritos, aborda a ilegalidade e a violência que perfaziam o ato do intendente municipal Propício da Fontoura ao suspender arbitrariamente o professor Isauro e reconhece essa situação como um ataque não apenas a um professor individualmente, mas também a toda a classe docente. Esse ponto se consolida com um dos que ordenam a continuidade da greve, pois, quando do seu término, em setembro, os principais pleitos alcançados foram a negociação do recebimento de um mês de vencimento com o governador do estado e a revogação do ofício de suspensão de Isauro Coelho, como já mencionado.

A situação de calamidade pela qual o professorado vinha passando com a falta de salário e de acesso a alimentos atenuada momentaneamente não foi resolvida, o que os levou à produção de um novo manifesto docente em 3 de fevereiro de 1919.

Em sua dissertação de mestrado, na qual traz reflexões relevantes sobre a greve docente de 1918, Silva (2017) já indicava que alguns professores tinham parentes que os ajudaram durante o período em que não recebiam vencimentos, mas aqueles que precisavam honrar suas despesas mensais com seus salários, em sua maioria, recorriam a agiotas. Silva (2017) ainda indica que as professoras foram as que mais precisaram contar com os serviços dos agiotas.

O Comitê Paulista de Socorro auxiliou o professorado com donativos financeiros arrecadados por várias escolas da cidade de São Paulo, mas essas experiências de solidariedade decorrentes de uma organização e prática de associação de professores foram iniciadas no final do mês de março de 1918, como consta, por exemplo, nos registros no jornal *Diário de Notícias* nos dias 27 de março e nos dias 15, 25 e 27 do mês de abril, quando já se atingia o marco de mais de 2 meses de greve e 30 meses sem os professores receberem seus salários.

Os professores também contaram com donativos da Liga dos Professores Municipais para defesa da classe do Rio de Janeiro. Eles tanto solicitaram como receberam apoio dessa liga, mas em um período em que a greve já havia sido suspensa, no final do mês de setembro

de 1918, como consta no jornal *Diário de Notícias* do dia 27 de setembro.

Em entrevista publicada no jornal *A Tarde* em 4 de fevereiro de 1918, como já mencionamos, na primeira pergunta de um conjunto de quatro indagações, quando questionado sobre o que pensava a respeito do manifesto publicado no dia 30 de janeiro no referido jornal, o professor Roberto Correia menciona que é uma demonstração justificável de revolta, indicando que estava sendo feita por aqueles que recebiam a “morte pela fome”, considerando-a a pior de todas, pois a vítima “sofre uma tortura de uma agonia demorada”. E ainda cita: “E os exemplos de dois professores mortos há pouco tempo, pela *moléstia* da fome, são aterrorizantes demais. E [...] quem vê a barba do vizinho arder põe a sua de molho...” (*A Tarde*, 4 fev. 1918).

Por um lado, respalda a necessidade do manifesto e da decisão tomada pelo professor explicitada nesse documento; por outro, ele indica diretamente que o professorado estava privado de acesso a alimentos e que, portanto, poderia vir a falecer, citando exemplo de colegas que morreram do que ele chamou de “moléstia da fome”. O professor Roberto Correia foi chamado ao gabinete do intendente para explicar suas colocações na entrevista, como mencionado anteriormente, e publicou uma carta no dia 6 de fevereiro para retomar o ponto questionado.

Trata-se da colocação que inserimos anteriormente, quando Roberto Correia menciona professores que morreram devido à privação alimentar. O professor retoma o discurso para afirmar que não acusa que os colegas falecidos foram vítimas da administração, mas menciona que, em decorrência da situação do professorado, os docentes comprometeram seus vencimentos, vendendo-os a juros para sobreviver, e o que recebiam dos agiotas era pouco para suprir as necessidades básicas. Ele diz:

Há, porém, um ponto no meu inquérito, em que digo: ‘E os exemplos de dois professores que morreram da *moléstia* da fome são aterrorizantes de mais’, e que, de feito carece da explicação a seguir: Quando afirmei que dois professores morreram da moléstia da fome não quis absolutamente dizer que eles foram vítimas da administração do exmo. sr. dr. João Propício da Fontoura, nem também quis dizer que os atestados de óbitos assinalavam a fome e o provarei desenrolando o caso de um deles. Vejamos: o meu saudoso amigo, cujo nome agasalhos nos refulhos d’alma e cujo perfil, de honesto servidor da Pátria, conservo na retina, em épocas não remotas e nem ao menos distantes, apossando por necessidades prementes e imperiosas era obrigado a vender os seus minguados ordenados com 60, 1° e 70, 1° de abatimento. Ora, com a diminuta e vergonhosa quantia que lhe ficava, não podia, claro está, manter-se a si próprio, e muito menos a numerosa família de que era chefe, carinhoso e desvelado! E assim, com a falta absoluta de recursos, começou a definhir. (*A Tarde*, 6 fev. 1918).

Seu relato, além dos pontos que citamos anteriormente, confirma as relações de agiotagem em que o professorado precisou se envolver para sobreviver à negação do direito que lhe era garantido por lei: o recebimento de seus proventos.

As cartas docentes, as outras narrativas epistolares e a contrastação com outros documentos diferentes das epístolas que verificamos até aqui nos possibilitam pensar como o professorado – enquanto funcionários públicos, regidos por uma legislação que lhes atribuía direitos e deveres profissionais do magistério dentro das organizações e das relações estabelecidas pelas instituições e em suas experiências culturais – tinha na figura do administrador municipal alguém que se colocava superior à esfera do Poder Legislativo, não na pessoa do intendente, mas na representação hierárquica.

Os direitos docentes que estavam sendo negados eram direitos legais instituídos e garantidos, o que pressupõe pensarmos disputas de narrativas entre a classe trabalhadora do magistério e a administração pública mediadas pelas relações de poder, ou até mesmo pela arbitrariedade imposta via burocratização. Como exemplo, a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho foi feita via ofício e, para revogar, precisava ser realizada via um novo ofício, ou seja, mesmo o intendente não respeitando o trâmite legal para se estabelecer a suspensão, o ofício assinado por ele não podia ser desconsiderado.

No dia 25 de fevereiro de 1918, foi publicada no jornal *A Tarde* uma notícia anunciada a partir da manchete “O DESCALABRO MUNICIPAL: Greve dos professores! Contas erradas! Moratória!”. Logo nos primeiros parágrafos consta:

Termina depois de amanhã o prazo da suspensão que a irritante vocação para o arbítrio do sr. intendente, impôs ao professor Isauro Coelho.

O conselho recomendou ao sr. intendente que a anulasse, recomendou, ou melhor diríamos, determinou e eles não atendeu.

A educação política do tenente comandante do município não lhe ajuda a compreender que aos administradores não é dado fazerem tudo quanto se lhes dê na cachola, que eles podem tudo, menos fora da lei.

O sr. Propício com está acapangado com a covardia do protesto do professorado flagelado pela fome e ludibria o Conselho, que, fazendo exceção às suas resoluções invariavelmente ordinárias, tomou a de mudar cassar a iniqua penalidade cominada ao funcionário municipal que ousou protestar por que não o matassem a fome.

Está inteiramente iludido o sr. intendente. A suspensão do professor Isauro Coelho não foi revogada, como o professorado não revogará a resolução de se manter na atitude em que vem perseverando com admirável coesão.

As escolas municipais continuarão fechadas.

Para enriquecer a fé de ofício do tenente intendente, registre-se que a Capital da Bahia com os seus trezentos mil habitantes, não tem aberta uma escola pública para a educação da infância desafortunada dos filhos do proletariado. (*A Tarde*, 25 fev. 1918).

Esse trecho ratifica as reflexões referentes às relações de poder impostas via representação do intendente. O senhor João Propício Carneiro da Fontoura desrespeitou a

legislação e seus protocolos, os trâmites burocráticos e a determinação do Conselho Municipal, mas sua decisão como intendente municipal foi assegurada na estrutura burocrática, mesmo burlando-a, já que um intendente na época era a autoridade máxima de um município.

Isso nos leva a pensar a posição política, a hierarquia do poder e as suas relações, bem como o lugar que administradores públicos e funcionários ocupam, o que nos exige ainda pensar quem são esses funcionários – no caso do professorado primário, uma maioria de mulheres, composta por uma população negra, inclusive à frente da luta pelos seus direitos, enfrentando o Estado enquanto organização política e sendo penalizada por ele.

O mesmo jornal noticia a decisão do Conselho Municipal, destacando o papel do conselheiro Campos França, que aponta a rejeição unânime das contas da intendência. Dos 1.000:000\$000 (mil contos) apresentados pelo intendente, o Conselho só aprovou os créditos na importância de 445:000\$000 (quatrocentos e quarenta e cinco contos) e ainda apontou a falta da anexação de documentos necessários e comprobatórios sobre vários pontos, incluindo a receita gerada pela oferta de transporte junto à linha de trem e o mesmo para a cessão de água.

Dessa forma, o Conselho Municipal, com o Projeto de Lei nº 43, que trata do *funding loan* (uma expressão em inglês que se refere a uma concessão de empréstimo novo com objetivo de unificar anteriores empréstimos em uma única dívida), estabeleceu que as bases da renovação do *funding* permaneceriam “[...] por três anos e, no primeiro ano, o pagamento será em títulos e no segundo e terceiro, um terço em dinheiro e dois terços em títulos” (*A Tarde*, 25 fev. 1918).

O Conselho Municipal, com esse projeto de lei e outros que veremos mais à frente, atuou na defesa da cidade, dos seus municípios e, nesse caso em especial, favorável aos direitos das professoras e professores da escola pública primária da cidade de Salvador no final da década de 1910.

É relevante retomar aqui, como dito na seção-carta 4, que o intendente contraiu um empréstimo no valor de 777:600\$000 (770 contos e 600 réis) para a compra de um motor diesel e gastava mensalmente 8 contos de réis para armazenar a peça, uma vez que não pôde utilizá-la devido à necessidade de tecnologia e profissionais para instalação, sendo que o montante geral para a resolução do caso do professorado era de 1.500 contos de réis quando do início da greve.

Parte dos professores primários – os quais não conseguimos na pesquisa quantificar – ligados à administração recebia salários, então estes não estavam “suspensos”, mesmo sendo expressiva a quantidade de docentes sem receber – no mínimo, os 80 professores que participavam da greve sem receber seus vencimentos há 29 meses. Os professores ainda tinham que ir até o prédio da intendência solicitar pagamento de um direito básico garantido a qualquer trabalhador, ou seja, mais uma vez o poder público negando direitos via burocratização.

O texto do professor Isauro Abdon da Silva Coelho que levou o intendente Propício da Fontoura a suspendê-lo por 15 dias confirma que os docentes se dirigiam até as dependências do prédio da Intendência para reivindicar seus salários. Aponta também que os que até lá iam tinham seus nomes anotados com a promessa de que o tesouro priorizaria o pagamento destes docentes, conduta esta que fere o princípio da isonomia, mesmo sabendo que nem quem lá estava garantia o recebimento de seus salários.

Registramos aqui na íntegra o texto do professor Isauro Coelho, pois reconhecemos que dois principais pontos de pauta reivindicatórios da greve das professoras e dos professores primários de 1918 são a falta de pagamento, que chegava neste período a 29 meses de atraso, e a atitude deliberadamente injusta do intendente contra Isauro Coelho, que impede o professor de exercer a liberdade de expressão sem punição arbitrária, sobretudo por essa atitude se traduzir como ilegal, confrontar e ameaçar a classe docente.

A reação contra a fome

O sr. Propicio sair? Para viver de quer?

O professor de Passé fala 'A Tarde' desassombadamente

Pelo que comando de uma bateria de obuses sob o fogo inimigo, foi, homem, a tarde do intendente Propicio da Fontoura.

Na véspera, mandaram o seu ajudante de ordens, papel e lápis na mão, percorrer as dependências do Tesouro, ordinariamente estupidas dos pobres professores, que aguarda pagamento e deles fazer uma relação que apresentaria ao tesoureiro para paga-los com preferência.

A fita fez a sensação.

Ontem, porém, houve reverso da medalha. Desde cedo, começou a romaria à porta do Tesouro!

– Veio ordem de pagamento?

Cem bocas repetiram a pergunta, invariavelmente respondida: Não.

Era a burla, a mistificação irritante, o escarnio feroz.

A meio dia houve debandar do exército da fome.

A tarde, voltaram os professores. O Tesouro era uma praça de guerra bombeiros por todos os cantos.

O mau quarto de hora do intendente

Não houve incidente de monta até perto de 15 horas, quando o tenente Propicio, desceu do Gabinete e se esgueirou as escondidas dentro do luxuoso automóvel, cujas despesas mensais de gasolina e <ebaffleur> excedeu de um conto de reis por mês.

Não pode viajar. Mas de 50 professores rodeavam-no e exigiam que descesse imediatamente do carro.

O tenente Propicio da Fontoura, empalideceu e balbuciou desculpas.

A insistência aumentou e ás professoras, tinham se juntado, outras caras ameaçadoras de fome.

O tenente cedeu visivelmente contrafeito e subiu firme os degraus do tesouro. Os bombeiros deram-lhe guarda, impedindo a passagem de um aluvião de curiosos que tinha avolumado nas cercanias.

O tenente embarafustou pela parte gradeada vedada ao público e ordenou que se pagasse imediatamente. O chefe da seção reclamou contra <aquela história> e não pagou. Os ânimos estavam excitadíssimos.

Nesse instante o coronel Arnaldo Silvano disse, confidencialmente a uma professora que o Intendente se exonerara.

Cinco minutos depois a notícia circulava e os professores resolveram aguardar a chegada do demissionário e agradecer o seu gesto (o único que seria aproveitável na sua carreira administrativa) com palmas e vivas a Republica.

Infelizmente, isso não aconteceu. O intendente conseguiu tomar o <laudanlet> e rodou para sua residência.
 De que há de viver, sem a intendência?
 O soldo não dá para nada...
 E hoje a imprensa oficioso informou que s.s. continua a merecer a máxima confiança do sr. Moniz.
 Como não? se está no programa, concorrendo para o desprestígio da Bahia, da sua primeira cidade, cujo professorado talvez tenha de abrir uma subscrição nacional para não morrer de fome?! (A *Tarde*, 8 maio 1918).

O texto do professor Isauro Coelho é explícito quanto à denúncia que faz contra o intendente, abordando pontos bem específicos sobre a realidade do professorado em seu aprofundamento da pobreza e desigualdade, sobre a restrição ao acesso a alimentos – quando remete por várias vezes à ideia de “fome” e “morrer de fome”, no sentido literal da palavra e da expressão, entre outros aspectos – e também sobre a má administração pública e os privilégios exercidos pelo intendente Propício da Fontoura, sobretudo a ilegalidade da sua atuação frente ao direito profissional.

A escrita demarca que os professores precisaram agir como alguém que precisa solicitar o salário: o professor Isauro refere-se à ideia de quem “implora” pelo direito de receber seus salários e a gratificação que custeava o local dos prédios escolares.

É preciso pensarmos essa relação de poder não apenas desenhando-a entre administração pública e professorado, mas também entendendo-a como uma forma de governo que domina uma classe formada por uma maioria de mulheres e de professores negros e cerceia seus direitos trabalhistas e profissionais do magistério. Deliberadamente, isso se impõe como a continuidade do projeto racista patriarcal cis-heteronormativo que conforma nossa sociedade desde o período colonial e se estende, com outras configurações, quando instaurada a República no Brasil.

As organizações e experiências de associativismos impostas pelo aprofundamento das desigualdades junto aos docentes mediante a interseccionalidade entre raça, gênero e classe possibilitaram surgimento de práticas de resistências e re-existências nas lutas trabalhistas no período pós-abolição.

O domínio do poder atravessa as experiências das pessoas nas organizações e em suas relações, e a interseccionalidade, como sugerem Collins e Bilge (2021), lança luz sobre essas experiências individuais e coletivas que muitas vezes nos passam de maneira despercebida.

Collins e Bilge (2021), ao propor a interseccionalidade como categoria analítica, classificam em quatro os domínios do poder que respaldam as práticas organizacionais, indicando que estes são distintos, embora interconectados: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal.

O domínio estrutural do poder diz respeito às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercado de trabalho, moradia, educação e saúde. O domínio cultural do poder enfatiza a importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder e exemplifica o modo como o poder das ideias, das representações e das imagens em um mercado global normaliza atitudes e expectativas culturais em relação às desigualdades sociais. As autoras consideram que esse poder ajuda a fabricar a ideia da igualdade de oportunidades entre indivíduos e grupos. O domínio disciplinar do poder, por sua vez, corresponde à aplicação justa e injusta de regra e regulamento, com base em categorias como raça, gênero, sexualidade, classe, idade, capacidade, nação e outras semelhantes, de modo que, em práticas disciplinares persistentes, indivíduos e grupos são disciplinados quando enquadrados e/ou desafiados. O domínio interpessoal do poder corresponde às formas como os indivíduos vivenciam a convergência dos poderes estrutural, cultural e disciplinar; esse poder molda identidades interseccionais de raça, gênero, sexualidade, classe, nação e idade, o que, por sua vez, organiza as interações sociais (Collins; Bilge, 2021).

Os domínios do poder que impregnam as experiências em suas organizações, instituições e nas relações entre as pessoas, entre outros aspectos, estavam explícitos nas narrativas docentes nas diversas formas.

Como exemplo, há o professor Cincinato Franca, um homem notável em suas contribuições como abolicionista, na sua carreira política, como defensor da educação pública e dos direitos dos operários, entre outros aspectos. Ian Cavalcante (2020), Antonieta Miguel (2021) e Robério Souza (2011) discorrem amplamente sobre a trajetória de Franca, os itinerários formativos e as contribuições à sociedade, questionando modelos vigentes à época. Em uma entrevista concedida ao jornal *A Tarde* em 6 de fevereiro de 1918, a nove dias do início da greve, Franca afirmou que não se estenderia sobre a participação feminina, sobretudo por ser a categoria docente formada majoritariamente por mulheres, que eram dominadas pela figura masculina:

Então, abrem-se as escolas?

Não há coesão na classe para ser sustentada a resolução.

A maioria dela é constituída pelo sexo feminino, a quem não faltam pais, irmãos, maridos e noivos para pautar-lhes as normas a seguir. Na maioria do professorado da Bahia não está infelizmente enraizado o necessário espírito de civismo que o eleva a tão altivo empreendimento como o explícito no manifesto (*A Tarde*, 6 fev. 1918).

Sua resposta frente à pergunta que questiona se as escolas voltaram a funcionar demonstra uma visão masculina sobre a experiência feminina: a demarcação de que as mulheres seriam regradas pelo poder exercido pelos homens e legitimadas estrutural, cultural e

disciplinarmente nas relações interpessoais, nas quais os homens hierarquicamente ocupariam uma posição que subjuga as mulheres.

É importante ressaltar que, ao trazermos essas questões narradas pelo professor Cincinato Franca, um homem que contribuiu inquestionavelmente para a educação na Bahia e para as justiça sociais de diferentes grupos de trabalhadores, apontamos aqui como a cultura masculina pensa, produz e dissemina suas ideias, valores, controle e condicionamentos sobre a cultura feminina, desvelando o pensamento de uma época, dos poderes e hierarquias a uma sociedade imposta.

Podemos pensar como a escrita que demarca uma posição masculina expõe um pensamento que se antecipa controlando narrativas femininas, mesmo quando elas não são correspondidas, pois a greve, que foi pautada por uma maioria de docentes mulheres, durou por mais de sete meses, pois se iniciou em 29 de fevereiro de 1918 e as escolas, em sua totalidade, só foram reabertas na primeira semana de setembro daquele ano.

É importante pensar trabalho sem invisibilizar as interseccionalidades que atravessam suas trabalhadoras e seus trabalhadores, pois as opressões racial, social, sexual e de classe são interligadas, e a síntese dessa relação cria, de certa forma e em uma dimensão ampla, as condições da vida (Collins; Bilge, 2021).

Em uma categoria formada por uma maioria de mulheres e que quando em greve contou com uma liderança que compunha a comissão central representativa da greve majoritariamente de docentes negras e negros, essas condições e conteúdos precisam ser explicitados, pois as resistências frente ao opressor – neste caso em especial, a administração pública – exigem luta contra um sistema de opressão.

Citar a greve reconhecendo somente a categoria “professor” invisibiliza as identidades, as desigualdades e seus aprofundamentos causados pela intersecção de categorias analíticas importantes, como raça, gênero, classe, entre outras.

As professoras não só participaram da greve como também atuaram e sistematizaram em textos escritos – a partir da comissão de recepção formada exclusivamente por docentes mulheres, seis professoras – as falas dos docentes em atas quando em assembleias, em reuniões. Suas assinaturas estavam presentes na quase totalidade dos textos assinados coletivamente e encontrados preservados em diferentes documentos. Sobretudo, constavam também, de forma bem expressiva, assinados individual e coletivamente, os nomes das professoras negras Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Jovina de Castro Senna Moreira e Anna Moreira Bahiense, que compuseram a comissão central representativa da greve docente de 1918.

Vejamos a carta da professora Jovina de Castro Senna Moreira assinada e datada em

12 de fevereiro de 1918 e publicada no jornal *A Tarde* em 14 do mesmo mês e ano.

<Exmo. Sr. redator dá <A Tarde>.

Meus respeitosos cumprimentos.

É com vivo interesse que venho acompanhando o movimento da classe a que com ufania pertença, emprestando o testemunho de minha incondicional solidariedade a tudo quanto possa enobrece-la e no brita-la.

Entretanto, só agora, depois da acintosa suspensão do meu distinto colega prof. Isauro Coelho, que tomou sobre os ombros a criminoso responsabilidade de dizer sós quatro ventos da publicidade, o estado de penúria e desprestígio que nos abate este grande movimento que, certamente, vitorioso, passará as páginas da história.

Vitorioso sim, porque, tratando-se de um adianta então, de um progresso do maior benefício da classe, não é preciso dizer que contamos com o seu apoio.

Falta a isto, equivale a renegar o bem desprezar a virtude congratular-se com o próprio tormento, com a revoltante miséria de que temos sido vítimas.

O ódio e a revolta já ultrapassaram as paredes da Intendência; o povo clama justiça, o professorado quer e deve impor uma reparação ao intendente que ofende os brios da classe, mantendo a suspensão arbitrária do prof. Isauro.

Estou, conforme officiei a quem de direito, solidaria com o meu distinto colega, toda a classe e dirijo-me as minhas distintas colegas para que não abandonem a ocasião que Deus nos proporcionou de libertarmo-nos da tirania que nos oprime.

A vossa att., resp., cr, e obrg. Jovina de Castro Senna Moreira, professora da escola do sexo feminino de Castro Neves. (*A Tarde*, 14 fev. 1918).

A carta ratifica conteúdos que atravessam o conjunto das correspondências docentes, como já mencionado, a exemplo do reconhecimento da ilegalidade da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho pelo intendente, do pertencimento a uma classe profissional, da solidariedade ao referido professor e do aprofundamento das condições de pobreza ao se referir à “revoltante miséria de que temos sido vítimas”. Informa ainda que encaminhou ofício (que se tratava do pedido de suspensão das atividades docentes junto aos discentes por igual período imposto ao professor Isauro) e relata o aprofundamento da pobreza devido à falta de pagamento. Nessa carta, consta uma narrativa que não esteve presente em nenhuma outra: uma narrativa feminina direcionada às mulheres.

No final do texto, Jovina diz: “dirijo-me as minhas distintas colegas para que não abandonem a ocasião que Deus nos proporcionou de libertarmo-nos da tirania que nos oprime”, referindo-se à continuidade da greve. Ela não diz “aos colegas professores”, ela escreve “minhas distintas colegas”. Essas passagens têm, de certa forma, um apelo junto às professoras mulheres. Essa professora, em seus textos, demonstra que era assídua na leitura das notícias publicadas nos jornais e provavelmente teve acesso à entrevista do professor Cincinato, mas, para além dessa hipótese, Jovina Moreira fazia parte da comissão central deliberativa da greve; logo, esse chamado ocupa duas posições: a de colega da classe docente e a de uma liderança.

Os membros dessa comissão se reuniam com muita frequência, sobretudo em fevereiro, primeiro mês de greve docente e um dos seus meses mais efervescentes: reuniões da comissão,

assembleias com o professorado, reuniões com advogados, com os conselheiros do Conselho Municipal, do CSE, com o diretor da Instrução Pública, entre outros atores sociais. O professor Cincinato Franca também participava, pois era membro relevante e de destaque, inclusive presidia as mesas das assembleias deliberativas de professores sobre a greve e acompanhava assiduamente as notícias nos periódicos.

Trazer essas informações possibilita entendermos que a professora Jovina de Castro Senna Moreira, ao fazer esse chamado junto às suas colegas professoras, acaba desvelando ter ciência dos conteúdos, das discussões, preocupações e opiniões que a comissão tinha e que circulavam sobre a permanência da greve, uma vez que foi um movimento que contou com uma liderança formada por uma maioria de homens negros, mas mantida por uma maioria de professoras mulheres e seu olhar para a cultura feminina da qual fazia parte. Além disso, demonstra que reconhece que o que possibilitava a continuidade da greve ou não era a adesão dessas docentes: caso declinassem, com o número de professores homens que aderiram ao movimento, não teria como sustentar a greve.

As professoras tinham consciência de suas localizações e responsabilidades na manutenção da greve. Elas compreendiam que a greve era sustentada por suas participações e atuações. Se relacionarmos essas informações referentes à presença e atuação de uma maioria de docentes do sexo feminino compondo a greve e uma maioria de negras liderando o movimento dos professores, as informações sobre a condição de pobreza que acometia a maioria dos docentes publicadas em diversos jornais e presentes nos escritos de professores tornam necessária a discussão a respeito dessa interação, considerando a interseccionalidade enquanto sensibilidade analítica, uma vez que se busca não só definir a interação entre diferentes eixos de subordinação, mas identificar as origens e as consequências dessa correlação (Collins; Bilge, 2021).

Collins e Bilge (2021) compreendem a interseccionalidade como uma possibilidade de pensar e repensar direitos das classes de trabalhadores. É uma ferramenta analítica que considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, entre outras, se inter-relacionam e se moldam mutuamente.

Sueli Carneiro (2011), em sua obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, aponta a necessidade de se pensar a relação entre os afro-brasileiros e seus governantes, ou seja, uma relação entre nação e Estado. A autora também questiona a naturalização da desigualdade de direitos e aponta que o racismo e a discriminação racial são tomados como variáveis independentes e explicativas das desigualdades.

Esta pergunta reiterada pelas autoras é muito alocada em nossa discussão, de maneira

que a especificamos pensando a experiência profissional: como criar identidade profissional nas relações interseccionais de poder? A interseccionalidade possibilita analisarmos como os domínios do poder operam sobre raça, gênero e classe, produzindo desigualdade e seus aprofundamentos sobre diferentes tipos de trabalho e trabalhadores. Responder à pergunta colocada aciona pensarmos o que aqui chamamos de trabalho de experiência negra.

Embora a discussão sobre a história da educação – sobretudo no que se refere à escola primária, à docência, aos movimentos e às lutas – demande a ampliação de estudos atravessados pela categoria de raça, na historiografia há trabalhos de referência que pautam o atravessamento desse tema ao estudarem seus respectivos objetos de investigação, como os dos autores Barros e Fonseca (2016), Santos (2020), Pitanga (2021), Souza, R. (2011) e Bezerra (2022), que problematizam a raça na sua análise.

Esses autores trazem contribuições à história da profissão docente no Brasil e demarcam na historiografia a presença de mulheres e homens, negras e negros ou, como alguns metodologicamente anunciam, não brancos.

Ao problematizar as atuações dos docentes negros considerando a categoria da raça em seus estudos, esses autores nos possibilitam pensar sobre as presenças e influências daqueles sujeitos enquanto integrantes da classe profissional do magistério, desde o final do período imperial às primeiras décadas do pós-abolição. Suas pesquisas demonstram, ainda, práticas docentes preocupadas com a instrução pública, com a profissão do professor e também com seus engajamentos em diversos movimentos e lutas em defesa de temas que compõem a educação, suas sociabilidades e experiências de organizações e associações docentes.

Embora a proposta de problematizar o objeto de pesquisa considerando a categoria raça não tenha nascido dessas leituras, elas são relevantes, pois nos permitem refletir sobre lacunas – que inclusive não serão esgotadas por nós, mas se configuram como possibilidades necessárias para refletir sobre a profissão docente usando outras lentes e chaves de leitura.

As presenças e atuações das professoras nas reuniões deliberativas e em todas as outras ações favoráveis à greve demonstram que seus saberes e fazeres eram acionados para além de toda a estrutura necessária para a efetividade das interações junto aos discentes, ou seja, formação, planejamento, organização de materiais e do espaço, o ensino em suas aulas propriamente ditas, entre outros fatores. Por isso, reconhecemos movimentos e lutas como partes do arcabouço que compõe as práticas docentes.

Organizando-se, associando-se, notamos a consciência de classe dessas mulheres na defesa dos seus direitos profissionais do magistério. Elas estavam lá protagonizando suas narrativas de luta desde outrora, exercendo na greve práticas docentes. Mas, ainda assim,

insistimos que é preciso questionar e refletir qualitativa e quantitativamente sobre seus posicionamentos. Nessas esferas de relação do domínio do poder, ficaram perceptíveis na greve experiências de disputas marcadas pela interseccionalidade entre raça, gênero, classe e outras categorias.

Tanto as narrativas dos professores diretamente prejudicados com os atrasos dos vencimentos quanto as dos que mencionaram os prejuízos acarretados aos seus colegas contribuíram com a ampliação efetiva de direitos profissionais, o que marca a importância da luta enquanto prática docente, não apenas como forma de representar aqueles que dependem dos seus salários para o gerenciamento de suas vidas e de suas famílias, mas também como reconhecimento de um direito profissional quando do exercício da profissão.

A carta do professor, delegado escolar e secretário da Diretoria do Ensino Municipal, o senhor Severo Pessoa, publicada no jornal *A Tarde* em 13 de fevereiro de 1918, é um exemplo de como os docentes viam os movimentos e lutas como uma prática de uma classe para a defesa e garantia dos seus direitos.

Illmo. Sr. doutor. Saudações.

Soando ao meu ouvido haver no seio da classe à qual me desvaneço de pertencer um surdo rumor, motivado pela estranheza que lhe causara a minha atitude, ante o seu movimento reativamente aos fatos que se hão desenrolando desde o dia em que foi publicado o manifesto, em nome da mesma classe, sou forçado, saindo da atitude em que me coloquei, a vir a imprensa, pedindo ao ilustre amigo agasalho a estas linhas.

Delegado escolar, como os demais professores que exercem este cargo no município, tenho concentrado função diferente, por isso que se uns são os chefes do serviço externo ou da fiscalização escolar, eu o sou serviço administrativo da secretaria da Diretoria do Ensino Municipal, e, nessa função, refletindo, julguei não dever nem que competir tomar a frente do movimento dos dignos membros do magistério primário municipal.

Esse meu modo de pensar, porém, não importava na quebra da solidariedade que sempre mantive com a minha classe, nem na recusa do meu contingente a sua reação, na reivindicação da garantia dos seus direitos, porque eles também são os meus.

Publicado o manifesto do professorado, dadas foram diversas entrevistas (do que aliás me abstive, apesar de procurado) e delas resultou vir a imprensa o sr. professor diretor do Ensino.

Em abono da verdade, do que não receio contestação, declaro positiva e solenemente, não ter tido intervenção alguma nas opiniões emitidas verbalmente por escritas na imprensa pelo sr. diretor, ao mesmo tempo que não estive, não estou e não estarei acordado com elas, tal a convicção que nutre da certeza da causa que levou à sepultura pelo acabrunhamento, ante a penúria em que viviam, alguns dos meus ilustres colegas de saudosa memória, cujos nomes à bala vieram nas referidas entrevistas. (*A Tarde*, 13 fev. 1918).

O professor Severo já inicia a carta demonstrando reconhecimento de seu pertencimento à classe docente quando diretamente diz “no seio da classe à qual me desvaneço de pertencer”. “Desvaneço”, que significa “envaideço”, indica que o professor conceitua a classe com contentamento, satisfação elevada. Mas desvela também, entre vários aspectos discriminados,

dois em especial: por um lado, por estar ocupando e acumulando cargo na administração pública, se colocou “neutro”, o que o posiciona à direita, ou seja, próximo ao lugar de fala da administração pública, e mais distante do trabalhador, do docente, uma vez que reconhecemos que o *status* de neutralidade é também um lugar posicionado.

O neutro tende a se colocar, mesmo que não explícita e conscientemente, próximo à fala daqueles que se reverberam a partir das experiências dos que ocupam e exercem o poder hegemônico, e para esse caso se consolida como uma posição à direita, visto que na esquerda estão todas as pessoas, grupos, populações, povos e coletivos que não correspondem ao padrão imposto pelo Norte global e pelo projeto heteronormativo de sociedade, no qual estão sempre os homens brancos, cisgênero, héteros e abastados.

Por outro lado, entendendo o lugar que ocupa junto à sua classe e vislumbrando as falas que o atingem enquanto trabalhador do magistério, o professor Severo deixa explícita sua posição e localização enquanto membro do coletivo do professorado primário da cidade de Salvador, pois, mesmo ocupando cargo de confiança junto à Diretoria de Ensino, seus direitos trabalhistas correspondem à ocupação profissional à qual pertence, ou seja, professor primário público concursado.

Sua carta, que desvela tantas questões, inclusive a de uma classe profissional se movimentando e lutando por direitos trabalhistas, também ratifica o que mencionamos quando da leitura e análise de outras cartas: a relação de disputa de narrativa e a relação de poder entre a administração pública e o professorado primário, o que envolvia muitas vezes os membros da própria classe em uma posição diferente da sua própria localização social quando exerciam ocupação de cargos dentro da esfera do Poder Executivo.

O professor Severo Pessoa tem em sua escrita a demarcação da mudança de posição frente ao movimento docente. No início da greve, quando da publicação do manifesto, teve uma percepção e atuação diferentes daquelas que teve após passado praticamente um mês, o que ratifica que movimentos e lutas são desenvolvidos em transição.

Essas práticas docentes não são estáticas, o que possibilita que as posições mudem, se ampliem ou se restrinjam à medida que as experiências de trabalho demandem novos arranjos, o que é constante. Entretanto, são fixos, mesmo sendo ressignificados constantemente, os movimentos e lutas, entendendo-os como parte da composição da prática professoral para garantia, manutenção e ampliação de seus direitos profissionais do magistério – direitos que, como já mencionado, são ameaçados a partir do uso arbitrário do poder pela administração pública no pós-abolição.

Uma outra carta, que não foi de apoio diretamente ao professor Isaura, mas de apoio à

classe do professorado primário, é a do conselheiro municipal Campos França, especificamente compondo as comissões de Fazenda e Instrução, datada de 16 de fevereiro de 1918 e publicada no jornal *A Tarde* no dia 18 do mesmo mês e ano.

Am. e cola. prof. Possidônio Dias Coelho.

Meus respeitosos cumprimentos.

Tendo conversado com os meus amigos políticos, inclusive o governador, em todos encontrei a melhor vontade para uma solução digna da crise que atravessa o professorado municipal. Na minha qualidade de conselheiro do município, membro das comissões de Fazenda e Instrução e ainda muito diretamente ligado aos intendentess da classe, eu seria muito feliz se me fosse dado confabular amanhã, de dez ao meio dia, com o meu velho e distinto amigo, que de muito tempo me acostumei considerar um dos ornamentos do professorado. Devido aos meus conhaques, tomo a liberdade de indicar a nossa casa ao Corredor da Vitoria, n. 5, para aí realizar-se a conferencia que tanto desejo e pode, será, ousou dizer, do mais proveitoso alcance no momento atual.

Bahia, 16 de fevereiro de 1918.

José Alfredo de Campos França. (A Tarde, 18 fev. 1918).

A carta trata de um convite feito pelo senhor conselheiro Campos França ao intendente para a realização de uma conferência junto ao professorado. Usar essa citação para finalizar a análise das cartas nesta seção demonstra a voz de um lugar de mediador, buscando um consenso nas relações trabalhistas entre administração pública e classe docente, confirmando e reconhecendo a legitimidade dos movimentos e lutas docentes, o que reitera as relações de disputa de poder entre administração pública e classe trabalhadora do magistério.

As cartas analisadas nesta seção deram continuidade à ideia de estudar a greve a partir do ponto de vista das professoras e dos professores, uma vez que a nossa compreensão é de que a narrativa docente é o melhor testemunho para reconstituir a história do trabalho da profissão. A escrita epistolar foi uma prática social amplamente usada pelas professoras e pelos professores e possibilitou recompor uma narrativa de movimentos e lutas por direitos trabalhistas, com uma escrita constituída a partir do gesto epistolar, como menciona Haroche-Bouzinac (2016, p. 30):

Numa história cultural redefinida como lugar onde se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, pressionada entre segredo e sociabilidade, a carta, melhor que qualquer outra forma de expressão, associa o vínculo social e subjetividade. Cada grupo vive e formula o seu modo esse problemático equilíbrio entre mim e os outros. Reconhecer esses diversos modos de manejar a aptidão a corresponder é, sem dúvida, compreender melhor o que faz com que uma comunidade exista, cimentada pelo compartilhamento dos mesmos usos, das mesmas normas, dos mesmos sonhos [...].

Esses gestos epistolares desvelaram como as divisões sociais de classe, gênero e raça, profundamente interconectadas, considerando o domínio estrutural do poder, descortinaram a ideia de igualdade de condições (Collins; Bilge, 2021).

O professorado estava, enquanto classe, em uma situação de pobreza desenhada pela falta de recebimento dos seus vencimentos, e havia um aprofundamento da desigualdade se observarmos que eram os professores negros que estavam à frente da greve e narravam a situação de calamidade vivenciada pela classe, inclusive formada por uma maioria de mulheres.

Mesmo se estendendo até o mês de setembro de 1918, a greve foi acompanhada de outras deliberações dos docentes, como o retorno de alguns professores às atividades junto aos discentes com as aulas por parte de alguns professores, como a professora Bellaniza Cabral Vieira de Campos, da 2ª Escola de Conceição da Praia, que através de uma carta informou ao diretor do ensino e ao delegado escolar da 1ª circunscrição, em 10 de maio de 1918, que devido à falta de solução para o caso do professorado reassumiria as funções laborais do magistério. Outro exemplo é a carta encaminhada ao professor Hugo Balthazar da Silveira, na qual o professor Possidônio Dias Coelho – que até então fazia parte da comissão central da greve, era presidente do comitê que recebia os donativos do Comitê de Socorro Paulista e ajudava o professorado financeiramente – anunciou que recomeçaria as aulas a pedido e apelo dos jornais e das crianças, que se dirigiam até a sua residência pedindo pão. Havia ainda notícias nas quais professores indicavam que estavam à disposição para dar aulas particulares, como o anúncio da professora Josabeth Jezarahel de Berrimor, diplomada pelo Educandário dos Perdões, publicado no dia 20 de junho de 1918.⁵³

Outras notícias indicam que os professores municipais escreveram um outro manifesto direcionado à nação, especialmente aos baianos, pedindo-lhes auxílio, explicando as novas medidas tomadas para o rumo da greve, inclusive solicitando à imprensa a criação de um caixa para beneficiar as despesas do professorado, considerando a precariedade da situação econômica da classe, para angariar donativos junto às famílias, por meio de quermesses. Informam ainda que continuariam protestando contra o intendente e as irregularidades dos seus vencimentos (*Diário de Notícias*, 8 maio 1918).

No dia 18 de maio de 1918, em assembleia os professores emitiram uma declaração informando que dariam continuidade à greve devido ao fato de o problema da falta de pagamento dos vencimentos dos docentes ainda não ter sido resolvido.

Devido a um período extenso de falta de pagamento, os professores chegaram no final do primeiro semestre de 1918 desgastados. Muitos permaneceram firmes na adesão à greve, mas alguns foram dela se retirando devido ao apelo social das famílias, que reconheciam a

⁵³ Anúncios em jornais referentes a professoras e professores se colocando à disposição para dar aulas particulares compõem uma prática notada em momento anterior ao da greve. Os professores já faziam isso como uma forma de complementação salarial, mas durante o ano de 1918 identificamos um volume maior desse tipo de anúncio.

situação do professorado, mas também os prejuízos gerados junto às crianças, que estavam sem frequentar a escola.

Essas notícias sequenciadas demonstram vários conteúdos relevantes ocorridos durante o período da greve que os outros documentos até aqui ainda não haviam narrado. E, mesmo quando terminada a greve no mês de setembro, os professores se mantiveram em movimento e luta, e em 3 de fevereiro de 1919, no jornal *A Hora*, um ano após a publicação do manifesto que anunciou o início da greve em 29 de janeiro de 1918, foi publicado um manifesto de apoio à candidatura de Rui Barbosa a presidente da República no Brasil, reconhecendo a situação do país e da classe docente. Esse documento foi assinado pelas professoras e professores, na ordem que se segue, com os seguintes nomes: Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Alberto Francisco de Assis, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade, Isauro Abdon da Silva Coelho, Severo Pessoa da Silva, Vicente Ferreira Café, Antônio de Oliveira Dias, Antônio Peixoto Guedes, Francisca Amélia Bahia S. Araújo, Sidônia G. de Alcântara, Emilia de Oliveira Lobo Vianna e Jovina de Castro Senna Moreira.

Esse manifesto expressa um caráter político muito explícito, uma vez que, ao defender a candidatura de Rui Barbosa⁵⁴ a presidente da República, coloca-o como o único capaz de ser naquele contexto o salvador da pátria. Nesse mesmo dia, os docentes enviaram um telegrama para Rui Barbosa. Consideramos relevante destacar alguns aspectos do manifesto do professorado da capital da Bahia, que constam na citação que segue:

Com ele fizemos a jornada gloriosa de 15 de novembro de 89, com ele vencemos a indiferença de Haya para com as nações de pequenos exércitos, com ele, ainda ditamos aos do continente o papel que o momento de sangue nos impunha, na Conferência de Buenos Aires. (*A Hora*, 3 fev. 1919).

No manifesto, os professores destacam suas participações a partir da pessoa de Rui Barbosa na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1918, e, ainda, a participação na Conferência de Haia, na Holanda, em 1907; e na conferência de Buenos Aires, na Argentina, em 1916, no 1º Centenário da Independência da Argentina, no qual se destacou com um discurso “O dever dos neutros”.

⁵⁴ Rui Barbosa de Oliveira nasceu na cidade de Salvador, em 5 de novembro de 1849, e faleceu em 1º de março de 1923. Um intelectual de notoriedade em seu tempo, foi jurista, advogado, diplomata, escritor, filósofo, jornalista, tradutor, orador, político, deputado e senador. Foi coautor da Constituição na primeira República, defendeu o federalismo e o abolicionismo. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (1897). Participou como delegado do Brasil na II Conferência da Paz em Haia, na Holanda, em 1907, e contribuiu para que o Brasil participasse da Primeira Guerra Mundial. Foi candidato a presidente no Brasil. É considerado um ícone do pensamento republicanista, mas nos seus últimos anos de vida se colocou muitas vezes com discursos antirrepublicanos, entre outros aspectos. Ver mais em: https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400184936_ARQUIVO_Anpuh2014.pdf.

Quando os docentes pontuam essas participações de Rui Barbosa em um manifesto do professorado municipal da capital do estado da Bahia, de alguma forma nos convocam a pensar como acompanhavam as relações internacionais, mas, sobretudo, demonstram o reconhecimento de um novo momento que o Brasil, assim como a Argentina, vivia: a condição legal de independência.

Embora a greve tenha terminado no início de setembro de 1918, não significa dizer que os professores foram atualizados quanto à normalidade do pagamento dos seus salários. Ao contrário, em 1919, além do manifesto em apoio ao candidato Rui Barbosa e com a greve geral de Salvador, os professores continuaram em movimento e luta, de modo que documentos de autoria docente foram encontrados em arquivos públicos, publicados em jornais e, inclusive, na *Revista do Ensino*, fundada pelos professores da comissão central da greve de 1918, sobretudo aqueles que identificamos como negros, e também outros docentes.

É nesse contexto que retomamos o conceito de trabalho de experiência negra. É preciso contextualizarmos: em uma greve que teve adesão de, no mínimo, 80 docentes de uma classe formada por 223 professores (Santana *et al.*, 2013b), por que a liderança era de docentes negros? Por que as cartas apontam que houve aprofundamento de desigualdades junto a docentes negros?

As experiências de opressão no Brasil têm, desde o período colonial, a raça como uma categoria central. É imprescindível apontarmos também que nesse contexto esses professores eram pobres e dependiam dos seus salários para os seus próprios sustentos e o das suas famílias. Ressalta-se ainda que a feminização do magistério não foi um fator aleatório: as mulheres eram vistas como dotadas de uma maternidade favorável à prática de ensino, o que, ao mesmo tempo, endossa a ideia de que, como “mães” da pátria, o salário, os direitos trabalhistas e profissionais do magistério ocupavam um lugar menor nessa relação. Embora pensar essas questões e intersecções entre raça, gênero e classe na experiência laboral seja complexo, é extremamente necessário, pois essa foi uma realidade presente no pós-abolição no Brasil. Por esse motivo, reconhecemos no trabalho de experiência negra a interseccionalidade como alicerce.

É visível que o trabalho docente durante a década de 1910 (o que não exclui outros períodos, pois, ao contrário, reconhecemos uma continuidade desde a matriz colonial) foi atravessado pelas experiências de opressão e, ao mesmo tempo, pelas experiências de resistência, aspecto este relevante para a profissionalização do magistério e para o amadurecimento e a ampliação dos direitos legais desses profissionais.

A construção de movimentos e lutas contribuiu com a profissionalização do professorado primário, fato este que serviu para a categoria docente como um todo, e com o refinamento das prescrições legais para a classe do magistério. É uma experiência laboral

demarcada pelo atravessamento da categoria raça e suas interseccionalidades. Logo, citar esse aspecto exige reconhecer o conceito de trabalho de experiência negra como necessário para entendermos os movimentos e lutas docentes no pós-abolição.

Formular o conceito de trabalho de experiência negra exige tomar a interseccionalidade como ferramenta analítica, especialmente para entendermos o que as intersecções fazem quando as categorias interagem mediadas pelo domínio do poder, sobretudo refletindo como as contravenções são formadas quando a experiência de trabalho é marcada explicitamente pela categoria raça, como já afirmamos, uma vez que a greve foi liderada por uma maioria de professores negros, mesmo que não fossem numericamente a maioria.

Entre outros fatores, reconhecemos que a greve aconteceu especificamente porque os docentes negros lideraram a comissão central, mas não somente por isso, pois não se pode ignorar a complexidade que envolve o lugar tanto de ocupação quanto de atuação dessa liderança. Lideraram porque sua condição junto a uma realidade interseccionada com gênero (uma vez que a classe era expressamente e majoritariamente formada por mulheres) exigiu delas e deles enfrentamento de aprofundamento de desigualdade da classe e das disputas de narrativa com a administração pública.

Reconhecemos, como já dito anteriormente, que as experiências de organizar-se, associar-se e, mais recentemente, sindicalizar-se fazem parte da profissionalização, quando da busca da seguridade do direito trabalhista, aspectos que compõem o escopo dos movimentos e lutas, o que corresponde à própria prática docente.

Os movimentos e lutas dos docentes na década de 1910 podem ser reconstituídos a partir da narrativa docente, escrita produzida por sujeitos reais, mulheres, homens, negros ou não, pobres, funcionários públicos, intelectuais. A maior parte da documentação encontrada que compõe o que chamamos de narrativa docente foi de autoria negra, o que inegavelmente se inscreve e conforma a história da profissão docente no Brasil. E fizemos isso a partir do ponto de vista da professora, do professor.

Compreendemos que esse conceito nos possibilita analisar e reconhecer que a raça é um fator de aprofundamento da desigualdade na experiência laboral de uma classe profissional que se efetivou e efetiva no exercício da docência do magistério primário. Fizemos isso analisando diferentes fontes documentais (não oficiais, oficiais, extraídas de periódicos, de autoria docente, de jornalistas, de administradores públicos e outros membros da sociedade), contrastando-as, mas considerando a pesquisa a partir do ponto de vista da professora, do professor, pois os reconhecemos como o testemunho que melhor narra sobre si e sobre a sua própria profissão.

Seção-carla 6



Salvador, 28 de outubro de 2022

Ao professor Cincinato Ricardo Pereira Franca

Estimado colega,

Escrevo-te como quem saúda a ancestralidade que nos habita. Ela é sagrada, forte, profunda e contém as memórias das tantas trajetórias cruzadas que a docência já pôde vivenciar – provavelmente um número imensurável, pois nosso fazer é de sensibilidade não estática. O senhor já ouviu falar ou já leu algo sobre a filosofia Sankofa? Pergunto-lhe pois, na primeira vez que em meus ouvidos penetrou a canção contida na sonoridade dessa palavra, eu já tinha mais de 20 anos, nas andanças do movimento de mulheres pretas e homens pretos dos dias de hoje, que acontecem pois, mesmo que vocês nem tivessem tido a intenção, nos deixaram um legado. Essa é uma filosofia antiga, mas trago aqui para dizer-lhe que o senhor é um ancião Sankofa, aquele que é dotado de saberes profundos, o que reúne em um único giro memórias ancestrais, conhecimentos científicos, sensibilidades de luta e criatividade que nos ajudam hoje a esperar a caminhada em que continuamente seguimos. Esta carta final representa uma multidão de mulheres e homens, negras, negros e também aqueles que negros não são, mas que defenderam direitos trabalhistas e profissionais do magistério, que ainda hoje nos são caros. Sankofa é um ideograma africano, um desenho ou símbolo gráfico que, de alguma forma, contém uma ideia, uma filosofia. Sankofa é representado, entre outras formas, por um pássaro com a cabeça voltada para trás, o que nos leva a pensar a necessidade de retornar e buscar o que ficou para trás, e as narrativas docentes de vocês possibilitaram a reconstituição de um movimento de grande relevância para a história da profissão docente. Só mulheres e homens de sabedoria Sankofa são capazes de deixar registradas em textos escritos e visuais narrativas tão atuais. Termina esta última carta em lágrimas, pois vocês são a história que nos falta. Gratidão. Ope!

Com estima, sua colega Ladjane Alves Sousa

6 SABERES E DOCÊNCIA NEGRA: SAUDAÇÕES À ANCESTRALIDADE E AOS MOVIMENTOS E LUTAS REVERBERADOS DO TRABALHO DE EXPERIÊNCIA NEGRA

Chegamos nesta seção-carta nos perguntando: por que pesquisar as cartas docentes e as narrativas negras sobre greve, movimentos e lutas ocorridos há mais de um século? Reconhecemos que, ainda nos dias de hoje, as experiências laborais de autoria negra e de autoria de docentes do sexo feminino são marcadas por desigualdades, mesmo quando mergulhadas em outras problemáticas e dilemas, como em pleno século XXI, as pessoas negras ainda representem um percentual de aproximadamente 25%⁵⁵ do quadro de docentes efetivos no ensino superior, mesmo a população autodeclarada negra (preta e parda), conforme um percentual de 55%.⁵⁶

As professoras do sexo feminino na educação básica representam 79%⁵⁷, e a docência da primeira etapa da educação básica lidera o *ranking* das dez ocupações com menores salários no Brasil.⁵⁸

Esses exemplos demonstram que, na profissão docente, ainda há manutenções e retrocessos frente às justiça sociais. Somos, desde a transição Império-República, uma maioria feminina nas turmas de formação inicial nas escolas públicas, e seguimos sendo as profissionais com menores remunerações dentre os diferentes grupos docentes. Esses dados também sugerem resistência, entendendo-a como composta de práticas de mudanças, pois hoje já existe a presença de docentes negros no ensino superior, mesmo que em percentuais ainda pouco expressivos.

A produção do conhecimento até aqui sistematizada nos possibilita reconhecer as contribuições dos movimentos e das lutas dos docentes da cidade de Salvador para a pensar sobre direitos trabalhistas e profissionais do magistério e para a defesa da educação pública, favorecendo, assim, as justiça sociais. As bandeiras de lutas pautadas há mais de um século inspiram ainda hoje nossas experiências docentes, como o próprio sentido da defesa de direitos trabalhistas e profissionais do magistério, a defesa da educação pública, da escola pública, do concurso público, do funcionalismo público, entre outros aspectos.

As desigualdades e injustiças sociais junto à docência negra em suas experiências laborais e a partir da autoria negra são relevantes para pensar nas trajetórias cruzadas que

⁵⁵ Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2022).

⁵⁶ Dados do CENSO 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

⁵⁷ Dado divulgado pela UNDIME em 2023 baseado no Censo escolar de 2022 (UNDIME, 2023).

⁵⁸ Pesquisa divulgada no site do EDUCA_BRASIL baseada dos dados sispetamentizados por Janaína Feijó, economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

promoveram resistências e consolidaram justiças sociais.

E é desse lugar que emergiu esta pesquisa. Sou filha de uma professora aposentada, uma mulher negra que desde a infância reside em uma das maiores favelas de Salvador, conhecida como Baixa do Tubo, a senhora Dejanira Maria Alves, que lutou para se formar como professora, concluindo o curso de magistério em 1980, ano em que nasci. Sua formação foi concomitante ao exercício do trabalho doméstico, trajetória que possibilitou que ela rompesse com o ciclo permanente de diferentes gerações de sua família, exercendo a atividade doméstica remunerada, que na época não contava com amparo legal. Inclusive, essa atuação laboral – de forma controversa – foi uma das poucas alternativas de trabalho para as famílias negras.

Este trabalho parte também das minhas próprias experiências como professora desde o ano de 1997, quando dos meus 16 anos de idade, já atuando na educação básica, e dos questionamentos, reflexões e aprendizagens construídas nos itinerários junto a outras e outros colegas de profissão a partir das nossas experiências e autorias negras.

As trajetórias cruzadas de docentes que partilham de algumas categorias comuns, como sermos negras, mulheres, originárias de grupos populares e moradoras de territórios de contexto periféricos de favela, são atravessadas por continuidades de movimentos e lutas pela defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério e pela defesa da educação pública. Isso nos faz questionar: por que, na Bahia, a maioria das professoras da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental são mulheres, negras e empobrecidas? O que levou mulheres com histórias tão próximas a escolher cursar Pedagogia? O que seria de nós e de nossas famílias sem nossas remunerações mensais? Por que buscamos estabilidade a partir do concurso e serviço público? Por que, desde as primeiras experiências no magistério, lutamos por direitos e sua valorização, lutamos pela defesa da educação pública? Por que nos reivindicamos intelectuais?

E foram questões como essas que nos mobilizaram a encontrar, na historiografia, resposta a respeito do processo contínuo de movimentos e lutas praticados pelos docentes em seus itinerários. Inclusive, reconhecemos movimentos e lutas como práticas docentes, assim como outras práticas professorais, como ensinar, pesquisar, planejar, participar de formação, promover autoformação, sindicalizar-se, entre outros aspectos, essa que é uma prática docente histórica. Consideramos que a história é uma forma de olhar para o passado a partir de questões de pesquisa formuladas em nossos tempos.

Aqueles que participaram da comissão central representativa da greve docente de 1918 eram professoras e professores do ensino primário público, formados pela Escola Normal de Salvador e outras instituições de ensino correlatas. Esses sujeitos se reconheciam como republicanos e eram os responsáveis pela formação das crianças e também de outros públicos.

Muitos desses docentes tinham experiência laboral superior a 20 anos de exercício no magistério, e muitos ocupavam ou já haviam assumido cargos junto à administração pública e desde essa época já defendiam a educação pública.

A comissão central autora do referido movimento social era formada por 15 docentes (5 professoras do sexo feminino e 10 professores do sexo masculino). Essa comissão foi formada e forjada a partir das experiências marcadas por trajetórias cruzadas dessas mulheres e desses homens, que, a partir de suas narrativas docentes de autoria negra, se organizaram e se associaram para a defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério.

Os documentos que narraram de forma sistemática a greve como estratégia de luta e que nos permitiram reconstituir esse movimento a partir de seus escritos foram redigidos, sobretudo, por 11 docentes (9 negros, 1 não negro e 1 não identificado). Alguns desses autores estavam entre os docentes mais atuantes da comissão central representativa da greve, como as professoras Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Jovina de Castro Senna Moreira e Anna Moreira Bahiense e os professores Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Cincinato Ricardo Pereira Franca, Alberto Francisco de Assis, Vicente Ferreira Café, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Hugo Balthazar da Silveira e Roberto Correia.

Havia, ainda, outros três homens negros, que, embora não tenham feito parte da comissão central, foram atuantes nos movimentos e nas lutas da década de 1910: os professores Theotimo d'Almeida, Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade e Isauro Abdon da Silva Coelho. O último se tornou um ícone da greve docente de 1918 por ter sido suspenso ilegalmente pelo intendente municipal, e sua situação acabou compondo a pauta de reivindicação na greve. Sendo assim, estamos nos referindo a 12 docentes, 9 negros (3 professoras mulheres e 6 professores homens), 1 não negro e 1 não identificado.

O que nos subsidia a reconhecer as narrativas docentes como sendo de autoria negra tem relação com os textos terem sido escritos majoritariamente por docentes negros, um dado que por si só já é relevante, uma vez que, dos 19 tipos de documentos encontrados, 15 foram de autoria negra; e dos 61 textos escritos, 16 são de autoria não negra ou não identificada (4 de autoria não negra e 12 de autoria não identificada). Os escritos de autoria negra demonstram que foram esses sujeitos que construíram a greve docente em suas diferentes dimensões, ou seja, produzindo reuniões, assembleias, escrita de atas, convites, textos reivindicatórios, entrevistas, manifestos, telegramas, articulações com professores de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, buscando apoio do Conselho Municipal de Salvador e no CSE e construindo organizações e instituições legais para a defesa de seus direitos, além de se ampararem legalmente junto à assessoria de advogados e se respaldarem nas teorias

pedagógicas e nas prescrições legais vigentes à época.

As narrativas docentes selecionadas foram escolhidas considerando nossa intenção de estudar os documentos históricos a partir do ponto de vista do docente. Assim, não escolhemos os textos que foram produzidos por professoras e professores negros, escolhemos as narrativas produzidas por docentes e só depois, quando cruzamos os textos escritos com os textos visuais, identificamos que a autoria era majoritariamente negra.

O professorado construiu a greve devido ao aprofundamento da precarização dos recursos dos serviços de educação, ao aprofundamento da desigualdade (após ficarem 29 meses sem recebimento dos seus proventos quando do início da greve) e à falta de equidade no pagamento dos salários dos docentes, além da falta de subsídio financeiro para a locação dos prédios escolares pela administração pública. No decorrer da greve, reivindicaram também a revogação da suspensão ilegal do professor Isauro Abdon da Silva Coelho, realizada pelo intendente municipal.

Analisamos as narrativas docentes e reconstituímos a greve a partir do ponto de vista das professoras e dos professores contrastando esses documentos históricos com a escrita de outros atores e autores sociais, a exemplo dos escritos dos representantes da administração pública vigente à época.

A perspectiva da história da educação, embora já tenha produzido conhecimentos sobre diversos aspectos, ainda não atravessa trabalhos acadêmicos a respeito das diversas formas como os docentes vinham se organizando, se movimentando, lutando e se associando na defesa de direitos trabalhistas e profissionais do magistério e na defesa da educação de forma ampla desde a transição Império-República, a racialidade em suas relações com a coletividade etc.

Mesmo que haja, hoje, alguns estudos que discorram sobre articulações coletivas desses docentes e que até mesmo tenham reconstituído trajetórias de docentes negros, este trabalho aqui produzido se particulariza, pois analisou os itinerários docentes de autoria negra, ou seja, as trajetórias não em suas individualidades, o que já possibilita um belo estudo, mas as trajetórias cruzadas e as experiências de associativismos tendo a escrita como a própria organização dos movimentos e das lutas.

Pensar itinerário docente, que se trata tanto dos destinos individuais quanto das trajetórias cruzadas, mas oriundas de uma matriz comum, de uma origem comum, suscita pensar nesta e nas outras noções, como geração, sociabilidade e engajamento (Sirinelli, 2003), que congregam a dinâmica laboral docente e, em parte, nos certificam a intelectualidade que atravessa o trabalho de experiência negra dos docentes.

A análise das narrativas docentes nos confirma que as diferentes gerações vieram

construindo experiências desde o período imperial que se consolidaram nas experiências de gerações futuras, como a criação da *Revista do Ensino* de 1924, inspirada na criação da *Revista do Ensino Primário*, publicada entre os anos 1892 e 1893; e a criação de sociabilidades por parte dos docentes, quando se organizaram, se associaram em torno de uma sensibilidade ideológica e cultural, como, a exemplo, a criação do CDPPB. A construção da greve como uma das expressões das trajetórias cruzadas se configura como experiência laboral docente e, em todos os casos exemplificados, perpassada pela noção de engajamento, considerando-o como participações ativas, ou seja, o docente implicado política e socialmente nas demandas e pautas da sua profissão e sua área de atuação, a educação.

Isso confirma a professora, o professor, como funcionário público formado pela Escola Normal e outras instituições de ensino correlatas, mas também como expressão de intelectualidade, reconhecida a partir de um engajamento forjado no trabalho de experiência negra, ou seja, o alcance de experiências laborais que inseriram a docência na criação sofisticada de estratégias de combate às opressões fundadas, entre outros aspectos, pelo atravessamento da raça. Tal ponto nos leva a refletir sobre as especificações acerca da intelectualidade da docência cruzada com a intelectualidade da docência negra e com a intelectualidade da docência feminina, as quais são permeadas por subjetividades e singularidades na busca por justiças sociais que incidem sobre elas e eles diretamente. Essa questão explica por que foram os docentes negros que construíram, liderando-a, uma greve no ano de 1918 e por que mulheres, dentro de um contexto de opressão patriarcal, mantiveram esse movimento por 7 meses consecutivos – pois, se da greve tivessem se retirado, o grupo de professores homens dificilmente teria a mantido.

Esses aspectos aqui ponderados exigem reconhecer a professora, o professor, como intelectual e especificar que a docência negra e a docência feminina se forjam agregando outras subjetividades e sensibilidades a partir do *status* da intelectualidade, a exemplo de um engajamento que os atrela e os congrega a partir de sensibilidades a eles particularizadas.

O que buscamos aqui não seria classificar em três tipos a intelectualidade docente; estamos falando estritamente de intelectualidade docente, mas indicando a complexidade e heterogeneidade que esse conceito comporta, se entendermos a intelectualidade como experiência, inclusive como experiência de resistência, e não uma estrutura estática. A intenção neste estudo não é fazer acréscimo à conceituação de Sirinelli (2003) sobre intelectual em uma perspectiva histórica, mas problematizá-la.

Olhar por essa lente nos permitiu reconstituir uma greve considerando as demandas docentes que deram continuidade às lutas das populações negras por liberdade por intermédio da experiência laboral, por isso nos foi tão urgente formular o conceito de trabalho de

experiência negra.

Trabalho de experiência negra é um conceito que relaciona trabalho, experiência e racialidade, formulado das escavações epistemológicas. Essa definição é intimamente vinculada à ideia de interseccionalidade. Reconhecemos o trabalho de experiência negra como uma compreensão da dinâmica laboral quando a racialidade atravessa a vivência dos trabalhadores, suscitando opressões e resistências. Não se trata de uma construção dicotômica, mas uma construção complexa e heterogênea, que se firma nas disputas de narrativas e nas experiências de resistências, que, enquanto vivência constituída de reflexão, formula outras experiências. Estas, considerando os movimentos e lutas dos docentes, são favoráveis às justiças sociais. É importante destacar que o trabalho de experiência negra considera a experiência das pessoas em seus exercícios laborais.

O trabalho de experiência negra é atravessado por outras categorias de subordinação, como gênero e classe. Sendo assim, as formulações de Carneiro (2011), Collins e Bilge (2021) e Collins (2022) sobre desigualdade racial e interseccionalidade são de extrema relevância para entender práticas de opressões e resistências nas experiências laborais das populações negras, seja na docência ou em outra classe profissional, pois a interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica entendida no escopo das teorias sociais críticas, consolida-se como lente para a análise da ação social, o que nos é caro considerando que as teorias sociais críticas explicam e criticam as desigualdades sociais e criam possibilidades favoráveis às justiças sociais.

Os docentes, à medida que lutaram por direitos trabalhistas e profissionais do magistério, construíam outras experiências laborais, institucionalizadas ou não, durante o ano de 1918, como: a criação da comissão central da greve, do CDPPB, do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia e, junto aos docentes de outros municípios do estado de São Paulo, a criação do Comitê Paulista de Socorro, do Instituto Bahiano de Ensino; alguns anos depois da greve, a *Revista do Ensino*, em 1924, entre outras associações, organizações, ligas, agremiações etc., tanto para a defesa dos seus direitos como para a manutenção de espaços para a organização e associação docente visando à continuidade de seus movimentos em defesa da educação pública e dos direitos profissionais do magistério, ou seja, sempre na busca por justiças sociais.

Essa listagem de diferentes formas de organizações e criações de instituições burocráticas indica como as professoras e professores foram entendendo, a partir de suas experiências de trajetórias cruzadas, a relevância de estarem organizados e associados.

Confirmamos que as narrativas das professoras e dos professores da escola primária de Salvador na década de 1910, lideradas por uma maioria de professores negros tematizando seus

movimentos e suas lutas, demarcaram trajetórias cruzadas e experiências de associativismos docentes para a defesa dos direitos trabalhistas e profissionais do magistério. Um exemplo dessa dinâmica é o projeto de lei formulado pelo Conselho Municipal, que estipulou 30% da arrecadação municipal para pagamento do professorado, bem como o respeito à lei da equidade.

A greve de 1918, os movimentos e lutas na década de 1910 e as lutas por liberdade a partir do trabalho remunerado – construídas pelas populações negras no pós-abolição, como os docentes em suas autorias negras – possibilitam entendermos o aprofundamento da precarização dos serviços de educação e o aprofundamento das desigualdades considerando o longo período de uma classe empobrecida sem recebimentos dos seus salários e também devido à falta de equidade no pagamento dos docentes.

Considerando as narrativas docentes escritas e inscritas nas cartas em apoio ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho devido à sua suspensão ilegal pelo intendente municipal, à medida que contrastamos essas narrativas com outros documentos históricos, como os ofícios produzidos pela administração pública, ratifica-se que a raça foi um fator de aprofundamento da desigualdade na experiência laboral do professorado primário da cidade de Salvador na década de 1910. Reconhecemos que os eventos dessa década se desenvolveram como consequência de um processo de desigualdade no trabalho remunerado de autoria negra presente desde o período do Império e que esses aprofundamentos se deram junto a trabalhadores atravessados pela racialidade como uma nova forma de manutenção de opressões das experiências de trabalho salariado no pós-abolição.

A partir das fontes historiográficas, analisar as narrativas docentes de autoria negra nos deixou algumas reflexões e levantou outros questionamentos. O ciclo desta escrita se encerra, mas também deixa em aberto, convocando-nos (e a quem puder interessar) à continuidade deste estudo, para poder ampliar ainda mais as narrativas e reflexões sobre a atuação dos docentes negros e suas contribuições para a história da profissão docente e da educação. Consideramos que o estudo das narrativas do professorado primário de Salvador da década de 1910 se configura como uma escrita necessária para a formação de professoras e professores, seja ela inicial ou continuada, pois conta, a partir de outro prisma, sensibilidades de luta de autoria negra por justiça social, as quais alimentam, ainda hoje, sonhos de liberdade.

Ao tomarmos este estudo a partir do ponto de vista da docência e da autoria negra, problematizamos uma questão de pesquisa relacionada à história da profissão docente a partir daqueles que melhor poderiam narrar sobre si: as professoras e os professores.

Saudações, coirmãs, coirmãos pela fé!

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Profissionalização docente e identidade – a invenção de si. *Educação*, Porto Alegre, ano XXX, n. especial, p. 163-185, out. 2007.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Identidade e vida de educadores rio-grandenses: narrativas na primeira pessoa (... e em muitas outras)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALVES, Cláudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan./abr. 2019.
- ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la (org.). *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- ANJOS, Tiane Melo dos. *A Escola Normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- BAHIA. *Decreto n. 281, de 5 de dezembro de 1904*. Approva o Regulamento á lei n. 579 de 3 de outubro do corrente, que com o mesmo baixa. Bahia. Typ. Bahiana. 1904a.
- BAHIA. *Lei n. 117, de 24 de agosto de 1895*. Leis e resoluções do estado da Bahia do ano de 1893 sob NS. 31 a 51. Bahia. Typografia do Correio de Notícias, 1895.
- BAHIA. *Lei n. 579, de 3 de outubro de 1904*. Altera a lei n. 117 de 24 de agosto de 1895, que organiza o ensino público do Estado. Leis do Poder Legislativo e decretos do Poder Executivo do estado da Bahia do ano de 1913. Bahia. Typ. Bahiana. 1904b.
- BAHIA. *Lei n. 1006, de 6 de setembro 1913*. Reforma o ensino primário do estado. Leis do Poder Legislativo e decretos do Poder Executivo do estado da Bahia do ano de 1913. Bahia. Typ. bahiana. 1913. p. 130-141.
- BAHIA. Decreto n. 1354, de 20 de janeiro de 1914. Regulamenta a instrução pública primária, em execução à Lei n. 1006 de 6 de setembro de 1913. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 15 mar. 1914. p. 2587-2598.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BARROS, José d'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de; FONSECA, Marcus Vinicius. *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 97-126, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502015000300006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 3 set. 2019.

BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha. Retratos e registros de escolas de São João de Meriti (RJ): perfil populacional e trajetórias docentes (1920-1943). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 1-31, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/61278/751375154430>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BIAR, Liana de Andrade; ORTON, Naomi; BASTOS, Liliana Cabral. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em Discurso*, Tubarão, v. 21, n. 2, p. 231-251, maio/ago. 2021.

BRANDÃO, Verônica de Jesus. *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

BRASIL. Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federaes. *Coleção de Leis do Brasil*, 1889. p. 1, v. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1827.

BREA, Maria Elizabeth. Documentos privados no Arquivo Nacional: desafios para a pesquisa e o tratamento técnico do acervo. In: SEMANA NACIONAL DE ARQUIVOS, 7., 2023, [s. l.]. [Anais]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. 1 vídeo. Canal: @ArquivoNacionalBrasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CPWa6jiNbBA>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

CAVALCANTE, Ian Andrade. *Educando libertos, escravizados e operários: a trajetória do professor Cincinato Franca, Bahia 1860-1934*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social*

crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Ana Alice; CONCEIÇÃO, Héliida. As mulheres na “Revolta dos Resignados”: a greve dos professores municipais em 1918. In: SARDENBERG, Cecilia M. B.; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina M. Brandão de (org.). *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: Neim/UFBA, 2001. p. 119-132. (Coleção Bahianas, 6).

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 10 ago. 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EDUCA+BRASIL. *Quais são as profissões com os melhores salários do Brasil?* EDUCA+BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/quais-sao-as-profissoes-com-os-melhores-salarios-do-brasil>. Acesso em 28 ago.2024.

FERNANDES, Rogério. *O despertar do associativismo docente em Portugal (1813-1820)*. Lisboa: Instituto Irene Lisboa, 1989.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário de língua portuguesa*. Lisboa: Editora Cardos e Irmão, 1899.

GERDA, Lerner. *A criação do patriarcado: histórias da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

IBGE. Censo Demográfico 2022 Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: Resultados do universo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 28 ago.2024.

INEP. Censo da educação Superior 2021 divulgação dos resultados: O Plano Nacional de Educação e os desafios para expansão da educação superior no Brasil. Brasília: INEP, 2022. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf . Acesso em: 28 ago. 2024.

INEP. Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil. INEP, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil> . Acesso em: 28 ago.2024.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... ideais de civilização de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *O discurso da ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na corte imperial*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Educação e disciplina: proposta para a infância. Bahia (1924-1928)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. *In: LUZ, José Augusto Ramos; SILVA, José Carlos de Araújo (org.). História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2009a. v. 1, p. 233-269.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009b.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: possibilidades teórico-metodológicas para a análise de fotografias como fonte histórica. *In: SEMINÁRIO PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM DA PEDAGOGIA, 1995, Rio de Janeiro. Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFF, 1995.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 9, n. 36, p. 83-104, dez. 2009.

MIGUEL, Antonieta. *O professorado primário da Bahia: formação acadêmica, normatização legal e atuação política (1889-1930)*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

MIRANDA, Claudia. As epistemologias das redes de mulheres negras e dos movimentos pedagógicos na contramão: por outras cimarronajes nos territórios da diáspora afro-latina. *Geopauta*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 3, p. 99-115, 2020.

MIRANDA, Claudia. Clandestinización y re-existencia diaspórica: horizontes expedicionarios e insurgencia en afroamérica. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre *et al.* *Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 173-184.

MIRANDA, Claudia. Más allá de un cuento de hadas: resistencia y otros aprendizajes para la historiografía de la diáspora africana. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre; OCORÓ, Anny Loango (org.). *Afrodescendencias y contrahegemonías: desafiando al decenio*. Buenos Aires: CLACSO, 2019. p. 27-63.

MONTEIRO, Cândida Ribeiro dos Santos. Para uma história dos grupos escolares na Bahia: a trajetória do grupo escolar Rio Branco (1905/1929). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fgRZUUx_w09N6PaPcFZV4VcgCT47KFS/view. Acesso em: 30 out. 2024.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professores negros na primeira República. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. [Anais]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalhos_encomendados/GT21/GT21_Lucia_Muller.pdf. Acesso em: 25 fev. 2011.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33597>. Acesso em: 30 out. 2024.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história – 1500-2000*. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 1995.

NÓVOA, Antônio. Os professores e as histórias de sua vida. In: NÓVOA, Antônio (org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992. p. 11-30.

NÓVOA, Antônio (org.). *Profissão professor*. Tradução de Irene Lima Mendes, Regina Correia e Luísa Santos Gil. Porto: Porto Editora, 1999. p. 13-34.

PITANGA, Ismael Lage. *Ernesto Carneiro Ribeiro: a trajetória intelectual de um professor negro baiano (1839-1920)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura (org.). *Porque escrever é fazer história: revelações subversões superações*. Campinas: Gráfica FE, 2005.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REVISTA DO ENSINO. Salvador, n. 2, set. 1924.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTANA, Elizabete Conceição; COSTA, Natalli Soeiro. Progressos e retrocessos da escolarização obrigatória na escola primária do município de Salvador entre 1896 e 1927. In: SANTANA, Elizabete Conceição *et al.* (org.). *A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador (1896-1929)*. Salvador: Edufba, 2013. (Memória da Educação na Bahia, v. 3). p. 31-58.

SANTANA, Elizabete Conceição *et al.* (org.). *A construção da escola primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930*. Salvador: Edufba, 2011a. (Memória da Educação na Bahia, v. 1).

SANTANA, Elizabete Conceição *et al.* (org.). *A construção da escola primária na Bahia: leis de reforma e regulamento da instrução 1890-1930*. Salvador: Edufba, 2011b. (Memória da Educação na Bahia, v. 2).

SANTANA, Elizabete Conceição *et al.* (org.). A construção da escola primária da Bahia na Primeira República: relato de um projeto de levantamento e pesquisa e dos seus resultados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. *Anais [...]*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013a.

SANTANA, Elizabete Conceição *et al.* (org.). *A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador (1896-1929)*. Salvador: Edufba, 2013b. (Memória da Educação na Bahia, v. 3).

SANTANA, Elizabete Conceição; SOUSA, Ladjane Alves; BRANDÃO, Verônica de Jesus (org.). *Modos de fazer: cultura e cultura e memória da escolarização primária na Bahia*. Salvador: Edufba, 2020.

SANTOS, Sivaldo dos Reis. “O Nobre Educador” da Bahia: trabalho, cidadania e sociabilidades (1870-1922). *Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 10, n. 19, p. 92-110, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/11975>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SAVIANI, Demerval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Cardoso (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 30-39.

SILVA, Alexandra Lima da; CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. As gentes na história da educação: das margens dos rios às periferias urbanas. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 78, p. 2-10, jul./set. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/>

article/view/86379/50935. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, Fabiano Moreira da. *Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, Fabiano Moreira da. *Professorado municipal: trajetórias, experiências e solidariedade na greve de 1918*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 8., 2016, Feira de Santana. *Anais [...]*. Feira de Santana: [s. n.], 2016.

SILVA, Fabiano Moreira da. *Professoras do ensino primário de Salvador: queixas, pedidos e reivindicações (1912-1918)*. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 1, n. 1, p. 38-61, jan./jun. 2018.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O ensino primário na Bahia: 1889-1930*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. *Sentidos da profissão docente: estudo comparado acerca de sentidos da profissão do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SCHUEROFF, Dilce (org.). *Memória docente: histórias de professores catarinenses (1890-1950)*. Florianópolis: UDESC Editora, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUSA, Ladjane Alves. *Abrigo dos Filhos do Povo: a formação para os “filhos do povo” segundo as ideias e propostas de Raymundo Frexeiras (1918 a 1920)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/ladjane_alves_sousa.pdf. Acesso em: 30 out.2024.

SOUSA, Ladjane Alves. *Reflexões sobre a função social do uniforme escolar no interior da escola primária (Bahia, anos 20 do séc. XX)*. Salvador, 2009. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1obJVgMB7OD8xBbb_xcDyeT60YShcq8WH/view. Acesso em: 30 out. 2024.

SOUSA, Ladjane Alves. *Tratamento pedagógico da diferença no interior da escola primária na Bahia: o uniforme escolar e seus disfarces no período de 1919-1929*. 2008. Monografia (Graduação em Pedagogia com habilitação em Anos Iniciais) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1NNPHUTAM73GqbeXs9m_pqHBrSqwN8E03/view. Acesso em: 30 out. 2024.

SOUSA, Ladjane Alves; BRANDÃO, Verônica de Jesus. Quem era o aluno da escola pública primária na primeira república? Conjecturas sobre as marcas identitárias da clientela das escolas municipais de Salvador entre 1896 e 1925. In: SANTANA, Elizabete Conceição *et al.* (org.). *A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador (1896-1929)*. Salvador: Edufba, 2013. (Memória da Educação na Bahia, v. 3). p. 59-72.

SOUSA, Ladjane Alves; LIMA, Solyane Silveira. Docentes negros no pós-abolição: a greve e seus atravessamentos interseccionais na cidade de Salvador em 1918. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 78, p. 91-106, jul./set. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/83716/50941>. Acesso em: 30 out. 2024.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Territórios das escritas do eu: pensar a profissão – narrar a vida. *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 213-220, maio/ago. 2011.

SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna. Barreto (org.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006.

SOUZA, Robério Santos. *Tudo pelo trabalho livre!:* trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: Edufba; São Paulo: Fapesp, 2011.

SPANNENBERG, Ana. A história do jornal A Tarde: entre modernidade e conservadorismo. *Jornal Grande Bahia*, Feira de Santana, 2012. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/10/a-historia-do-jornal-a-tarde-entre-modernidade-e-conservadorismo-por-ana-spannenberg/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: Edufba, 2008.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICENTINI, Paula Perin. Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963). 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representação em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE A – Descrição dos documentos de análise

Manifesto do professorado público municipal da capital do estado da Bahia ao povo brasileiro	O manifesto foi publicado no dia 29 de janeiro de 1918, nos jornais vigentes da época, com a intenção de expor os motivos que levaram os professores primários municipais da capital a suspenderem o início das aulas naquele ano. De acordo com a legislação vigente, a Lei nº 1.006, de 6 de fevereiro de 1913, que reforma o ensino primário do estado da Bahia, em seu art. 34, o ano letivo deveria começar em 4 de fevereiro e terminar em 14 de novembro.
Manifesto de 1919	Manifesto do professorado em apoio a Campanha de Rui Barbosa à presidência do Brasil.
Telegrama do professorado da capital da Bahia encaminhado para o presidente da República, o senhor Wenceslau Braz	No telegrama publicado no jornal <i>A Tarde</i> em 31 de janeiro de 1918, os professores informam que estavam há quase 30 meses sem receber seus proventos e invocam a proteção do referido presidente.
Cartas de professores ao intendente municipal da cidade de Salvador	As cartas a fim de solicitar suspensão de 15 dias dos seus trabalhos laborais no exercício do magistério foram escritas e publicadas em diferentes datas no decorrer do mês de fevereiro. De acordo com a ata da reunião de 30 de janeiro de 1918, 80 professores que participaram da reunião concordaram em escrever a carta. Encontramos 11 desses escritos epistolares: 3 cartas de professoras e 8 de professores, sendo que, ao que tudo indica, 7 foram escritas por mulheres negras e homens e negros, 3 delas por homens não negros e 1 por uma mulher cujas características físicas não foi possível precisar. Em apenas uma das cartas encontradas, apesar de conter solidariedade à própria classe, o professor autor informa que não suspenderia as aulas em sua escola. Entre os documentos levantados, as narrativas epistolares ⁵⁹ apresentam uma escrita peculiar, mas não por exercer valor maior que os outros documentos (inclusive, nesta pesquisa, a proposta é contrastar as fontes que preservam diversidade de informações e conteúdos entre suas narrativas e nos informam sobre a profissão docente). Entretanto, as cartas permitem identificar que as professoras negras e professores negros foram os que mais tiveram consequências diretas sobre prejuízos em suas vidas públicas e privadas ao ficarem 29 meses sem o recebimento dos seus proventos, o que nos permite questionar se pode ter ocorrido aprofundamento das desigualdades no interior do coletivo de docentes.
Portaria de 9 de fevereiro de 1918	Assinada pelo intendente, o senhor tenente Propício da Fontoura, a portaria indica a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho por 15 dias da cadeira que ocupava na 1ª escola do sexo masculino do distrito de Passé.
Fotografias individuais e coletivas de professoras e professores	Fotografias publicadas nos jornais dentro da sala de reunião deliberativa no Lyceu Salesiano de Artes e Ofícios, fotografias na frente do prédio da Intendência Municipal e fotografias retiradas de perfis dos professores que publicaram suas cartas e notícias nos jornais.
Petição ao diretor-geral de ensino da Intendência Municipal de Salvador	Petição solicitando a regularização dos aluguéis dos prédios escolares a fim de evitar despejos. São 3 petições, assinadas pelas professoras: Victoria Cardoso, em 15 de março de 1915, endereçada ao delegado da 3ª circunscrição escolar; Esther Ferreira Braga, em 25 de agosto de 1919, endereçada ao delegado escolar da 4ª circunscrição; e Igenes Borges, em 8 de agosto 1919, endereçada ao delegado escolar da 1ª circunscrição.
Petição ao diretor-geral de ensino da Intendência Municipal de Salvador	Petição solicitando mobiliário e material escolar do ano de 1915.
Petição ao diretor-geral de ensino da Intendência	Petição solicitando o aumento da gratificação da locação de prédios escolares devido ao valor desta ser inferior à média do valor do aluguel. Essa petição foi

⁵⁹ Narrativas epistolares aqui entendidas, ente outros fatores, como narrações por meio de cartas (Reis; Lopes, 1988).

Municipal de Salvador solicitando o aumento da gratificação da locação de prédios escolares	coletiva e data de 3 de julho de 1899, e nela constam nomes de pessoas que em 1918 ainda eram professoras primárias municipais. Oito delas assinaram: Maria Domitilla de Amorim Dinis, Bernardina Siqueira da Silva, Amália Pires da Costa, Adelaide Francisco L. Ribeiro, Anna Elvina de Mello Moraes, Luperio Leopoldo da Costa Doria, Marcellina Julia Faria da Costa Doria e José da Silvia Lisbôa.
Relatório apresentado ao intendente municipal dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães	Relatório apresentado por Antônio Bahia da Silva Araújo, delegado da 1ª circunscrição escolar, em 31 de dezembro de 1898. Nele consta a listagem das escolas especificando os nomes dos professores e o quantitativo de estudantes. Muitos professores que tiveram seus nomes inseridos nessa listagem participaram da greve de 1918.
Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado	Relatório apresentado ao intendente dr. Antônio Pacheco Mendes, no dia 1º de janeiro de 1916, relativo ao exercício de 1915. Nele constam informações sobre a instrução pública da capital da Bahia.
Ato nº 24, de 22 de março de 1920	Ato no qual consta listagem com os 203 nomes das escolas por distrito. Consta também informações dos nomes dos professores e das respectivas cadeiras que ocupavam, organizadas por distrito.
Abaixo-assinado ao intendente municipal da capital da Bahia em nome dos professores adjuntos	Abaixo-assinado de 22 de janeiro de 1916 contra o Ato nº 9, que suspendeu todos os adjuntos municipais desde 4 de fevereiro. Nele os adjuntos apresentaram os motivos legais que impediriam a suspensão. Foi assinado por: Hugo Silveira, M. Silva Carvalho, Edgard Vitorino, Carlos Assis Vaz.
Solicitação da professora adjunta Alice Maria de Araújo Gonçalves	Solicitação para permanecer na mesma escola na qual era adjunta, em 17 de maio de 1916, após revogação do Ato nº 9.
Pronunciamento intitulado “A reação do professorado”	Produzido pelo professor Isauro Abdon da Silva Coelho e publicado no jornal <i>A Tarde</i> em 13 de fevereiro de 1918. O professor se dirige ao público e fala sobre o que ele chama de agressão que sofreu e sobre a própria condição do professorado da capital da Bahia.
Convite da comissão representativa da classe de professores para reunião	Publicado no jornal <i>A Tarde</i> em 14 de fevereiro de 1918, refere-se à convocação do professorado para a reunião do dia 16 de fevereiro. Assinam esse convite como membros da comissão 14 professores: Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, Cincinato Franca, Vicente Ferreira Café, Dasio José de Souza, Hugo Balthazar da Silveira, Antônio Guedes, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Alberto Francisco de Assis, Antenor Dantas Simões, Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Jovina de Castro Senna Moreira, Anna Moreira Bahiense e Jesuína Beatriz de Oliveira. Parte significativa dos professores que estiveram à frente dos movimentos, lutas e greve nesse período era formada por professoras negras e professores negros. Conseguimos precisar pelo menos 9 entre os 14.
Lista da comissão representativa da classe de professores aprovada na reunião de 16 de fevereiro de 1918	Na lista, que defendia os interesses do professorado municipal, constam os nomes de 25 professores. Foram organizadas três comissões: a comissão central, formada por 12 professores, sendo 4 mulheres e 8 homens; a comissão de convite, formada por 7 professores, todos homens; e a comissão de recepção, formada por 6 professoras, todas mulheres. Do total das comissões, 10 eram mulheres e 15 eram homens.
Ata da reunião realizada no dia 16 de fevereiro de 1918	A ata da reunião do dia 16 de fevereiro de 1918, que ocorreu no salão nobre do Lyceu de Artes e Ofícios, registra que participaram 80 professores, sendo 56 mulheres e 24 homens. Exatamente 70% dos professores eram do sexo feminino do total de participantes da reunião deliberativa.
Relato de carreira do professor Possidônio Dias Coelho	Datado de 8 de abril de 1912, foi endereçado ao delegado escolar da 1ª circunscrição, o professor Antônio Bahia, e nele consta uma descrição da carreira do professor Possidônio entre os anos de 1876 e 1911. Possidônio foi quem presidiu as mesas de reunião deliberativa nos movimentos dos

	professores em 1918.
Lei, regulamento, instrução e atos	Lei nº 219, de 20 de abril de 1896, que institui o ensino primário municipal da capital do estado da Bahia; Regulamento das Escolas Primárias do Município da Capital nº 245, publicado em 11 de maio de 1896, cujo primeiro título versa sobre a organização do ensino; Instrução nº 3, de 17 de novembro de 1896; Ato nº 421, publicado em 19 de abril de 1899; e Ato nº 425, de 24 de abril de 1899.
Pronunciamento do delegado escolar da 4ª circunscrição, professor Manoel Theotimo d'Almeida	No pronunciamento, em 2 de fevereiro de 1918, consta crítica ao intendente da capital da Bahia sobre a atuação do professor pela instrução popular e sobre garantia de direitos adquiridos.
Pronunciamento do professor Roberto Correia	O pronunciamento versava sobre o que significava a escrita e publicação do manifesto dos professores e foi publicado em 4 de fevereiro de 1918.
Projeto de Lei do Conselho Municipal de Educação da Cidade de Salvador	Definia regras referentes ao percentual da arrecadação destinado para as despesas da instrução pública municipal e ao pagamento dos professores, publicado no jornal <i>A Tarde</i> em 20 de fevereiro de 1918.
Moção do Conselho Municipal de Educação da Cidade de Salvador	Refere-se ao parecer divulgado em sessão pelo senhor Campos França solicitando a suspensão do intendente municipal, publicada em 20 de fevereiro de 1918.
Teses de professores escritas para as Conferências Pedagógicas dos anos de 1913, 1914 e 1915	Das 32 teses que foram escritas para as Conferências Pedagógicas de 1913, 1914 e 1915, 7 foram assinadas por professores que participaram da greve de 1918: em 1913, os professores Isauro Abdon da Silva Coelho, Igenes Borges, Laura da Cunha Macedo e Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna; em 1914, os professores Aureliana Palma da Cunha e Cincinato Ricardo Pereira da Franca; e, em 1915..
Manifesto dos Tenentes	Corresponde a um documento assinado por um grupo de tenentes com o intuito de defender o intendente Propício da Fontoura, pois eram colegas de profissão. Eles se colocam contrários às falas de professores e jornalistas que veiculavam nos jornais sobre a responsabilidade e culpa do senhor Propício no caso do atraso dos vencimentos do professorado.
Notícia sobre compra de motor diesel	Refere-se ao gasto de 770 contos de réis com a compra do motor diesel, negócio feito com empresa suíça, e ainda um débito mensal de 8 contos de réis só de armazenagem. Há críticas sobre a intendência com os gastos normais por não ter fundo para custear e exemplifica-se com o gasto com os funcionários públicos e também com dívidas com credores.
Notícia sobre a morte de Propício	Diz respeito à notícia sobre o diretor do jornal <i>A Hora</i> , o dr. Arthur Ferreira, ter matado a bala o tenente Propício da Fontoura.
Notícia indicando que foi provada a legítima defesa do diretor do jornal <i>A Hora</i> pelo assassinato de Propício	Refere-se à notícia de que a Justiça restituiu a liberdade do dr. Arthur Ferreira, o jornalista, que por legítima defesa acabou matando o tenente Propício da Fontoura. Foi provada a legítima defesa.
Empréstimo para compra do motor diesel	Trata do empréstimo municipal feito pelo intendente na praça no valor de 240:000\$000, garantido pelo governador do estado para pagamento da primeira prestação de despesas com o desembargo e transporte do motor diesel adquirido para o bolandeiro. O município pagou por cada lingada de peças do motor o valor de 500\$000.
Diversas outras notícias publicadas no jornal <i>A Tarde</i> no ano de 1918	Publicada em 15 de janeiro, “O ensino primário da Capital”; publicada em 17 de janeiro, “Como há 50 anos...”, sobre as condições de precariedade de uma escola, questionando “Como trabalhar sem comer?”, referindo-se ao professorado da capital; publicada em 26 de janeiro, “O céu aberto”, referente às eleições na Bahia; publicada em 1º de fevereiro, “Aproveitem [...] A intendência aluga casa para particulares”, referindo-se a uso de verba de locação escolar cedida a um particular; publicada em 2 de fevereiro, “O

	<p>município aumenta vencimentos! A reforma do C. de B. é um crime”, referente ao aumento dos servidores do corpo de bombeiros; publicada em 6 de fevereiro, “A greve contra a miséria: não se fará se estiver em agonia o civismo do professorado baiano”, referente a afirmações de que os docentes, por serem em sua maioria senhoras, não sustentariam as decisões coletivas que constavam no manifesto; publicada em 13 de fevereiro, “A reação do professorado ao arbítrio do sr. Intendente. Uma adesão feminina – Diversos professores se consideraram suspensos”; publicada em 20 de fevereiro, “Conferência no palácio da necessidade”, referente à adesão do funcionalismo à greve dos professores.</p>
--	--

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).

APÊNDICE B – Lista de notícias sobre a greve e sobre a situação do professorado levantadas de diferentes periódicos e publicações de diferentes tipos de documentos dos anos de 1918 e 1919⁶⁰

<i>Diário de Notícias</i>		
Arquivo 1		
Arquivo	Jornal – Notícia	Publicação
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Reunião no Lyceu	16 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Criação do Centro de Defesa do Professorado	19 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Menores desocupados	20 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Projeto de Lei do Conselho Municipal	20 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Vulgarização do ensino	21 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Fundo escolar e projeto do Conselho Municipal	22 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Moção de apoio ao intendente pelos militares	23 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Comissões de Instrução e Fazenda e o projeto de lei	25 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Sessão da votação definitiva das contas do intendente no Conselho Municipal	26 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Relatório do Conselho Fiscal do Banco da Bahia	26 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Os 44 anos do <i>Diário de Notícias</i>	28 de fevereiro de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – As bases do Centro de Defesa do Professorado	3 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Assembleia Geral do Grêmio do professorado baiano	9 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Comitê Paulista de Socorro ao professorado baiano para nomear o professor João Carlos da Silva Borges, lente da Escola Normal, para ao cargo de diretor-geral para a guarda do dinheiro a ser doado ao professor, que está há mais de dois anos sem receber seus proventos	11 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Projeto apresentado à Assembleia Legislativa na Câmara dos Deputados do Estado da Bahia pelo major Cosme de Farias sobre autorizar o estado a avocar o ensino primário da capital desse estado até que as condições financeiras do mesmo município sejam equilibradas	13 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o telegrama enviado pelo arcebispo para o presidente da República do Brasil para intervir em favor do professorado	13 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Subscrição promovida pelo Rio Preto e recebida pelo Comitê Paulista de Socorro	15 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Greve de operários na fábrica de calçados no Rio	16 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Declaração de vaga por abandono de	17 de abril de 1918

⁶⁰ O Apêndice B é resultado de um levantamento feito no Setor de Jornais e Revistas Raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). A organização em arquivos está relacionada a como a pesquisadora organizou o levantamento dessas notícias de diferentes jornais dos anos de 1918 e 1919.

	professora	
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia falando que o professorado primário estava sendo influenciado pelos políticos da época	17 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Concurso para professor realizado em municípios do interior do estado da Bahia	20 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Donativos doados pelo Grupo Escolar de Santa Rita ao Comitê Paulista de Socorro	25 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Empréstimos estaduais e municipais	26 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Comitê Paulista de Socorro comunica ao professorado primário municipal o recebimento de mais donativos de diversos municípios do estado de São Paulo	27 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – Nota de repúdio contra o jornal <i>A Tarde</i> sobre informações propagadas tidas como inverdades sobre o ex-intendente Propício da Fontoura	29 de abril de 1918
Arquivo 1	<i>Diário de Notícias</i> – O município da capital e o Tribunal de Contas	30 de abril de 1918
Arquivo 2		
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Regime do calote	9 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – A prepotência oficial	11 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Regime do calote: o bando precatório	12 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Regime do calote: a atitude do professorado	13 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Conselho Municipal tratando do empréstimo	15 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Novo empréstimo municipal autorizado pelo Conselho Municipal	18 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Comissão central e o telegrama	19 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Professora primária e oferta de aulas particulares	19 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Reunião do professorado atendendo ao telegrama	21 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Matéria importante publicada no <i>Diário de São Paulo</i>	21 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Viagem de Propício e saída da intendência	23 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – O conselheiro municipal, o coronel Costa Neto, fala no <i>Jornal São Paulo</i> sobre a situação do professorado municipal, falando da necessidade do empréstimo com projeto de lei para tal	25 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – A posse do novo intendente da capital da Bahia, o senhor dr. José da Rocha Leal, pelo Conselho Municipal	25 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Resolução com abonos através de descontos para os devedores do município	25 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Um dos primeiros atos do intendente da capital da Bahia, o senhor dr. José da Rocha Leal, referente ao ponto dos funcionários municipais, sua frequência e assiduidade, baixado em uma portaria	26 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Informações de que no jornal <i>Estado de São Paulo</i> publicou-se a composição da direção do Comitê Paulista de Socorro e o convite que fez ao diretor da Escola Normal, o senhor Carlos Alberto Gomes Cardin, para ser patrono e tesoureiro-geral	27 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – O Conselho Municipal em sessão agradece ao novo intendente, o senhor dr. José da Rocha Leal, por ter	27 de março de 1918

	assumido o cargo de executivo municipal	
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre definição da data de sessão do Conselho Municipal	28 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – O livro do professor Braz de Amaral e a relação com os limites do estado	30 de março de 1918
Arquivo 2	<i>Diário de Notícias</i> – Ata da reunião do professorado municipal no Grêmio Literário ocorrida no dia 29 de março	1º de abril de 1918
Arquivo 3		
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Convite aos sócios do Lyceu de Artes e Ofícios para uma assembleia geral sobre a própria instituição	6 de maio de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre um outro manifesto que seria escrito pelos professores e também notícia sobre o intendente ter autorizado o pagamento do professorado	8 de maio de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Professora Bellaniza Cabral Vieira de Campos, da 2ª escola de Conceição da Praia, informa ao delegado escolar da 1ª circunscrição que reassumiria o magistério, considerando que a situação do professorado municipal estava irresoluta	10 de maio de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Solicitação de exoneração do cargo de diretor da Escola Normal pelo professor Elias de Figueiredo Nazareth	16 de maio de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Declaração do professorado primário municipal de que permaneceria com as aulas suspensas, mesmo com as deserções, até que o pagamento dos seus vencimentos fosse realizado, datada de 17 de maio de 1918	18 de maio de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o parecer do advogado do município autorizando retirada de uma escola que funcionava em um cômodo da Associação União dos Varejistas	24 de maio de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a instrução pública ser considerada um dos maiores problemas da municipalidade, falando da sua situação e do caso do professorado	27 de maio de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Renúncia do professor Possidônio Dias Coelho da direção do Comitê do Professorado e informações sobre o recebimento de um cheque no valor de 3:800\$000 do London Bank do Socorro do professorado	4 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Carta encaminhada ao professor Hugo Balthazar da Silveira pelo professor Possidônio Dias Coelho comunicando a reabertura da escola de sua responsabilidade, datada de 31 de maio de 1918	5 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Conferência realizada na Escola de Aprendizes de Marinheiros	15 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a situação do professorado na imprensa do estado de São Paulo	18 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Uma notícia sobre a propaganda sobre o analfabetismo no Brasil	20 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Venda de serviço por uma professora primária, Josabeth Jezarahel de Berrimor, diplomada pelo Educandário dos Perdões	20 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a greve nas docas	21 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre desvio do dinheiro público	25 de junho de 1918
Arquivo 3	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o repasse feito dos donativos recebidos pelo ex-presidente do Comitê do Professorado, o	2 de julho de 1918

	professor Possidônio Dias Coelho, ao professor Arthur de Salles, a quantia de 5:000\$000	
Arquivo 4		
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícias sobre ação grevista em Buenos Aires, Argentina	8 de julho de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Nota de falecimento do professor Henrique D'Ayedée	10 de julho de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Representação dos adjuntos entregue à Inspetoria Geral do Ensino para ser apresentada na sessão do Conselho Superior de Ensino	10 de julho de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a reunião da comissão da organização do estatuto da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia	20 de julho de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Festejo da passagem do jubileu de Rui Barbosa pelos professores ocorrido no Salão Nobre do Paço Municipal, às 13 horas do dia 13 de maio de 1918	14 de agosto de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o decreto lido na sessão do Conselho Municipal da Cidade de Salvador referente a providências tomadas em relação às vagas do professorado, que, quando ficassem livres devido a casos de morte ou aposentadoria, seriam preenchidas por professores e professoras de escolas elementares ou populares de menor frequência e seria vedada a nomeação de novos professores e professoras enquanto perdurasse as más condições financeiras deste município, revogando todas as disposições em contrário	16 de agosto de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a decisão de uniformizar o ensino nas Escolas de Aprendizizes de Marinheiros	26 de agosto de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a reunião no Salão Nobre do Grêmio Literário para deliberar sobre o Ato nº 55 em relação à condição dos professores adjuntos municipais	28 de agosto de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Sobre patentes dos oficiais da 2ª linha com a lista dos nomes dos frequentes no prédio	29 de agosto de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Sobre obras beneficiárias no Abrigo dos Filhos do Povo	30 de agosto de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Greve contra um professor, os alunos da 4ª série médica se declararam em greve contra o professor interino de farmacologia, o doutor Pedro Pinto	31 de agosto de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Projeto de lei autorizando o Executivo a lançar mão dos saldos verificados mensalmente na Caixa Econômica e recolhidos ao Tesouro Nacional para aplicá-los a empréstimos aos funcionários públicos de até um ano com juros de 8% ao ano	3 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Sobre a reunião no Grêmio Literário para resolver sobre os últimos acontecimentos com o professorado primário da capital; esteve presente o desembargador Bráulio Xavier, o qual apresentou uma moção para que fossem inteiramente reabertos os cursos. Essa moção foi aprovada por todos os presentes, ficando resolvido que do dia 8 ao dia 15 do mês de setembro estariam funcionando todas as aulas; e houve deferimento por parte do intendente Rocha Leal cancelando a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho	6 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre os direitos das mulheres e suas conquistas desde que começou a greve em relação à ocupação profissional, chegando a dizer que foram nivelados os direitos dos	11 de setembro de 1918

	homens e das mulheres	
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Sobre leilão de joias e pedras preciosas na Caixa Econômica da Bahia	21 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia de despejo da professora Maria José da Silva da escola popular de Quintandinha do Capim, do distrito de Santo Antônio	23 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o exemplar nº 1, intitulado “O feminismo no Brasil”, da professora pública Leolinda Daltro, jubilada no Rio de Janeiro	23 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a Escola de Aprendizes de Marinheiros	24 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o projeto de lei apresentando o orçamento municipal para o ano de 1919, o que apresenta déficit, pois a previsão seria 8.660:713\$860 e a receita orçada foi de 7.975:150\$000, ficando com um déficit de 685:563\$860	25 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Fundada no Rio de Janeiro a Liga dos Professores Municipais para defender a classe dos direitos ameaçados pelo conselho e outra notícia falando que a Câmara recebeu um telegrama do professorado municipal baiano pedindo apoio à emenda de Pires de Carvalho	27 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Associação dos Oficiais da Guarda Nacional da Bahia	27 de setembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – A comissão de finanças da Câmara de Deputados recebe um telegrama da comissão do professorado, representada pelo professor Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, que pede para que amparem a emenda do deputado baiano Pires de Carvalho referente ao pagamento dos 30 meses de atraso do vencimento da classe	1º de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Depoimento do delegado escolar Presciliano Leal sobre a instrução municipal, datado de 3 de outubro de 1918	4 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Foi apresentado pelo intendente no Palácio da Aclamação na presença do governador do estado o orçamento municipal no dia 8 de outubro expondo as medidas que esperava do conselho para restabelecer os créditos municipais	8 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Empréstimo municipal feito pelo intendente na praça no valor de 240:000\$000, garantido pelo governador do estado para pagamento da primeira prestação de despesas com o desembargo e transporte do motor diesel adquirido para o Bolandeiro; o município pagou por cada lingada de peças do motor o valor de 500\$000	10 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Intervenção feita pelo diretor do ensino municipal, o professor João Gonçalves Pereira, sobre o caso da suspensão dos adjuntos, chamando atenção para o fato de que a situação sanitária pela qual o município passava fez com que houvesse diminuição da frequência	10 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Os adjuntos municipais iriam propor ao juiz uma ação ordinária para anulatória do Ato nº 55, de 21 de agosto, no qual o intendente dispensou os adjuntos cujas escolas não tivessem com frequência	14 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Sessão no Conselho Municipal para debater o aumento de impostos municipais, estando presentes representantes dos comerciantes e varejistas, mas nada ficou resolvido	16 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a comissão de inquérito para	16 de outubro de 1918

	apurar as faltas dos professores primários nas escolas e críticas a essa comissão de inquérito, uma vez que faltavam 30 dias para encerramento das aulas	
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Sequência fotográfica das páginas que compõem o jornal – 4 páginas no total, incluindo a capa	17 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – As comissões de Justiça, Fazenda e Instrução emitem o parecer sobre o Ato nº 55 e o pedido de sua anulação	19 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Crédito recebido no valor de 4:480\$000 para a Escola de Aprendizes de Marinheiros	19 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – O orçamento do município e o acolhimento da proposta do intendente para o aumento dos impostos	22 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Informações sobre a ementa que autoriza o intendente a realizar o pagamento dos delegados escolares, professores e adjuntos pelos meses de fevereiro a setembro, havendo indicação de que a preferência seria para os que não fecharam as escolas	29 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Aprovação do orçamento municipal para o ano de 1919, documento composto de 60 emendas, das quais 7 foram rejeitadas	30 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Início da discussão no Conselho Municipal do projeto sobre a regularização do pagamento do professorado primário municipal	30 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Sobre a linha municipal	4 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Resistência com o orçamento municipal	5 de novembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – O diretor do ensino municipal determinou aos delegados escolares que recolhessem dos professores as relações dos nomes dos alunos que fariam o exame final na semana seguinte	5 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – O intendente autoriza publicação da lei do orçamento vigente votado pelo Conselho Municipal para o ano de 1919	5 de outubro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Fiscalização municipal	6 de novembro de 1918
Arquivo 4	<i>Diário de Notícias</i> – Nomeação pelo intendente dos professores responsáveis por aplicar os exames escolares no pavimento térreo da Academia de Bellas Artes. Para presidir os exames do sexo feminino, o professor Roberto Correia; para presidir os exames do sexo masculino, o professor Presciliano José Leal; e para presidir as escolas do subúrbio, o professor Manoel Theotimo d’Almeida, todos delegados escolares	6 de outubro de 1918
Arquivo 5		
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Desavença entre o dr. Manoel Carlos Devoto, diretor do Ginásio da Bahia, com o professor Elias de Figueiredo de Nazareth, diretor da Escola Normal, e este pediu demissão	15 de maio de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a situação do professorado primário na miséria e situação das crianças sem escola	16 de maio de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia que criticou o posicionamento do senador Eduardo Velloso, que já trabalhou com Seabra, pois, de acordo com notícia publicada no jornal <i>Diário de Notícias</i> , o referido senador proferiu fala de protesto contra o professor Isauro Abdon da Silva Coelho	17 de maio de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a situação da capital da Bahia: sem escolas, sem transporte, com surto de febre amarela e nas trevas	22 de maio de 1918

Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Publicação da carta vinda de São Paulo do professor João Carlos da Silva Borges, lente da Escola Normal de São Paulo e diretor-geral do Comitê Paulista de Socorro, para o professorado primário municipal endereçada ao presidente do CDPPB, o professor Possidônio Dias Coelho, repassando a subscrição arrecadada para auxiliar o professorado no valor de 2:130\$000, datada de 14 de maio de 1918	23 de maio de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Publicação da carta encaminhada pelo diretor do Grupo Escolar Francisco Glycerio, da cidade de Campinas, para o diretor-geral do Comitê Paulista de Socorro, o senhor João Carlos da Silva Borges, datada de 16 de abril de 1918, informando a subscrição no valor de 85\$000 (oitenta e cinco mil réis) advinda da contribuição do corpo docente do referido grupo escolar	23 de maio de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a situação do professorado, sobre a instrução e a falta de pagamento assinada por Campos França, um dos conselheiros municipais	24 de maio de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a situação administrativa e financeira da Bahia, discriminando suas arrecadações, demonstrando como essas arrecadações foram superiores em relação aos anos anteriores, o endividamento do estado, entre outras informações	6 de junho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Deputados da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia apresentaram um projeto de lei com o objetivo de dar um aumento sobre o vencimento do funcionalismo público, explicando que desde 1895 não houve aumento para esses funcionários e apontando que o crescente aumento de todos os artigos de consumo de todas as classes sociais não correspondia ao aumento dos vencimentos desses funcionários; indicam que outros setores tiveram êxito em suas solicitações, mas que o funcionalismo público do estado não, e que seguiam lutando com as maiores dificuldades para sua manutenção	19 de junho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Carta do professor Dasio José de Souza falando sobre sua situação e fome e carta do senhor Abílio de Castro, que apela para a caridade dos ricos para os pobres para ajudar o professorado municipal, que passava por sérias dificuldades; e notícia criticando a fala do governador Antônio Muniz, que se referiu ao professorado primário dizendo “Professores, salvo os que não querem, têm recebido!”	19 de maio de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – A mensagem do Comitê de Defesa do Professorado Municipal da Capital da Bahia ao presidente da República, o excelentíssimo senhor dr. Wenceslau Braz Pereira, contando a situação do professorado, datada de 17 de junho de 1918 e assinada pela comissão de professores, contando com os seguintes nomes: Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, presidente; Cincinato Ricardo Pereira da Franca, vice-presidente; Hugo Balthazar da Silveira, 1º secretário; Alberto Francisco de Assis, 2º secretário; Severiano Gonçalves de Salles Filho, tesoureiro; Antônio Peixoto Guedes, Dasio José de Souza, Vicente Ferreira Café, Antenor Dantas Simões, Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Anna Moreira Bahiense, Francisca Almeida da Silva Araújo, Jovina de Castro Senna Moreira, Jesuína Beatriz de Oliveira, Sidônia Gonçalves de Oliveira Alcântara. A mensagem finaliza-se dizendo que as firmas foram todas reconhecidas em notas de notário público	22 de junho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre o diretor do jornal <i>A Hora</i> , o dr. Arthur Ferreira, ter matado à bala o deputado e tenente Propício da Fontoura	28 de junho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Declaração escrita pelo dr. Lucatelli Doria fazendo	6 de julho de 1918

	críticas ao intendente Rocha Leal, definindo-o como discípulo do governador, fazendo críticas às mentiras que ele escreveu no <i>Jornal de Notícias</i>	
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – A Intendência Municipal e a situação das valas, limpezas dos rios e gastos públicos	8 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre os professores caloteados e as escolas sem mobiliário, tendo as crianças sentadas em caixas de gás no lugar da carteira, através do depoimento de um senador, o senhor Manoel Duarte, confirmando as publicações do jornal <i>A Tarde</i>	9 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a promessa não cumprida feita por J. J. Seabra que garantiu à comissão de funcionários municipais que realizaria o empréstimo quando chegasse no Rio de Janeiro para pagamento dos vencimentos não recebidos pelos funcionários públicos	9 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – O crédito da Bahia	10 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Fala sobre o gerenciamento dos gastos públicos inadequados	13 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Discurso de J. J. Seabra no <i>Imparcial</i> do Rio sobre a situação da Bahia, analisando que as rendas da receita aumentam e os problemas não se resolvem	24 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Entrevista feita ao professor Aurélio Vianna sobre a lastimável situação dos municípios da capital e do interior, falando sobre a finança e a instrução em Salvador	25 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a guerra na Alemanha e solicitação dos advogados à Assembleia Legislativa da Bahia (relação com processos)	25 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Greve da fome, mas se referindo à greve na linha municipal, a greve dos bondes	30 de julho de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Fala sobre o caso do professorado em reunião no Conselho de Ensino com pronunciamento do professor Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna	5 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Reforma na instrução pública do estado, que abriu vagas para cursos como aritmética, havendo críticas de que os mestres não foram ouvidos	6 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a situação da Bahia e registro de necessidade de intervenção federal	6 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícias sobre empréstimo, sobre a situação do estado da Bahia, o caso do funcionalismo (o professorado sem receber) e informação de que a única resolução seria pela intervenção federal, reestabelecendo a ordem financeira, econômica, moral e política	7 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a reforma da instrução com a finalidade de castigar o professorado primário, criando a cadeira de pedagogo no ginásio com a intenção de suprimir a Escola Normal, tirando-lhes o direito e negando a competência do professor formado nessas instituições, consideradas de excelente formação pelo jornalista	9 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia criticando o orçamento do município, críticas à capacidade administradora do intendente Rocha Leal e listagem de todas as dívidas internas e externas do município	20 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Convite feito pelo jornal <i>A Tarde</i> às senhoras para receberem Rui Barbosa na homenagem que lhe seria feita	21 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre o Ato nº 55, de 23 de agosto de 1918, que suspendia todos os adjuntos que trabalhassem em escolas em	26 de agosto de 1918

	que não houvesse frequência escolar, constando nota explicativa sobre o ocorrido e deixando claro que era uma forma de penalizar os professores; consta na mesma página o convite feito aos adjuntos para que comparecessem à reunião que ocorreria dia 27 de agosto, às 15 horas, no salão do Grêmio Literário. Foi datada e assinada pelos seguintes adjuntos: Hugo Balthazar da Silveira, Alberto Francisco de Assis e Severiano Gonçalves de Salles Filho	
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre aumento dos vencimentos dos funcionários do estado da Bahia sob os percentuais de 8%, 10% e 12% enquanto durasse a guerra através de um ato formado por artigos, e não incluíam os funcionários da Navegação Bahiana	27 de agosto de 1918
Arquivo 5	<i>A Tarde</i> – Notícia narrando que no dia anterior discorria em uma roda de amigos o advogado Medeiros Neto convocando os amigos para se oporem aos políticos em exercício	29 de agosto de 1918
Arquivo 6		
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – O partido feminino ao dr. Nilo Peçanha	3 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – O conselheiro Bráulio Xavier entregou uma petição sobre o cancelamento da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho	6 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Sobre a reunião no Grêmio Literário para resolver sobre os últimos acontecimentos com o professorado primário da capital, na qual esteve presente o desembargador Bráulio Xavier, o qual apresentou uma moção para que fossem inteiramente reabertos os cursos; essa moção foi aprovada por todos os presentes e ficou resolvido que, do dia 8 ao dia 15 do mês de setembro, estariam funcionando todas as aulas, e houve deferimento por parte do intendente Rocha Leal cancelando a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho	6 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre os direitos das mulheres e suas conquistas desde que começou a greve em relação à ocupação profissional, chegando a dizer que foram nivelados os direitos dos homens e das mulheres	11 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o decreto do governo português sobre os direitos das mulheres	14 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Concessão por 60 dias de licença para tratamento de saúde a uma professora, a senhora Delphina Alexandrina Soares de Cerqueira, da cadeira da Boa Viagem	24 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre o projeto de lei apresentando o orçamento municipal para o ano de 1919, o que apresenta déficit, pois a previsão seria 8.660:713\$860 e a receita orçada foi de 7.975:150\$000, ficando com um déficit de 685:563\$860	25 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Os professores de São Paulo	26 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Notícia sobre a saúde pública do estado	27 de setembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – A comissão de finanças da Câmara de Deputados recebe um telegrama da comissão do professorado, representada pelo professor Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna, que pede para que apanhem a emenda do deputado baiano Pires de Carvalho referente ao pagamento dos 30 meses de atraso do vencimento da classe	1º de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Depoimento do delegado escolar professor Presciliano Leal sobre a instrução municipal, datado de 3 de setembro de 1918 e publicado no dia 4 de outubro de 1918	4 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Empréstimo municipal feito pelo intendente na praça no valor de 240:000\$000, garantido pelo governador do	10 de outubro de 1918

	estado para pagamento da primeira prestação de despesas com o desembargo e transporte do motor diesel adquirido para o Bolandeiro; o município pagou por cada lingada de peças do motor o valor de 500\$000	
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Intervenção feita pelo diretor do ensino municipal, o professor João Gonçalves Pereira, sobre o caso da suspensão dos adjuntos, chamando atenção para o fato de que a situação sanitária pela qual o município passava fez com que houvesse diminuição da frequência	10 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – As mulheres dos Estados Unidos	10 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Os adjuntos municipais iriam propor ao juiz uma ação ordinária para anulação do Ato nº 55, de 21 de agosto, no qual o intendente dispensou os adjuntos cujas escolas não tivessem com frequência	14 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Sessão no Conselho Municipal para debater o aumento de impostos municipais, estando presentes representantes dos comerciantes e varejistas, mas nada ficou resolvido	16 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – A comissão de Justiça, Fazenda e Instrução emitem o parecer sobre o Ato nº 55 e o pedido de sua anulação	19 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – A Diretoria de Ensino recomenda aos professores enviar até o dia 30 do mês corrente a lista dos nomes dos alunos que fariam o exame escolar	22 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – O orçamento do município e o acolhimento da proposta do intendente para o aumento dos impostos	22 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – No Conselho Municipal, foi discutido o Parecer nº 35 da comissão de Fazenda, indicando que deveria ser incluída no orçamento a verba para pagamento de Elisa Wanda Haecherl, viúva do senhor Joseph Haechel, engenheiro-chefe do Gazomeiro dispensado por ato exclusivo do intendente devido à carta precatória do juiz dos Feitos Municipais ao senhor conselheiro Antônio Freitas	24 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – No Conselho Municipal, foi votado e aprovado o orçamento para o ano futuro	24 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Impostos municipais	26 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Início da discussão no Conselho Municipal do projeto sobre a regularização do pagamento do professorado primário municipal	30 de outubro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – O diretor do ensino municipal determinou aos delegados escolares que recolhessem dos professores as relações dos nomes dos alunos que fariam o exame final na semana seguinte	5 de novembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Nomeação pelo intendente dos professores responsáveis por aplicar os exames escolares no pavimento térreo da Academia de Bellas Artes. Para presidir os exames do sexo feminino, o professor Roberto Correia; para presidir os exames do sexo masculino, o professor Presciliano José Leal; e para presidir as escolas do subúrbio, o professor Manoel Theotimo d’Almeida, todos delegados escolares	6 de novembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Sobre aplicação de exames finais e quais professores aplicariam cada tipo de prova	8 de novembro de 1918
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – O intendente requisitou do governador do estado a quantia de 900\$000:000 para pagamento das diárias e fornecimento de energia elétrica pela Companhia Cessionárias	18 de novembro de 1918

	das Obras do Porto	
Arquivo 6	<i>Diário de Notícias</i> – Funcionalismo municipal: greve, protesto e reunião	9 de dezembro de 1918
<i>Diário Oficial</i>		
Arquivo 6	<i>Diário Oficial</i> – Conselho Superior de Ensino, representação dirigida pelos adjuntos, as escolas do município desta capital	Agosto de 1918
Arquivo 7		
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Sobre o feminismo no Brasil, uma notícia sobre uma senhoria baiana que se inscreveu no Concurso do Itamaraty	3 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícias sobre as mulheres usando calça e a reportagem questionava se a mulher de calça era uma moda ou uma revolução	3 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – A sessão do conselho sobre a dívida interna do município faz menção ao Parecer nº 23, que tratava da solicitação de isenção de percentuais e pagamentos de débitos em prestações e as consequências de depois da guerra	4 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Manifestação do Conselho Comercial protesta contra o aumento dos impostos sobre os produtos vendidos	5 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O presidente da República sanciona a Lei das Requisições, e a Associação Comercial vai discutir as medidas do governo, entre outros aspectos, julgando que em muitos gêneros os custos estão acima da tabela do comissariado	5 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Sobre o custo com o governador ter subido muito em 26 anos, fato demonstrado em dados numéricos	6 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho e o atraso do pagamento do professorado	6 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Fala sobre os não avanços depois de quase um centenário de independência do Brasil	7 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Texto intitulado “A questão social” trata de vários temas, entre eles as inúmeras greves ocorridas e também a discussão do código de trabalho	7 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Sobre a Associação Comercial	7 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – A notícia confirma que todas as escolas foram reabertas e que a intervenção de Bráulio Xavier, mesmo não resultando no pagamento de todos os meses, propiciou equidade do pagamento devido à aplicação da 6ª parte das rendas do município ao pagamento dos professores e também o cancelamento da suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho	9 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Sobre a planta da cidade, que havia desaparecido, e a questão da água	13 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Crise alimentar em Salvador	13 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O aumento nos impostos provoca a fome na Bahia	14 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – A situação da fome em Salvador e a discussão no Conselho Municipal; o conselheiro Freitas da Silva diz que é “Um verdadeiro inferno de fome”	18 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícias sobre o gasto de 770 contos de réis com a compra do motor diesel, negócio feito com empresa suíça, e ainda um débito de 8 contos de réis só de armazenagem; há críticas sobre a intendência com os gastos normais por não ter fundo para custear e exemplifica-se com o gasto com os funcionários públicos e também com dívidas com credores	19 de setembro de 1918

Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O clamor do professorado ecoou em todo o Brasil e no parlamento. O professorado protesta e questiona por que o crédito ao qual tinha direito era de mais de 1.500 contos de réis e, mesmo tendo sido autorizado o intendente a contrair de empréstimo até 3000:000\$, a questão não foi resolvida, enquanto o intendente Rocha Leal pegou um empréstimo de mais de 200\$000:000 para a compra de um motor diesel. Fala que a questão elétrica não é nada perto do analfabetismo, coloca que a instrução municipal ficou negligenciada, assim como a condição de fome e a falta de pagamento do professorado, e pede ajuda à união para a resolução do caso. Afirma que a Bahia tem direito no Tesouro Nacional	21 de setembro de 1918
Arquivo 7	Telegrama do Comitê de Defesa do Professorado à mesa da Câmara, comissão de finanças, ao departamento Galeão Carvalhal, às bancadas de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia	21 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Os grevistas da Conceição voltaram ao trabalho: os diretores da União Fabril atenderam às queixas dos operários	24 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Nova epidemia assola na capital; havia indagações sobre se era gripe espanhola ou influenza, e mais de 500 casos foram verificados nos quartéis dessa capital	25 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – A Caixa Econômica do Estado não restituiu os depósitos da A.E.C.B.	26 de setembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícias sobre a influenza	2 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Fala sobre as condições péssimas de uma escola na qual as crianças bebiam água impura do Queimado; fala sobre como a influenza tem devastado a população; e traz uma entrevista com a professora Emiliana Cabral	2 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Situação financeira do estado de Sergipe	8 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia falando sobre o regime do calote e dizendo que ocorreu o falecimento do ensino na capital, pois diz que operou para o analfabetismo. Cita o exame final dos alunos e questiona se a aplicação seria castigo	9 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O empréstimo para compra do motor diesel e a situação do professorado. O texto critica o empenho em pegar empréstimo para a compra do motor no valor de 720 mil francos ou 1.800 réis por franco. O primeiro pagamento foi no valor de 240:000\$000. Faz uma crítica dizendo que “querer é poder”, mas que não quis para o caso do professorado, inclusive salientando que o motor encontra-se nas docas e, somando gastos por estar armazenado neste local – devido ao tempo que lá estava –, já somava uma dívida de mais de 10 mil réis	10 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Foi fotografada toda a sequência do jornal <i>A Tarde</i> , formado por 6 páginas, contando com a capa	10 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Na última página consta informação sobre a tabela de preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade	10 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – A justiça restituiu a liberdade do dr. Arthur Emilio Ferreira, o jornalista que por legítima defesa acabou matando o tenente Propício da Fontoura, tendo sido provada a legítima defesa	12 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia falando que o orçamento municipal foi um roubo e que o Conselho aprovou em primeira discussão. Fala sobre o aumento do tecido, dos gêneros alimentícios, e sobre a desvalorização imobiliária. Indica que quem mais sofreria seria o pobre. Consta também protesto da Sociedade Imobiliária	17 de outubro de 1918

Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – A luta econômica pelo jornal <i>A Tarde</i> – trata das consequências da guerra por José Maria Bello	17 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a finalização da greve das docas	18 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia sobre a independência da Hungria	19 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O texto fala que o intendente fez questão de descascar o povo	19 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Texto falando sobre a ilegalidade em relação à demissão dos adjuntos e citando a brilhante defesa dos perseguidos; consta na conclusão a proposta assinada pelo advogado Odilon Santos, datada de 7 de outubro de 1918	21 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia falando que a cidade é um hospital de gripados e que o governo continua de braços cruzados e os pobres, sem socorro	22 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Falando da situação do professorado baiano e seus mais de dois anos sem receber salário. Consta uma notícia sobre a escola do sexo feminino da professora Jesuína Beatriz de Oliveira, situada na Praça dos Veteranos, que foi fechada devido a reparos feitos no prédio onde funciona a escola	22 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Foi reorganizado o Centro de Defesa e designado o dia 19 de novembro para instalação solene. O professorado reuniu-se no dia 24 de outubro de 1918 no Grêmio Literário e organizou o Centro de Defesa, no que se refere aos cargos, da seguinte forma: constam os nomes da diretoria: Francellino do Espírito Santo Pereira de Andrade – presidente de honra; Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna – presidente; Maria Gertrudes de Sousa – vice-presidente; Vicente Ferreira Café – 1º secretário; Victória Garrido – 2ª secretária; Severiano Gonçalves de Salles Filho – tesoureiro; professoras Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Sidônia Gonçalves de Oliveira Alcântara, Maria Athayde Cunha Baleeiro, Maria Olympia da Silva Rabello, Antônio Peixoto Guedes e Jorge Estanislau da Cruz – vogais; professor Alberto Francisco de Assis – orador; professor Hugo Balthazar da Silveira – arquivista; professores Manoel Brito, Aarão Carneiro, Manoel Theotimo d’Almeida, Dona Antônia Sá Barretto, Benedieta Meirelles e Aurélia Vianna – comissão de sindicância; professores Severo Pessoa, Roberto Correia, Edgar Pitangueira, Dona Amélia Barroso, Pergentina Porto e Amélia Bahia – comissão de redação; professores Isauro Abdon da Silva Coelho, Ângelo Paulo de Souza, Hugo Balthazar da Silveira, Dona Maria Carolina Dorea, Maria Juhana dos Passos Pereira e Amélia Roberto – comissão de assistência e defesa; Odilon Santos e Migdonio de Oliveira – advogados	25 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Reunião no Conselho Municipal para diminuir os valores de alguns impostos	26 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Aprovação do orçamento pelo Conselho Municipal na 3ª sessão. Órgãos dos comércios se manifestaram, como a Associação Comercial e a União de Varejistas e Representantes das Indústrias, por conta dos ajustes os quais foram chamados de ilícitos, como os aumentos dos tributos	30 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia falando sobre a desmoralização da Intendência, indicando que abre editais de concorrência para fornecimento às repartições e que os prazos terminam e não há inscrições, inclusive faltando aos departamentos livro protocolo; isso devido à falta de crédito do município por conta de suas dívidas	30 de outubro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Solicitação de um projeto de reorganização do Corpo de Bombeiros pelo conselheiro, reduzindo o pessoal dessa	30 de outubro de 1918

	<p>corporação, pois diz que os números de sargentos e oficiais reformados superam o número dos 35 praças do serviço existentes. Solicita-se que seja dispensado o comandante, apontando que com isso chegaria a economizar 3 contos anuais o senhor Freitas da Silva e ainda regularizaria a vida do professorado. Constam informações de que o conselheiro Virgínio Gonçalves analisou o projeto e concordou com todas as emendas. Há afirmação de que o professorado ocupa os melhores aposentos dos prédios onde funcionam as escolas sem indenizar a intendência. O relator da comissão de finanças culpa o intendente, o diretor de ensino e os intendentess escolares, referindo-se à anistia tal como consta no projeto, e conclui apresentando uma subemenda que decidiria para cada caso individual com o atestado do delegado escolar e com o parecer favorável do diretor de ensino</p>	
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Notícia dizendo que o intendente continua a desviar a 6ª parte do dinheiro dos professores. Consta informações da 6ª parte descontando da receita o valor de 2.326\$299 mais 1.828\$666, que corresponde a um total de 4.154\$965</p>	31 de outubro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Demonstração do déficit do município com uma despesa maior que sua receita. Enquanto a receita está orçada em 7.725:150\$000, a despesa em 8.826:828\$870, um déficit de 1.101:676\$870; há ainda informações sobre a situação da população e do gasto com o funcionalismo público</p>	4 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – O presidente do Tribunal de Justiça acusa que roubaram e venderam a Bahia</p>	8 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Notícia sobre a greve municipal, sobre os motoreiros, condutores e fiscais dos bondes de linhas municipais que estavam com fome e sem receber por dois meses e como isso desencadeava prejuízo em todos os setores da sociedade</p>	9 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Sessão do Conselho de Vigilância de obras e condições sanitárias</p>	21 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – O intendente baixou uma portaria no dia anterior mandando regularizar o pagamento do Tesouro Municipal</p>	22 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Crédito concedido pelo Governo do Estado</p>	23 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Seabra se articulando com outros políticos</p>	25 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Notícia sobre o primeiro aprendiz de marinheiro</p>	26 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Notícia sobre o Conselho Municipal ter aprovado o pagamento do professorado, dizendo que o intendente divertia-se com a penúria alheia</p>	26 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Notícia informando que ninguém quer vender à intendência com medo de ser caloteado, citando o exemplo da tentativa de comprar material para a fundação do grupo Diesel</p>	27 de novembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – O intendente não paga ao Banco Auxiliar das Classes as consignações dos professores que ficaram de ser pagas com a 6ª parte das rendas</p>	2 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Declaração do conselheiro do Conselho Municipal, o senhor Campos França, informando que não foi vedado o requerimento individual do professor que assim queira requerer, e que o parecer não foi apresentado pela falta da presença dos membros da comissão de justiça</p>	7 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<p><i>A Tarde</i> – Notícia informando que há dois dias o intendente promovia discórdia pagando apenas aos funcionários que tinham 2 ou 4 meses sem receber e também aqueles que não estavam atrasados. Informa que estes eram amigos da situação e que os</p>	7 de dezembro de 1918

	que tinham 20 ou 30 meses sem receber não receberiam	
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Notícia criticando o intendente Rocha Leal e falando que os funcionários pagos seriam só os preferidos e que uma professora ganhou junto a seu advogado o direito de receber um mês de seus proventos	9 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O texto intitulado “O protesto da fome” tem uma foto dos funcionários homens, vários professores, referindo-se a uma reunião no dia anterior, às 15 horas no Grêmio Literário, e à situação do não pagamento do intendente	10 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – No texto intitulado “A orgia municipal: os créditos extraordinários do senhor Rocha Leal” constam os gastos em 8 meses do intendente Rocha Leal na administração municipal	12 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Rui Barbosa explicando por que não aceitou a Embaixada da Paz	13 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O calote no aluguel de casas, dando um exemplo de um prédio alugado para funcionar uma escola cujo proprietário não recebeu nenhum pagamento	24 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – O conselho se reúne para tomar conhecimento do orçamento e do Tribunal de Contas	26 de dezembro de 1918
Arquivo 7	<i>A Tarde</i> – Todos os serviços municipais foram suspensos	26 de dezembro de 1918
Arquivo 8		
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Comemoração de um ano de funcionamento do jornal <i>O Imparcial</i> com foto dos redatores, todos ou a maioria negros, como é possível observar na fotografia	4 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – A greve em São Paulo, a greve das docas em Santos e a greve dos operários da navegação costeira no Rio; há uma discussão se o dia de trabalho seria de 8 horas	7 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – As greves no Rio e São Paulo alastram-se	8 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – A opinião do professor George Herror, autoridade conhecida em assuntos internacionais, na qual esse conselheiro confidencial da delegação americana falou à Conferência da Paz, com sua carta datada de Genebra	8 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – A crise do pão e a greve dos forneiros	9 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Texto sobre a onda grevista e a questão operária	9 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Notícia questionando “homens livres ou escravos?”	9 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Um prédio alugado para funcionar uma escola	9 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Manifesto dos padeiros às autoridades do estado, ao delegado do comissariado de alimentação neste estado e ao público em geral	
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – O delegado escolar fez tristes observações sobre a instrução municipal, o professor Presciliano José Leal	10 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – A Alemanha recusa inteira responsabilidade sobre a guerra. Consta também no mesmo jornal notícia indagando: “Homens livres ou escravos?”	11 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Notícia sobre as eleições presidenciais	15 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – As fábricas de papel em greve	15 de maio de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – A festa do Abrigo dos Filhos do Povo	30 de junho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – A classe operária: o sindicato da classe de marcenaria	8 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – As mulheres e a guerra	13 de julho de 1919

Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Criança preta maltratada trabalhando em uma casa como trabalhadora doméstica sofreu violência física	13 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – 1º Congresso de Trabalhadores Bahianos	15 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – 1º Congresso de Trabalhadores Bahianos e a 1ª sessão extraordinária	16 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – 1º Congresso de Trabalhadores Bahianos e a 2ª sessão extraordinária	17 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – 1º Congresso de Trabalhadores Bahianos, 3ª e 4ª reuniões	19 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – O momento operário	20 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – 1º Congresso de Trabalhadores Bahianos, 5ª e última sessão extraordinária (informações sobre associativismo e sobre escola socialista)	20 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – O congresso operário e a passeata	20 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Manifesto de Rui Barbosa	21 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Festa infantil no Lyceu	25 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – O Instituto Normal e suas reformas	25 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Greve na Bahia: os vapores em Nazaré e Santo Amaro não partiram	26 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Fábrica de Plataforma: um protesto de operários contra referências injustas feitas à direção dessa fábrica no extinto Congresso dos Operários. No protesto, consta uma extensa lista com nomes dos operários compondo um abaixo-assinado	27 de julho de 1919
Arquivo 8	<i>O Imparcial</i> – Caloteados e despedidos, os operários suspenderam o tráfico e o fim da greve	31 de julho de 1919
Arquivo 9		
Arquivo 9	<i>Jornal de Notícias</i> – Publicação do decreto de suspensão do professor Isauro Abdon da Silva Coelho	10 de fevereiro de 1918
260 documentos publicados nos jornais, inclusive as notícias enquanto documentação histórica.		Entre 16 de fevereiro de 1918 e 31 de julho de 1919

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raras da BPEB.

APÊNDICE C – Lista de dissertações e teses nos bancos da Capes e da BDTD levantadas dos cruzamentos de temas como movimentos de professores, lutas de professores, organização de professores, associativismo docente, profissionalização docente, greves e história do trabalho

Nº	Autor(a)/Título	Dissertação ou tese	Publicação		
			Catálogo Capes ou BDTD	Local	Ano
01	OLIVEIRA, Eliana de. O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica, e associativismo dos professores públicos primários de Minas Gerais (1871-1911).	Dissertação	BDTD	Belo Horizonte	2011
02	UEKANE, Marina Natsume. Instrutores da Milícia cidadã: a Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889).	Dissertação	BDTD	Rio de Janeiro	2008
03	RÊSES, Erlando da Silva. De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.	Tese	BDTD	Brasília	2008
04	LE MOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Professores em movimento: emergência do associativismo docente na corte imperial.	Tese	BDTD	Belo Horizonte	2011
05	LIMA, Andresa Helena de. Azarias Ribeiro de Souza E José Luiz de Mesquita: professores negros no sul de Minas Gerais – 1882/1954.	Dissertação	BDTD	Lavras	2015
06	LUGLI, Rosário Silvana Genta. Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): e o movimento de organização dos professores (1964-1990).	Dissertação	BDTD	São Paulo	1997
07	CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. Associação Sul-Riograndense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979).	Tese	BDTD	Santa Maria	2011
08	SOUSA, Jane Bezerra de. Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos.	Tese	BDTD	Uberlândia	2009
09	ALVARENGA, Elda. A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920).	Tese	BDTD	Vitória do Espírito Santo	2018
10	SILVA, Ilíada Pires da. A Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade sócio profissional docente 1901-1910.	Tese	BDTD	São Paulo	2004
11	SILVA, Marcelo Gomes da. “Por meio da resistência”: processo de profissionalização docente no manifesto “Ao professorado de Minas” (1900).	Dissertação	BDTD	Rio de Janeiro	2012
12	AUGUSTO, Emilia Carolina Bispo dos Santos. Despertar para a luta: a organização docente e sua influência na sociedade carioca entre 1931 e 1965.	Dissertação	BDTD	Rio de Janeiro	2008
13	SIMIÃO, Regina Aparecida Versoza. História e	Dissertação	BDTD	Cuiabá	2004

	memória: processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960).				
14	ALMEIDA, Joselito Brito de. Histórias de vida-formação de educadores baianos: interfaces com a educação na Bahia (1930-1980).	Dissertação	BDTD	Salvador	2012
15	ANDRADE, Teresa Ventura de. A união dos professores do Rio de Janeiro: um capítulo da história da organização docente.	Dissertação	BDTD	Niterói	2001
16	VICENTINI, Paula Perin. Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963).	Tese	BDTD	São Paulo	2002
17	CAVALCANTE, Francisca Wilma. Associação de Professores do Rio Grande do Norte: a missão de educar (1920-1933).	Dissertação	BDTD	Natal	1999
18	ROSA, Walquiria Miranda. Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852).	Dissertação	BDTD	Belo Horizonte	2001
19	MATOS, Vanessa Cristina Santos. Gênero e trabalho: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919 (Bahia, Salvador).	Dissertação	BDTD	Salvador	2008
20	SILVA, Fabiano Moreira da. Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918).	Dissertação	BDTD	Salvador	2017
21	CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia.	Dissertação	BDTD	Salvador	2001
22	NEVES, Risalva Bernardino. Discursos sobre mobilização grevista de professores/as em Brasília: “prejuízo para todos”?	Dissertação	BDTD	Brasília	2013
23	SOBRINHO, Camila Gomes Pinto. A construção das identidades do professor em greve: uma análise crítica e sistêmico-funcional do discurso avaliativo de reportagens jornalísticas.	Dissertação	BDTD	Rio de Janeiro	2015
24	FAUST, Juliana Matias. Propostas internacionais para a carreira docente: repercussões nas políticas nacionais e resistências locais.	Dissertação	BDTD	Florianópolis	2015
25	MELLO, Marco. O espírito, o corpo e o jogo: intelectuais orgânicos coletivos na Atempa (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação.	Dissertação	BDTD	Porto Alegre	2015
26	OZORIO, Maria Beatriz Vieira Branco. Memórias de uma escola em greve: reminiscências de professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha – Porto Alegre/RS (1979-1990).	Dissertação	BDTD	Porto Alegre	2015
27	BERNARDES, Marisa Rezende. As várias vozes e seus regimes de verdade: um estudo sobre profissionalização (docente?).	Dissertação	BDTD	Bauru	2003
28	RUCINSKI, Vilson Rodrigo Diesel. Os discursos sobre a identidade docente em espaços de escritas online: valoração e reenuniação discursiva.	Dissertação	BDTD	Curitiba	2017

29	WEBER, Denner Wynderson. A formação política dos professores: uma reflexão sobre as greves de 2015 a 2016 na Gestão App – Sindicato – Francisco Beltrão.	Dissertação	BDTD	Francisco Beltrão	2019
30	OLIVEIRA, Edgard Leite de. Greve dos trabalhadores da educação da rede estadual de Minas Gerais em 2011 – experiências e sujeitos.	Tese	BDTD	Belo Horizonte	2016
31	ALMEIDA, Danusa Mendes. Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a Apeoc/Sindicato e o Sindiute.	Tese	BDTD	São Carlos	2015
32	DANTAS, Vanessa Amorim. Aspectos históricos e políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989).	Dissertação	BDTD	São Paulo	2016
33	GUINOSSI, Viviane Belizário de Freitas. Conflito, resistência e solidariedade na história da educação pública paulista: um estudo sobre a ocupação da Alesp pelos professores durante a greve de 1993.	Dissertação	BDTD	São Paulo	2019
34	MUNHOZ, Lucianna Magri de Melo. Escrever, inscrever, reescrever = reflexões sobre a escrita docente no Movimento de Professores da Pedagogia Freinet.	Dissertação	BDTD	Campinas	2010
35	SPINELLI, Giovanni Gonçalves Ferreira. O absenteísmo laboral docente em uma escola estadual de São José dos Campos e sua relação com o bônus mérito.	Dissertação	BDTD	São Paulo	2009
36	SILVA, Marcelo Gomes da. “Operários do pensamento”: trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937).	Tese	Catálogo Capes	Niterói	2018
37	SANTOS, Ilma de Jesus Rabelo. Mulher no magistério: representações da identidade docente no Maranhão republicano (1890-1940).	Dissertação	Catálogo Capes	São Luís	2017
38	PAPINI, Rossana Maria. Narrativas de professores(as): criações, tessituras de memórias.	Tese	Catálogo Capes	Rio de Janeiro	2014

Fonte: elaborado pela autora com base no BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

APÊNDICE D – Levantamento de artigos relacionados a temas como movimentos de professores, lutas de professores, organização de professores, associativismo docente, profissionalização docente e história do trabalho do final do período imperial à Primeira República

N.	Título do artigo	Autor(a)	Periódico	Ano de publicação
01	Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores: apontamentos sobre a organização do professorado nas décadas de 1930 e 1940	Adriana Duarte Leon e Giana Lange do Amaral	RBHE	2010
02	História da organização do trabalho escolar e do currículo no século 20: ensino primário e secundário no Brasil.	Tatiane de Freitas Ermel	RHE	2011
03	A atuação de Cacilda Guimaraes: lugares e fazeres (Santa Catarina, 1907-1931)	Elizabeth Martins e Vera Lucia Gaspar da Silva	RHE	2012
04	A educação no Brasil Império: análise da organização da instrução na província de Minas Gerais (1850-1889)	Renata Fernandes Maia de Andrade e Carlos Henrique de Carvalho	RHE	2009
05	Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro	Arlette Medeiros Gasparello e Heloisa de Oliveira Santos Villela	RBHE	2009
06	Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores	Giselle Baptista Teixeira e Alessandra Frota de Schueler	RBHE	2009
07	Acerca do valor de ser professor(a): remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900)	Sarah Jane Alves Durães	RBHE	2007
08	Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte Imperial (1870-1880)	Alessandra Frota Martinez de Schueler	RBHE	2005
09	As representações dos professores primários: estratégia política e habitus professoral	Rosario S. Genta Lugli	RBHE	2005
10	Profissão professor(a): processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial	Maria Cristina Gouveia	RBHE	2001
11	Professoras catarinenses: razões para escolher e permanecer na carreira	Marilândes Mól Ribeiro de Melo e Ione Ribeiro Valle	RBHE	2012
12	Lugares do magistério na Corte Imperial: o protagonismo do professor Candido Matheus de Faria Pardal	Angélica Borges	RBHE	2018
13	Políticas educativas de los gobiernos liberales en la creación y Organización de Las Escuelas Normales Del Departamento de Boyacá (1930-1938)	Mónica Liset Valbuena Porras	RHE	2017
14	Casos e histórias da profissionalização docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1928-1935)	André Luiz Paulilo	RHE	2020

15	A Escola Étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912)	Claudia Panizzolo	RHE	2020
16	Associação do Professorado Catharinense: histórias, meios de ação e composição	Danielly Samara Besen e Vera Lucia Gaspar da Silva	RHE	2020
17	Documento Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primaria da Corte (1871)	Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos	RHE	2011
18	Educación y transformación social: el proyecto educativo para las mujeres en el imaginario anarquista	Teresa González Pérez	RHE	2013
19	Cultura pedagógica e formação de professores: a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920)	Ana Clara Bortoleto Nery	RHE	2013
20	Os conflitos na Escola Normal de Piracicaba em meados da década de 1930	Macioniro Celeste Filho	RHE	2016

Fonte: elaborado pela autora com base em dados da *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) e da *Revista de História da Educação* (RHE).

APÊNDICE E – Lista dos nomes dos professores que escreveram as cartas que encontramos em solidariedade ao professor Isauro Abdon da Silva Coelho em 1918

Nº	Nome	Professor	Escola
01	Aimée da Souza Trindade	Professora catedrática	9ª escola do sexo feminino do distrito de Brotas
02	Antônio Peixoto Guedes	Professor adjunto	1ª escola do sexo masculino do distrito de Santana
03	Cincinato Ricardo Pereira Franca	Professor catedrático	Grupo Escolar Rio Branco
04	Dasio José de Souza	Professor catedrático	1ª escola do sexo masculino de Candeias do distrito de Passé
05	Emília de Oliveira Lobo Vianna	Professora catedrática	1ª escola do sexo feminino do distrito do Rio do Poço
06	Hugo Balthazar da Silveira	Professor adjunto	3ª escola do sexo masculino do distrito de São Pedro
07	Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna	Professor catedrático	1ª escola do sexo masculino do distrito de Santana
08	Jovina de Castro Senna Moreira	Professora catedrática	2ª escola do sexo feminino do distrito de Brotas
09	Presciliano Leal	Professor catedrático	Delegado escolar
10	Roberto Correia	Professor catedrático	Professor e escritor
11	Severiano Gonçalves de Salles Filho	Professor adjunto	1ª escola do sexo masculino do distrito de Pilar
12	Vicente Ferreira Café	Professor catedrático	1ª escola do sexo masculino do distrito de São Pedro

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raras da BPEB.

APÊNDICE F – Nome dos professores primários municipais que participavam dos movimentos e lutas docentes e participaram da reunião do dia 16 de fevereiro de 1918

N.	Nome	Sexo
01	Alberto Francisco de Assis	H
02	Alice de Oliveira Lobo	M
03	Alzira de Assis	M
04	Alzira Maria Athayde	M
05	Amélia Bahia	M
06	Amélia Martins	M
07	Ancira Nunes	M
08	Andrelina Maria Fernandes Almeida	M
09	Ângelo Paulo de Souza	H
10	Anna Moreira Bahiense	M
11	Antenor Dantas Simões	H
12	Antonina Couto Ramalho dos Santos	M
13	Antônio C. Brandão	H
14	Antônio de Oliveira Dias	H
15	Antônio Peixoto Guedes	H
16	Antônio Sallustio de Azevedo	H
17	Aarão Carneiro	H
18	Arminda Balthazar da Silveira	M
19	Augusto França Neves	H
20	Aureliana Palma da Cunha	M
21	Beatriz Marques de Araújo	M
22	Brasilina Caymmi	M
23	Cândida C. Dias da Silva	M
24	Cândida Rosa Simões	M
25	Cincinato Ricardo Pereira Franca	H
26	Dasio José de Souza	H
27	Eleusina de Mattos Lemos	M
28	Emilia Imbassahy Gomes	M
29	Emilia de Oliveira Lobo Vianna	M
30	Emydio Gomes	H
31	Etelvina Maria Bittencourt	M
32	Evangelina Homem de Carvalho Silva	M
33	Francellino do Espirito Santo Pereira de Andrade	H
34	Frederico Adolphe Plessim	H
35	Gonçala Oliveira	M
36	Hedwiges Ferreira	M
37	Hugo Balthazar da Silveira	H
38	Ignes Borges	M
39	Isabel Bandeira de Souza	M
40	Isabella de Lemos	M
41	Isaura da Cunha Guedes	M
42	Isauro Abdon da Silva Coelho	H
43	Izabel Amélia Borges	M
44	Izaura Laudirana Alvarez de Azevedo	M
45	Jacyntho Tolentino de Brito Caraúna	H
46	Jesuína Beatriz de Oliveira	M
47	João Ribeiro Pereira	H
48	Jovina de Castro Senna Moreira	M
49	Julia de Souza Gordilho	M
50	Laura da Cunha Macedo	M
51	Laura Lucíola Baraúna	M
52	Luiza Couto Cardoso	M

53	Manoel de Alcântara Brito	H
54	Manoel Theotimo d'Almeida	H
55	Maria Amália da Silva Rabello	M
56	Maria Athayde da Cunha Baleeiro	M
57	Maria Carolina da Silva Alves de Souza	M
58	Maria da Natividade Oliva	M
59	Maria do Carmo Trindade Soares	M
60	Maria Dutra Freitas	M
61	Maria Edwiges Rabello	M
62	Maria Flora Feitosa	M
63	Maria Gertrudes de Sousa	M
64	Maria Isaura da Silva	M
65	Maria José da Silva	M
66	Maria Julia dos Santos Alcântara	M
67	Maria Olympia da Silva Rabello	M
68	Maria Veronica Moreira de Souza	M
69	Minervina Elisa Caymmi	M
70	Maria Urcicia Lamego Valverde	M
71	Pergentina Porto	M
72	Possidônio Dias Coelho	H
73	Roberto Correia	H
74	Rosa Jardimina da Cruz	M
75	Severiano Gonçalves de Salles Filho	H
76	Sidônia G. de O. Alcântara	M
77	Sophia d'Albuquerque Lisboa Bandeira	M
78	Vicente Ferreira Café	H
79	Victalina Dionysia Alvares Santos	M
80	Victoria Cardoso	M

Fonte: elaborado pela autora com base em dados encontrados no setor de jornais e revistas raros da BPEB.

APÊNDICE G – Fotografia de um grupo cultural familiar denominado Unidos venceremos, que nas décadas de 1980 e 1990 promovia ações sociais, festivas, artísticas e culturais na favela da Baixa do Tubo em Salvador⁶¹



Fonte: arquivo particular da pesquisadora.

⁶¹ Na fotografia, estão presentes, da esquerda para a direita, os seguintes membros do grupo comunitário Unidos Venceremos: Pascoal (em memória), Dalva Maria Alves (em memória), Laidinei Marinho, Flávia, Meire Marinho, Cátia e Ladjane Sousa.